

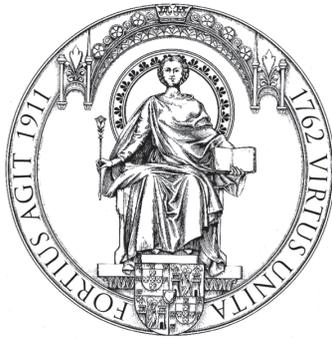
# SOCIOLOGIA



UNIVERSIDADE DO PORTO

FACULDADE DE LETRAS

# SOCIOLOGIA



REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO

VOL. XXXV • PORTO • 2018

**DIRETOR:**

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

**CONSELHO DE REDAÇÃO:**

Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Cristina Parente, FLUP/IS-UP; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA.

**CONSELHO EDITORIAL:**

Alice Duarte, FLUP/IS-UP; Álvaro Domingues, FAUP/CEAU; Ana Maria Brandão, ICS-UM; Ana Nunes de Almeida, ICS-UL; Ana Paula Marques, ICS-UM; Anália Torres, ISCSP-UTL/CIES-IUL; Adriano Zilhão, ISSSP; António Álvarez Sousa, Universidade da Coruña, Espanha; António Firmino da Costa, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Augusto Santos Silva, FEP/IS-UP; Benjamin Tejerina, FLUP/IS-UP; Elena Zdravomyslova, European University at St Petersburg (EUSP)/Center for Independent Social Research (CISR), Rússia; Elisa Reis, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Fernando Luís Machado, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Frank Welz, Universität Innsbruck, Áustria; Hans-Peter Blossfeld, Otto-Friedrich-Universität Bamberg/Staatsinstitut für Familienforschung an der Universität Bamberg, Alemanha; Heitor Frugoli, Universidade de São Paulo (USP)/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil; Hermes da Costa, CES; Hustana Vargas, Universidade Federal Fluminense (UFF)/Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (NEPES), Brasil; Immanuel Wallerstein, Yale University, Estados Unidos da América; Inês Pereira, ISCTE-IUL/CIES-IUL; Isabel Dias, FLUP/IS-UP; Isabel Cruz, IS-UP; Jean Kellerhals, Université de Genève, Suíça; João Bilhim, ISCSP-UTL; João Sedas Nunes, FCSH-UNL/CESNOVA; João Teixeira Lopes, FLUP/IS-UP; José Resende, FCSH-UNL/CESNOVA/Observatório Permanente de Escolas (ICS-UL); José Soares Neves, ISCTE-IUL/OAC; Lígia Ferro, IS-UP; Luís Vicente Baptista, FCSH-UNL/CESNOVA; Luísa Neto, FDUP/CENCIFOR; Margaret Archer, College of Humanities-École Polytechnique Fédérale de Lausanne, Suíça; Maria Manuel Vieira, ICS-UL; Maria Manuela Mendes, FA-UTL/CIES-IUL; Mariano Enguita, Universidad de Salamanca/Centro de Análisis Sociales de la Universidad de Salamanca (CASUS), Espanha; Massimo Introvigne, Center for Studies on New Religions (CESNUR), Itália; Michael Burawoy, University of California, Berkeley, Estados Unidos da América; Michel Wieviorka, Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, França; Patrícia Ávila, CIES-IUL; Pedro Abrantes, Universidade Aberta/CIES-IUL; Pertti Alasuutari, University of Tampere/Tampere Research Group for Cultural and Political Sociology (TCuPS), Finlândia; Piotr Sztompka, Jagiellonian University, Polónia; Paula Silva, FMUP; Ricca Edmondson, Natália Azevedo, FLUP; National University of Ireland, Irlanda; Rui Gomes, FCDEF-UC/CIDAF; Sara Melo, ISSSP; Sofia Cruz, FEP; Tally Katz-Gerro, University of Haifa, Israel/ University of Turku, Finlândia; Tina Uys, University of Johannesburg/Centre for Sociological Research, África do Sul; Vera Borges, ICS-UL; Victor Kajibanga, Universidade Agostinho Neto, Angola/Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto/Centro de Estudos Africanos do ISCTE-IUL; Vitor Ferreira, ICS-UL; Walter Rodrigues, ISCTE-IUL/DINÂMIA' CET-IUL.

**COORDENAÇÃO E REVISÃO EDITORIAL:**

Carlos Manuel Gonçalves, Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

**INDEXAÇÃO:**

*Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* é indexada em SciELO, Latindex, EBSCO (Open Science Directory e Fonte Académica), Sherpa/Romeo, DOAJ – Directory of Open Access Journals, Newjour, CAPES e EZB – Electronic Journals Library, EriH PLUS, Ulrichsweb, Academic Journals Database, WorldCat, Journals for free.

TIRAGEM - 150 EXEMPLARES

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EXECUÇÃO GRÁFICA - INVULGAR GRAPHIC - Penafiel

DEPÓSITO LEGAL N.º 92384/95

ISSN: 0872-3419

DOI: 10.21747/08723419/soc35

# SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| EDITORIAL .....   | 7   |
| ARTIGOS   |     |
| Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos<br><b>Hélder Alves; Idalina Machado; Sidalina Almeida; Joana Guedes; Adriano Zilhão; Óscar Ribeiro.....</b> | 11  |
| Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais<br><b>Paula Casaleiro; Andreia Santos.....</b>   | 43  |
| As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?<br><b>Hélder Raposo.....</b>  | 63  |
| A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)<br><b>Carolina Pimentel Corrêa.....</b>  | 85  |
| O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a perceção dos estudantes como evidência<br><b>Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia; Ireneu de Oliveira Mendes.....</b>                    | 109 |
| Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social<br><b>Vera Diogo.....</b>                               | 135 |

|  |     |
|--|-----|
| Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade<br><b>Elizardo Scarpati Costa; Pablo Almada</b> ..... | 161 |
| ESTATUTO EDITORIAL .....   | 183 |
| SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES .....  | 187 |
| NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS .....  | 190 |

## EDITORIAL

O número XXXV da revista *Sociologia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, de junho de 2018, inicia-se com um texto da autoria de Hélder Alves, Idalina Machado, Sidalina Almeida, Joana Guedes, Adriano Zilhão e Óscar Ribeiro que apresenta um conjunto de perfis, constituídos pela agregação de variáveis várias, dos idosos de Vila Nova de Gaia. Apontando para a heterogeneidade social da categoria populacional em questão, os resultados obtidos poderão ser importantes para o equacionamento pelos atores políticos de políticas concelhias sobre as condições de vida sobre a velhice.

Por sua vez, o texto de Paula Casaleiro e Andreia Santos aborda uma temática relevante: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais. As autoras argumentam que o acréscimo das situações de incumprimento está relacionado com o contexto de crise socioeconómica e as políticas de austeridade caracterizadoras da sociedade portuguesa no passado recente. Para apoio da sua posição são apresentados um conjunto de indicadores acerca da procura da justiça sobre a família e as crianças.

O questionamento sobre a existência de mudanças no modelo profissional dos médicos de medicina geral e familiar estrutura o artigo de Hélder Raposo. Apresentamos resultados de um estudo realizado com médicos integrados em unidades de saúde. Emerge como uma das principais conclusões a existência de práticas de trabalho mais burocratizadas, o acréscimo do volume de trabalho e outros condicionamentos organizacionais que se enquadram na tendência *managerial* da saúde.

Carolina Pimentel Corrêa reflete sobre a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados Brasileira no período de 2004 a 2015. Fá-lo a partir de dois registos conectados entre si: composição sociodemográfica e sociopolítica dos deputados que a integram; os processos de funcionamento e as atividades desenvolvidas no órgão. Neste aspeto, em particular, é ressaltada pela autora a importância das relações entre as filiações partidárias e os interesses dos eleitores, assumem no contexto legislativo brasileiro face às questões do meio ambiente.

Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia e Ireneu de Oliveira Mendes centram-se nos posicionamentos dos estudantes sobre a inovação no âmbito das instituições de ensino superior. Estas têm vindo a eleger a inovação como um dos fatores importante para o seu desenvolvimento. Discutem-se os contributos empíricos obtidos, bem como a problemática, mais ampla, da contextualização da inovação no sector público.

Sobre a construção identitária e as práticas profissionais de trabalhadores sociais escreve Vera Diogo. O seu estudo cinge-se à inserção laboral daquele grupo nas organizações da economia social. A identificação de vários perfis identitários é um dos produtos heurísticos da análise que importa destacar.

O presente número da *Sociologia: Faculdade de Letras da Universidade do Porto* encerra com um artigo de Elizardo Scarpati Costa e Pablo Almada. A precariedade laboral, no quadro mais global das transformações socio-históricas que vêm moldando o mundo do trabalho, é objeto de reflexão pelos autores. Lançam uma proposta, desafiante, do centramento da sociologia do trabalho em tais transformações com efeitos ao nível da observação das novas formas de emprego e das relações laborais.

Boa leitura

*Carlos Manuel Gonçalves*

## **ARTIGOS**



## **Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados a remediados e excluídos**

**Hélder Alves**

Instituto Superior de Serviço Social do Porto

**Idalina Machado**

Instituto Superior de Serviço Social do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

**Sidalina Almeida**

Instituto Superior de Serviço Social do Porto  
Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social

**Joana Guedes**

Instituto Superior de Serviço Social do Porto  
Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social

**Adriano Zilhão**

Instituto Superior de Serviço Social do Porto  
Instituto de Sociologia da Universidade do Porto

**Óscar Ribeiro**

Instituto Superior de Serviço Social do Porto  
Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde

### **Resumo**

Partindo do trabalho de diagnóstico da população sénior de Vila Nova de Gaia, enquadrado na elaboração do Plano Gerontológico deste concelho, o presente artigo pretende discutir a diversidade de perfis dos seniores inquiridos e, deste modo, demonstrar que a velhice está longe de ser uma etapa da vida homogénea. Conhecer esta heterogeneidade é fundamental para os atores políticos com responsabilidades de intervenção social, já que potencia o desenvolvimento de respostas sociais adequadas a essa diversidade. Com o objetivo de contribuir para a adequação das respostas ao perfil da população, e recorrendo a procedimentos de análise estatística como a análise de correspondências múltiplas e de clusters, identificaram-se três perfis principais de seniores: velhice com recursos privilegiados, velhice com recursos remediados e velhice com exclusão e retraimento.

Palavras-chave: envelhecimento; perfil sociodemográfico; plano gerontológico; análise de correspondências múltiplas; análise de clusters.

*Ageing profiles of the senior population of Vila Nova de Gaia: from privileged to making ends meet and excluded.*

**Abstract**

Based on the diagnosis of the senior population of Vila Nova de Gaia, which is part of the elaboration of the Gerontological Plan of this county, this paper addresses the diversity of profiles of the seniors surveyed and demonstrates that old age is far from being homogeneous. Acknowledging this heterogeneity is fundamental for those assuming political and social intervention responsibilities since it promotes the development of social responses that must be appropriate to this diversity. In order to contribute to the adequacy of the responses to the considered population, and using statistical analysis procedures such as multiple correspondence analysis and clusters, this study identifies three main profiles: *old age with privileged resources; old age making ends meet; old age with exclusion and withdrawal.*

Keywords: ageing; sociodemographic profiles; gerontological plan; multiple correspondance analyses; cluster analyses.

*Profils de vieillissement de la population âgée de Vila Nova de Gaia: de privilégiée à remédiée et exclue.*

**Resumé**

Basé sur le travail de diagnostic de la population âgée de Vila Nova de Gaia, qui s'inscrit dans l'élaboration du plan gérontologique de ce comté, le présent article vise à discuter la diversité des profils des personnes interrogées et à démontrer que la vieillesse est loin d'être une étape de vie homogène. Connaître cette hétérogénéité est fondamental pour les acteurs politiques ayant des responsabilités d'intervention sociale, puisque celle-ci favorise le développement de réponses sociales adaptées à cette diversité. Afin de contribuer à l'adéquation des réponses au profil de la population, et en utilisant des procédures d'analyse statistique telles que l'analyse de correspondances multiples et les clusters, trois principaux profils des personnes âgées ont été identifiés: vieillesse avec des ressources privilégiées; vieillesse avec des ressources remédiées; et vieillesse avec exclusion et replie sur soi.

Mots-clés: vieillissement; profil sociodémographique; plan gérontologique; analyse de correspondance multiple; analyse de clusters.

*Perfiles de envejecimiento la población mayor de Vila Nova de Gaia: de privilegiados a remediados y excluidos.*

**Resumen**

A partir del trabajo de diagnóstico de la población mayor de Vila Nova de Gaia, enmarcado en la elaboración del Plan Gerontológico de este municipio, el presente artículo pretende discutir la diversidad de perfiles de los mayores encuestados y, de este modo, demostrar que la vejez está lejos de ser una etapa homogénea de la vida. Conocer esta heterogeneidad es fundamental para los actores políticos con responsabilidades de intervención social, ya que potencia el desarrollo de respuestas sociales adecuadas a esa diversidad. Con el objetivo de contribuir a la adecuación de las respuestas al perfil de la población, y recurriendo a procedimientos de análisis estadístico como los análisis de correspondencias múltiples y de

clústeres, se identificaron tres perfiles principales de mayores: *vejez con recursos privilegiados*, *vejez con recursos remediados* y *vejez con exclusión y retracción*.

Palabras clave: envejecimiento; perfil socio demográfico; plan gerontológico; análisis de correspondencias múltiples; análisis de clústeres.

## **Introdução**

O envelhecimento demográfico é um fenómeno cada vez mais expressivo nas sociedades mais desenvolvidas, estando a assistir-se àquilo que Légaré denomina de “democratização da velhice” (2001: 118), na medida em que abrange um número mais alargado de pessoas de diferentes contextos e origens sociais. O peso do grupo etário da população mais velha assume-se como um desafio incontornável, quer pela heterogeneidade que o caracteriza, quer pelas alterações que hodiernamente as estruturas económicas e familiares têm sofrido, gerando a necessidade de profissionais especialmente dedicados à gestão da velhice e de instituições especializadas na tarefa de socialização e cuidado dos mais velhos (Fernandes, 1997; 2008). As implicações do envelhecimento não são meramente demográficas mas, pelo contrário, “tem consequências que vão muito além da demografia” (Lutz, Sanderson e Scherbov, 2009: 76). Com efeito, o crescimento da esperança de vida tem consequências, entre outros aspetos, na organização e estruturação do ciclo de vida, nas idades da vida, nas relações intergeracionais, de trabalho e de lazer, nas necessidades de suporte familiar e social, na definição dos tempos de reforma e na sustentabilidade dos sistemas de pensões (Bárrios e Fernandes, 2014).

Reconhecer esta evolução das estruturas demográficas, bem como a heterogeneidade associada aos mais velhos, obriga a que se desenvolvam e promovam respostas sociais adequadas e que equacionem os papéis do idoso, da família, da comunidade e dos diversos poderes políticos (Carneiro *et al.*, 2012). A este nível, as recomendações da Comissão Europeia vão no sentido de que as políticas abranjam um número cada vez maior de idosos de modo a que estes possam “beneficiar duma vida mais ativa, saudável e participativa” (Carneiro *et al.*, 2012: 32).

O trabalho que aqui se apresenta situa-se no âmbito de preocupações enquadradas no paradigma político de envelhecimento ativo definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “processo de otimização de oportunidades de saúde, participação e segurança com vista a melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas

envelhecem (World Health Organization, 2002: 12) e faz "explicitamente parte de uma estratégia política de reinvenção do significado de envelhecer e de análise de questões elementares como aquelas relacionadas com os direitos e deveres dos cidadãos" (Ribeiro, 2012: 38).

Não obstante se realçarem as condições de saúde, participação e segurança, a que se acrescenta mais recentemente o pilar da aprendizagem ao longo da vida (INTERNATIONAL LONGEVITY CENTRE, 2015), a tónica coloca-se na qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem, o que pressupõe considerar um conjunto de condições e determinantes que a influenciam fortemente. Em rigor, estas condições e estes determinantes caracterizam e acompanham o indivíduo ao longo da sua trajetória de vida.

Esta visão da OMS, bastante abrangente e multidimensional, refere um vasto conjunto de "fatores que interagem e formam uma rede dinâmica de condições de proteção" ou de "risco" (ILC, 2015: 52), considerando que "trajetórias sociais percorridas em diferentes contextos históricos e geográficos têm impacto no final de vida dos homens e mulheres que envelhecem" (Fernandes e Botelho, 2007: 14). É uma visão que encara o envelhecimento ativo como um "processo socialmente estruturado" (José, 2014: 44).

Dos determinantes considerados pela OMS, destacam-se os transversais relacionados com a cultura e o género. Os primeiros na medida em que a cultura molda o processo de envelhecimento e o modo como as sociedades encaram os mais velhos e a velhice. Os segundos porque, ao definir papéis diferenciados para homens e mulheres, cada sociedade determina oportunidades e riscos que, inevitavelmente, terão repercussões no processo de envelhecimento. Para além dos determinantes transversais, salientam-se os fatores contextuais que englobam determinantes sociais, económicos, de saúde e de serviços de apoio social.

No que concerne os determinantes sociais e económicos, e na linha do que defende Bourdieu (1979), os diferentes tipos de recursos estão desigualmente distribuídos e, neste sentido, condicionam as oportunidades de envelhecimento ativo. Os determinantes sociais relacionam-se quer com o ambiente social (oportunidades de educação e de aprendizagem ao longo da vida, paz, segurança e proteção contra a violência e o abuso), quer com o capital social entendido enquanto a soma de recursos que um agente pode acionar em virtude das redes relacionais de que dispõe e que podem funcionar como fatores de proteção social face a problemas como o isolamento social, a solidão e os decorrentes da degradação das condições de saúde. A este respeito, "as políticas que incentivem atividades e ambientes facilitadores de estados de saúde

positivos são encorajadas no sentido de aumentarem qualidade e anos à vida, de promoverem autonomia e independência, reduzindo, em simultâneo, os custos no sistema de saúde" (Ribeiro, 2012: 37), sobretudo como via para reduzir as desigualdades em matéria de saúde. Como efeito, "a avaliação que os indivíduos fazem do seu estado de saúde tende a piorar significativamente, de forma gradual, com o avançar da idade, sobretudo entre as mulheres e entre quem tem níveis de escolaridade inferiores (instrução primária ou menos) e um estatuto socioeconómico mais baixo (trabalhadores manuais especializados e não especializados)" (Cabral, 2013: 242), reforçando a ideia de que o capital social e o estatuto socioeconómico se afiguram como preditores de um melhor estado de saúde.

Quanto aos determinantes económicos, estes estão especialmente centrados em três aspetos: rendimentos que permitam escapar à pobreza; proteção social, particularmente quando se trate de idosos sós e vulneráveis; e oportunidades de trabalho digno, em ambientes e com remuneração adequados (World Health Organization, 2002). Podemos ainda destacar a importância de aceder a meios físicos amigáveis e favorecedores da independência dos indivíduos, das sociabilidades e potenciadores do acesso às infraestruturas de apoio social, aos sistemas de saúde que favoreçam a promoção da saúde e a prevenção da doença. Para além de todos os determinantes anteriormente enunciados, a OMS contempla ainda aquilo que denomina de determinantes de ordem pessoal e de ordem comportamental.

Percebemos, pois, que os fatores determinantes do envelhecimento ativo nos remetem para o caráter de mútua responsabilidade presente no modelo, ora relacionada com a responsabilidade dos decisores políticos dos sistemas sociais e de saúde aos quais compete a promoção de respostas que facilitem a opção por um estilo de vida saudável, ora relacionada com a responsabilidade individual dos sujeitos, a quem compete, dentro de um campo de oportunidades sociais, a tomada de algumas opções que os fazem ascender a níveis de funcionamento mais elevado (Ribeiro e Paúl, 2011). Como advoga Machado (2007), não podemos esquecer que o envelhecimento ativo carece de um enquadramento sociológico próprio, uma vez que se trata de um processo socialmente diferenciado que obriga a compreender a natureza socialmente assimétrica em torno do modo de distribuição das oportunidades de saúde, participação e segurança, das formas pelas quais os sujeitos e os seus grupos sociais se apropriam dessas mesmas oportunidades e dos contextos ambientais em que as mesmas ocorrem. Não podemos cair na tentação de visões uniformes, redutoras e acríicas em torno do uso destes conceitos, uma vez que o próprio "envelhecimento individual é uma função parcialmente explicada pela sua história de vida, pela história social do seu grupo e

pelo meio em que se integra" (Machado, 2007: 58).

Neste sentido, propomo-nos apresentar e discutir a diversidade de perfis sociodemográficos dos seniores inquiridos no município de Vila Nova de Gaia, tomando por referência de base um conjunto de variáveis sociodemográficas que os caracterizam (género, estado civil, grau de escolaridade, profissão principal, rendimento, setor de atividade e tipologia de família). Considera-se, portanto, fundamental contrariar a ideia da categoria social dos idosos como homogénea, ignorando a diversidade dos seus percursos e dos seus atuais modos de vida.

É nesta perspetiva que os diagnósticos gerontológicos de base territorial devem ser realizados, como elementos essenciais para a compreensão da grande heterogeneidade de que se compõe o envelhecimento, afastando-nos da pretensa homogeneidade criada pela consideração de uma classe de idade. Tendo por base essa diversidade, o diagnóstico gerontológico permite ainda encontrar os elementos indispensáveis à fundamentação de uma intervenção mais dirigida às reais necessidades e às expectativas da população idosa residente num determinado território e que deve estar alicerçada no paradigma do envelhecimento ativo que assenta na qualidade de vida das pessoas mais velhas, promovendo a sua autonomia, independência e valorização das suas competências. O diagnóstico gerontológico assume-se, assim, como uma ferramenta indispensável para ultrapassar lacunas no conhecimento sobre a realidade do envelhecimento num determinado território social local.

## **1. Enquadramento: o diagnóstico da população sénior de Vila Nova de Gaia**

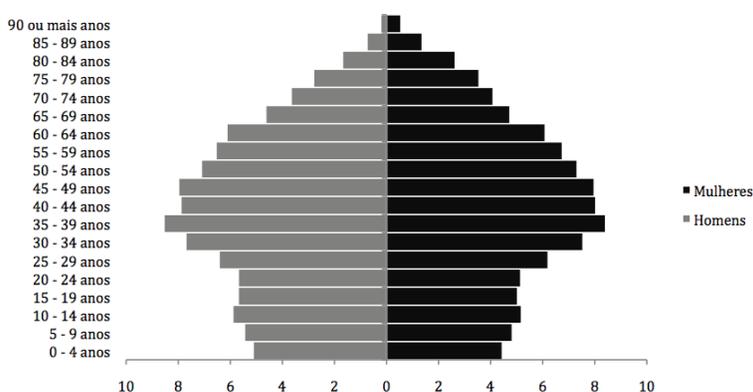
Enquadrado na NUT III – Grande Porto, o Município de Vila Nova de Gaia apresenta uma realidade urbana marcada pela dinâmica ambivalente do efeito de centralidade que a proximidade da cidade do Porto potencia através das suas principais funções terciárias (equipamentos de ensino superior e saúde, serviços às empresas, equipamentos culturais e fileira turística, nomeadamente) e pelo efeito da dinâmica de situações clássicas de suburbanização residencial metropolitana.

De acordo com os dados dos recenseamentos da população do Instituto Nacional de Estatística, no Grande Porto residiam, em 2011, aproximadamente 1,3 milhões de habitantes, cerca de 34% dos residentes na região Norte e 12% da população residente no país. No concelho de Vila Nova de Gaia, nomeadamente, tem-se vindo a concentrar um volume crescente dessa população metropolitana: cerca de 25%, de acordo com valores de 2011. Esta tendência de crescimento demográfico

metropolitano descentralizado reforça-se no período de mudança de século e de milénio, marcada sobretudo pela predominância, nos municípios periféricos ao Porto, da função residencial. É neste quadro de absoluto crescimento demográfico metropolitano nas décadas recentes e acentuado crescimento demográfico metropolitano relativo dos concelhos periféricos, que assistimos ao envelhecimento do perfil etário da população residente em Vila Nova de Gaia, tanto a nível da base como ao nível do topo da pirâmide etária.

De facto, registou-se um envelhecimento da estrutura etária da população residente em Vila Nova de Gaia, entre 2001 e 2011, visível na diminuição da camada jovem (dos 0-14 anos) e no aumento da população idosa (65 ou mais anos). Em 2001, a população dos 0-14 anos representava cerca de 17% da população residente, valor que se reduz para 15% em 2011. No outro extremo da escala etária, a proporção de residentes com 65 e mais anos de idade passou de 11,9% em 2001 para 15% em 2011, o que significa que o índice de envelhecimento demográfico - que avalia a relação entre a população idosa (65 ou mais anos) e a população jovem (0-14 anos) - aumentou entre 2001 (índice de 70) e 2011 (índice de 100). A pirâmide etária de Vila Nova de Gaia relativa ao ano de 2011 ilustra bem a tendência de envelhecimento da população (figura 1).

**Figura 1**  
**Pirâmide etária de Vila Nova de Gaia, em 2011 (%)**



Fonte: Elaboração própria com base no recenseamento geral da população (Censos, 2011).

Se é possível notar um incontornável prolongamento da esperança de vida, tal não significa que todos os idosos estejam a envelhecer bem e com qualidade de vida. Na verdade, a idade cronológica dos indivíduos dá-nos pouca informação sobre as condições em que estes envelhecem, daí que seja mais pertinente (re)pensar a velhice enquanto construção social (Lenoir, 1989) considerando outros critérios como o de “idade social” (Caradec, 2001) ou o “estatuto funcional” (Lalive d’Epinay *et al.*, 1999). É neste sentido que a construção do diagnóstico gerontológico tem como principal objetivo conhecer os perfis de envelhecimento presentes numa determinada área geográfica, de modo a contribuir para desvendar a diversidade das formas sociais e locais de viver o processo de envelhecimento e as questões críticas que se colocam nas várias dimensões da vida dos seniores. Este conhecimento obriga a fazer a caracterização de distintos modos de vida das pessoas que integram aquela categoria social daquela área geográfica específica, e das suas diversas condições de existência que resultam de percursos de vida diferentes.

Embora se pretenda enquadrar este trabalho na perspetiva do envelhecimento ativo, pensando na promoção da qualidade de vida dos seniores através da sua implicação e envolvimento sociais e da utilização dos recursos endógenos ao território local que possam constituir oportunidades para fazer face às mudanças e aos desafios inerentes ao processo de envelhecimento, elege-se também como propósito deste estudo a identificação das situações de isolamento, precariedade e exclusão social dos seniores e dos obstáculos que os impedem de aceder aos padrões de vida tidos como normais na atual sociedade portuguesa. Já Capucha reconhecia que a “categoria das pessoas idosas e dos mais idosos (...) apresenta fortes vulnerabilidades principalmente quando ao envelhecimento se associam a perda de autonomia, o isolamento a que frequentemente os idosos ficam sujeitos por ausência dos descendentes com residência próxima e, cumulativamente, não estão acessíveis serviços sociais de apoio e são demasiado limitados os recursos económicos próprios para a contratação de serviços pessoais privados” (Capucha, 2005: 188). Este conhecimento é crucial para a reflexão sobre a produção de mudanças na ação local, alicerçando propostas de linhas de intervenção estruturadas e organizadas em torno de um plano gerontológico que seja capaz de promover o envelhecimento ativo, nas suas múltiplas dimensões e, deste modo, combater a exclusão social nos seus diferentes domínios.

## 2. Procedimentos metodológicos

A elaboração do Diagnóstico da População Sénior de Vila Nova de Gaia assentou numa pesquisa de natureza quantitativa com recurso ao inquérito por questionário de aplicação indireta (face-a-face) realizado a uma amostra da população concelhia com 65 e mais anos de idade. Foi utilizada uma amostragem não probabilística por quotas, considerando quatro critérios para a inclusão dos sujeitos: género, escalão etário (65-74 anos; com 75 e mais anos), habilitações literárias e freguesia de residência, assegurando-se uma participação proporcional de indivíduos de todas as freguesias/uniões de freguesia do concelho. Com esta definição da amostra procurou-se garantir a proporcionalidade das variáveis em estudo relativamente à população alvo, isto é, a população com mais de 65 anos residente no concelho de Vila Nova de Gaia de acordo com os dados dos Censos 2011 (INE, 2012). Dado o plano amostral delineado, as únicas estatísticas à população com a granularidade pretendida, nomeadamente, número de pessoas residentes no concelho de V. N. de Gaia segundo a freguesia, género, escalão etário e habilitações literárias, apenas estão disponíveis nos dados dos Censos 2011 do INE. Embora o INE tenha publicado estimativas da população após os Censos 2011, não só esta publicação foi posterior ao início do trabalho de campo<sup>1</sup>, como aquelas estimativas estavam desagregadas só até ao nível do município e não da freguesia<sup>2</sup>. Embora conscientes de que as dinâmicas demográficas introduzem variações na composição da população, não se dispunha de outra base de dados que correspondesse às necessidades do estudo.

O erro máximo da amostragem, a 95% de confiança, foi de aproximadamente 3,1%. Constituíram-se como critérios de exclusão: residir em lares de idosos ou beneficiar de um serviço de centro de dia (assumindo-se que o indivíduo passa aí grande parte do seu dia) e apresentar dificuldades cognitivas óbvias na resposta ao inquérito.

No total, foram aplicados 1014 inquéritos, tendo sido considerados válidos, para efeitos de análise, 987 inquéritos<sup>3</sup>. O inquérito por questionário aplicado à amostra foi organizado em torno de cinco grandes domínios: caracterização sociodemográfica, recursos sociais, acessos e mobilidade, ocupação de tempos livres e saúde. O domínio da caracterização sociodemográfica incluía variáveis que permitiram traçar o perfil dos inquiridos em termos de género, idade, nível de escolaridade, condição pe-

---

<sup>1</sup> O trabalho de aplicação do inquérito por questionário decorreu durante todo o ano de 2016.

<sup>2</sup> Como se pode verificar em: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_doc\\_municipios](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_doc_municipios).

<sup>3</sup> A distribuição dos inquiridos por freguesia/união de freguesias pode ser observada no quadro 1.1 em anexo.

rante o trabalho, trajetória profissional e rendimentos. O domínio dos recursos sociais incluiu a recolha de informação de caracterização dos laços sociais (Paugam, 2010), particularmente no que concerne as redes de solidariedade primária e de solidariedade secundária, bem como de situações de prestação de cuidados, quer na qualidade de recetor, quer na qualidade de cuidador informal. Quanto ao domínio dos acessos e mobilidade, este incluiu a recolha de informações quer sobre o acesso a transportes e formas de mobilidade, quer sobre os principais problemas existentes na área de residência; incluíram-se, igualmente neste bloco, questões relativas às condições habitacionais. O domínio da saúde incluiu questões relativas à avaliação subjetiva do estado de saúde, apreciação de dificuldades em termos sensoriais, de mobilidade, de cognição e de comunicação, à identificação de necessidades de apoio por situação de dependência e respetivos apoios recebidos, e à apreciação de vários parâmetros de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde; este domínio contou ainda com uma questão relativa à apreciação global da qualidade de vida. Finalmente, o domínio da ocupação de tempos livres incluiu a recolha de informações sobre as práticas diárias dos inquiridos, a participação em atividades promovidas por instituições e a disponibilidade para participar em projetos de índole comunitária.

Para a análise estatística dos dados utilizou-se o programa informático IBM® SPSS® Statistics for Windows, versão 25.0 (IBM Corp., Armonk, N.Y., USA) (IBM, 2017). Numa primeira fase, com vista a descrever e a caracterizar a amostra em estudo, foi feita uma análise descritiva dos dados em função da natureza das variáveis em estudo<sup>4</sup>. Na segunda fase, de forma a segmentar os inquiridos em função das características sociodemográficas, foi aplicada uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM)<sup>5</sup>, permitindo a construção de dimensões/índices (configuração topológica), seguida de uma classificação por Análise de Clusters<sup>6</sup> aplicada sobre os índices obtidos anteriormente (configuração tipológica) (Carvalho, 2008; Greenacre e Blasius, 2006).

---

<sup>4</sup> Calcularam-se as seguintes medidas: frequências absolutas (número de casos válidos – n.<sup>o</sup>); frequências relativas (percentagem de casos válidos - %); estatísticas descritivas de tendência central (média, mediana e moda); de dispersão (desvio padrão); de assimetria e de curtose; e ainda, os valores extremos (mínimo e máximo). Nas questões de resposta múltipla, as percentagens de resposta apresentadas (% de casos), são relativas ao total de casos válidos (Pestana e Gageiro, 2014).

<sup>5</sup> A ACM é um método de análise quantitativa para variáveis categóricas que tem por objetivo atingir a solução ótima na quantificação de dados qualitativos. Em sentido lato, refere-se a um conjunto de critérios para analisar dados multivariados, com o objetivo de otimizar a homogeneidade das variáveis (Gifi, 1996).

<sup>6</sup> A análise de *clusters*, permite classificar objetos com base na observação das semelhanças e das dissimelhanças: dado um conjunto de n indivíduos, sobre os quais existe informação de p variáveis, o método agrupa os indivíduos em função da informação existente, de modo que os indivíduos de um grupo sejam tão semelhantes entre si quanto possível e tão diferentes dos restantes grupos quanto possível (Marôco, 2011).

### 3. Perfis da população sénior de Vila Nova de Gaia

Apresentando-se a realidade social como complexa, é tarefa cara à Sociologia reduzir essa complexidade através da construção de tipologias que tornem o mundo social mais inteligível (Demazière, 2013). Nesta linha, procurou-se desenvolver a construção de uma tipologia de perfis “baseada numa abordagem multidimensional”, em que “cada perfil é sustentado por uma combinação de múltiplos indicadores, que interessa analisar num contexto de análise relacional” (Carvalho, 2004: 7).

Passamos então a explicitar os principais procedimentos estatísticos desenvolvidos para a obtenção dos perfis da população sénior de Vila Nova de Gaia. A preparação da solução final da ACM, envolveu: a transformação das variáveis originais em novas variáveis, de forma a melhorar a interpretabilidade dos perfis (ver quadro 1.2. em anexo); a análise das não respostas, tendo-se optado pela exclusão dos valores omissos para imputação de correlações após a quantificação e a avaliação da qualidade das variáveis selecionadas, através da leitura das medidas de discriminação. Para tal, foram realizados vários ensaios (de ACM) na tentativa de estabilizar uma solução que incluísse as variáveis que mais contribuíam (discriminavam) para caracterizar o espaço simbólico (Carvalho, 2008)<sup>7</sup>.

A partir do quadro 1, apura-se que a Dimensão 1 é constituída por quatro variáveis associadas à estrutura do agregado familiar (Sexo, estado civil, rendimento e tipologia da família), sendo definida como “*Estrutura Sociodemográfica do agregado*”. A Dimensão 2 é composta por duas variáveis, as quais estão relacionadas com a situação socioprofissional do agregado familiar (profissão e setor de atividade), sendo, por sua vez, denominada de “*Estrutura Socioprofissional do agregado*”<sup>8</sup>.

Uma vez que a ACM não permite a definição objetiva da tipologia obtida para cada indivíduo, em virtude de não ser um método de classificação, foi aplicada uma Análise de Clusters, considerando como variáveis iniciais as dimensões 1 “*Estrutura Sociodemográfica do agregado*” e 2 “*Estrutura Socioprofissional do agregado*”, obtidas pela ACM, cujos valores correspondem às pontuações (*scores*) de cada indivíduo. De notar que estas variáveis se apresentam como compósitas e contínuas (*object scores*).

---

<sup>7</sup> Foram excluídas da análise as perguntas que estavam sobre o efeito de filtros, de forma a minimizar o número de respostas omissas.

<sup>8</sup> Em anexo (quadro 2.2) está representada uma síntese da quantificação das categorias por dimensão, assim como a representação gráfica do espaço topológico dos três perfis identificados (figura 2.1).

**Quadro 1**  
**Medidas de discriminação, valores próprios, Alpha de Cronbach e inércia para cada uma das dimensões selecionadas**

| Variáveis sociodemográficas | Dimensão 1   | Dimensão 2   |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Sexo                        | <b>0,422</b> | 0,016        |
| Estado civil                | <b>0,789</b> | 0,039        |
| Profissão                   | 0,281        | <b>0,800</b> |
| Setor Atividade             | 0,02         | <b>0,736</b> |
| Rendimento                  | <b>0,312</b> | <b>0,197</b> |
| Tipologia da Família        | <b>0,757</b> | 0,010        |
| Habilitações Literárias     | <b>0,243</b> | 0,023        |
| Valores próprios            | 2,825        | 1,821        |
| <i>Alpha de Cronbach</i>    | 0,754        | 0,526        |
| Inércia                     | 0,404        | 0,260        |
| Inércia total               | <b>0,664</b> |              |

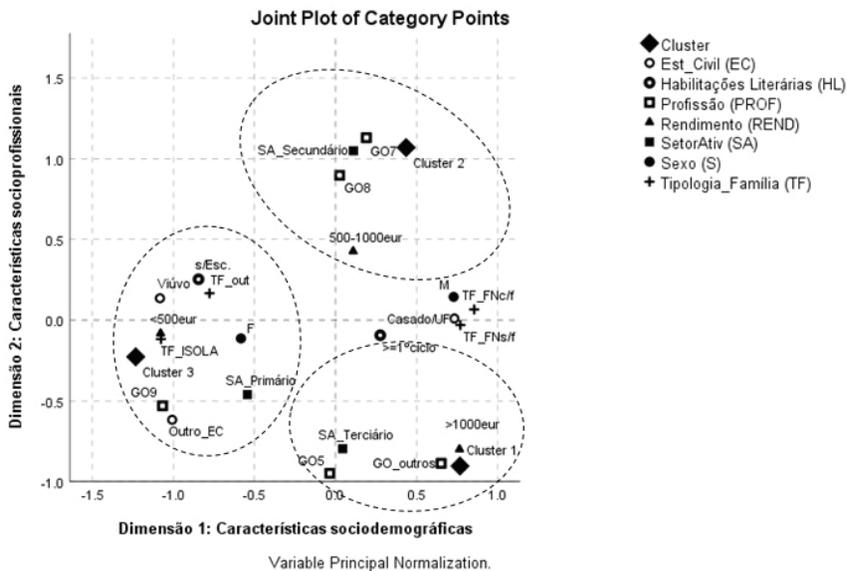
### 3.1. Análise de Clusters

No que se refere aos aspetos mais de natureza processual, interessa sumariar alguns relativos à definição dos *clusters*. Um deles prende-se com a pertença dos indivíduos aos *clusters*. Ela é determinada em função das distâncias que existem entre os indivíduos, relativamente a um conjunto de indicadores previamente definidos (Carvalho, 2008). Conforme referido, na Análise de Clusters a decisão relativa ao número de *clusters* a reter teve como base seis critérios disponíveis no SPSS, nomeadamente: “Ligação simples”; “Critério de Ward”; “Ligação completa”; “Ligação média (entre os grupos e dentro dos grupos); “Método do Centróide” e “Método da Mediana” (ver anexo, figuras 3.1.1 a 3.1.6), tendo-se optado pela utilização de três perfis (*clusters*).

Os resultados desta abordagem foram projetados no plano topológico obtido pela ACM, tornando claro a correspondência entre a configuração por ele sugerida e a tipologia obtida, dado o posicionamento dos *clusters* na representação topológica do espaço sociodemográfico (ver figura 2)<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> Por forma a caracterizar os diferentes *clusters* que segmentam os inquiridos (ver anexo, quadro 3.1).

**Figura 2**  
**Representação tipológica do espaço simbólico. Perfis sociodemográficos dos seniores com mais de 65 anos**



Por fim, procedeu-se à distribuição dos indivíduos da amostra segundo o espaço sociodemográfico definido previamente, verificando-se uma boa representação destes nos três segmentos obtidos (ver anexo, figura 3.2).

Passa-se de seguida a resumir a caracterização dos diferentes agrupamentos que segmentam os inquiridos, para cada um dos estudos:

- a) O cluster 1 (32,2%) identifica o segmento dos indivíduos sobretudo do género masculino (60%), incluídos no escalão etário entre os 65-74 anos (65%), tendo níveis de escolaridade mais elevados, nomeadamente ensino superior (13%) e ensino secundário (8%). São essencialmente casados/união de facto (90%), enquadrando-se predominantemente numa tipologia de família nuclear sem filhos (67%), com profissões mais diversificadas, sobretudo relacionadas com quadros superiores, especialistas em profissões intelectuais e científicas e técnicos e profissionais de nível intermédio (40%) e reformaram-se maioritariamente por razões relacionadas com o limite de idade (56%). Estes indivíduos enquadram-se particularmente no setor de atividade terciário (84%) e apresentam rendimentos individuais mais elevados (cerca de 36%, mais de 800€)

consideravelmente superiores aos rendimentos de indivíduos pertencentes a outros perfis. Este perfil será designado de forma simplificada como: velhice com recursos privilegiados (perfil 1).

b) O cluster 2 (34,1%) identifica o segmento dos indivíduos sobretudo do género masculino (62%), incluídos no escalão etários entre os 65-74 anos (58%), sendo que 42% tem 75 ou mais anos de idade. Neste perfil, o primeiro ciclo revela-se a habilitação literária mais frequente (73%). Trata-se de um grupo constituído sobretudo por pessoas casadas/união de facto (78%) e cerca de 20% encontram-se viúvos. O grupo socioprofissional preponderante corresponde ao grupo de operários, artífices e trabalhadores similares (67%). Embora uma parte significativa destes sujeitos (47%) se tenha reformado por limite de idade, é de realçar que aproximadamente um quarto o fez por questões relacionadas com a saúde (doença grave). Os indivíduos deste perfil enquadram-se sobretudo no setor de atividade secundário (87%) e apresentam rendimentos individuais predominantemente inferiores a 800€ (95%). Este perfil será designado de forma simplificada como: velhice com recursos remediados (perfil 2).

c) O cluster 3 (33,6%) é essencialmente caracterizado por mulheres (93%), com 75 ou mais anos de idade (57%). Aproximadamente metade das mulheres pertencentes à amostra não concluiu nenhum nível de escolaridade (48%). Trata-se de um grupo constituído sobretudo por pessoas viúvas (72%) com predomínio da tipologia de família "isolados" (58,9%). Uma parte considerável pertence a um grupo socioprofissional de trabalhadores não qualificados (41%). À semelhança do perfil anterior, também estas mulheres se reformaram, na sua maioria, por limite de idade (55%), sendo, no entanto, de realçar que mais de um quarto obteve a reforma na sequência de doença grave. Os elementos que compõem este cluster apresentam uma distribuição heterogénea pelos três setores de atividade, sendo de realçar que cerca de 10% ainda exerceram a sua atividade no setor primário (63% no setor terciário; 27% setor secundário). Por fim, constata-se que cerca de 70% tem rendimentos inferiores a 500€. Este agrupamento será designado de forma simplificada como: velhice com exclusão e retraimento (perfil 3).

Estes perfis sociodemográficos reforçam a ideia anteriormente apresentada sobre a heterogeneidade das formas de envelhecer, revelando simultaneamente que o

processo de envelhecimento não é independente da trajetória de vida e dos bens e recursos acumulados ao longo da mesma (Guillemard, 1972). Para os seniores do perfil 3, a transição para a reforma parece representar um prolongamento, e até agravamento, de condições objetivas de vida marcadas pela precariedade e inclusivamente pela pobreza. Este facto faz-nos pensar nos discursos sobre a pobreza nas pessoas idosas, os quais tendem a considerar, de forma mais ou menos latente, o processo de envelhecimento em si como um fator determinante da pobreza, naturalizando o processo de deterioração do seu nível de bem-estar (Lopes, 2015). Ora, a pobreza na velhice, e em particular as diferenças de género na velhice, são condições que decorrem de trajetórias de vida de acumulação de desvantagens, elas próprias sensíveis ao género, associadas ao baixo estatuto económico e social anterior à aposentação e a vulnerabilidades que são socialmente construídas e têm uma base estrutural (*idem*).

Já os seniores do perfil 2, embora não estando numa situação de pobreza, apresentam sinais de vulnerabilidade económica que se agravou na sequência do fim da carreira profissional. A fronteira que separa estes dois perfis é, por isso, bastante ténue. Estes indivíduos estão também expostos a uma série de riscos relacionados com a saída do mercado de trabalho, decorrentes da natureza da relação com aquele mercado ao longo da vida, e que aumentam “não só o risco de exposição à pobreza, mas também a capacidade e a forma como os indivíduos conseguem gerir os desafios específicos que surgem com a idade avançada (...)” (Lopes, 2015: 156). Seguindo esta linha de raciocínio, esta condição de vulnerabilidade pode agravar-se considerando que em Portugal as políticas de proteção dos mais velhos, assentes em abordagens do tipo monetarista, deixam de fora um número de indivíduos que, mesmo que oficialmente acima da linha monetária da pobreza, não conseguem, com os seus rendimentos aceder a recursos indispensáveis para viverem com qualidade de vida. Deste modo, pensar a erradicação da pobreza, mesmo quando pensamos nos mais velhos, obriga a pensar sobre o perfil produtivo da economia portuguesa e os fatores que determinam a repartição primária do rendimento, o sistema educativo e de formação de competências profissionais e sua relação com a formação dos salários, o sistema de proteção social, as regras de formação das pensões, sua relação com o salário e carreira contributiva e sua adequação ao rendimento médio da sociedade (Pereirinha, 2016).

Quanto aos seniores do perfil 1, podemos afirmar que poderão representar as novas gerações de idosos, mais escolarizados e mais qualificados profissionalmente, o que terá potenciado trajetórias de vida de alguma acumulação de recursos que permitem viver esta fase da vida com mais qualidade. São estes indivíduos que tendencialmente mais estarão disponíveis para o lazer e para a realização de um

conjunto de atividades produtivas e de utilidade social, sendo úteis à sociedade e desfrutando de um sentimento de satisfação e realização pessoal (Simões, 2006), promovendo a manutenção de papéis sociais e de um significado para a sua existência.

## Conclusão

Embora sendo uma tendência global das sociedades europeias, e da sociedade portuguesa em particular (Cabral *et al.*, 2014), o envelhecimento apresenta-se como um fenómeno complexo e que não é experimentado por todos os indivíduos da mesma forma, na medida em que é condicionado pelas condições sociais e pelas trajetórias de vida específicas que determinam as oportunidades de experimentar um processo de envelhecimento ativo.

Tal como a maioria dos Planos Gerontológicos, partimos de um diagnóstico à população sénior do concelho de Vila Nova de Gaia que contribuiu para (re)conhecimento da diversidade de perfis sociodemográficos dos seus seniores. Os dados recolhidos e analisados permitiram a identificação de três perfis sociodemográficos reveladores de distintas formas de envelhecer: a *velhice com recursos privilegiados* (perfil 1); a *velhice com recursos remediados* (perfil 2) e a *velhice com exclusão e retraimento* (perfil 3). Pelo que ficou exposto, reforça-se a ideia da importância da acumulação de recursos ao longo da vida dos quais se destacam uma “formação inicial de alto nível”, “renovações importantes das suas atividades, conhecimentos e interesses” (Sève, 2010: 5) e uma vida exterior ao trabalho estimulante e enriquecedora, para envelhecer bem e com qualidade. Os idosos incluídos no perfil “*a velhice com recursos privilegiados*” são os que revelam recursos económicos e culturais que lhes proporcionam maiores oportunidades de envelhecimento ativo. O grupo que revela maior fragilidade e que exige uma maior atenção na intervenção é, sem dúvida, o dos idosos da “*velhice com exclusão e retraimento*”.

O (re)conhecimento desta heterogeneidade deve ser investido na operacionalização de um plano gerontológico que obedeça a uma preocupação política de implementação de ações mais ajustadas às necessidades e interesses da população, e que seja capaz de corrigir as reais e potenciais assimetrias sociais e territoriais.

Neste sentido, combater desigualdades estruturais vivenciadas ao longo do curso de vida através de uma redistribuição de recursos deve fazer parte de uma política de envelhecimento ativo. Pensando numa estratégia abrangente de envelhecimento ativo (Foster e Walker, 2014) fazendo referência a Walker (2002, 2009) ap-

resentam sete princípios fundamentais que devem estar subjacentes a essa estratégia: (1) a atividade deve incluir todas as atividades significativas que contribuem para o bem estar individual, tais como as tarefas de apoio à família, as atividades de lazer ou o voluntariado que deve ser tão valorizado quanto o emprego remunerado; (2) deve ser em grande parte um conceito preventivo envolvendo todas as faixas etárias no processo de envelhecimento ativo, ao longo de todo o curso de vida. Destaca-se, neste contexto, a promoção de intervenções preventivas de saúde (ex. estilo de vida, dieta...) na determinação da saúde em todas as idades; (3) o conceito de envelhecimento ativo deve abranger todos os idosos, incluindo aqueles que são frágeis e dependentes, com maior probabilidade de experimentarem perdas consideráveis no potencial cognitivo e físico; (4) deve ter por base o fortalecimento da solidariedade intergeracional, envolvendo equidade entre gerações; (5) o conceito deve incluir direitos, nomeadamente à proteção social e à educação ao longo da vida, mas também a obrigação de tirar proveito dessas oportunidades de educação, permanecendo ativo, sempre que possível, de várias formas possíveis; (6) as estratégias de envelhecimento ativo devem emergir da ação política cimeira mas também de medidas dos cidadãos, fazendo uso da sua liberdade pessoal, sendo certo que a mesma também depende dos recursos de saúde e estatuto acumulado; (7) a política de envelhecimento ativo deve ter em conta a diversidade dos contextos culturais, dos padrões de atividade e preferências de distintos grupos na Europa e dentro de cada país, sem nunca transgredir as normas de igualdade e os direitos humanos inalienáveis.

Desenvolvendo uma análise sobre programas de intervenção autárquica promotores de envelhecimento ativo ao nível local, Bárrios e Fernandes (2014) alertam-nos para a importância de serem desenvolvidas propostas de ação integradas numa perspetiva de ciclo de vida, tentando antecipar e prevenir situações críticas. Por outro lado, as autoras constataram que algumas intervenções se focavam sobretudo no critério da idade, em detrimento das necessidades concretas, contribuindo para uma certa segregação relacionada com a idade.

Para que o plano gerontológico possa ser construído e implementado, e com vista ao envolvimento dos atores sociais locais, há que disseminar, por todo o concelho, o conhecimento obtido sobre a realidade desta população e discutir, com agentes privilegiados, possíveis projetos e estratégias de intervenção concertadas com vista à promoção de um envelhecimento ativo e de uma cidadania plena numa sociedade que se quer inclusiva. Na sua abrangência, o conceito tem potencial para unir os interesses dos cidadãos, das organizações e dos decisores políticos, reconhecendo diferentes necessidades, desde que seja materializado em ações concretas e na mobilização de recursos e não apenas em posições retóricas (Foster e Walker, 2014).

## Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre (1979), *La distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- BÁRRIOS, Maria João; FERNANDES, Ana Alexandre (2014), “A promoção do envelhecimento ativo a nível local : análise de programas de intervenção autárquica”, *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, vol. 32, n.º 2, pp. 188-196.
- CABRAL, Manuel Villaverde *et al.* (2013), *Processos de Envelhecimento em Portugal – usos do tempo, redes sociais e condições de vida*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- CABRAL, Manuel Villaverde *et al.* (2014), *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- CAPUCHA, Luís (2005), *Desafios da pobreza*, Oeiras, Celta Editora.
- CARADEC, Vincent (2001), *Sociologie de la vieillesse et du vieillissement*, Paris, Edition Nathan.
- CARNEIRO, Roberto *et al.* (2012), *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. [Consultado a 6.11.2017]. Disponível em [http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=envelhecimento\\_populacao.pdf](http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=envelhecimento_populacao.pdf)
- CARVALHO, Helena (2008), *Análise Multivariada de Dados Qualitativos – Utilização da Análise de Correspondências múltiplas com o SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.
- (2014). “Da topologia à tipologia de culturas: Uma proposta de definição de tipos”, *Actas do V Congresso Português de Sociologia*, pp. 7-15. [Consultado a 11.01.2018]. Disponível em [http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4628fdaf27119\\_1.pdf](http://aps.pt/wp-content/uploads/2017/08/DPR4628fdaf27119_1.pdf)
- DEMAZIÈRE, Didier (2013), “Typologie et description. À propos de l’intelligibilité des expériences vécues”, *Sociologie*, vol. 4, pp. 333-347. [Consultado a 8.01.2018]. Disponível em <https://www.cairn.info/revue-sociologie-2013-3-page-333.htm>
- FERNANDES, Ana Alexandre (1997), *Velhice e Sociedade*, Oeiras, Celta Editora.
- FERNANDES, Ana Alexandre (2008), *Questões Demográficas - Demografia e Sociologia da População*, Lisboa, Edições Colibri.
- FERNANDES, Ana Alexandre; BOTELHO, Maria Amália (2007), “Envelhecer Ativo, Envelhecer Saudável: o Grande Desafio”, *Forum Sociológico*, n.º 17, pp.11-16.
- FOSTER, Liam; WALKER, Alan (2015), “Active and Successful Aging: A European Policy Perspective”, *The Gerontologist*, vol. 55, n.º 1, pp. 83–90
- GIFI, Albert (1996), *Nonlinear Multivariate Analysis*, Nova Iorque, John Wiley & Sons.
- GREENACRE, Michael; BLASIUS, Jorg (2006), *Multiple Correspondence Analysis and Related Methods*, Boca-Raton, FL, Chapman-Hall.
- GUILLEMARD, Anne-Marie (1972), *La Retraite une Mort Sociale*, Paris, Mouton.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2012), *Censos - Resultados definitivos. Região Norte – 2011*, Lisboa, INE.

ALVES, Hélder; MACHADO, Idalina; ALMEIDA, Sidalina; GUEDES, Joana; ZILHÃO, Adriano; RIBEIRO, Óscar (2018), “Perfis sociodemográficos da população sénior de Vila Nova de Gaia: de privilegiados, a remediados e excluídos”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 11-42

INTERNATIONAL LONGEVITY CENTRE (2015), *Active Ageing: A Policy Framework in Response to the Longevity Revolution*, Rio de Janeiro, ILC-Brasil.

JOSÉ, José de São (2014). “Envelhecimento ativo: contributo para uma discussão crítica”, *Análise Social*, vol. XLIX, n.º 210, pp. 28-54.

LALIVE D’EPINAY, Christian *et al.* (1999), “Comment définir la grande vieillesse? Du recours à l’âge chronologique ou à l’âge socio-fonctionnel”, *L’année gérontologique*, vol. 13, pp. 64-83.

LÉGARÉ, Jacques (2004), “Conséquences économiques, sociales et culturelles du vieillissement de la population”, in Graziella Casseli; Jacques Vallin; Guillaume Wunsch (dir.), *Démographie: Analyse et synthèse VI – Population et sociétés*, Paris, Éditions de l’INED, pp.117-135.

LENOIR, Rêmi (1989), “Object sociologique et problème social”, in Patrick Champagne, Rêmi Lenoir, Dominique Merllie e Louis Pinto (orgs.), *Initiation à la pratique sociologique*, Paris, Dunod, pp. 55-100.

LOPES, Alexandra (2015). “Pobres que Envelhecem ou Velhos que Empobrecem? Alguns Apontamentos sobre o tema da Pobreza na População Idosa”, in Fernando Diogo; Alexandra Castro; Pedro Perista (orgs.), *Pobreza e Exclusão Social em Portugal – contextos, transformações e estudos*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, pp. 149-164.

LUTZ, Wolfgang; SANDERSON, Warren; SCHERBOV, Serguei (2004), *The End of World Population Growth in the 21st Century: New Challenges for Human Capital Formation and Sustainable Development*, Londres, Taylor & Francis.

MACHADO, Paulo (2007), “Refletindo sobre o Conceito de Envelhecimento Ativo, Pensando no Envelhecimento em Meio Urbano”, *Fórum Sociológico*, n.º 17, pp. 53-63.

MARÔCO, João (2011), *Análise Estatística com utilização do SPSS Statistics*, 5ª ed., Pero Pinheiro, Edições Sílabo.

MAURITTI, Rosário (2004), “Padrões de vida na velhice”, *Análise Social*, vol. XXXIX, n.º 171, pp.339-363.

PAUGAM, Serge (2010), *Le Lien Social*, Paris, PUF.

PEREIRINHA, José António (2016), “Pobreza e Novos Riscos Sociais em Portugal: uma análise da despesa social”, in Cristina Albuquerque; Helena Amaro da Luz (coord.), *Políticas Sociais em Tempos de Crise – Perspetivas, Tendências e Questões Críticas*, Lisboa, Pactor, pp.127-143.

PESTANA, Maria Helena; Gageiro, João Nunes (2014), *Análise de dados para Ciências Sociais. A complementaridade do SPSS*, 6ª ed., Lisboa, Edições Sílabo.

RIBEIRO, Óscar; PAÚL, Constança (2011), *Manual de Envelhecimento Ativo*, Lisboa, Lidel.

RIBEIRO, Óscar (2012), “O envelhecimento “ativo” e os constrangimentos da sua definição”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático, pp. 33-52.

SIMÕES, António (2006), *A Nova Velhice – Um Novo Público a Educar*, Porto, Âmbar.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002), *Active Ageing. A Policy Framework*, WHO, Madrid.

**Hélder Alves.** Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) (Senhora da Hora, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, 4460-362 Senhora da Hora, Portugal. E-mail: [helder.alves@issssp.pt](mailto:helder.alves@issssp.pt)

**Idalina Machado.** (autora de correspondência) Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) (Senhora da Hora, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, 4460-362 Senhora da Hora, Portugal. E-mail: [idalina.machado@issssp.pt](mailto:idalina.machado@issssp.pt)

**Joana Guedes.** Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) (Senhora da Hora, Portugal). Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, 4460-362 Senhora da Hora, Portugal. E-mail: [joana.guedes@issssp.pt](mailto:joana.guedes@issssp.pt)

**Sidalina Almeida.** Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) (Senhora da Hora, Portugal). Centro Lusíada de Investigação em Serviço Social e Intervenção Social (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, 4460-362 Senhora da Hora, Portugal. E-mail: [sidalina.almeida@issssp.pt](mailto:sidalina.almeida@issssp.pt)

**Adriano Zilhão.** Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) (Senhora da Hora, Portugal). Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, 4460-362 Senhora da Hora, Portugal. E-mail: [adriano.zilhao@issssp.pt](mailto:adriano.zilhao@issssp.pt)

**Óscar Ribeiro.** Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP) (Senhora da Hora, Portugal). Centro de Investigação em Tecnologias e Serviços de Saúde (CINTESIS.UP) (Porto, Portugal). Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Endereço de correspondência: Av. Dr. Manuel Teixeira Ruela, 370, 4460-362 Senhora da Hora, Portugal. E-mail: [oscar.ribeiro@issssp.pt](mailto:oscar.ribeiro@issssp.pt)

Artigo recebido em 15 de agosto de 2017. Publicação aprovada em 7 de fevereiro de 2018.

## Anexo

**Quadro 1.1**  
**Distribuição dos inquiridos por freguesia/união de freguesias**

|  | nº  | %     |
|--|-----|-------|
| UF Mafamude e Vilar do Paraíso         | 194 | 19,7  |
| UF Santa Marinha e S. Pedro da Afurada | 121 | 12,3  |
| Canidelo                               | 78  | 7,9   |
| Oliveira do Douro                      | 78  | 7,9   |
| UF Gulpilhares e Valadares             | 73  | 7,4   |
| Pedroso e Seixezelo                    | 62  | 6,3   |
| UF Sandim, Olival, Lever e Crestuma    | 59  | 6,0   |
| Arcozelo                               | 45  | 4,6   |
| UF Serzedo e Perosinho                 | 45  | 4,6   |
| Vilar de Andorinho                     | 43  | 4,4   |
| Avintes                                | 41  | 4,2   |
| S. Félix da Marinha                    | 40  | 4,1   |
| Madalena                               | 39  | 4,0   |
| UF Grijó e Sermonde                    | 37  | 3,7   |
| Canelas                                | 32  | 3,2   |
| Total                                  | 987 | 100,0 |

**Quadro 1.2**  
**Descrição dos indicadores sociodemográficos utilizados na ACM**

| Indicador                                      | Variável                     | Categorias |  |
|--|------------------------------|------------|--|
| 1. Género                                      | Sexo (S)                     | 1          | M (masculino)  |
|  |                              | 2          | F (feminino)   |
| 2. Estado civil                                | Estado Civil (EC)            | 1          | Casado/União de Facto  |
|  |                              | 2          | Viúvo  |
|  |                              | 3          | Outro  |
| 3. Grau de escolaridade completo               | Habilitações Literárias (HL) | 1          | Sem nível de escolaridade  |
|  |                              | 2          | >=1º ciclo do ensino básico  |
| 4. Profissão principal                         | Profissão (PROF)             | 1          | GO7 (Operários)  |
|  |                              | 2          | GO9 (Trabalhadores não qualificados)   |
|  |                              | 3          | GO5 (Pessoal dos serviços e vendedores)  |
|  |                              | 4          | GO8 (Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem)   |
|  |                              | 5          | GO Outros (Membros das forças armadas; quadros superiores da administração pública; especialistas das profissões intelectuais e científicas; técnicos e profissionais de nível intermédio; pessoal administrativo e similares) |
| 5. Rendimento mensal global do grupo doméstico | Rendimento (REND)            | 1          | <500 euros   |
|  |                              | 2          | 500-1000 euros   |
|  |                              | 4          | >1000 euros  |
| 6. Setor de atividade                          | Setor de Atividade (SA)      | 1          | SA Primário  |
|  |                              | 2          | SA Secundário  |
|  |                              | 3          | SA Terciário   |
| 7. Tipologia da família                        | Tipologia da Família (TF)    | 1          | TF ISOLA (isolado)   |
|  |                              | 2          | TF FN s/f (família nuclear sem filhos)   |
|  |                              | 3          | TF FN c/f (família nuclear com filhos)   |
|  |                              | 4          | TF Outra (famílias monoparentais, avós com netos, avós filhos e netos, etc.)   |

**Quadro 2.1**  
**Agregação das categorias por dimensão (quantificação das categorias)**

|            | Quantificações Negativas  | Quantificações Positivas |
|------------|---------------------------|--------------------------|
| Dimensão 1 | Sexo_F                    | Sexo_M                   |
|            | EC_Viúvo + EC_Outro       | EC_Casado/UF             |
|            | <500€                     | 500-1000€ + >1000€       |
|            | TF_Isolada + TF_outra     | TF_FNs/f + TF_FNc/f      |
|            | HL_S/escolaridade         | HL_>=1°Cilo              |
| Dimensão 2 | GO9 + GO5 + GO_outro      | GO7 + GO8                |
|            | AS_Primary + AS_Terciário | AS_Secundário            |

Legenda: Gupos Operacionais (GO): GO7=Operários; GO8=Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; GO9=Trabalhadores não qualificados; GO5=Pessoal dos serviços e vendedores; GO\_outros=Membros das forças armadas; Quadros superiores da administração pública; Especialistas das profissões intelectuais e científicas; Técnicos e profissionais de nível intermédio; Pessoal Administrativo e Similares. Tipologia da família (TF): TF\_ISOLA= isolado; TF\_FNs/f= família nuclear sem filhos; TF\_FNc/f= família nuclear com filhos; TF\_outra= Famílias Monoparentais, Avós com Netos, Avós Filhos e Netos, etc.

**Quadro 2.2**  
**Quantificação das categorias por dimensão**

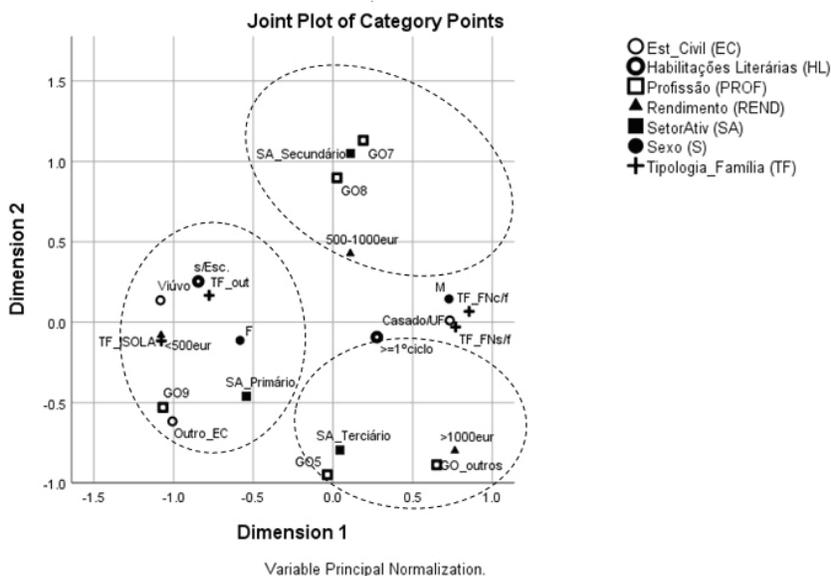
|                  | Points: Coordinates |                      |       |
|------------------|---------------------|----------------------|-------|
|                  | Frequency           | Centroid Coordinates |       |
|                  |                     | Dimension            |       |
|                  |                     | 1                    | 2     |
| Sexo (S)         |                     |                      |       |
| M                | 425                 | .728                 | .145  |
| F                | 562                 | -.583                | -.113 |
| Est_Civil (EC)   |                     | 1                    | 2     |
| Casado/UF        | 575                 | .733                 | .010  |
| Viúvo            | 327                 | -1.083               | .136  |
| Outro_EC         | 85                  | -1.007               | -.617 |
| Profissão (PROF) |                     | 1                    | 2     |
| GO7              | 258                 | .190                 | 1.131 |
| GO9              | 151                 | -1.067               | -.530 |
| GO5              | 145                 | -.035                | -.949 |

**Quadro 2.2 (continuação)**  
**Quantificação das categorias por dimensão**

|                              | Points: Coordinates |                      |       |
|------------------------------|---------------------|----------------------|-------|
|                              | Frequency           | Centroid Coordinates |       |
|                              |                     | Dimension            |       |
|                              |                     | 1                    | 2     |
| GO8                          | 134                 | .025                 | .898  |
| GO_outros                    | 227                 | .651                 | -.887 |
| Missing                      | 72                  |                      |       |
| SetorAtiv (SA)               |                     | 1                    | 2     |
| SA_Primário                  | 48                  | -.543                | -.461 |
| SA_Secundário                | 377                 | .110                 | 1.049 |
| SA_Terciário                 | 475                 | .044                 | -.796 |
| Missing                      | 87                  |                      |       |
| Rendimento (REND)            |                     | 1                    | 2     |
| <500eur                      | 169                 | -1.079               | -.082 |
| 500-1000eur                  | 422                 | .109                 | .427  |
| >1000eur                     | 182                 | .765                 | -.800 |
| Missing                      | 214                 |                      |       |
| Tipologia_Família (TF)       |                     | 1                    | 2     |
| TF_ISOLA                     | 259                 | -1.077               | -.117 |
| TF_FNs/f                     | 421                 | .770                 | -.030 |
| TF_FNc/f                     | 107                 | .855                 | .067  |
| TF_out                       | 198                 | -.777                | .166  |
| Missing                      | 2                   |                      |       |
| Habilitações Literárias (HL) |                     | 1                    | 2     |
| s/Esc.                       | 259                 | -.845                | .253  |
| >=1ºciclo                    | 728                 | .275                 | -.093 |

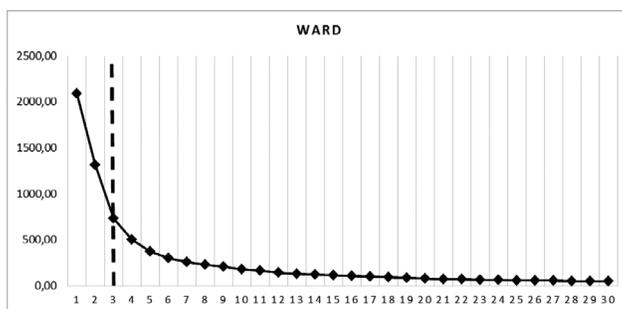
Legenda: Gupos Operacionais (GO): GO7=Operários; GO8=Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; GO9=Trabalhadores não qualificados; GO5=Pessoal dos serviços e vendedores; GO\_outros=Membros das forças armadas; Quadros superiores da administração pública; Especialistas das profissões intelectuais e científicas; Técnicos e profissionais de nível intermédio; Pessoal Administrativo e Similares; Tipologia da família (TF): TF\_ISOLA= isolado; TF\_FNs/f= família nuclear sem filhos; TF\_FNc/f= família nuclear com filhos; TF\_outra= Famílias Monoparentais, Avós com Netos, Avós Filhos e Netos, etc.

**Figura 2.1**  
Configuração topológica do espaço sociodemográfico

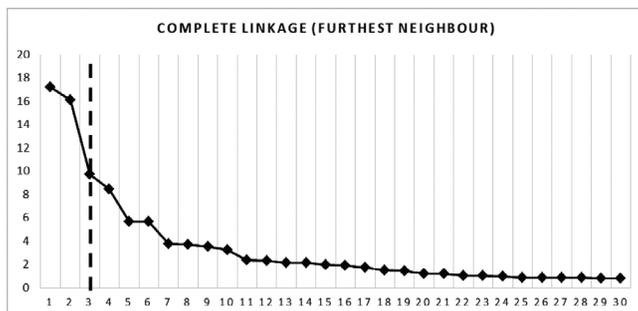


**Figuras 3.1.1 a 3.1.6**  
Distâncias entre os coeficientes de fusão, para os primeiros 30 casos, segundo os vários critérios de aglomeração hierárquica

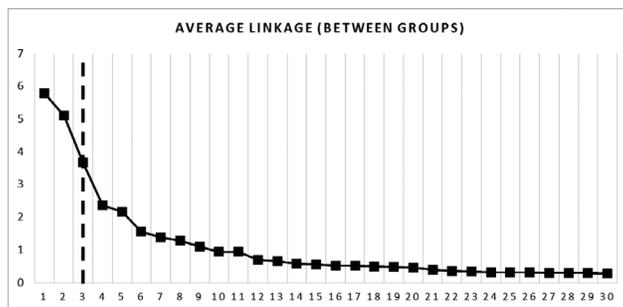
**Figura 3.1.1**  
"Método de Ward"



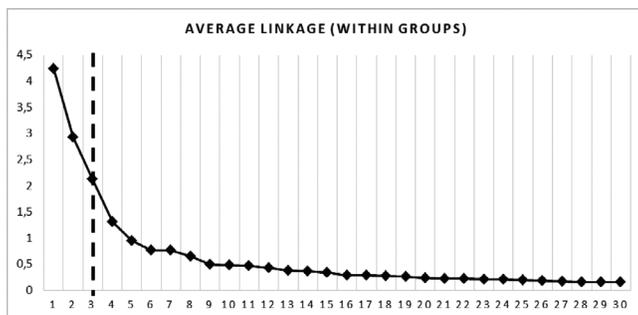
**Figura 3.1.2.**  
**Ligação completa**



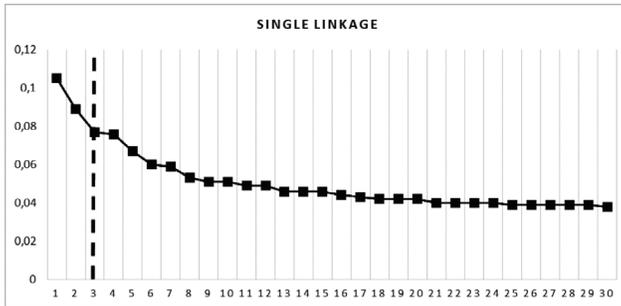
**Figura 3.1.3**  
**Ligação média (entre os grupos)**



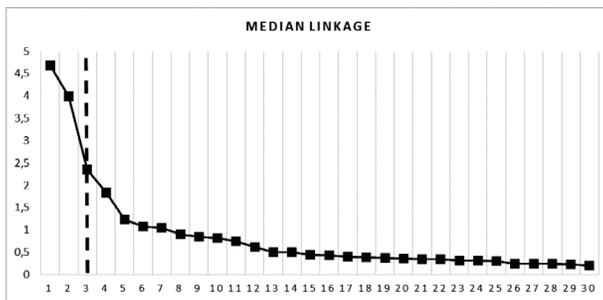
**Figura 3.1.4**  
**Ligação média (dentro dos grupos)**



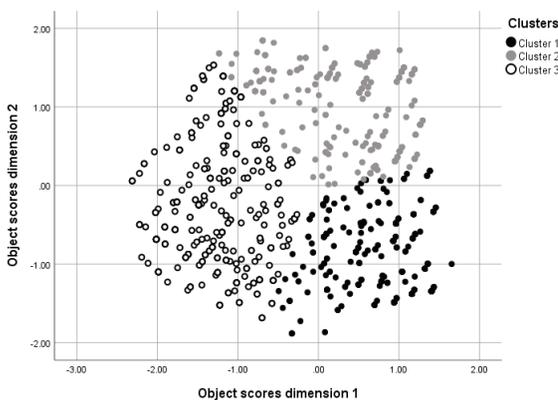
**Figura 3.1.5**  
**Ligação simples**



**Figura 3.1.6**  
**Método da Mediana**



**Figura 3.2**  
**Distribuição dos indivíduos da amostra segundo o espaço sociodemográfico**



**Quadro 3.1**  
**Características sociodemográficas de cada agrupamento (cluster)**

|                                   |  | 3 Clusters |       |           |       |           |       |
|-----------------------------------|--|------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
|                                   |  | Cluster 1  |       | Cluster 2 |       | Cluster 3 |       |
|                                   |  | nº         | %     | nº        | %     | nº        | %     |
| Tipo_Freg (TF)                    | Freg-Urb   | 178        | 56,0  | 150       | 44,5  | 177       | 53,3  |
|                                   | Freg-n/Urb   | 140        | 44,0  | 187       | 55,5  | 155       | 46,7  |
|                                   | Total  | 318        | 100,0 | 337       | 100,0 | 332       | 100,0 |
| Sexo (S)                          | M  | 191        | 60,1  | 209       | 62,0  | 25        | 7,5   |
|                                   | F  | 127        | 39,9  | 128       | 38,0  | 307       | 92,5  |
|                                   | Total  | 318        | 100,0 | 337       | 100,0 | 332       | 100,0 |
| Idade (I)                         | 65-74anos  | 207        | 65,1  | 195       | 57,9  | 140       | 42,2  |
|                                   | >74anos  | 111        | 34,9  | 142       | 42,1  | 192       | 57,8  |
|                                   | Total  | 318        | 100,0 | 337       | 100,0 | 332       | 100,0 |
| Habilitações Literárias           | Sem nível de escolaridade completo                 | 24         | 7,5   | 75        | 22,3  | 160       | 48,2  |
|                                   | 1º ciclo   | 158        | 49,7  | 245       | 72,7  | 138       | 41,6  |
|                                   | 2º ciclo   | 33         | 10,4  | 7         | 2,1   | 7         | 2,1   |
|                                   | 3º ciclo   | 38         | 11,9  | 6         | 1,8   | 16        | 4,8   |
|                                   | Ensino secundário                                  | 24         | 7,5   | 3         | 0,9   | 6         | 1,8   |
|                                   | Ensino Superior                                    | 41         | 12,9  | 1         | 0,3   | 5         | 1,5   |
|                                   | Total  | 318        | 100,0 | 337       | 100,0 | 332       | 100,0 |
| Estado Civil                      | Solteiro(a)  | 6          | 1,9   | 5         | 1,5   | 30        | 9,0   |
|                                   | Casado(a) / União de Facto                         | 286        | 89,9  | 262       | 77,7  | 27        | 8,1   |
|                                   | Divorciado(a) / Separado(a)                        | 3          | 0,9   | 4         | 1,2   | 37        | 11,1  |
|                                   | Viúvo(a)   | 23         | 7,2   | 66        | 19,6  | 238       | 71,7  |
|                                   | Total  | 318        | 100,0 | 337       | 100,0 | 332       | 100,0 |
| Condição atual perante o trabalho | Trabalha   | 7          | 2,2   | 0         | 0,0   | 3         | 0,9   |
|                                   | Ocupa-se das tarefas do lar (deixou de trabalhar)  | 2          | 0,6   | 2         | 0,6   | 7         | 2,1   |
|                                   | Ocupa-se das tarefas do lar (nunca trabalhou fora) | 8          | 2,5   | 15        | 4,5   | 27        | 8,1   |
|                                   | Reformado/aposentado/pensionista                   | 298        | 93,7  | 316       | 93,8  | 292       | 88,0  |
|                                   | Desempregado                                       | 1          | 0,3   | 3         | 0,9   | 1         | 0,3   |
|                                   | Incapacitado permanente                            | 0          | 0,0   | 0         | 0,0   | 2         | 0,6   |
|                                   | Inativo/Outros casos                               | 2          | 0,6   | 1         | 0,3   | 0         | 0,0   |
| Total                             | 318  | 100,0      | 337   | 100,0     | 332   | 100,0     |       |

**Quadro 3.1 (continuação)**  
**Características sociodemográficas de cada agrupamento (cluster)**

|   |  | 3 Clusters |       |           |       |           |       |
|---|--|------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
|   |  | Cluster 1  |       | Cluster 2 |       | Cluster 3 |       |
|   |  | nº         | %     | nº        | %     | nº        | %     |
| Condição predominante perante o trabalho ao longo da vida                               | Trabalha   | 293        | 92,1  | 306       | 90,8  | 264       | 79,5  |
|   | Ocupa-se das tarefas do lar (deixou de trabalhar)  | 8          | 2,5   | 7         | 2,1   | 19        | 5,7   |
|   | Ocupa-se das tarefas do lar (nunca trabalhou fora) | 10         | 3,1   | 18        | 5,3   | 35        | 10,5  |
|   | Reformado/aposentado/pensionista                   | 4          | 1,3   | 2         | 0,6   | 10        | 3,0   |
|   | Incapacitado permanente                            | 2          | 0,6   | 2         | 0,6   | 1         | 0,3   |
|   | Outros casos                                       | 1          | 0,3   | 2         | 0,6   | 3         | 0,9   |
|   | Total  | 318        | 100,0 | 337       | 100,0 | 332       | 100,0 |
| Se é reformado, qual foi a razão principal que o conduziu à reforma?                    | Limite de idade                                    | 167        | 56,0  | 148       | 46,8  | 159       | 54,5  |
|   | Reforma antecipada                                 | 56         | 18,8  | 59        | 18,7  | 29        | 9,9   |
|   | Saúde (doença grave)                               | 37         | 12,4  | 80        | 25,3  | 78        | 26,7  |
|   | Cansaço  | 5          | 1,7   | 1         | 0,3   | 2         | 0,7   |
|   | Cuidado a familiares                               | 2          | 0,7   | 1         | 0,3   | 2         | 0,7   |
|   | Tinha rendimentos                                  | 1          | 0,3   | 0         | 0,0   | 0         | 0,0   |
|   | Outra  | 30         | 10,1  | 27        | 8,5   | 22        | 7,5   |
|   | Total  | 298        | 100,0 | 316       | 100,0 | 292       | 100,0 |
| Mesmo reformado, mantém alguma atividade remunerada ou que contribua para o rendimento? | Sim  | 52         | 17,4  | 56        | 17,7  | 33        | 11,3  |
|   | Não  | 246        | 82,6  | 260       | 82,3  | 259       | 88,7  |
|   | Total  | 298        | 100,0 | 316       | 100,0 | 292       | 100,0 |
| Qual é a principal razão por que mantém uma atividade remunerada depois da reforma?     | Para se manter ocupado                             | 28         | 53,8  | 23        | 41,1  | 10        | 30,3  |
|   | Para melhorar as condições de vida                 | 10         | 19,2  | 13        | 23,2  | 10        | 30,3  |
|   | Por necessidade financeira absoluta                | 3          | 5,8   | 6         | 10,7  | 5         | 15,2  |
|   | Para não se sentir só                              | 0          | 0,0   | 0         | 0,0   | 1         | 3,0   |
|   | Por gosto/prazer em realizar essa atividade        | 8          | 15,4  | 11        | 19,6  | 6         | 18,2  |
|   | Outra  | 3          | 5,8   | 3         | 5,4   | 1         | 3,0   |
|   | Total  | 52         | 100,0 | 56        | 100,0 | 33        | 100,0 |
| Com que idade começou a trabalhar?  | Menos de 18 anos                                   | 231        | 75,7  | 300       | 95,2  | 258       | 86,9  |
|   | 18 ou mais anos                                    | 74         | 24,3  | 15        | 4,8   | 39        | 13,1  |
|   | Total  | 305        | 100,0 | 315       | 100,0 | 297       | 100,0 |

**Quadro 3.1 (continuação)**  
**Características sociodemográficas de cada agrupamento (cluster)**

|  |  | 3 Clusters |       |           |       |           |       |
|--|--|------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
|  |  | Cluster 1  |       | Cluster 2 |       | Cluster 3 |       |
|  |  | nº         | %     | nº        | %     | nº        | %     |
| Até que idade exerceu uma atividade profissional?            | Até aos 65 anos  | 269        | 90,0  | 291       | 90,9  | 263       | 88,0  |
|  | Mais de 65 anos  | 30         | 10,0  | 29        | 9,1   | 36        | 12,0  |
|  | Total  | 299        | 100,0 | 320       | 100,0 | 299       | 100,0 |
| Código Nacional de Profissões - 1 dígito                     | Membros das forças armadas   | 1          | 0,3   | 0         | 0,0   | 1         | 0,3   |
|  | Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas | 29         | 9,4   | 5         | 1,6   | 1         | 0,3   |
|  | Especialistas das profissões intelectuais e científicas                                  | 39         | 12,6  | 0         | 0,0   | 7         | 2,4   |
|  | Técnicos e profissionais de nível intermédio   | 54         | 17,5  | 6         | 1,9   | 7         | 2,4   |
|  | Pessoal Administrativo e Similares   | 38         | 12,3  | 6         | 1,9   | 18        | 6,3   |
|  | Pessoal dos serviços e vendedores  | 88         | 28,5  | 3         | 0,9   | 54        | 18,8  |
|  | Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas                        | 13         | 4,2   | 0         | 0,0   | 2         | 0,7   |
|  | Operários, artífices e trabalhadores similares   | 5          | 1,6   | 212       | 66,7  | 41        | 14,2  |
|  | Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem                         | 13         | 4,2   | 83        | 26,1  | 38        | 13,2  |
|  | Trabalhadores não qualificados   | 29         | 9,4   | 3         | 0,9   | 119       | 41,3  |
|  | Total  | 309        | 100,0 | 318       | 100,0 | 288       | 100,0 |
| SetorAtiv (SA)   | SA_Primário  | 20         | 6,6   | 1         | 0,3   | 27        | 9,6   |
|  | SA_Secundário  | 28         | 9,2   | 272       | 86,6  | 77        | 27,3  |
|  | SA_Terciário   | 256        | 84,2  | 41        | 13,1  | 178       | 63,1  |
|  | Total  | 304        | 100,0 | 314       | 100,0 | 282       | 100,0 |
| Situação na profissão principal que exerceu ao longo da vida | Patrão   | 27         | 8,7   | 15        | 4,6   | 8         | 2,6   |
|  | Isolado/Trabalhador por conta própria  | 39         | 12,6  | 25        | 7,6   | 44        | 14,1  |
|  | Assalariado/Trabalhador por conta de outrem  | 235        | 76,1  | 276       | 84,4  | 222       | 70,9  |
|  | Trabalhador familiar não remunerado  | 3          | 1,0   | 0         | 0,0   | 3         | 1,0   |
|  | Trabalhador familiar remunerado  | 0          | 0,0   | 2         | 0,6   | 9         | 2,9   |
|  | Não se aplica (ex: domésticas que nunca trabalharam fora de casa)                        | 5          | 1,6   | 9         | 2,8   | 27        | 8,6   |
|  | Total  | 309        | 100,0 | 327       | 100,0 | 313       | 100,0 |

**Quadro 3.1 (continuação)**  
**Características sociodemográficas de cada agrupamento (cluster)**

|   |                                       | 3 Clusters |       |           |       |           |       |
|---|---------------------------------------|------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
|   |                                       | Cluster 1  |       | Cluster 2 |       | Cluster 3 |       |
|   |                                       | nº         | %     | nº        | %     | nº        | %     |
| Posição hierárquica (só para assalariados ou situações afins):                                | Dirigente, gestor/a, quadro superior  | 40         | 15,7  | 5         | 1,7   | 5         | 2,0   |
|   | Quadro intermédio                     | 5          | 2,0   | 0         | 0,0   | 0         | 0,0   |
|   | Encarregado/a geral                   | 12         | 4,7   | 20        | 6,9   | 5         | 2,0   |
|   | Chefia direta/primeira chefia         | 32         | 12,6  | 9         | 3,1   | 7         | 2,8   |
|   | Posição subordinada, mas autónoma     | 41         | 16,1  | 31        | 10,7  | 35        | 13,8  |
|   | Executante (sem tarefas de chefia)    | 124        | 48,8  | 224       | 77,5  | 202       | 79,5  |
|   | Total                                 | 254        | 100,0 | 289       | 100,0 | 254       | 100,0 |
| Principais fontes de rendimento   | Trabalho                              | 23         | 7,2   | 14        | 4,2   | 12        | 3,6   |
|   | Rendimentos (juros, aplicações, etc.) | 2          | 0,6   | 1         | 0,3   | 1         | 0,3   |
|   | Rendas de bens imóveis/terrenos       | 18         | 5,7   | 13        | 3,9   | 17        | 5,1   |
|   | Pensão de sobrevivência               | 5          | 1,6   | 11        | 3,3   | 58        | 17,5  |
|   | Pensão de viuvez                      | 10         | 3,1   | 33        | 9,8   | 120       | 36,1  |
|   | Não responde                          | 0          | 0,0   | 0         | 0,0   | 1         | 0,3   |
|   | Outra                                 | 22         | 6,9   | 25        | 7,4   | 13        | 3,9   |
|   | Subsídio de doença, acidente          | 1          | 0,3   | 1         | 0,3   | 1         | 0,3   |
|   | Rendimento Social de Inserção         | 2          | 0,6   | 1         | 0,3   | 2         | 0,6   |
|   | Complemento solidário para idosos     | 5          | 1,6   | 6         | 1,8   | 13        | 3,9   |
|   | Outros subsídios/apoios estatais      | 6          | 1,9   | 4         | 1,2   | 1         | 0,3   |
|   | Pensão de velhice/Reforma             | 293        | 92,1  | 306       | 90,8  | 263       | 79,2  |
|   | Pensão de invalidez                   | 11         | 3,5   | 19        | 5,6   | 19        | 5,7   |
|   | Ajudas de amigos e/ou vizinhos        | 0          | 0,0   | 0         | 0,0   | 2         | 0,6   |
|   | Ajudas de familiares                  | 4          | 1,3   | 7         | 2,1   | 10        | 3,0   |
| Total   | 318                                   | 100,0      | 337   | 100,0     | 332   | 100,0     |       |
| Rendimento (REND)   | <500eur                               | 12         | 5,0   | 26        | 9,2   | 131       | 52,0  |
|   | 500-1000eur                           | 87         | 36,6  | 225       | 79,5  | 110       | 43,7  |
|   | >1000eur                              | 139        | 58,4  | 32        | 11,3  | 11        | 4,4   |
|   | Total                                 | 238        | 100,0 | 283       | 100,0 | 252       | 100,0 |
| Montante aproximado dos seus rendimentos individuais (salário, reforma, pensão, RSI, etc...)? | Menos de 500 euros                    | 93         | 38,0  | 191       | 64,3  | 192       | 69,6  |
|   | 500 a 800 euros                       | 65         | 26,5  | 92        | 31,0  | 70        | 25,4  |
|   | Mais de 800 euros                     | 87         | 35,5  | 14        | 4,7   | 14        | 5,1   |
|   | Total                                 | 245        | 100,0 | 297       | 100,0 | 276       | 100,0 |

**Quadro 3.1 (continuação)**  
**Características sociodemográficas de cada agrupamento (cluster)**

|   |                           | 3 Clusters |       |           |       |           |       |
|---|---------------------------|------------|-------|-----------|-------|-----------|-------|
|   |                           | Cluster 1  |       | Cluster 2 |       | Cluster 3 |       |
|   |                           | nº         | %     | nº        | %     | nº        | %     |
| Tem dificuldade em fazer com que o dinheiro chegue até ao final do mês? | Muita Alguma dificuldade  | 138        | 43,4  | 204       | 60,5  | 229       | 69,0  |
|   | Pouca Nenhuma dificuldade | 180        | 56,6  | 133       | 39,5  | 103       | 31,0  |
|   | Total                     | 318        | 100,0 | 337       | 100,0 | 332       | 100,0 |
| Tipologia_Família (TF)  | TF_ISOLA                  | 24         | 7,5   | 40        | 11,9  | 195       | 58,9  |
|   | TF_FNs/f                  | 214        | 67,3  | 190       | 56,5  | 17        | 5,1   |
|   | TF_FNc/f                  | 56         | 17,6  | 49        | 14,6  | 2         | 0,6   |
|   | TF_out                    | 24         | 7,5   | 57        | 17,0  | 117       | 35,3  |
|   | Total                     | 318        | 100,0 | 336       | 100,0 | 331       | 100,0 |

## **Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais**

**Paula Casaleiro**

Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra

**Andreia Santos**

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

### **Resumo**

A análise de indicadores estatísticos sobre a justiça tutelar cível aponta para um aumento dos processos de incumprimento e de alteração do exercício das responsabilidades parentais. Neste artigo defende-se que o contexto de crise e as políticas austeritárias contribuem direta e indiretamente para a alteração não só do volume, como do caráter dos conflitos familiares judicializados, aumentando os processos de incumprimento e alteração das responsabilidades parentais relativos a alimentos e os processos de regulação das responsabilidades parentais para aceder a mecanismos de proteção social.

Palavras-chave: justiça da família e das crianças; regulação do exercício das responsabilidades parentais; políticas austeritárias.

*Families in time of crisis: the child custody judicial disputes*

### **Abstract**

The analysis of the juvenile justice statistics points to an increase in child custody disputes. In this article it is argued that the crisis' context and the implementation of austerity policies contribute directly and indirectly to the alteration not only of the volume, but also of the nature of the judicialized family conflicts, increasing child custody and child support disputes, namely to access social protection mechanisms.

Keywords: family and children's justice; regulation of parental responsibilities; austerity policies.

*Familles en période de crise: les différends judiciaires en matière de garde des enfants*

**Résumé**

L'analyse des indicateurs statistiques sur la justice des mineurs révèle une augmentation des conflits relatifs à la garde des enfants. Dans cet article, on soutient que le contexte de crise et les politiques d'austérité contribuent directe et indirectement à la modification non seulement du volume, mais aussi de la nature des conflits familiaux judiciarisés, en augmentant les litiges relatifs aux pensions alimentaires pour les enfants et la réglementation des responsabilités parentales afin d'accéder aux mécanismes de protection sociale.

Mots clés: justice de famille et des mineurs; réglementation des responsabilités parentales; politiques d'austérité.

*Las familias en tiempo de crisis: la regulación judicial del ejercicio de las responsabilidades parentales*

**Resumen**

El análisis estadístico de la justicia de menores apunta a un aumento de las disputas de custodia de menores. En este artículo se argumenta que el contexto de crisis y las políticas de austeridad contribuyen directa e indirectamente a la alteración no sólo del volumen, sino también de la naturaleza de los conflictos familiares judicializados, aumentando las disputas de prestación de alimentos a favor de los niños y las disputas de custodia para acceder a mecanismos de protección social.

Palabras clave: justicia familiar; regulación de las responsabilidades parentales; políticas de austeridad.

**Introdução**

Em Portugal, no âmbito da justiça de família e das crianças, entre 2000 e 2013, as ações tutelares cíveis viram o número de processos entrados duplicar (de 23.607, em 2000, para 46.994, em 2013), devido à explosão da procura nas ações de regulação, incumprimento ou alteração do exercício das responsabilidades parentais, enquanto os processos cíveis de família, como as ações de divórcio e separação de pessoas e bens, diminuía (DGPJ, 2017). Para a análise das transformações no movimento processual devem considerar-se duas ordens de fatores: os *fatores endógenos*, isto é, próprios do sistema, e os *fatores exógenos*, exteriores ao sistema judicial (Pedroso, 2006). A emergência da família moderna, individualista e relacional (Singly, 2011), a crescente fragilidade das relações familiares (Wall, 2005), a par do recuo da mortalidade e natalidade infantil (Cunha, 2005) e da promoção (e proteção) dos direitos das crianças pelo Estado (Commaille, 2004; Segalen, 2010) estão intimamente interligados e são indissociáveis da crescente valorização social e familiar da infância

e do aumento da demanda dos tribunais para a resolução de litígios sobre as responsabilidades parentais. Por outro lado, deve ser compreendida ainda no quadro da recente crise financeira de 2008, que contribuiu para o agravamento da situação económica de Portugal e para a implementação de políticas austeritárias. Sob o cenário da “sociedade de austeridade” (Ferreira, 2012), verificou-se o aumento do desemprego, nomeadamente do desemprego desprotegido, e a exclusão do sistema de proteção social de uma parte crescente da população.

Nos últimos anos, o contexto de crise contribuiu direta e indiretamente para alterações no volume e caráter dos conflitos familiares judicializados. Como defende Babo (2013: 276), “se por um lado os pais lutam em muitos dos casos pela própria sobrevivência e a sobrevivência digna de seus filhos”, por outro lado, o Estado Social reduz os níveis de proteção social “com reflexos no equilíbrio da estrutura familiar, da sua dinâmica e da sua viabilidade como núcleo de segurança e de base para o impulsionamento de todas as vertentes inerentes ao desenvolvimento harmonioso das crianças e adolescentes”, bem como na procura judicial. Com efeito, verifica-se, como veremos, um aumento dos processos de incumprimento e de alteração do exercício das responsabilidades parentais relativos a alimentos e dos processos de regulação do exercício das responsabilidades para aceder a mecanismos de proteção social.

O artigo divide-se em duas partes: começa por discutir o impacto das transformações do contexto económico e financeiro, na sequência da crise e das políticas austeritárias, na esfera familiar. Para em seguida, explorar a relação entre a crise e os conflitos familiares judicializados, a partir da análise de indicadores estatísticos sobre a justiça tutelar cível, a nível nacional, e da análise de processos de regulação, alteração ou incumprimento do exercício das responsabilidades parentais, findos em 2014.

## **1. A austeridade enquanto paradigma sociopolítico de resposta à crise**

No ano de 2008, a falência do grupo *Lehman Brothers*, o quarto maior banco de negócios dos Estados Unidos, conduziu ao colapso do sistema financeiro mundial, dando origem a uma crise generalizada que se estendeu também à Europa. Como primeira consequência, é notório o retorno aos lugares comuns das reformas sociais e laborais dos períodos de crise anteriores, expressas nas recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, e nas orientações de resposta à crise plasmadas na revisão da Estratégia de Lisboa com o EU2020: a redução dos custos salariais, a contenção na despesa pública com a proteção social e a insistência

na adaptabilidade como fator de competitividade.

A crise financeira contribuiu para o agravamento da situação económica de vários países europeus, conduzindo ao pedido de ajuda externa por parte da Irlanda, seguida da Grécia e depois Portugal. E é neste período marcado pela recuperação dos défices financeiros dos países em crise que surge o conceito estruturador de resposta à crise: a austeridade.

Na perspetiva de Blyth (2013), a austeridade é um conceito que mascara a verdadeira raiz da crise, transformando uma crise financeira com origem nas dívidas dos bancos, em dívidas dos Estados no sentido de salvar o sistema financeiro da ruína. Deste modo, um conceito profundamente económico reveste-se de um carácter sociopolítico funcionando como um meio de resgate ao neoliberalismo profundamente enraizado e com um forte impacto sob os indivíduos (Lazzarato, 2012). Para além das pessoas, os mercados transformaram-se em protagonistas da regulação sociopolítica, criando novas tensões em relação aos direitos sociais associados à cidadania (Schafer e Streeck, 2013).

Neste sentido, à erosão da cidadania associa-se, simultaneamente, uma dependência do mercado em todas as dimensões da vida social. Esta dependência institucional torna os indivíduos vulneráveis a qualquer tipo de conflito uma vez que tudo se interliga e permanece interdependente como componente integrante da biografia individual: família e salário de trabalho, educação e emprego (Beck, 2005). Deste modo, o discurso a que austeridade faz recurso para continuamente cortar nos salários, aumentar as horas de trabalho, reduzir os subsídios sociais etc., tem tendência a refletir-se em situações de vulnerabilidade, insegurança e medo (Sá, 2010; Fineman, 2010; Chung e Oorschot, 2010).

Em suma, enquanto produto ideológico (Massey, 2012), a austeridade ao romper com os pressupostos de uma “política normal”, reconfigura estrategicamente os ideais da liberdade, da igualdade e da justiça social, bem como os mecanismos redistributivos e quadros institucionais e legais orientados para a solidariedade e coesão social (Ferreira, 2014).

## **2. Impactos da crise na sociedade portuguesa: as famílias**

Como país integrante da União Europeia subordinado à tensão de forças tanto ao nível global como ao nível europeu, Portugal constituiu-se num dos países que mais viriam a “sofrer” com os impactos da crise financeira. É importante referir que

Portugal apresentava já um lento crescimento económico desde 2001, pelo que a crise financeira de 2008 teve um impacto devastador sobre a atividade económica, com crescimento nulo em 2008 e um decréscimo de 2,5% em 2009 (Graça, Lopes e Marques, 2011: 41).

Com o agravamento da situação económica, os anos seguintes são marcados por vários debates e tensões políticas que estiveram subjacentes à criação dos Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC)<sup>1</sup>, e posterior implementação do Memorando de Entendimento em 2011 (e sucessivas atualizações). A polémica em torno do PEC IV conduziu mesmo a eleições antecipadas, motivadas pelo pedido de demissão do então Primeiro-ministro José Sócrates em março de 2011, pelo que em junho de 2011 tomaria posse o Partido Social Democrata (PSD) e como Primeiro-ministro Pedro Passos Coelho.

É, portanto, em maio de 2011, que no seguimento do pedido de resgate financeiro, é implementado o *Memorando de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica* aprovado pelo PSD e pelo Partido Popular (CDS-PP). A sua aplicação em diversas áreas dá origem à denominada “sociedade de austeridade” (Ferreira, 2012) que através das consequentes alterações legislativas virá a produzir grandes transformações socioeconómicas na sociedade portuguesa.

Especificamente, se nos atentarmos nas consequências da crise na sociedade portuguesa desde 2008, como refere Caldas, é possível identificar cinco tendências no decorrer da mesma: a primeira diz respeito ao défice e à dívida pública que cresceram continuamente; a segunda, ao crescimento continuado do desemprego; a terceira, ao aumento do número de pessoas privadas de acesso aos regimes de proteção social; a quarta, ao recuo da provisão pública em diversos domínios; e, a quinta, ao aprofundamento das desigualdades (Caldas, 2013).

A mais notória assenta sobre o aumento do desemprego, nomeadamente do desemprego desprotegido, mas também de situações mais ou menos próximas de subemprego, assumindo-se crescentemente como um canal gerador de desigualdades de rendimento pela exclusão da participação (plena) no mercado de trabalho. A exclusão laboral ao somar-se à exclusão do sistema de proteção social de uma parte crescente da população desempregada, significou uma pauperização aguda das suas condições materiais e subjetivas de existência (Carmo e Cantante, 2014). Este quadro é corro-

---

<sup>1</sup> Sob os auspícios das instituições da União Europeia e parceiros (Eurogrupo e o governo alemão) foram impostos sucessivos pacotes de austeridade (PEC1, PEC2, PEC3 e o rejeitado PEC4), os quais iniciaram “uma via sacra de medidas políticas e eventos económicos” que viriam a ter profundos impactos quantos aos custos sociais a elas associados (Graça, Lopes e Marques, 2011: 41).

borado pelo relatório do Parlamento Europeu acerca do impacto da crise nos direitos fundamentais, o qual assinala que Portugal foi dos países em que o direito ao trabalho, a par com o direito à segurança social, foram especificamente mais afetados pelas medidas de austeridade (Tamamović, 2015).

Tal conduz a que a situação laboral das famílias em Portugal tenha vindo a agravar-se. Entre 2008 e 2014, o número de desempregados aumentou de 427 mil para 726 mil, registando-se o valor mais elevado, 875,9 mil, em 2013 (INE, 2016). No que se refere aos agregados com crianças, constata-se que o número de adultos com trabalho a tempo inteiro tem vindo a diminuir (*idem*). Segundo estudos recentes acerca do impacto da crise na vida das crianças portuguesas (UNICEF, 2013: 15; Wall *et al.*, 2015), em 2011, era cerca de 723 mil o número de adultos com crianças a seu cargo que se encontrava sem trabalho.

De forma geral, entre 2010 e 2013, houve uma redução no apoio económico do Estado às famílias. A partir de 2010, o acesso a todas as prestações sociais do regime não contributivo que dependem do rendimento das famílias como sejam o abono de família, a ação social escolar, os subsídios sociais de parentalidade, o rendimento social de inserção (RSI) e o subsídio social de desemprego, ficou mais restrito, não só em termos do número de famílias beneficiárias mas também dos montantes atribuídos, resultando em menos famílias elegíveis (UNICEF, 2013: 22; Wall *et al.*, 2015: 75).

Centremo-nos no subsídio de desemprego e no rendimento social de inserção. Quanto ao subsídio de desemprego, após a assinatura do Memorando de Entendimento em 2011, este sofreu três grandes alterações: primeiro, alteraram-se as regras de atribuição, o período de concessão e o montante a receber; em segundo lugar, procedeu-se à extensão desta proteção social aos trabalhadores independentes; e, por último, foi introduzida uma contribuição obrigatória para a Segurança Social dirigida aos beneficiários do Subsídio de Desemprego que auferiam mais de 419,22 euros (valor mínimo de referência). Segundo a análise de Carmo e Cantante (2014), no final de 2013, o número de desempregados que não beneficiavam de qualquer prestação de desemprego era de cerca 450 mil (dados do INE) e de 358 mil (dados do IEFPP). Acresce que comparando a evolução deste indicador entre o 4º trimestre de 2008 (início da crise) e o período homólogo de 2013, verifica-se que o número de desempregados estimados pelo INE que não recebiam qualquer subsídio de desemprego aumentou cerca de 157%, enquanto os números referentes ao desemprego registado apontam para um aumento de cerca de 133% (Carmo e Cantante, 2014).

Em 2011, como medida de carácter temporário, foi reintroduzida a majoração de 10%, na prestação de desemprego para os casais com filhos a cargo em que ambos

estão desempregados (Wall *et al.*, 2015). Contudo, a redução do respetivo montante e a diminuição do seu prazo de atribuição fez com que o número de casais desempregados com filhos passasse a abranger apenas uma pequena percentagem de famílias, dada a série de condições de elegibilidade para receber a majoração. Ainda segundo dados de 2013, apenas 20% dos casais desempregados preenchiam as condições exigidas (UNICEF, 2013: 28). Como consequência, os cortes introduzidos no subsídio de desemprego vieram afetar o orçamento familiar numa altura em que este estava já muito fragilizado.

No que diz respeito ao RSI, apesar de se tratar da prestação social com maior impacto no combate à pobreza, este sofreu cortes sucessivos, diminuindo não só o seu número de beneficiários como também o montante mensal a receber. Com efeito, desde 2012, o total de beneficiários do RSI representava cerca de 4% da população portuguesa, o que corresponde a uma diminuição de 1% face ao ano de 2010 (UNICEF, 2013: 26-27). Em 2010 o número de famílias a receber esta prestação diminuiu progressivamente de 206 mil famílias para 160 mil, em 2012, e 148 mil famílias, em 2013 (Wall *et al.*, 2015: 82).

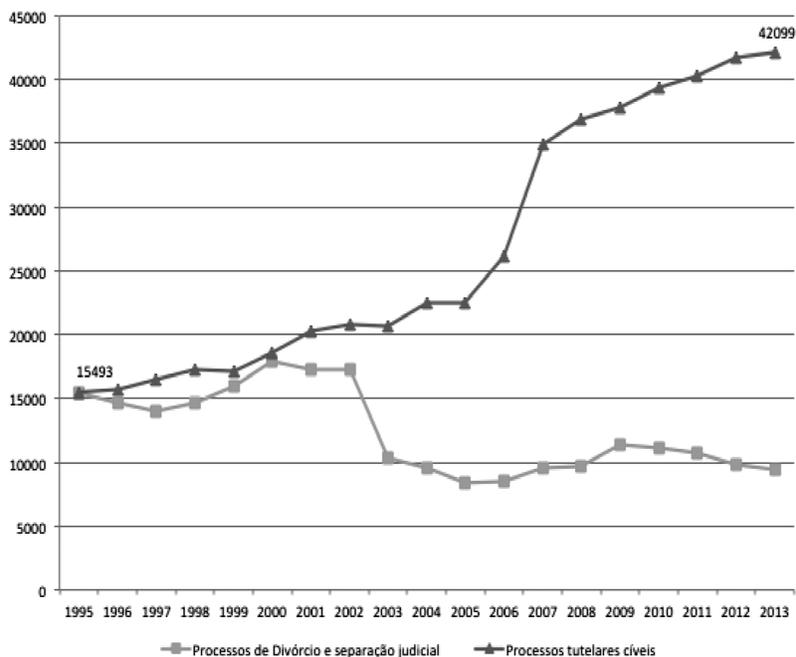
Neste cenário a diminuição dos apoios às crianças e às famílias com as reduções das transferências sociais nos anos de crise constituem-se em fator determinante para o aumento do risco de pobreza. Desde o início da crise, o fosso entre os agregados familiares com e sem crianças dependentes tem vindo a aumentar (UNICEF, 2013: 14), sendo que a presença de crianças num agregado familiar está associada ao aumento do risco de pobreza. Em 2013, 23% das famílias com crianças encontravam-se em risco de pobreza, proporção superior em cerca de 7% à percentagem de risco de pobreza de famílias sem crianças (INE, 2015). Note-se, também, que embora o aumento do risco de pobreza tenha abrangido todos os grupos etários, este é mais elevado no caso das/os menores de 18 anos, relativamente aos quais passou de 24,4% em 2012 para 25,6% em 2013 (INE, 2015).

### **3. Evolução da procura da justiça de família e das crianças**

Em Portugal, no âmbito da justiça de família e das crianças, entre 1995 e 2013, os processos tutelares cíveis viram o número de processos entrados duplicar, de 15.493 para 42.099, enquanto os processos cíveis de família, como as ações de divórcio e separação de pessoas e bens, diminuía, refletindo a dualidade do direito da família português entre a desregulação/desjudicialização dos laços conjugais e a regulação dos laços parentais e publicitação dos direitos da criança (Pedroso e Branco,

2008; Pocar e Ronfani, 2008). Sendo de salientar que enquanto as ações tutelares cíveis duplicaram na primeira década do século XXI de 23.607, em 2000, para 46.994, em 2013, de acordo com os Censos de 2001 e 2011, o número de crianças e jovens entre os 0 e os 19 anos de idade diminui cerca de 10%, de 2.345.288, em 2001, para 2.137.579, em 2011 (INE, 2015). Assim, a taxa de ações tutelares cíveis entradas por 10.000 crianças e jovens entre os 0 e os 19 anos de idade passou de 100,65, em 2000, para 227,1, em 2013.

**Gráfico 1**  
**Processos tutelares cíveis e de divórcio e separação judicial entrados de 1995 a 2013**



Fonte: DGPJ (2016)

Para a análise das transformações no movimento processual devem considerar-se de acordo com Pedroso (2006) duas ordens de fatores: os *fatores endógenos*, isto é, próprios do sistema judicial, e os *fatores exógenos*, exteriores ao sistema judicial. Os primeiros consistem em alterações legislativas (substantivas ou processuais), institucionais e técnicas, os segundos dizem respeito às transformações sociais, económicas, políticas e culturais e ao seu impacto na administração da justiça, em geral, e no movimento processual em particular (por exemplo, desenvolvimento económico, variação

da população, etc.) (Pedroso, 2006: 266). Neste caso e tendo em conta os contributos anteriores, importa considerar que o aumento da procura dos processos deve ser enquadrado, por um lado, no contexto das transformações sociojurídicas mais amplas e interligadas da família, do lugar da criança, e das relações parentais (fatores exógenos), e, por outro, no direito e justiça da família e das crianças (fatores endógenos). No âmbito dos fatores exógenos, em Portugal, é também impossível contornar os efeitos da crise económica e das políticas austeritárias.

À semelhança de outros países, em Portugal, com a crescente fragilidade das relações e a diminuição da natalidade (Wall, 2005), cada filho passou a ser único e insubstituível e um garante de estabilidade e de laços afetivos indissolúveis (Cunha, 2005), aumentando, consequentemente, os conflitos judiciais de família relativos às crianças. Contudo, como sugere Beck (2005), importa considerar outros fatores. Por um lado, os estudos sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e do poder na família em Portugal dão conta da reconfiguração das relações de género na família com a dissolução do modelo tradicional de ganha-pão masculino e a entrada do homem nas tarefas quotidianas, sobretudo através da relação com os filhos (Torres et al., 2005), ainda que a participação do homem continue a ser muito menor do que se poderia esperar em função das normas atuais de reciprocidade e de igualdade no casal, continuando a mulher a assumir a maioria dos cuidados às crianças (Wall e Guerreiro, 2005). Neste contexto, Marinho (2011) no seu estudo sobre a parentalidade na residência alternada dá conta, precisamente, de processos de negociação dos lugares e papéis paternos e maternos, mas também de processos de gatekeeping tanto masculino como feminino (Allen e Hawkins, 1999; Fagan e Barnett, 2003), associados à permanência de ancoragens estatutárias mais tradicionais nos papéis e nas identidades, que visam resguardar territórios e privilégios de género na ação. Ora, estes processos de negociação, apropriação e resistência têm necessariamente reflexos na justiça da família e das crianças. Por outro lado, as transformações políticas e legislativas no campo da família em Portugal, no sentido do apoio aos valores de partilha, de cooperação e de igualdade entre homens e mulheres na família e da promoção de uma paternidade mais participativa (Almeida, 2003; Marinho, 2011; Wall, 2010) pode também ter criado um espaço para um conflito de género que não existia previamente, como sugerem Neale e Smart (1997) e Sheldon e Collier (2008). A evolução da procura da justiça de família e das crianças, em Portugal é, assim, indissociável da emergência da família moderna, simultaneamente individualista e relacional (Singly, 2011), do processo de sentimentalização da infância (Ariès, 1988; Segalen, 2010; Shorter, 1995), da reconfiguração das relações parentais e da divisão

do poder parental genderizada e das transformações jurídicas que perpassaram a sociedade portuguesa, na sequência da revolução democrática em 1974 (Almeida, 2003; Portugal, 2014; Torres, 2002). Contudo, como veremos em seguida, nos últimos anos, parte do crescimento dos processos tutelares cíveis deu-se nas ações de incumprimento e de alteração do exercício das responsabilidades parentais, o que não pode ser dissociado do quadro da recente crise financeira de 2008, a qual contribuiu para agravamento da situação económica de Portugal e para implementação de políticas austeritárias.<sup>2</sup>

No presente artigo, partimos, assim, da hipótese que o contexto de crise e regime de austeridade subsequente contribui direta e indiretamente para alterações no volume e carácter dos conflitos familiares judicializados sobre crianças, ou seja, das ações de regulação, alteração e incumprimento do exercício das responsabilidades parentais. Assim, recorreremos: à análise de indicadores estatísticos sobre a justiça tutelar cível<sup>3</sup> para o período de 2007 (ano imediatamente anterior ao despontar da crise) a 2013 a nível nacional; e à análise de conteúdo de 54 processos de regulação, alteração ou incumprimento da regulação das responsabilidades parentais com decisão judicial ou acordo homologado em sede de audiência de discussão e julgamento, findos em 2014, selecionados e recolhidos numa seção de família e menores, elaborada por uma das autoras no âmbito da sua dissertação de doutoramento (Casaleiro, 2017). Neste artigo centrar-nos-emos no período de 2007 a 2013, ou seja, desde o período pré-crise, passando pelo despontar da crise financeira em 2008 e pela implementação do Memorando em 2011, até 2013.<sup>4</sup>

#### 4. A evolução em tempos de crise

De 2007 para 2013 as ações tutelares cíveis aumentaram cerca de 4,5%, de 44.940 para 46.994. No mesmo período, a taxa de ações tutelares cíveis entradas por

---

<sup>2</sup> Nos últimos anos sucedem-se as notícias que dão conta do aumento da procura na sequência da crise. A título de exemplo conferir Ferreira (2010).

<sup>3</sup> A Organização Tutelar de Menores (Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro e suas sucessivas alterações), nos seus artigos 146.º e 147.º, determina que compete aos tribunais de família e menores, em matéria tutelar cível, entre outros aspetos instaurar a tutela e a administração de bens, constituir o vínculo da adoção, regular o exercício das responsabilidades parentais e fixar os alimentos devidos a menores.

<sup>4</sup> Opta-se aqui por excluir os dados referentes a 2014, ano que marca o fim do programa estabelecido no Memorando de Entendimento (“final da crise”), por haver uma grande discrepância no número de processos entrados de 2013 para 2014. Neste período, o número de processos entrados praticamente duplica de 46994 para 98.994. De acordo com a DGPJ (2017), em 2014, o número de processos entrados e findos foi invulgarmente elevado, consequência das transferências internas decorrentes da aplicação do Decreto-Lei n.º 113-A/2011, de 29 de novembro, que procede a uma reorganização dos tribunais judiciais de 1.ª instância e da Lei n.º 62/2013, de 28 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário).

10.000 crianças e jovens entre os 0 e os 19 anos de idade registou um aumento ainda mais expressivo de cerca de 12,5%, de 202 para 227,2. Contudo, o crescimento das ações tutelares cíveis é interrompido em 2010 e 2011, baixando o número de ações entradas de 48.759, em 2009, para cerca de 41.000 ações. Esta diminuição pode estar associada a diferentes fatores: fatores endógenos de funcionamento dos tribunais e de alterações legislativas, e fatores exógenos de mudança social, associados às medidas implementadas na sequência do Memorando que podem, numa primeira fase, ter atuado como fator dissuasor do recurso ao tribunal. Podem mencionar-se quatro principais fatores de caráter endógeno e exógeno. Quanto à primeira categoria, a diminuição das ações tutelares cíveis nos anos de 2010 e 2011 pode estar relacionada com questões internas ao próprio sistema judicial, nomeadamente: 1) o aumento das custas judiciais; 2) a entrada da nova legislação e o modo como estas alterações à lei substantiva dificultam a adaptação do Ministério Público à mesma; 3) e problemas de desempenho por parte dos tribunais afetando o funcionamento dos serviços. Quanto aos fatores exógenos, relacionam-se, sobretudo, com o contexto de mudança social. Neste caso, os efeitos da crise económica e financeira podem contribuir num primeiro momento para um efeito inibidor da procura dos tribunais, resultando numa maior autocomposição dos conflitos. Nos anos seguintes, observa-se uma recuperação do número de processos entrados. Com efeito, em 2012 e 2013 as ações tutelares cíveis voltam a aumentar e a taxa de processos entrados por 10.000 jovens entre os 0-19 anos de idade atinge os valores mais elevados do século XXI, 225,1 e 227,1, respetivamente.

**Tabela 1**  
**Processos tutelares cíveis entrados nos Tribunais de Primeira Instância, 2007-2013**

| Ano  | Processos entrados | Crianças e Jovens entre os 0-19 anos de idade | Taxa de processos entrados por 10.000 jovens entre os 0-19 anos de idade |
|------|--------------------|---|--|
| 2007 | 44940              | 2225053                                       | 202,0  |
| 2008 | 45436              | 2209826                                       | 205,6  |
| 2009 | 48759              | 2192251                                       | 222,4  |
| 2010 | 41945              | 2162317                                       | 194,0  |
| 2011 | 41990              | 2131790                                       | 197,0  |
| 2012 | 47311              | 2101407                                       | 225,1  |
| 2013 | 46994              | 2069324                                       | 227,1  |

Fonte: DGPI, 2017

Casaleiro (2017) identifica três tipos de motivações não excludentes que levam as partes a instaurar um processo tutelar cível relativo às responsabilidades parentais: acesso à(s) criança(s) - litígios relacionados com a obtenção da guarda exclusiva ou partilhada da criança e/ou o aumento ou limitação do tempo de convívio; patrimonial - litígios relacionados com a pensão alimentar; e certificação administrativa - litígios relacionados com a necessidade de regularizar judicialmente a situação familiar, nomeadamente para aceder a benefícios sociais (como RSI e o abono de família). O agravar das condições socioeconómicas das famílias e as sistemáticas restrições no acesso a mecanismos de proteção social<sup>5</sup> “empurram” as famílias a recorrerem aos tribunais (ainda que através do apoio judiciário) por questões patrimoniais, ou seja, para fazer cumprir o pagamento ou alterar o valor das pensões alimentares, e por questões de certificação administrativa, ou seja, para posteriormente aceder a apoios sociais.

A título de exemplo, o processo seguinte, instaurado em 2010, em que o pai vem solicitar a alteração da regulação das responsabilidades parentais no que respeita ao regime de visitas e à pensão de alimentos perante a sua situação de desemprego.

“O Requerente na impossibilidade de fazer face às suas despesas, designadamente com os alimentos previstos no acordo de regulação, dada a inexistência de rendimentos, teve que recorrer a fundo de desemprego da Segurança Social. (...) E naturalmente que, mesmo reduzindo ao máximo todas as despesas, o Requerido tem tido muitas dificuldades económicas. (...) Face ao exposto vem-se requerer que o acordo de regulação do poder paternal homologado seja alterado nos seguintes termos: Art.º 10, Os Menores ficam confiados à guarda do pai e da mãe, que exercem conjuntamente o poder paternal. (...) Art.º 8, A mãe contribui a título de alimentos aos menores com a quantia mensal de € 300,00, sendo cento e cinquenta euros para alimentos a cada um dos menores.” (Excerto de Petição inicial, Processo 141)<sup>6,7</sup>

Ou, ainda, os inúmeros exemplos de processos de regulação, alteração e incumprimento das responsabilidades parentais intentados no sentido de aceder a prestações sociais.

---

<sup>5</sup> A título de exemplo, no caso do subsídio de desemprego foram introduzidas novas regras em 2012 que vieram reduzir o valor do subsídio a atribuir, bem como o seu período de atribuição. Acresce que outras prestações sociais tais como o subsídio de doença, o RSI, o abono de família, o complemento solidário para idosos e as pensões de sobrevivência foram também alvo de cortes por parte do Estado.

<sup>6</sup> Processo instaurado em 2010 pelo advogado do pai. O pai está desempregado, recebe subsídio de desemprego e vive só.

<sup>7</sup> Opta-se aqui por não identificar a secção de família e menores onde se realizou o estudo para garantir o anonimato das famílias e crianças envolvidas nos processos. Pelo mesmo motivo todos os nomes, números de processo e referências geográficas foram substituídas por nomes e números fictícios e/ou eliminadas.

“A presente ação de regulação do exercício das responsabilidades parentais, fica sobretudo a dever-se ao facto da progenitora ser beneficiária de rendimento social de inserção e, portanto, ter necessidade de ver reguladas as áreas ora em apreço.” (Excerto de Relatório Social da Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal -EMAT, Processo 149)<sup>8</sup>

“Só agora teve necessidade de regular as responsabilidades parentais porque necessita de pedir o RSI.” (Excerto de Ata de Conferência de Pais, Processo 137)<sup>9</sup>

Dos dados disponíveis por espécie de processo, entre 2011 e 2013, é de salientar que enquanto o número de ações de regulação das responsabilidades parentais se mantém praticamente inalterado, o número de ações de alteração e incumprimento das responsabilidades parentais regista um aumento de 18%, passando de 18.396, em 2011, para 21.765, em 2013 (cf. Tabela 2), sendo que representam quase 50% do total de ações tutelares cíveis entradas (46.994). Ora, de acordo com Pedroso *et al.* (2012), os alimentos a menores são responsáveis por grande parte da conflitualidade nos processos de incumprimento e de alteração das responsabilidades parentais, que é necessariamente potenciada num momento de crise económica e financeira, como podemos observar processo seguinte.

**Tabela 2**  
**Processos tutelares cíveis entrados nos Tribunais de Primeira Instância por espécie de processo, 2011-2013<sup>10</sup>**

|  | 2011  | 2012  | 2013  |
|--|-------|-------|-------|
| Regulação das Responsabilidades parentais                              | 16323 | 17346 | 16510 |
| Alterações/Incumprimentos do Exercício das Responsabilidades Parentais | 18396 | 22417 | 21765 |

Fonte: APIPDF, 2014

Neste processo intentado pela mãe, o pai justifica o incumprimento tanto da pensão alimentar, como das visitas com a sua situação de desemprego.

<sup>8</sup> Processo instaurado em 2013 pela mãe, a quem é concedido apoio judiciário. A mãe está desempregada, não recebe subsídio de desemprego, é beneficiária do RSI e vive só com o filho.

<sup>9</sup> Processo instaurado em 2013 pelo Ministério Público, por iniciativa da mãe. A mãe está desempregada, não recebe subsídio de desemprego, é beneficiária do RSI e vive só com as filhas.

<sup>10</sup> A Direção-Geral da Política de Justiça (DG PJ) não disponibiliza informação estatística por espécie de processo e o relatório da Associação Portuguesa para a Igualdade Parental e Direitos dos Filhos (APIPDF) apresenta os dados apenas para o período de 2011 a 2013, pelo que não nos foi possível aceder a informação estatística anterior a 2011.

“O requerido caracteriza a atual situação económica como muito fragilizada e por sua vez impeditiva de assumir os seus compromissos, continuando no presente, segundo ele a depender economicamente do apoio que lhe é facultado por parte da família de origem. (...) A presente situação de fragilidades económicas atualmente evidenciadas não lhe permitem participar economicamente a favor do descendente bem como tem dificultado também a sua deslocação para o ir buscar e levar aos fins de semana, referindo-nos ser esta a causa dos incumprimentos registados nos domínios da pensão de alimentos e dos tempos de partilha (visitas).” (Excerto de Relatório Social da EMAT, Processo 138)<sup>11</sup>

O aumento dos processos de incumprimento reflete-se também no aumento das transferências do Orçamento de Estado para o Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores (FAGDM), a cargo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.<sup>12</sup> O FAGDM assegura o pagamento das prestações da pensão de alimentos em substituição do progenitor faltoso, no caso de incumprimento desta obrigação. Entre 2008 e 2013, verificou-se um aumento crescente da despesa com esta rubrica, sendo a taxa média anual de crescimento de cerca de 9%, culminando com uma despesa de 27,5 milhões de euros em 2013 (IGFSS, 2014). Também o número de beneficiários aumentou 29,6%, no período considerado, de 12.205, 2009, para 15.822, em 2013.

**Tabela 3**  
**Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores**

|               | 2007   | 2008   | 2009   | 2010   | 2011   | 2012   | 2013   | 2014   |
|---------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Beneficiário  | -      | -      | 12.205 | 13.553 | 14.740 | 15.309 | 15.822 | 19.054 |
| Despesa anual | 12.780 | 15.573 | 19.485 | 23.159 | 25.314 | 25.675 | 27.450 | 30.866 |

Fonte: IGFSS, 2012, 2014 e 2015

<sup>11</sup> Processo instaurado em 2012 pela advogada da mãe. O pai está desempregado, não recebe subsídio de desemprego e vive só.

<sup>12</sup> O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), através do FAGDM, assegura o pagamento das prestações da pensão de alimentos, em substituição do progenitor faltoso, no caso de incumprimento desta obrigação. A pensão de alimentos devida a menores – crianças ou jovens até aos 18 anos de idade –, tem como objetivo garantir a subsistência do menor. É tudo o que é indispensável ao sustento, habitação, vestuário do alimentando/menor, e também, a sua instrução e educação. É uma prestação em dinheiro, paga mensalmente. De acordo com o IGFSS, para que o menor possa beneficiar do pagamento da prestação de alimentos através do FGADM é necessário que se verifiquem determinados requisitos legais: Incumprimento da obrigação pelo respetivo devedor; A pessoa judicialmente obrigada a prestar alimentos não satisfizer as quantias em dívida (incumprimento); Menor residente em território nacional; Representante legal residente em território nacional; A capitação de rendimentos do respetivo agregado familiar não pode ser superior ao valor do IAS (indexante dos apoios sociais); O valor das prestações fixadas não pode exceder mensalmente, por cada devedor, o montante de 1 IAS; Menor - crianças ou jovens até aos 18 anos de idade.

Sendo de salientar a manutenção do crescimento em 2013 e 2014, apesar das alterações introduzidas pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, que vieram restringir o acesso às famílias com rendimento igual ou inferior ao indexante de apoios sociais (419 euros), quando a lei anterior (Decreto-Lei n.º 164/99, de 13/05, alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16/06) utilizava como referencial o salário mínimo nacional (485 euros, à época). Ou seja, o agravamento da situação socioeconómica das famílias é de tal forma profundo que não só o número de progenitores em incumprimento das pensões alimentares aumentou, como a restrição nas regras do acesso não provocou uma diminuição do número de beneficiários e despesa do FAGDM.

A crise surge, por isso, como elemento impulsionador da mobilização dos conflitos judiciais familiares. A particularidade desta situação é a de que as dificuldades económicas alteram o próprio caráter do conflito, dado que a falta de rendimentos potenciada pela crise económica coloca sobre os tribunais de família e menores um meio de alcançar um apoio social por parte do Estado que por outros meios foi negado.

No processo seguinte, que é promovido pelo Ministério Público, por iniciativa da avó, a criança, que estava à guarda da mãe e recebia fundo de garantia de alimentos a menores por incumprimento do pai, perdeu o direito à prestação, quando a mãe emigrou para o Brasil, pese embora tenha ficado a residir em Portugal com a avó.

“[A avó] tem sido a figura mais presente e consistente na vida da [criança]. É ela quem, sobretudo nos dois últimos anos, tem assumido todos os cuidados e satisfeito todas as suas necessidades (...) [A mãe] abandonou o filho na casa da sua mãe, estando quase dois anos sem o contactar. [A mãe], enquanto permaneceu em Portugal, beneficiou do fundo de garantia de alimentos devidos a menores, por o pai não assumir o pagamento da pensão de alimentos ao filho, prestação esta que veio a ser cessada com a deslocação da mãe para o estrangeiro. É sobretudo a grave situação económica da avó materna e a necessidade de regularizar judicialmente a situação [da criança] que levou a [avó] a instaurar a presente ação.” (Excerto de Relatório Social da EMAT, Processo 152)<sup>13</sup>

A sentença, que data de um ano após o início da ação, fixa a guarda do menor junto da avó e a prestação de uma pensão de alimentos de 120 euros a cargo de cada um dos progenitores. Contudo, após esta decisão a avó terá ainda de interpor novo processo, agora de incumprimento, para obter o acesso ao FGADM, sendo que o primeiro pagamento das prestações, através do FGADM, tem início no mês seguinte ao da notificação da decisão do tribunal, não havendo lugar ao pagamento de prestações vencidas (ISS, 2013).

---

<sup>13</sup> Processo instaurado em 2013 pelo Ministério Público, por iniciativa da avó. Avó reformada por invalidez, vive só com o neto.

Ainda que o FGADM só possa ser ativado mediante decisão judicial que decrete o incumprimento, em alguns processos de regulação as partes procuram agilizar este processo, como no exemplo seguinte, procurando responder às necessidades económicas imediatas:

“Requer também que, previamente à regulação das Responsabilidades Parentais, seja estabelecido um regime provisório de alimentos e de comparticipação nas despesas da menor por parte do requerido de modo a que face ao eventual incumprimento deste possa ser acionado o fundo de garantia dos alimentos devidos a menores.” (Excerto de Alegações da Requerente, Processo 120)<sup>14</sup>

## Conclusão

Os impactos da crise são usualmente avaliados em termos estritamente económicos, como a redução do défice, e ainda que alguns autores alertem para as consequências sociais da crise, como a taxa de desemprego, taxa de pobreza etc., poucos, ou mesmo nenhuns, têm refletido como a combinação das políticas austeritárias com as consequências sociais impactam na mobilização da justiça e em especial da justiça de família.

Do que podemos observar a crise tem um duplo efeito nos conflitos familiares, por um lado, aumenta os conflitos “tradicionalis” e, por outro lado, cria as condições para a emergência de “novos conflitos”. Por outras palavras, em primeiro lugar, a política da austeridade, ao transferir o custo do ajustamento para as populações e, em particular, para as famílias potencia o aumento dos conflitos judiciais de incumprimento e alteração das responsabilidades parentais, em especial no que toca a pensão de alimentos e acesso ao FGADM. Na tensão entre a desregulação/fragilização dos laços conjugais e a regulação dos laços parentais/publicização dos direitos da criança, a crise e as políticas austeritárias funcionam como um rastilho para os conflitos parentais com a pauperização das famílias.

Em segundo lugar, a opção política de redução do Estado Social torna a mobilização dos tribunais para a regulação ou alteração das responsabilidades parentais a única forma de aceder a apoios sociais, que passaram a ter critérios de acesso mais restritos e a exigir nomeadamente a regulação das responsabilidades parentais (RSI, Abono de Família etc.), criando, assim, um conflito onde outrora não existia. As ações

---

<sup>14</sup> Processo instaurado em 2012 pelo Ministério Público, por iniciativa da mãe. Mãe está desempregada, recebe subsídio de desemprego e vive com os pais e a filha.

de regulação ou alteração das responsabilidades parentais não são um fim em si, mas apenas um meio necessário para aceder a outros apoios sociais.

Desta forma, observa-se uma judicialização da questão social, através dos conflitos familiares que emerge das reformas estruturais que desmantelam o Estado social, colocando novos desafios aos tribunais de família e menores, enquanto garantes dos direitos fundamentais das crianças, como o direito à alimentação das crianças ou o direito à proteção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral.

## Referências bibliográficas

- ALLEN, Sarah M.; HAWKINS, Alan J. (1999), “Maternal gatekeeping: Mothers’ beliefs and behaviors that inhibit greater father involvement in family work”, *Journal of Marriage and the Family*, 61(1), pp. 199–212.
- ALMEIDA, Ana Nunes De (2003), “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, in Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (Eds.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 50–94.
- APIPDF (2014), *Estatísticas da Justiça de Família e Menores Apresentação de dados estatísticos de 2011 – 2013*, [Consult. a 01.01.2016]. Disponível em: <http://igualdadeparental.org/wp-content/uploads/2015/01/Livro-de-estatisticas-justi%C3%A7a-familiar-e-menores-2011-2013.pdf>
- ARIÈS, Philippe (1988), *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio D’Água
- BABO, Judite (2013), “Apresentação do tema «Incumprimento das responsabilidades parentais; aspetos patrimoniais»”, *Revista do Ministério Público*, 133, pp. 275-296.
- BECK, Ulrich (2005), *Risk Society. Towards a New Modernity*, London: Sage Publications.
- BLYTH, Mark (2013), *Austerity: the history of a dangerous idea*, USA, Oxford University Press
- CALDAS, José Maria Castro (2013), *O impacto das medidas ‘anticrise’ e a situação social e de emprego: Portugal*, Bruxelas, Comité Económico e Social Europeu
- CARMO, Renato Miguel; CANTANTE, Frederico (2014), *Precariedade, desemprego e proteção social: caminhos para a desigualdade?* [Consult. a 01.01.2016]. Disponível em: <http://observatorio-das-desigualdades.com/2014/06/19/precariedade-desemprego-e-protecao-social-caminhos-para-a-desigualdade-por-renato-miguel-do-carmo-e-frederico-cantante/>
- CASALEIRO, Paula (2017), *Justiça procura perícia(s). Processos de regulação das responsabilidades parentais*. Tese de doutoramento em Sociologia do Direito, Coimbra, Faculdade de Direito e Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

CASALEIRO, Paula; SANTOS, Andreia (2018), “Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 43-62

CHUNG, Heejung; OORSCHOT, Wim van (2010), *Employment insecurity of European individuals during the financial crisis. A multilevel approach*. Edinburgh, RECOWE Publication, Dissemination and Dialogue Centre

COLLIER, Richard; SHELDON, Sally (2008), *Fragmenting Fatherhood. A socio-legal study*, Oxford-Portland Oregon, Hart Publishing

COMMAILLE, Jacques (2004), “L’enfant Européen?” in Daniel Gadbin e Francis Kernaleguen (ed.), *Le statut juridique de l’enfant dans l’espace européen*, Bruxelas, Bruylant, pp. xxi – xxx.

CUNHA, Vanessa (2005), “As Funções Dos Filhos”, in Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 465–497.

DGPJ (2017), *Estatísticas da Justiça*, [Consult. a 27.12.2017]. Disponível em: <http://www.dgpj.mj.pt/sections/estatisticas-da-justica>

FAGAN, Jay; BARNETT, Marina (2003), “The Relationship Between Maternal Gatekeeping, Paternal Competence, Mothers’ Attitudes About the Father Role, and Father Involvement”, *Journal of Family Issues*, 24(8), pp. 1020–1043.

FERREIRA, Ana Bela (2010) “Pais pedem para baixar pensões”, *Diário de Notícias on-line*, [Consult. a 1.01.2016]. Disponível em: <http://www.dn.pt/portugal/interior/pais-pedem-para-baixar-pensoes--1564619.html>

FERREIRA, António Casimiro (2012), *Sociedade de austeridade e o direito do trabalho de exceção*, Porto, Vida Económica.

- (2014), *Política e sociedade: teoria social em tempo de austeridade*, Porto, Vida Económica

FINEMAN, Martha (2010), “The Vulnerable Subject and the responsive State”, *Emory Law Journal*, Vol. 60, pp.251-275.

GRAÇA, João Carlos; LOPES, João Carlos; MARQUES, Rafael (2011) “The European sovereign debt crisis: The Portuguese case”, *Economic sociology the European electronic newsletter*, Vol. 12, pp. 38-47

IGFSS (2012), *Conta da Segurança Social 2011 - Parte II*, [Consult. a 01.01.2016]. Disponível em: <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/703873/Conta+da+Seguran%C3%A7a+Social+2011+-+Parte+I+I>

- (2014), *Conta da Segurança Social 2013 - Parte II*, [Consult. a 01.01.2016]. Disponível em: <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/11474197/Conta+da+Seguran%C3%A7a+Social+de+2013+-+Parte+II>

- (2015), *Conta da Segurança Social 2014 - Parte II*, [Consult. a 01.01.2016]. Disponível em: <http://www4.seg-social.pt/documents/10152/13433747/Conta+da+Seguran%C3%A7a+Social+de+2014+-+Parte+II>

ISS (2013), *Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores* [Consult. a 07.09.2016]. Disponível em: <http://www.seg-social.pt/fundo-de-garantia-de-alimentos-devidos-a-menores>

LAZZARATO, Maurizio (2012), *The Making of Indebted Man*, Los Angeles, Semiotext(e).

CASALEIRO, Paula; SANTOS, Andreia (2018), “Famílias em tempos de crise: a regulação judicial do exercício das responsabilidades parentais”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 43-62

MARINHO, Sofia (2011), *Paternidades de hoje. Significados, práticas e negociações da parentalidade na conjugalidade e na residência alternada*. Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, Instituto de Ciência Sociais, Universidade de Lisboa.

MASSEY, Doreen (2012), “Ideology and economics in the present moment”, in Jonathan Rutherford e Sally Davison (eds.), *The neoliberal crisis*, London, Soundings LW (e-book), pp. 97-107.

NEALE, Bren; SMART, Carol (1997), “Experiments with Parenthood?”, *Sociology* 31(2), pp. 201–19.

PEDROSO, João (2006), “A justiça em Portugal entre a(s) crise(s) e a(s) oportunidade(s) - contributo para a construção de um novo paradigma de política pública de justiça”. *ScientiaIvridica*, LV(306), pp. 263–302.

PEDROSO, João; BRANCO, Patrícia (2008), “Mudam-se os tempos, muda-se a família. As mutações do acesso ao direito e à justiça de família e das crianças em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 82, pp. 53–83.

PEDROSO, João; BRANCO, Patrícia; CASALEIRO, Paula; POZZI, Cláudia (2012), *O género do direito e da justiça de família - As desigualdades e violência de género na transformação da lei de família e nas decisões dos Tribunais de Família e Menores*. Coimbra

POCAR, Valerio; RONFANI, Paola (2008), *La famiglia e il diritto*. Roma, Bari: EditoriLaterza.

PORTUGAL, Silvia (2014), *Famílias e Redes Sociais. Ligações fortes na produção de bem-estar*, Coimbra, Almedina.

SÁ, Teresa (2010), “Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral”, *Configurações*, 7, [Consult. a 01.01.2016]. Disponível em: <http://configuracoes.revues.org/203>

SCHAFER, Armin; STREECK, Wolfgang (eds.) (2013), *Politics in the age of austerity*, UK, Polity Press

SEGALEN, Martine (2010), *À Qui Appartienent Les Enfants*, Paris, Éditions Tallandier.

SHORTER, Edward (1995), *A formação da família moderna*, Lisboa, Terramar

SINGLY, François de (2011), *Sociologia Da Família Contemporânea*, Lisboa, Edições Texto & Grafia.

TAMAMOVIC, Aleksandra Ivanković (2015), *The impact of the crisis on fundamental rights across Member States of the EU – Comparative analysis*. Committee on Civil Liberties, Justice and Home Affairs

TORRES, Anália (2002), *Casamento em Portugal : uma análise sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

TORRES, Anália; VIEIRA DA SILVA, Francisco; MONTEIRO, Teresa L.; CABRITA, Miguel (2005), *Homens e Mulheres entre famílias e trabalho* (2a ed.). Lisboa: CITE- Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

UNICEF (2013), *As Crianças e a Crise em Portugal - Vozes de Crianças, Políticas Públicas e Indicadores Sociais, 2013*. Comité Português para a UNICEF

WALL, Karin (org.) (2005), *Famílias Em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

- (2010), “Os homens e a política de família”, in Karin Wall, Sofia Aboim e Vanessa Cunha (Eds.), *A vida familiar no masculino. Negociando velhas e novas masculinidades*. Lisboa: CITE, pp. 67–94.

WALL, Karin; ALMEIDA, Ana Nunes de; VIEIRA, Maria Manuel; CUNHA, Vanessa; RODRIGUES,

Leonor; COELHO, Filipa; LEITÃO, Mafalda; ATALAIA, Susana (2015), *Impactos da Crise nas Crianças Portuguesas - Indicadores, Políticas, Representações*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

WALL, Karin; GUERREIRO, Maria das Dores (2005), “A divisão familiar do trabalho”, in Karin Wall (Ed.), *Famílias em Portugal. Percursos, interações, redes sociais*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 303–362.

### **Legislação**

Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro, *Organização Tutelar de Menores*

Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, (segunda alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro), *Orçamento do Estado para 2012*

Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de maio, *Regula a garantia de alimentos devidos a menores*.

**Paula Casaleiro** (autora de correspondência). Investigadora do Centre for Functional Ecology, Science for People & the Planet (Coimbra, Portugal). Doutorada em Sociologia pela Universidade de Coimbra. Centre for Functional Ecology. Departamento de Ciências da Vida. Universidade de Coimbra. Morada de correspondência: Calçada Martim de Freitas. 3000-456 Coimbra, Portugal. E-mail: paula.casaleiro@uc.pt

**Andreia Santos**. Investigadora júnior do Centro de Estudos Sociais e doutoranda do programa «Relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo» da Faculdade de Economia e do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com bolsa de Doutoramento atribuída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Morada de correspondência: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Colégio de S. Jerónimo Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal. E-mail: andreiasantos@ces.uc.pt

Artigo recebido em 12 de maio de 2017. Publicação aprovada em 7 de fevereiro de 2018

## **As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?**

**Hélder Raposo**

Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa  
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - ISCTE-IUL

### **Resumo**

Considerando as inovações organizacionais introduzidas pela Reforma dos Cuidados de Saúde Primários em Portugal, pretende-se analisar as implicações da contratualização de indicadores de desempenho na prática clínica da Medicina Geral e Familiar e nos fundamentos do seu modelo profissional. A partir de um estudo de caso desenvolvido em dois contextos organizacionais distintos, foi possível verificar a emergência de alguns efeitos perversos do *managerialismo* no mundo profissional desta especialidade médica, tais como o aumento do volume de trabalho de teor mais burocrático, a avaliação restritiva do desempenho profissional ou os constrangimentos em colocar em prática o modelo distintivo da especialidade.

Palavras-chave: indicadores de desempenho; modelo profissional; Medicina Geral e Familiar.

*The implications of the contracted performance indicators in the clinical work of general practice: a professional model in mutation?*

### **Abstract**

Considering the organizational innovations introduced by the reform of the Primary Health Care in Portugal, we intend to analyze the implications of the contractualisation of performance indicators in the clinical work of General Practice and in the foundations of its professional model. Based on a case study developed in two different organizational contexts, it was possible to verify the emergence of some perverse effects of managerialism in the professional world of this medical specialty, such as an increased volume of more bureaucratic workload, a restrictive evaluation of professional performance or the constraints to develop a patient-centered medicine.

Keywords: performance indicators; professional model; General Practice.

*Les implications des indicateurs de performance contractualisés dans la pratique clinique de la Médecine Générale: un modèle professionnel en mutation ?*

**Résumé:**

À partir des innovations organisationnelles introduites par la Réforme des Soins de Santé Primaires au Portugal, on prétend analyser les implications de la contractualisation d'indicateurs de performance dans la pratique clinique de la Médecine Générale, ainsi que dans les fondements du modèle professionnel en lui-même. À partir d'une étude de cas développée dans deux contextes organisationnels distincts, il a été possible de vérifier l'émergence de quelques effets pervers du *managerialisme* dans le monde professionnel de la Médecine Générale, tels que l'augmentation du volume de travail plus bureaucratique, l'évaluation restrictive de la performance professionnelle ou les contraintes dans la mise en pratique du modèle distinctif de la spécialité.

Mots-clés : indicateurs de performance, modèle professionnel, Médecine Générale.

*Las implicaciones de los indicadores de desempeño contratados en la práctica de Medicina Familiar y Comunitaria: ¿un modelo profesional en mutación?*

**Resumen**

Considerando las innovaciones organizacionales introducidas por la Reforma de los Cuidados Primarios de la Salud en Portugal, se analizará en este artículo las implicaciones de la contractualización de indicadores de desempeño en la práctica Clínica de la Medicina Familiar y Comunitaria y en los fundamentos de su modelo profesional. A partir de un estudio de caso desarrollado en dos contextos organizacionales distintos, se verificó la emergencia de algunos efectos perversos del *managerialismo* en el mundo profesional de la Medicina Familiar y Comunitaria tales como el aumento del volumen de trabajo más burocrático, la evaluación restrictiva del desempeño profesional o los constreñimientos para poner en práctica el modelo distintivo de la especialidad.

Palabras clave: indicadores de desempeño; modelo profesional; Medicina Familiar y Comunitaria.

## **Introdução**

Considerando as recentes alterações organizacionais na área da saúde que têm sido suscitadas por iniciativas políticas desenvolvidas no quadro da chamada Nova Gestão Pública dos serviços administrativos (Clarke, 1998; Hunter, 2006; Carvalho, 2009; Correia, 2011), pode-se considerar que muitas das reformas que foram desencadeadas tiveram como destacada característica a introdução de um conjunto de novas práticas e instrumentos cuja inovação tem imprimido mudanças consideráveis na arquitetura e na lógica institucional do sistema de saúde português. Nesta perspetiva, e sob os auspícios de uma retórica política que enfatiza os imperativos da eficiência e da melhoria da qualidade do próprio sistema, têm vindo a ser implementadas medidas que reconfiguram a natureza do papel regulatório do sector público à luz de princípios que assentam na consolidação do modelo de contratualização, no desenvolvimento de sistemas de informação, no aprofundamento de sistemas de gestão da qualidade e na

adoção de modelos retributivos associados ao desempenho (Ferreira *et al.*, 2010). Instaura-se, deste modo, uma orientação centrada na lógica da prestação de contas e na vinculação aos princípios de transparência na publicitação dos resultados alcançados à luz dos sistemas de indicadores padronizados entretanto implementados.

É precisamente no quadro de uma importante mudança dos regimes de regulação e de controlo institucional que se torna relevante discernir, no campo da saúde, que implicações concretas é que decorrem destas reformas *managerialistas* para os grupos profissionais, designadamente para a profissão médica. A justificação para este enfoque reside no facto de se tratar de um grupo profissional cujo processo histórico de institucionalização se traduziu na capacidade de assegurar um espaço de pericialidade amplamente protegido das interferências externas de outros grupos e atores (Freidson, 1970). Daqui resulta, portanto, a hipótese de que a sua tradicional lógica de autorregulação seria, à partida, dificilmente compatível com as exigências do escrutínio externo que a natureza destas orientações políticas comporta.

Deste modo, e considerando o caso específico da reforma política que, a partir de 2005, imprimiu mudanças de grande alcance no âmbito dos Cuidados de Saúde Primários (CSP) em Portugal, assumem-se como objetivos específicos deste trabalho, por um lado, sinalizar alguns dos novos enquadramentos organizacionais que daí resultaram e, por outro, explicitar a natureza dos imperativos externos, bem como das reconfigurações que passam a pautar o trabalho médico no contexto da Medicina Geral e Familiar (MGF).

No primeiro caso, importa identificar as mudanças concretas que em termos práticos instauraram novas práticas e procedimentos no âmbito desta especialidade médica, nomeadamente porque a entrada em cena do conceito de governação clínica (Calnan e Gabe, 2009) não só sublinha a importância dos mecanismos de prestação de contas, mas também, e sobretudo, pressupõe a implementação de práticas que ao privilegiarem a responsabilização pelo desempenho, introduzem mudanças concretas na gestão das atividades clínicas por parte dos profissionais.

Precisamente por esta razão, aquilo que no segundo caso importa discutir são os modos como estes novos critérios se vão tornando moduladores da prática profissional, uma vez que permitem gerir a atividade assistencial num sentido que se vai demarcando do tradicional poder discricionário dos profissionais. Em contrapartida, fazem convergir o desempenho das atividades dos profissionais com o cumprimento de indicadores padronizados e com os imperativos de transparência e de publicitação de resultados. Mas ao satisfazer os requisitos desta monitorização regulatória, em que medida se operam alterações significativas quanto aos fundamentos do seu modelo profissional no âmbito da prática clínica?

Para operacionalizar esta análise, são mobilizados alguns resultados de uma investigação empírica desenvolvida no quadro de uma tese de doutoramento em sociologia, subordinada ao tema geral da padronização na medicina e das suas implicações particulares no âmbito do conhecimento e do trabalho médico desenvolvido na MGF (Raposo, 2014). Com base nos resultados empíricos desse trabalho, que do ponto de vista do seu potencial de generalização está limitado à circunstância de se ter baseado numa investigação com estatuto de estudo de caso, são discutidas as implicações da contratualização de indicadores de desempenho profissional na prática clínica e, em última instância, nos próprios fundamentos do modelo profissional distintivo da MGF. Desta forma, trata-se de considerar as implicações das reconfigurações organizativas dos tradicionais “centros de saúde” ao nível da autonomia profissional destes especialistas, uma vez que a adoção de um modelo de avaliação de desempenho requer a incorporação de critérios de gestão, a adesão a uma lógica de responsabilização pela melhoria contínua da qualidade em função de metas e padrões de desempenho e a assunção de um compromisso formal e explícito com a avaliação dos resultados assistenciais obtidos. A vinculação a este tipo de critérios gestionários não é, como se aludirá, necessariamente incompatível com a autonomia profissional, embora acabe por suscitar uma relação de potencial tensão com a valorização da discricionariedade no contexto da prática clínica (Exworthy *et al.*, 2003; McDonald *et al.*, 2007; Bloy, Rigal, 2012) e, designadamente, com os critérios decorrentes da *medicina biográfica*, que se constitui como o modelo distintivo desta especialidade.

## Metodologia

A estratégia de investigação que foi desenvolvida nesta pesquisa insere-se no quadro de uma metodologia qualitativa-intensiva. Esta alicerçou-se na pesquisa de terreno enquanto método principal<sup>1</sup>, nomeadamente através da observação direta (por via da participação em reuniões médicas semanais), e da realização de sessões de grupos focais.

No âmbito desta abordagem metodológica de natureza qualitativa, foi conferida uma clara primazia às preocupações de interpretação da realidade socioprofissional dos médicos da especialidade de MGF inseridos nos seus contextos organizacionais tí-

---

<sup>1</sup> Relativamente à discussão analítica que é empreendida neste artigo, a mesma circunscreve-se aos resultados empíricos decorrentes das sessões de grupos focais. Os aspetos relacionados com a observação direta não são aqui especificamente mobilizados por remeterem para uma análise de outra natureza.

picos. Esta circunstância constituiu, assim, a condição fundamental para a exploração e compreensão das lógicas e racionalidades que estão presentes no desenvolvimento das suas práticas clínicas, especialmente quando estas passam a estar enquadradas por novos pressupostos regulatórios e por novas práticas organizacionais.

De um ponto de vista mais operacional, a opção pelo estudo aprofundado desta realidade traduziu-se na seleção de um estudo de caso que recaiu em dois contextos organizacionais típicos onde se desenvolve o trabalho dos médicos de MGF. Por um lado, as designadas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) que correspondem à configuração organizacional “tradicional” da prestação de CSP por parte dos médicos de MGF, e, por outro, as Unidades de Saúde Familiar (USF), que emergem enquanto modelo inovador de um novo figurino organizacional que corporiza uma das expressões mais visíveis desta reforma política.

No âmbito específico da pesquisa de terreno que foi desenvolvida, o recurso privilegiado a grupos focais justificou-se pelo facto de esta técnica proporcionar a ocasião e o estímulo para os membros de um determinado coletivo articularem pressupostos normativos que habitualmente não são explicitados ou que, pelo menos, não são objeto de particular reflexão por parte dos próprios indivíduos (Bloor *et al.*, 2001; Barbour, 2010). Ou seja, a sua operacionalização não só estimulou a interação dos participantes, “encorajando-os” a explorarem e a explicitarem as suas posições, conceções ou perspectivas - bem como as eventuais divergências ou experiências partilhadas entre o grupo -, mas também se constituiu como uma forma rápida e eficaz de aceder diretamente a formas de comunicação típicas das interações quotidianas dos indivíduos.

Em termos mais práticos, foram realizadas quatro sessões, (duas em cada um dos contextos organizacionais já identificados), tendo as mesmas decorrido entre o fim de 2012 e o início de 2013. Duas destas envolvendo médicos especialistas com responsabilidades formativas na orientação de internos (n=14) e as outras duas envolvendo os internos da especialidade de MGF (n=16).

Assim, e tal como é possível constatar pela leitura do Quadro I, em anexo – que sintetiza as várias características do perfil dos participantes -, as sessões de grupos focais envolveram um total de 30 médicos de MGF e a dimensão dos grupos variou entre os 6 e os 8 elementos. Ao nível da sua composição foi privilegiado como critério a sua relativa homogeneidade<sup>2</sup>. Esta opção comportou uma dupla vantagem. Por um

---

<sup>2</sup> Esta referida homogeneidade não assume que os grupos em causa sejam intrinsecamente uniformes. Apenas pretende salientar a circunstância de que o critério para a composição destes procurou refletir a forma diferenciada como os profissionais se organizam nos seus contextos de trabalho. Ou seja, em cada uma das unidades de saúde estudadas, tratou-se de analisar separadamente o grupo dos médicos especialistas e o grupo dos internos da especialidade. Naturalmente que a prática assistencial pressupõe uma articulação entre todos estes elementos

lado, permitiu refletir mais fielmente as lógicas internas de funcionamento de cada um destes, por outro, permitiu uma maior fluidez das conversações, para além de facilitar a análise das diferenças de perspetivas entre os mesmos. Os grupos constituíram, assim, a unidade de análise e em cada um deles procurou-se analisar e compreender as interações ocorridas e, desse modo, os próprios contextos onde as ideias são formadas e partilhadas.

### **Um novo enquadramento gestorário no mundo profissional da Cuidados de Saúde Primários**

Com o advento de um novo ciclo político no domínio dos CSP encetado pelo XVII Governo Constitucional (2005-2009), rapidamente se tornou claro que o essencial desse impulso reformista se ancorava na opção de privilegiar a contratualização como um dos principais instrumentos para a sustentabilidade e melhoria da qualidade desta área dos cuidados de saúde. Tal implicou, em termos práticos, não apenas uma aposta reforçada nas agências de contratualização, mas também a promoção de modelos inovadores de organização e gestão de cuidados, nomeadamente as USF e, mais tarde, os Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES).

De facto, e embora nele não se esgote, a introdução de um processo de contratualização estabelecido com as USF constituiu-se como um dos pontos fundamentais do processo de Reforma dos CSP. Em termos dos seus princípios básicos, as USF pressupõem a constituição voluntária de pequenas equipas multiprofissionais e auto-organizadas; um grau elevado de autonomia organizativa em termos funcionais e técnicos; a contratualização de uma carteira básica de serviços, bem como um sistema retributivo que premeia a produtividade e os resultados que traduzem melhorias quanto ao aumento da acessibilidade e da qualidade dos cuidados de saúde.

Tendo em consideração a dinamização gerada por este novo enquadramento organizacional, aquilo que, com efeito, se assume como mais significativo é o modo como estas inovações da Reforma dos CSP rapidamente se traduziram numa alargada adesão de muitos profissionais às reestruturações preconizadas. Nesta medida, e embora se afigure como aparentemente paradoxal, essa adesão expressa a existência de uma vontade de mudança que procurou corporizar soluções que já tinham sido an-

---

(a figura do interno a exercer uma medicina tutelada por um orientador que o acompanha e integra nas atividades assistenciais da equipa, assim o atesta), mas interessou, do ponto de vista estritamente analítico, considerar separadamente as conceções destes profissionais que têm, designadamente ao nível da experiência profissional, da responsabilidade, da autonomia e da própria socialização profissional, um enquadramento distinto entre si.

teriormente concebidas e defendidas pelos profissionais desta especialidade médica. Ou seja, os pressupostos normativos subjacentes à lógica de funcionamento das USF denotam, em larga medida, uma importante linha de continuidade com as experiências ensaiadas em torno dos anteriores modelos piloto promovidos pelos próprios profissionais, designadamente no decurso da década de 1990 (Miguel, 2010; Teixeira, 2012).

Sob este ponto de vista, acaba por não ser necessariamente surpreendente que a orientação desta reforma política tenha beneficiado de uma ampla receptividade e de um elevado entusiasmo, uma vez que se tratou de uma iniciativa que foi globalmente entendida como uma oportunidade estratégica para reformular e valorizar os CSP por via de um corte profundo com a filosofia e com a prática dos cuidados de saúde do passado (Biscaia, 2006). Esta coalescência de orientações acabou, assim, por criar as circunstâncias favoráveis para viabilizar muitas das posições e opções estratégicas preconizadas pela MGF relativamente à necessidade de se concretizar uma autonomia efetiva de gestão destes profissionais ao nível da sua realidade organizacional.

Aliás, a existência de modelos organizacionais vinculados ao objetivo da melhoria da qualidade por via de mecanismos de avaliação do desempenho profissional afirma-se como um princípio que acaba até por estar “precocemente” contemplado nas principais orientações políticas dos profissionais desta especialidade. A atestar esta afirmação é elucidativo considerar o teor de dois importantes documentos da década de 1990 que sintetizam as principais propostas estratégicas da Associação de representação socioprofissional da MGF<sup>3</sup> para o desenvolvimento desta especialidade médica: “Um futuro para a medicina familiar em Portugal” (APMCG, 1991) e a “Declaração da Madeira” (APMCG, 1998).

Em ambos os documentos pontificam vários dos princípios enquadradores das orientações estratégicas desta Associação, os quais tinham como pressuposto o princípio da avaliação individual de desempenho, mas desde que tal resultasse de uma iniciativa voluntária e periódica por parte dos especialistas. De acordo, por exemplo, com o teor da “Declaração da Madeira”, preconizam-se os requisitos específicos que salvaguardam as formas entendidas pelos profissionais como as mais adequadas para operacionalizar essa mesma avaliação. De entre essas condições, são de destacar a identificação em reuniões de trabalho, por métodos de consenso, de quais os parâmetros e indicadores a utilizar; a construção, por parte dos profissionais, de uma matriz de referência para este processo de avaliação de desempenho, e a organização

---

<sup>3</sup> Esta Associação foi criada em 1983 com a designação de Associação Portuguesa de Médicos de Clínica Geral (APMCG), tendo sido “rebaptizada” em finais de 2011 como Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar (APMGF), sendo esta a sua atual designação.

de um dispositivo de apoio logístico à sua operacionalização, registo e certificação (APMCG, 1998).

Nesta medida, não só o pressuposto da utilidade de indicadores de saúde foi genericamente bem acolhido, como o seu desenvolvimento no quadro regulatório do processo de contratualização acabou por não se revelar como uma orientação especialmente problemática ou incompatível com a visão estratégica dos profissionais da especialidade. Na verdade, as tensões só começaram a emergir à medida que as exigências destas inovações organizacionais se foram desenvolvendo no terreno, o que fez suscitar uma postura de gradual ceticismo quanto às possibilidades efetivas de concretização das suas potenciais virtudes. A comprová-lo está a constatação de que foi somente após a fase mais auspiciosa do arranque deste processo que se começou a generalizar o entendimento de que a sua operacionalização estava a traduzir-se num decrescente envolvimento dos profissionais na seleção e definição dos indicadores, ao mesmo tempo que, em contrapartida, se ia reforçando a centralização do processo por parte dos órgãos tutelares.

Assim sendo, e sobretudo com o advento de uma nova conjuntura política e governamental iniciada em 2011, foi-se tornando notória a crescente proliferação de um conjunto de reflexões críticas no interior da MGF, especialmente centradas nas implicações negativas do processo para a prática clínica. A ideia mais estruturante e transversal que surgiu era a de que o rumo de desenvolvimento dos Indicadores de Desempenho Contratualizados estaria a colidir com a especificidade e com o carácter distintivo da MGF. O argumento de base que foi sendo mobilizado sublinhava que a avaliação mensurável de algumas componentes da prestação de cuidados não só não contemplava a abrangência das múltiplas áreas que são clinicamente relevantes para os profissionais desta especialidade, como podia interferir negativamente nas dimensões relacionais de uma prática clínica que se reclama de um modelo centrado no doente e orientado para o seu contexto (Jordão, 1995, Santos e Ribeiro, 2009; Melo e Sousa, 2011; Braga, 2013).

Tendo, precisamente, como base a perspetiva dos profissionais relativamente ao desenvolvimento deste processo, quais são, afinal, as dimensões e os pontos críticos suscetíveis de evidenciar as maiores clivagens face ao rumo da contratualização dos indicadores, os maiores desafios que esta coloca relativamente aos fundamentos do próprio modelo profissional e as maiores reconfigurações que se operam ao nível do exercício da prática clínica em contexto organizacional?

Para proceder de uma forma mais sistemática à discussão destas interrogações, alicerça-se a análise no material empírico resultante da realização dos grupos focais

com os médicos de MGF quanto às suas conceções sobre, justamente, o papel dos indicadores no exercício da sua atividade clínica.

Tendo este propósito em consideração, é desde logo possível constatar que a avaliação empreendida pelos profissionais acerca do rumo do processo de contratualização e das suas implicações ao nível da redefinição do trabalho clínico suscitou várias críticas. Entre as principais encontram-se as que salientam o alcance de algumas reconfigurações substantivas ao nível do modelo profissional da especialidade, em especial as referentes à primazia dos critérios de controlo, avaliação e monitorização da actividade clínica em detrimento das lógicas mais estritamente discricionárias.

Uma das vertentes denotativas dessa avaliação negativa refere-se ao tipo de relação entre os profissionais - sobretudo os que estão enquadrados no modelo de USF - e os organismos responsáveis pela condução e formalização do processo de contratualização. Um exemplo ilustrativo dos constrangimentos e das dificuldades práticas relativas à negociação que caracteriza este processo é notório nas considerações da coordenadora da USF em estudo, nomeadamente quando salienta os seguintes aspectos:

“Por exemplo, quando se conseguiu (...) a alteração das hemoglobinas (...) que foram contratualizadas inicialmente... não era uma coisa correta cientificamente, e é um indicador que se conseguiu alterar. Pequenas vitórias. (...) A forma como vamos para a negociação eu acho que reflete estas coisas, se depois na prática conseguimos muitos resultados? Conseguimos um bocadinho de vez em quando, mas saímos sempre um bocadinho frustrados. Mas o facto de estarmos neste processo de formação, aprendizagem, reflexão, análise, permite que vamos para uma contratualização preparados, com conhecimento de quais são os indicadores, qual é a legislação, que resultados é que nós temos obtido, do que é que achamos que podemos melhorar. Porque a negociação, pelo menos como ela está pensada e desenhada, e escrita, e não necessariamente como tem acontecido sempre, pressupõe que haja todo este tipo de análise do contexto, de nós nos compararmos com o grupo a que pertencemos, mas também com o que conseguimos realizar. Portanto nós vamos preparados para fazer (...) uma negociação dura.”. (MO1)

Um elemento importante que daqui ressalta prende-se com o facto de os imperativos inerentes ao sistema de contratualização dos indicadores de desempenho promoverem a assunção de novos papéis e responsabilidades por parte dos profissionais, no sentido em que estes passam a incorporar um certo alinhamento com os pressupostos da abordagem *managerialista*. Tal redefinição está, no entanto, longe de significar uma simples imposição do mundo da gestão sobre o trabalho clínico, não só porque a operacionalização de mudanças efetivas pressupõe, num grau não despreciando, a participação ativa dos profissionais (Hunter, 2006), mas também, e sobretudo, porque

a incorporação e desenvolvimento de papéis de gestão ao nível da coordenação executiva do trabalho organizacional necessário para cumprir com as metas estipuladas acaba por envolver de modo diferenciado os profissionais médicos (Checkland *et al.*, 2008; Grant *et al.*, 2008).

Estas formas específicas de envolvimento com os compromissos e imperativos da lógica da contratualização são, assim, indicativas do desenvolvimento daquilo que alguns autores designam de reestratificação horizontal (Harrison e Dowswell, 2002; Calnan e Gabe, 2009). Com este conceito, pretende-se assinalar a existência de novas lógicas de recomposição intraprofissional (neste caso na MGF) que não pressupõem necessariamente a perda do controlo do trabalho médico face a formas de pressão externa. Salienta-se, em contrapartida, o desenvolvimento de formas de regulação endógena que passam a ser asseguradas por uma “elite administrativa”, neste caso pelos elementos mais envolvidos em aspectos de gestão do trabalho clínico. O que estas diferenciações internas permitem destacar é a existência de novos papéis cuja permeabilidade esbate as diferenças constitutivas entre o discurso médico e o discurso da gestão, fazendo, desse modo, emergir um envolvimento mais ativo que pode inclusivamente assegurar um maior nível de controlo face a potenciais formas de ingerência ou imposição externa (Hunter, 2006).

Assim, e no que diz respeito à existência dessas possíveis imposições externas, os desenvolvimentos do processo de contratualização acabaram por efetivamente desencadear várias reservas. Não só junto dos órgãos representativos da profissão nos seus vários níveis, mas também junto dos profissionais inseridos nos seus contextos específicos de trabalho (particularmente na USF), como, de resto, o seguinte excerto evidencia:

“Eu vejo isto desta maneira: há aqui desacerto entre culturas. Nas USF com melhor clima organizacional estamos no século XXI e, no entanto, a nível, digamos assim, do aparelho central estamos no século XIX. (...) Não há cá negociação nenhuma! Há imposição (...). Negociação, tudo bem; significaria que as duas partes que assinam aqui tinham de ter obrigações e consequências, para nós, neste caso para a direção executiva. Mas não há. Não é um contrato verdadeiramente entre partes, com deveres e obrigações”. (MO7)

No que se refere a estas assimetrias nas relações entre os profissionais inseridos nos seus contextos organizacionais e os órgãos tutelares em matéria de contratualização, pode-se considerar que um dos principais impactos que daqui resulta é uma consequente reconfiguração da própria matriz do modelo profissional. Tal significa que o enquadramento político e institucional que subjaz à implementação de novas realidades organizativas no âmbito dos CSP concorre para redefinir o próprio sistema

normativo de valores que está na base dos discursos profissionais.

Nesta medida, um dos efeitos perversos mais imediatos que tende a ser identificado como responsável por enviesamentos aos critérios mais estritamente clínicos prende-se com o condicionamento introduzido por alguns indicadores assistenciais. Ou seja, os indicadores contratualizados passam a assumir um notório privilégio face a outro tipo de problemas com igual ou maior relevância clínica. Revelador disso mesmo é o seguinte segmento, pois para além de remeter para um exemplo concreto, suscita uma discussão mais alargada que faz salientar um posicionamento crítico relativamente ao que os profissionais entendem ser uma potencial alteração da sua prática clínica:

“Às vezes acontece uma coisa um bocadinho contraditória. Nós temos dois tipos de indicadores: os que são filhos, os que são contratualizados, e os que são um bocadinho enteados, que são os que não são contratualizados. E, de facto, há um esforço muito grande para cumprir com os contratualizados, para cumprir os objetivos, e se calhar isso pode ser de certa forma ser mau por deixar de fora outros aspectos da prática ... Por exemplo, com os doentes diabéticos centramos o nosso esforço de uma maneira tremenda, os doentes diabéticos consomem um número de consultas louco face a outros doentes que também precisariam de cuidados com frequência. (MO14)

Os hipertensos são os beneficiados. (MO12)

Enviesam o nosso esforço, isso sem dúvida nenhuma. É um trabalho muito, muito intenso. (MO14)

São patologias nobres, hoje em dia... (MO12)

Entrou alguém no clube de elite. Tratado mais intensivamente. (MO14)

No outro dia ao falar com um colega vosso da USF ele dizia quando nós olhamos para o doente, vemos o que é que temos de pedir, a primeira ideia é essa. (MO10)

Temos, temos de pensar o que é que não fiz nesta consulta que possa levar ao incumprimento dos indicadores, porque as margens que nos obrigam, algumas de 90%... De facto, não podemos falhar!” (MO14)

Estes excertos, que dizem respeito a uma sessão de grupos focais com médicos especialistas no âmbito de uma UCSP (embora tivessem integrado a referida sessão dois médicos de uma USF), colocam em evidência vários aspetos importantes, destacando-se, desde logo, o facto de que o pagamento por desempenho em função do cumprimento de indicadores pode levar a uma priorização do próprio trabalho clínico, concretamente em contexto de USF (onde a referida “margem de manobra” será, a esse nível, menor). Tal significa, portanto, que a prática clínica acaba por ser efetivamente condicionada, uma vez que os problemas são hierarquizados em função de critérios que, acima de tudo, decorrem das metas estabelecidas no quadro da contratualização.

Há também outras questões pertinentes que se colocam, designadamente a po-

tencial mudança da relação terapêutica com os doentes. Tal torna-se especialmente visível quando essa relação passa a ser mediada pelas preocupações prévias de adequação da consulta em função de uma categoria tipificada de doente que pode tornar justificável o cumprimento de certos indicadores em detrimento de outros. Esta circunstância pode, portanto, conduzir a mudanças significativas da prática assistencial, sobretudo quando os doentes são solicitados para, por exemplo, virem às consultas com o propósito de ser feito o acompanhamento de vários problemas assistenciais tidos como fundamentais para o bom desempenho organizacional da unidade de saúde.

Nesta perspetiva, a introdução dos incentivos financeiros associados ao desempenho pode conduzir ao aumento de situações de desigualdade entre doentes, pelo que estas pressões de cumprimento dos indicadores potenciam a chamada Medicina Baseada nos Indicadores (MBI) (Melo e Sousa, 2011; Braga, 2013) e, nessa medida, uma prática que entra em colisão com os fundamentos subjacentes à ideia de uma Medicina Biográfica privilegiadamente centrada no doente.

Um segmento particularmente elucidativo desta tensão entre o discurso e a prática é o que diz respeito a uma discussão entre internos inseridos no contexto de uma USF:

“Eu acho que é um pouco um misto. Por um lado, o facto de existirem estes indicadores contratualizados estabelecem objetivos bem definidos de qual deverá ser a atividade, o que é que a equipa deverá tentar atingir nesse ano. Por outro lado, também se torna complicado; por exemplo, posso falar do absentismo, pessoas que vinham regularmente à consulta, controlo de diabetes ou de tensão, e que por um motivo ou por outro, eventualmente motivos económicos, não vêm, e a unidade tem contratualizado, por exemplo, que tem de fazer isso. [...] A X falou há pouco da HBaIC. É novamente um daqueles que tem de ser cumprido, são as duas avaliações anuais e, por um lado, condiciona-nos. Da nossa parte eventualmente não o fariamos, mas no contexto de equipa eventualmente não poderemos só nós tomar assim de ânimo leve. Porque poderemos eventualmente prejudicar a casa até porque o seguimento ou o cumprimento, ou não, destes indicadores, pode fazer que a unidade tenha um *downgrade* do seu estatuto. Por exemplo, de um modelo B para o modelo A”<sup>4</sup>. (MI8)

---

<sup>4</sup> Dependendo do grau de desenvolvimento organizacional, foram previstos três modelos de USF (A, B e C), embora o último tenha sido considerado um modelo experimental que, com efeito, nunca chegou a ser implementado. Relativamente aos dois primeiros modelos, embora ambos impliquem um sistema de contratualização que pressupõe uma lógica de diferenciação salarial ou de incentivos institucionais, distingue-os o facto de o modelo A remeter para um processo de desenvolvimento do trabalho em equipa sem alterações substanciais das remunerações - a não ser as decorrentes da contratualização de uma carteira adicional de serviços e o cumprimento de metas que se traduzem em incentivos institucionais -, enquanto o modelo B já estabelece uma relação mais evidente e efetiva entre desempenho e remuneração. Neste último caso, essa relação traduz níveis de desempenho mais exigentes em função do seu “amadurecimento organizacional” (cf. Miguel, 2010: 376; Teixeira, 2012: 108).

O que este excerto torna notório é, desde logo, a ideia de que ao instaurar um novo enquadramento de definição, mensuração e regulação do trabalho profissional, aquilo que a contratualização tende a potenciar é, como referido, o aprofundamento de discrepâncias substantivas entre a conceção retórica da medicina biográfica e a prática clínica. Tal facto assume expressão quando esta última tende a estar crescentemente alinhada não só com as métricas e com os imperativos da abordagem *managerialista*, mas também com uma orientação de pendor mais biomédico (Charles-Jones, Latimer, May, 2003). No primeiro caso, isso é bem visível nas preocupações expressas quanto ao receio de comprometer o desempenho da própria USF. No segundo caso, verifica-se que o trabalho assistencial se vai organizando em função de categorias biomédicas em lugar das dimensões qualitativas que, em termos normativos, são o principal substrato distintivo da MGF.

Tendo ainda como base a mesma sessão de grupos focais, são também de salientar os seguintes aspectos diretamente relacionados com o papel dos indicadores no funcionamento das consultas:

“Alguns não estão bem construídos e obrigam-nos a repetir atos que não se justificam perante a pessoa que temos à nossa frente ou perante a patologia a que se aplicam. (...) O cumprimento dos indicadores mudou muito a forma como eu fazia a consulta, que era o doente e eu, e agora antes de chamar um doente abro logo os alertas para saber o que há para cumprir, portanto eu não começo primeiro a ver o processo clínico da pessoa, eu abro os alertas porque se eu não cumprir aquelas coisas eu sinto que sou um mau elemento da equipa. Depois, outra coisa em que os indicadores condicionaram a minha consulta, comecei a ter de fazer muitos *clicks* extra que às vezes são difíceis de efetuar na consulta porque o sistema é lento, e para além do registo normal em que tenho de escrever, tenho de abrir vários módulos para fazer vários *clicks*. E entre abrir uma janela e outra, demora; e isso lentifica! Às vezes estou a ouvir o doente e a pensar nos alertas que tenho de cumprir. Outras vezes os alertas que tenho dos indicadores que tenho de cumprir não tem nada a ver com o motivo pelo qual a pessoa vem à consulta, então estou a tentar de uma forma cordial introduzi-los. A pessoa vem porque houve um acontecimento negativo na vida dela e quer vir falar desse acontecimento e está com um humor deprimido, mas eu vou ter de medir a tensão arterial, o peso e a data da última menstruação de uma senhora que lhe faleceu o pai ou a mãe!” (M11)

Como se depreende das considerações contidas neste segmento, a discussão suscitada pela partilha de episódios e de casos concretos coloca em evidência um ponto crucial relativamente aos elementos distintivos da medicina biográfica. Ou seja, verifica-se que embora esse modelo seja reiteradamente mobilizado como o suporte que justifica a centralidade do doente em toda a sua globalidade, as características que condicionam a prática assistencial revelam-se, afinal, como promotoras de uma acentuada marginalização destes fundamentos no âmbito da prática clínica (Charles-

Jones, Latimer, May, 2003).

Assim, e sendo certo que algumas das actividades assistenciais se vão tornando paradoxalmente mais biomédicas na sua operacionalização, relativamente aos discursos e às próprias concepções identitárias, não deixa de ser notória uma certa lealdade com os princípios do modelo biográfico subjacente à medicina centrada no doente, aspecto que foi particularmente notório junto dos internos inseridos na realidade da USF. Outros estudos dão conta da existência de vários tipos de tensões suscitadas pela desconexão entre os fundamentos da MGF e os novos enquadramentos da prática clínica (Charles-Jones, Latimer, May, 2003; Exworthy *et al.*, 2003; McDonald *et al.*, 2007; Checkland *et al.*, 2008; Calnan e Gabe, 2009; Bloy e Rigal, 2012;), mas no caso específico desta sessão de grupos focais, a tónica da discussão relativamente ao incumprimento dos pressupostos da abordagem individualizada tornou saliente o impacto estruturante desta concepção identitária.

Um outro aspecto igualmente significativo é o que diz respeito a uma maior centralidade dos sistemas de informação, o que se traduz numa reconfiguração substancial não só das lógicas de registo clínico – através do recurso a sistemas de classificação e a práticas mais uniformes de registo (Braga, 2012; Melo, 2012) –, mas também na redefinição dos critérios de monitorização clínica dos doentes. Ao gerarem vários alertas automáticos, os sistemas de informação permitem identificar aqueles que se justifica serem contactados para que, uma vez assegurada a sua presença, se possam cumprir as metas dos indicadores contratualizados. Tal pode ser feito por duas vias: ou através da marcação de consultas por iniciativa da unidade de saúde, ou por via do cumprimento de certos registos e avaliações quando os doentes vão às consultas por sua iniciativa, mesmo que os problemas que suscitam essa procura não coincidam com as preocupações que presidem às práticas de registo e avaliação por parte dos clínicos (Checkland *et al.*, 2008; Grant *et al.*, 2008; Teixeira, 2012). Uma ilustração deste problema pode ser verificada no excerto seguinte:

“ (...) O facto de serem muito poucos indicadores favorece uma medicina centrada nos indicadores. Há até relatos de algumas unidades onde de facto atingem metas ótimas mas aquilo é tudo artificial; medem-se tensões arteriais que nunca se mediriam (...), convidam-se a sair as pessoas que não querem cumprir os indicadores; e não é muito longe daqui. Portanto há unidades em que “ah você não quer cumprir os indicadores? Então vá ali para a UCSP porque aqui na USF temos metas a cumprir”. Quando nestas equipas acaba por acontecer certas coisas, por exemplo, é preciso cumprir um número de visitas domiciliárias e vai-se fazer uma visita domiciliária a uma pessoa que pode perfeitamente vir à unidade... só para cumprir. Isso acarreta também um custo de deslocação para o profissional que lá vai. Ou seja, o facto de serem poucos indicadores favorece que algumas pessoas passem a fazer uma medicina centrada nos indicadores, portanto aquilo não

mostra nada da qualidade da medicina. Se existissem muitos indicadores ninguém controlava. Há pessoas completamente obsessivas e focadas nos indicadores, portanto o objetivo daquela consulta é fazer aquele *click* e o outro..., e nos últimos minutos perguntam o que é que o senhor veio cá fazer. Isto levanta um grande problema: antes nós centrávamo-nos na agenda do doente, agora temos a nossa agenda e a do doente”. (MI5)

## **Discussão e considerações finais**

Tal como já salientado, a colonização da linguagem, dos pressupostos e dos instrumentos da gestão no mundo profissional da medicina teve consequências substantivas no modelo profissional desta especialidade médica e na própria prática clínica. Contudo, importa também sublinhar que os pressupostos do novo enquadramento organizacional introduzidos pela reforma dos CSP não se traduziram numa imposição unilateral face às prerrogativas de poder profissional desta especialidade.

De facto, um elemento a destacar é o de que os especialistas de MGF não foram um alvo passivo e impotente face a uma putativa arbitrariedade centralista do Estado. Aliás, e para melhor fundamentar as razões de uma alargada adesão a esta Reforma, é de grande utilidade precisar que desde as etapas inaugurais da implementação dos CSP em Portugal, sobretudo após 1982 (quando é criada a carreira médica de clínica geral), se tornou notório o modo como os especialistas desta área foram empreendendo várias iniciativas associativas com o propósito de participar nos processos de mudança política e organizacional relativos ao seu papel profissional no contexto dos CSP.

O empenhamento ativo por parte dos profissionais nas várias conjunturas que foram propícias à concretização de mudanças políticas nesta área dos cuidados pode ser, assim, justificado pela situação de notória assimetria estrutural entre a centralidade do hospital no sistema de saúde e o crónico investimento marginal do Estado nos CSP, não obstante toda a retórica política de jaez laudatório sobre a importância estratégica dos mesmos (Carapinheiro, 2006; Teixeira, 2012). Foi no quadro de uma persistente acentuação do carácter periférico da MGF que se foi desenvolvendo o envolvimento destes especialistas em diversos momentos-chave da implementação das políticas públicas em matéria de CSP. O aspecto transversal que foi pautando todas essas iniciativas consistiu nas reiteradas tentativas de promover soluções organizacionais que fossem capazes de obviar o peso do controlo administrativo do Estado e os consequentes constrangimentos relativos às potencialidades de afirmação da MGF. E isto tanto ao nível dos aspectos ligados à melhoria de condições de trabalho e de remuneração, como ao nível de um maior reconhecimento e prestígio socioprofissional desta especialidade.

Neste contexto, constata-se, portanto, que as recentes orientações políticas de recorte *managerialista* não só acabaram por ser genericamente bem acolhidas e incorporadas pelos setores mais interventivos desta especialidade médica, como a operacionalização de muitas das inovações organizativas inerentes à Reforma foram o resultado de um envolvimento direto de alguns dos seus profissionais. Na verdade, o desenho e a implementação de muitas das novas medidas acabaram por ser o resultado da capitalização de um património de reflexão e de experiência prática com iniciativas anteriores que não só foram historicamente inovadoras, mas que tiveram, ao nível dos seus pressupostos, um carácter preambular à concretização da Reforma dos CSP.

Todavia, é de frisar que o desenvolvimento do processo de contratualização dos indicadores fez emergir várias críticas e reservas que ganharam consistência e que passaram a adquirir um carácter de gradual consenso no âmbito desta especialidade. De entre essas observações de teor crítico, as mais contundentes foram as relativas à constatação de que os critérios subjacentes à contratualização se passaram a revelar restritivos, conduzindo ao que os próprios profissionais designam de afunilamento e focalização da atividade clínica, ou seja, a tendência para privilegiar as tarefas contratualizadas em detrimento de outras e o domínio de um enfoque mais delimitado em torno de algumas áreas clínicas. A principal consequência associada a estas implicações consiste, assim, na possibilidade de estas práticas instaurarem uma Medicina Baseada nos Indicadores em lugar de uma Medicina Biográfica centrada no doente (Melo e Sousa, 2011; Braga, 2013).

Com efeito, trata-se de uma questão de singular importância para a MGF, dado que remete diretamente para o âmago dos fundamentos identitários desta especialidade. A ideia de que a MGF se distingue por ser portadora de uma perspectiva global, personalizada e comprometida com a coordenação e integração dos cuidados (Jordão, 1995; Santos e Ribeiro, 2009) surge assim claramente desafiada, uma vez que a reconfiguração do trabalho clínico imprime uma lógica de maior marginalização relativamente aos elementos distintivos da medicina biográfica. Trata-se de uma situação que potencia um hiato entre o discurso da identidade profissional e as limitações da sua viabilidade enquanto prática clínica concreta (Charles-Jones, Latimer, May, 2003; Checkland *et al.*, 2008).

Nesta medida, as vicissitudes que a partir de dado momento passaram a caracterizar o rumo político da reforma dos CSP, desencadearam alguns paradoxos do *managerialismo* no mundo profissional da MGF, tais como o aumento do volume de trabalho de teor mais burocrático, a avaliação restritiva do desempenho profissional ou os constrangimentos crescentes relativamente à dificuldade de pôr em prática a

personalização e a individualização dos cuidados. São aspetos que, com efeito, se constituem como fatores críticos que não só desafiam a especialidade ao nível de um controlo mais efetivo deste processo, como “forçam” um certo afastamento da MGF relativamente ao seu modelo distintivo. A pressão para o cumprimento de indicadores, sobretudo quando uma parte substancial da própria remuneração deles depende, desencadeia várias preocupações por parte dos profissionais com o alcance das práticas regulatórias. O estabelecimento da já referida MBI torna-se um aspecto limitador das possibilidades profissionais relativamente ao desempenho do seu trabalho numa lógica mais vinculada à valorização da autonomia profissional e conduz a um maior alinhamento com uma lógica mais burocrática e, simultaneamente, mais biomédica.

Constata-se, deste modo, que a operacionalização dos novos enquadramentos organizativos inscritos nos pressupostos da governação clínica estabeleceu uma dinâmica de valorização da qualidade e do desempenho que se foi paradoxalmente divorciando das conceções e da experiência dos profissionais. Assim, e se ao nível dos princípios e dos objetivos não há propriamente nenhuma disjunção (há, aliás, um apelo insistente para que a reforma prossiga e intensifique as virtudes inerentes à sua concretização inicial), as questões problemáticas tornam-se, no entanto, bem patentes nos aspectos relacionados com a definição dos indicadores de desempenho organizacional e com os seus critérios de avaliação, sobretudo quando as margens negociais se revelam diminutas no âmbito do processo de contratualização externa.

No caso da evidência empírica da presente investigação, foi notório que o contexto organizacional onde estes impactos foram assumidos como mais problemáticos é o que diz respeito ao modelo organizativo das USF. Com efeito, no decurso das sessões de grupos focais desenvolvidas na UCSP foi possível verificar que tanto o grupo dos médicos especialistas como o dos internos revelaram estar mais afastados destas preocupações, apesar de as questões da contratualização serem hoje transversais a todo o âmbito dos CSP. Mas o facto de os profissionais das UCSP não estarem tão imperativamente vinculados (sobretudo a nível da sua remuneração) ao cumprimento de indicadores com metas quantitativas mais exigentes, justifica que esta temática não tenha suscitado o mesmo tipo de interesse e de envolvimento quando comparado com as sessões realizadas junto dos profissionais das USF.

Relativamente às alterações da prática clínica que são entendidas como colidindo com os fundamentos do modelo profissional distintivo da MGF, foi também notório que esse debate foi diferenciadamente mais intenso e aprofundado no grupo dos internos, concretamente os que estão integrados na USF. Por um lado, porque se confrontam mais vividamente com as exigências organizacionais inerentes à ne-

cessidade do cumprimento dos indicadores. Por outro, porque o carácter ainda não sedimentado do seu percurso profissional os coloca numa posição em que se estão a confrontar com as dificuldades de gerir os paradoxos subjacentes à compatibilização entre os princípios normativos da especialidade e as exigências pragmáticas de um modelo de trabalho profissional crescentemente enformado por critérios de gestão.

Por fim, importa ainda fazer notar que, no atual quadro de um novo ciclo governativo, parece estar em marcha - depois de um período de alguma estagnação da reforma dos CSP - um novo ímpeto político orientado não só para o aumento do modelo das USF, mas também para a perspetiva de melhoria de alguns aspectos críticos do modelo de contratualização. Interessará estar atento ao modo como as dinâmicas desencadeadas pela operacionalização das novas iniciativas políticas se vão coadunar com as pretensões que justificaram, afinal, a adesão voluntária e o empenho ativista da MGF na implementação de uma reforma política que trouxe, efetivamente, novos modelos e, sobretudo, novas lógicas e exigências para o mundo profissional desta especialidade.

### Referências bibliográficas

- ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS MÉDICOS DE CLÍNICA GERAL (1991), “Um futuro para a Medicina de Família”, Lisboa, Direcção Nacional da APMCG.
- (1998), « Declaração da Madeira », Lisboa, Direcção Nacional da APMCG.
- BARBOUR, Rosaline (2010), “Focus Groups”, in Ivy Bourgeault, Robert Dingwall, Raymond de Vries (Eds.), *The Sage Handbook of Qualitative Methods in Health Research*, London, Sage, pp.327-352.
- BISCAIA, André (2006), “A reforma do pensamento em saúde”, *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, Vol. 22, nº 1, pp. 63 – 64.
- BLOOR, Michael *et al.* (2001), *Focus Groups in Social Research*, London, Sage.
- BLOY, Géraldine, RIGAL, Laurent (2012) « Avec tact et mesure? Les médecins généralistes français aux prises avec les évaluations chiffrées de leur pratique », *Sociologie du travail*, 54, pp.433-56.
- BRAGA, Raquel (2012), “Os registos clínicos e a codificação”, *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 28, pp. 155-156.
- (2013), “Os indicadores de saúde e a contratualização”, *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 29, pp. 278-280.
- CALNAN, Michael, GABE, Jonathan (2009), “The reestratification of primary care in England? A sociological analysis”, in Jonathan Gabe e Michael Calnan (Eds.), *The New Sociology of Health Service*,

- London, Routledge, pp. 56 – 78.
- CARAPINHEIRO, Graça (2006), “A saúde enquanto matéria política”, in Graça Carapinheiro (Org.), *Sociologia da Saúde. Estudos e perspectivas*, Coimbra, Pé de Página, pp.137-164.
- CARVALHO, Maria Teresa (2009), *Nova Gestão Pública e reformas da Saúde. O profissionalismo numa encruzilhada*, Lisboa, Edições Sílabo.
- CHARLES-JONES, Huw, LATIMER, Joanna, MAY, Carl (2003), “Transforming general practice: the re-distribution of medical work in primary care”, *Sociology of Health & Illness*, 25, Nº1, pp. 71-92.
- CHECKLAND, Kath *et al.* (2008), “Biomedicine, holism and general practice: responses to the 2004 General Practitioner contract”, *Sociology of Health & Illness*, Vol. 30, Nº5, pp. 788-803.
- CLARKE, John (1998), “Doing the right thing? Managerialism and Social Welfare”, in Pamela Abbot, Liz Meerabeau (Eds.), *The Sociology of the caring professions*, London, Falmer Press, pp.234-254.
- CORREIA, Tiago (2011), “New Public Management in the Portuguese health sector: a comprehensive Reading”, *Sociologia on line*, nº2, pp.573-598.
- EXWORTHY, Mark *et al.* (2003), “The role of performance indicators in changing the autonomy of the general practice profession in the UK”, *Social Science & Medicine*, 56, pp.1493-1504.
- FERREIRA, Ana Sofia *et al.* (2010), “A contratualização de cuidados de saúde”, in Jorge Simões (Coord.), *30 Anos do Serviço Nacional de Saúde. Um percurso comentado*, Coimbra, Almedina, pp.425-459.
- FREIDSON, Eliot (1970), *Profession of Medicine. A study of the Sociology of Applied Knowledge*, Chicago, The University of Chicago Press.
- GRANT, Suzanne *et al.* (2008), “The impact of pay-for-performance on professional boundaries in UK general practice: an ethnographic study”, *Sociology of Health & Illness*, Vol. 31, Nº2, pp. 229-245.
- HARRISON, Stephen, DOWSWELL, George (2002), Autonomy and bureaucratic accountability in primary care: what general practitioners say, *Sociology of Health & Illness*, 24, pp. 208-226.
- HUNTER, David (2006), “From tribalism to corporatism: The continuing managerial challenge to medical dominance”, in David Kelleher, Jonathan Gabe, Gareth Williams (Eds.), *Challenging medicine*, London: Routledge (second edition), pp.1-23.
- JORDÃO, José Guilherme (1995), *A Medicina Geral e Familiar. Caracterização da Prática e sua Influência no Ensino Pré-Graduado*, Dissertação de Doutoramento em Medicina, Lisboa, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
- McDONALD, Ruth *et al.* (2007), “Impact of financial incentives on clinical autonomy and internal motivation in primary care: ethnographic study”, *BMJ*.
- MELO, Miguel, SOUSA, Jaime Correia (2011), “Os indicadores de Desempenho Contratualizados com as USF: Um ponto da situação no actual momento da Reforma”, *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 27, pp. 28-34.
- MELO, Miguel (2012), “O uso de ICPC nos registos clínicos em Medicina Geral e Familiar”, *Revista Portuguesa de Medicina Geral e Familiar*, 28, pp. 245-246.

RAPOSO, Hélder (2018), “As implicações dos indicadores de desempenho contratualizados na prática clínica da Medicina Geral e Familiar: um modelo profissional em mutação?” *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 63-83

MIGUEL, Luís Silva (2010), “Modelos de gestão nos Cuidados de Saúde Primários”, in Jorge Simões (Coord.), *30 Anos do Serviço Nacional de Saúde. Um percurso comentado*, Coimbra, Almedina, pp.355-387.

RAPOSO, Hélder (2014), *Entre padronização e discricionariedade: Reconfigurações do conhecimento médico na Medicina Geral e Familiar*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia Geral, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

SANTOS, Isabel, RIBEIRO, Isabel (2009), “Indicadores de desempenho na consulta”, *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, 25, pp. 228-236.

TEIXEIRA, Lurdes (2012), *A reforma do Centro de Saúde. Percursos e Discursos*, Lisboa, Editora Mundos Sociais.

**Hélder Raposo.** Doutorado em Sociologia. Professor Adjunto na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL-IPL), Departamento das Ciências Sociais e Humanas (Lisboa, Portugal).. Endereço de correspondência: CIES - Centro de Investigação e Estudos de Sociologia - ISCTE-IUL. Av. D. João II, Lote 4.69.01, 1990 - 096 Lisboa., Portugal. E-mail: [helder.raposo@estestl.ipl.pt](mailto:helder.raposo@estestl.ipl.pt)

Artigo recebido em 15 de março de 2017. Aprovado para publicação em 28 de janeiro de 2018.

## ANEXO

**Quadro I**  
**Perfil dos participantes das sessões de Grupos Focais**

| Código | EstatutoW         | Contexto organizacional | Composição         | Sexo | Grupo etário | Anos especialidade/Ano internato | Período  | Duração |
|--------|-------------------|-------------------------|--------------------|------|--------------|----------------------------------|----------|---------|
| MO1    | Médico orientador | USF                     | n=8                | M    | [56-65]      | [21-30]                          | 29/11/12 | 1h:03m  |
| MO2    | Médico orientador | USF                     |                    | M    | [36-45]      | [1-10]                           |          |         |
| MO3    | Médico orientador | USF                     |                    | H    | [46-55]      | [11-20]                          |          |         |
| MO4    | Médico orientador | USF                     |                    | H    | [36-45]      | [1-10]                           |          |         |
| MO5    | Médico orientador | USF                     |                    | H    | [36-46]      | [11-20]                          |          |         |
| MO6    | Médico orientador | USF                     |                    | H    | [46-55]      | [11-20]                          |          |         |
| MO7    | Médico orientador | USF                     |                    | H    | [56-65]      | [21-30]                          |          |         |
| MO8    | Médico orientador | USF                     |                    | M    | [46-55]      | [11-20]                          |          |         |
| MO9    | Médico orientador | UCSP                    | n=6                | M    | [56-65]      | [21-30]                          | 3/12/12  | 56m     |
| MO10   | Médico orientador | UCSP                    |                    | M    | [56-65]      | [21-30]                          |          |         |
| MO11   | Médico orientador | UCSP                    |                    | H    | [56-65]      | [21-30]                          |          |         |
| MO12   | Médico orientador | UCSP                    |                    | M    | [25-35]      | [1-10]                           |          |         |
| MO13   | Médico orientador | UCSP                    |                    | H    | [36-45]      | [1-10]                           |          |         |
| MO14   | Médico orientador | UCSP                    |                    | H    | [36-45]      | [1-10]                           |          |         |
| MI1    | Interno           | USF                     | n=8                | M    | [25 - 35]    | 3º                               | 15/1/13  | 1h:06m  |
| MI2    | Interno           | USF                     |                    | M    | [25 - 35]    | 4º                               |          |         |
| MI3    | Interno           | USF                     |                    | M    | [25 - 35]    | 3º                               |          |         |
| MI4    | Interno           | USF                     |                    | M    | [25 - 35]    | 3º                               |          |         |
| MI5    | Interno           | USF                     |                    | M    | [25 - 35]    | 4º                               |          |         |
| MI6    | Interno           | USF                     |                    | M    | [25 - 35]    | 4º                               |          |         |
| MI7    | Interno           | USF                     |                    | H    | [25 - 35]    | 2º                               |          |         |
| MI8    | Interno           | USF                     |                    | H    | [25 - 35]    | 1º                               |          |         |
| MI9    | Interno           | UCSP                    | n=8                | H    | [25 - 35]    | 3º                               | 21/1/13  | 45m     |
| MI10   | Interno           | UCSP                    |                    | M    | [25 - 35]    | 1º                               |          |         |
| MI11   | Interno           | UCSP                    |                    | H    | [25 - 35]    | 4º                               |          |         |
| MI12   | Interno           | UCSP                    |                    | M    | [25 - 35]    | 3º                               |          |         |
| MI13   | Interno           | UCSP                    |                    | M    | [25 - 35]    | 1º                               |          |         |
| MI14   | Interno           | UCSP                    |                    | M    | [25 - 35]    | 1º                               |          |         |
| MI15   | Interno           | UCSP                    |                    | M    | [25 - 35]    | 2º                               |          |         |
| MI16   | Interno           | UCSP                    |                    | M    | [25 - 35]    | 3º                               |          |         |
|        |                   |                         | <b>Total: n=30</b> |      |              |                                  |          |         |



## **A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)**

**Carolina Pimentel Corrêa**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

### **Resumo**

O Legislativo, tradicionalmente estudado pela Ciência Política, é um objeto que também pode e deve ser analisado pela Sociologia Política. A proposta deste artigo, recorrendo à teoria de Pierre Bourdieu, é mapear a composição sociopolítica da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados Brasileira no período entre 2004 e 2015. Com base na análise dos Relatórios Anuais da Comissão, observamos o nível de escolaridade, o sexo, a faixa etária e as profissões dos Deputados que a compõem. A pesquisa também salienta o tempo de permanência dos parlamentares na Comissão, bem como a sua distribuição dentro dos diferentes partidos.

Palavras-chave: legislativo; comissão, composição sociopolítica.

*The Socio Political Composition of the Brazilian Legislative: an analysis of the Environment and Sustainable Development Commission (2004-2015)*

### **Abstract**

The Legislative power, traditionally studied by Political Science, is an object that can and should also be analyzed by Political Sociology. Using Pierre Bourdieu's theory, this article aims to observe the sociopolitical composition of the Environment and Sustainable Development Commission of the Brazilian Chamber of Deputies from 2004 to 2015. Based on the analysis of the Annual Reports of the Commission, this paper observes the level of schooling, gender, age group and the professions of the members of parliament. The research also highlights the length of time the parliamentarians spend in the Commission, as well as their allocation into the different parties.

Key words: legislative; commission, socio political composition.

*La Composition Sociopolitique du Législatif Brésilien: une analyse du Comité sur L'environnement et le Développement Durable (2004-2015)*

### **Résumé**

Le Législatif, traditionnellement étudié par la Science politique, est un objet qui peut et devrait être analysé par la sociologie politique. La proposition de cet article, en utilisant la théorie de Pierre Bourdieu, est de mettre en évidence la composition sociopolitique du Comité sur L'environnement et le Développement Durable de la Chambre des Députés Brésilienne de 2004 à 2015. Sur la base de l'analyse des rapports annuels de la Commission, le texte se propose d'observer le niveau de scolarité, le sexe, le groupe d'âge et les professions des parlementaires. Le sondage souligne également le temps passé par les parlementaires dans la Commission, ainsi que la répartition de ceux-ci dans différentes parties.

Mots clés: legislative; Commission; composition sociopolitique.

*La Composición Sociopolítica del Legislativo Brasileño: un análisis de la Comisión de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible (2004-2015)*

### **Resumen**

El Legislativo, tradicionalmente estudiado por la Ciencia Política, es un objeto que también puede y debe ser analizado por la Sociología Política. La propuesta de este artículo, recurriendo a la teoría de Pierre Bourdieu, es mapear la composición sociopolítica de la Comisión de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible de la Cámara de los Diputados Brasileña en el período de 2004 a 2015. Sobre la base del análisis de los Informes Anuales de la Comisión, el texto observa el nivel de escolaridad, el sexo, franja etaria y las profesiones de los parlamentarios. La investigación también subraya el tiempo de permanencia de los parlamentarios en la Comisión, así como la distribución de éstos en los diferentes partidos.

Palabras clave: legislativo; comisión; composición sociopolítica

## **Introdução e Contextualização do Problema<sup>1</sup>**

O Legislativo é um dos poderes constitucionais mais relevantes dos regimes democráticos. Trata-se da instituição dedicada à representação popular, na qual os partidos e os seus políticos profissionais expressam os interesses e as demandas da sociedade. Noutras palavras, o parlamento é o espaço onde são tomadas as decisões

---

<sup>1</sup> Este artigo decorre de uma investigação mais ampla desenvolvida na minha tese de doutoramento, realizada no âmbito do Departamento de Sociologia da Universidade do Porto, financiada pelo Programa *Erasmus Mundus*. Agradeço as sugestões dos professores que compuseram o júri de avaliação da tese: Pierre Guibentif (ISCTE-IUL), João Arriscado Nunes (CES-UC), Carlos Manuel Gonçalves (FLUP), João Teixeira Lopes (FLUP), Helena Vilaça (FLUP) e, especialmente, do meu orientador Virgílio Borges Pereira (FLUP). Agradeço, ainda, ao Paulo Peres pelo constante apoio prestado durante a elaboração da tese e do presente artigo.

sobre legislação, bem como onde se travam os debates iniciais do processo de formulação das políticas públicas. Além disso, o Legislativo também é crucial para a governabilidade. Em regimes parlamentaristas, como a Inglaterra, o Poder Legislativo é fundamental, porque o parlamento é responsável pela formação do governo; isto é, o Poder Executivo, nas figuras do gabinete ministerial e do Primeiro-Ministro, deriva da maioria legislativa. Já em países de regime semipresidencialista, como Portugal, o parlamento também desenvolve um papel relevante, pois, normalmente, o Presidente da República designa como Primeiro-Ministro o chefe do partido maioritário. Por outro lado, no presidencialismo, embora a maioria legislativa não esteja diretamente associada à formação do Poder Executivo, a relação de colaboração entre o Legislativo e o Executivo é extremamente importante para a governabilidade, porque o Poder Legislativo pode depor o Presidente mediante processo de *impeachment*, tal como aconteceu no Brasil em 1992 e 2016.

Por ser uma das engrenagens centrais das democracias, o Legislativo acabou por se tornar um dos principais objetos de investigação da Ciência Política, especialmente interessada na sua análise institucional. No caso brasileiro, por exemplo, destacam-se, com esse viés teórico, os trabalhos de Abranches (1989) – que salientou o facto do modelo político brasileiro funcionar como um Presidencialismo de Coalizão –, de Figueiredo e Limongi (1999) – que destacou os aspectos procedimentais do processo legislativo como explicação para a elevada coesão partidária na Câmara dos Deputados – e de Santos (2000) – que avaliou a interação dos partidos políticos com as Comissões Legislativas.

Não obstante as contribuições trazidas por tais estudos, torna-se necessário constatar que o tipo de abordagem adotada pelos cientistas políticos não lhes permitiu observar outras instâncias igualmente importantes desse fenómeno. Frequentemente, as suas análises restringiram-se às tomadas de decisão parlamentar em Plenário e nas Comissões, considerando-as tão somente escolhas estratégicas de atores racionais-instrumentais. Indubitavelmente, esse estreitamento do ângulo interpretativo do fenómeno foi favorecido pelo facto de que, por alguma razão, o Legislativo despertou pouco interesse nos sociólogos brasileiros e, conseqüentemente, acabou por se tornar um objeto quase exclusivo da Ciência Política. O problema dessa negligência por parte dos sociólogos e da abordagem restritiva dos cientistas políticos em relação a esse objeto é que aspectos relevantes do processo legislativo permanecem desconhecidos, e somente poderão ser investigados por meio de uma perspectiva sociológica, o que permitirá uma mudança do enfoque teórico e metodológico e a abertura de uma nova agenda de pesquisas.

Portanto, é indispensável que os sociólogos se dediquem a estudar as instituições políticas e que, em diálogo com a produção da Ciência Política, possam contribuir para um conhecimento mais acurado do Legislativo. Essa aproximação da Sociologia, inclusivamente, faz todo o sentido, pois o parlamento é um espaço de representação política no qual a presença, direta ou indireta, de diferentes classes, grupos de interesses e setores da sociedade civil organizada é decisiva. Por outras palavras, num país democrático, organizado com a divisão dos Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judicial), o Poder Legislativo é o que tem maior permeabilidade com a sociedade civil. Além dos parlamentares serem os representantes diretos dos seus eleitores, o Legislativo possui canais de interface com a sociedade. As Comissões Legislativas existentes no Brasil, por exemplo, enquanto órgãos técnicos e especializados que compõem a Câmara dos Deputados, realizam audiências públicas que permitem essa interação com grupos societários. Nesses espaços, portanto, o debate em torno da formulação de políticas públicas não se restringe aos agentes políticos profissionais e, assim, configura-se um *locus* no qual se manifestam as trajetórias sociais dos próprios parlamentares, cujos diferentes capitais políticos, que transcendem a esfera do Estado, influenciam tanto as práticas como a composição do campo político.

Com efeito, cabe à Sociologia Política analisar em profundidade esse espaço institucional de interação e seus atores – a Ciência Política, por orientação teórica e até por uma questão de demarcação da sua área disciplinar, não se irá deter a tais aspectos. Obviamente, não se trata de afirmar aqui que nenhum cientista político ou mesmo sociólogo recorreu a instrumentos da Sociologia para estudar o caso brasileiro – alguns pesquisadores dedicaram-se a observar a composição social do Legislativo (Rodrigues, 2002), outros analisaram as elites parlamentares (Coradini, 2007; Codato, 2008; Perissinotto *et al.*, 2009); porém, nenhum dos estudos de orientação sociológica abordou o principal canal de interface do Legislativo com a sociedade: as Comissões. Por outro lado, quando consideramos as investigações dedicadas à análise desse espaço político-institucional, constatamos que nenhuma delas adotou uma abordagem sociológica (Pereira e Mueller, 2000; Santos, 2000; Ricci e Lemos, 2004; Müller, 2005). Em suma, o estudo sociológico das Comissões Legislativas é necessário para preencher uma lacuna tanto na Ciência Política – défice sociológico – como na Sociologia Política brasileiras – défice de estudos sobre o tema.

A minha proposta, neste artigo, é contribuir para dar início ao preenchimento dessas lacunas. Para isso, recorro à teoria de Pierre Bourdieu e analiso a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados

brasileira<sup>2</sup>. O objetivo central é compreender o modo como a Comissão se estrutura em termos da sua composição sociopolítica. Considero que uma análise desse tipo é o ponto de partida indispensável para a subsequente observação da Comissão na sua totalidade, como um espaço institucional e legislativo no qual os parlamentares interagem com diferentes segmentos da sociedade civil e tomam posição a respeito de diferentes temáticas (Corrêa, 2017).

A Câmara dos Deputados possui 25 Comissões Permanentes. A CMADS foi criada em 2004 e, desde então, disponibiliza Relatórios Anuais que compõem a base de dados utilizada nesta análise que cobre o período entre 2004 e 2015. Como enquadramento teórico dos dados, mobilizo a noção de *campo político* e os principais conceitos da teoria de Bourdieu. Conforme o autor, o *campo político* possui propriedades, ações, relações e processos particulares, de modo que a sua autonomia como um microcosmo influencia tudo aquilo que o compõe (Bourdieu, 1984; 2000). Assim, parto do pressuposto de que, enquanto um elemento do *campo político*, a CMADS também comporta o jogo de oposições e de distinções característico desse quadro de ação. A partir das diferenças de *habitus* e de *interesses*, os agentes que a compõem assumem diferentes posições e abrigam uma desigual concentração de *capital* (simbólico, político, económico). Assim, a fim de tentar perceber como se manifestam tais propriedades nesse espaço do campo político brasileiro, identifico e analiso as informações referentes à organização, estruturação e composição da referida Comissão.

### Aspectos da estruturação e composição social

Observar o modo como se dá a composição social da CMADS facilita a compreensão do jogo político e, conseqüentemente, da disputa que ali se estabelece, bem como da posição que cada agente ocupa dentro desse microcosmo. Cada parlamentar é uma peça importante desse jogo interativo e, por isso, a sua formação, a sua profissão, o seu grau de interesse pela temática abordada e a sua trajetória política são aspetos

---

<sup>2</sup> A escolha da CMADS como o objeto deste trabalho é justificada por diversos motivos. O primeiro diz respeito à posição de destaque do Brasil no cenário da governança global ambiental, pois abriga 60,1% da floresta Amazônica e aproximadamente 16% das águas doces do planeta (Serviço Florestal Brasileiro, 2010). O segundo, refere-se à importância e ao escopo do conflito político, nacional e internacional, que envolve as questões ambientais. A terceira justificação é que as políticas públicas ambientais envolvem questões muito complexas devido aos obstáculos e pontos de estrangulamento que impedem a sua sustentabilidade, como a vasta extensão territorial brasileira, a influência de *lobbies* políticos, a descontinuidade de políticas locais, a mudança de mandatos, o desafio em conciliar demandas energéticas com os imperativos de qualidade ambiental e as fortes pressões dos movimentos sociais (Bursztyn e Bursztyn, 2013).

que, em princípio, condicionam as suas tomadas de posição e definem o modo como os *capitais* são distribuídos dentro desse grupo. Cada agente político e cada partido tem disposições específicas, também entendidas como *habitus*, que irão estabelecer a dinâmica social do campo político e, conseqüentemente, das comissões.

Quanto ao escopo da composição desse espaço, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados estabelece que nenhuma Comissão Permanente pode ter mais de treze centésimos e nem menos de três e meio centésimos do total de Deputados, desprezando-se a fração (Art.25, § 2º, RICD)<sup>3</sup>. Desse modo, sendo a Câmara dos Deputados composta por 513 parlamentares, uma Comissão Permanente pode ser formada por, no máximo, 66 e, no mínimo, 17 membros titulares. No entanto, o número de membros titulares que oficialmente compõem as diferentes Comissões Permanentes varia de modo bastante considerável. Algumas Comissões são constituídas por um alto número de membros – são os casos da Comissão de Minas e Energia, que é normalmente formada por 48 Deputados titulares e igual número de suplentes, e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para a qual esse número normalmente é de 66 Deputados titulares e o mesmo de suplentes.

No que concerne, especificamente, à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), em 2004, ano de sua criação, o Ato da Mesa n.º 40 fixou em 23 o total de membro titulares e a mesma quantidade para suplentes. Em 2005, o Ato da Mesa n.º 55 diminuiu esse valor para 18 Deputados titulares e 18 Deputados suplentes. Comparada às demais Comissões, a CMADS é uma das cinco que possuem o menor número de membros. Não se sabe ao certo o que motiva a Mesa a estabelecer esses valores, mas ao considerar que os partidos políticos, enquanto detentores do capital político delegado dos parlamentares, institucionalizam internamente diferentes papéis e tarefas políticas (Bourdieu, 2000), é possível supor que um dos motivos seja a falta de interesse dos Deputados, dos líderes de partido e dos próprios partidos em compor e priorizar indicações a determinadas comissões.

A quantidade de Deputados titulares que, anualmente, compõem a CMADS tende a manter-se durante o período analisado – algo próximo ao número fixado no Ato da Mesa n.º 55, de 2005. Entretanto, o número de Deputados varia de modo significativo dentro de um mesmo ano, pois os parlamentares migram de uma comissão para outra, deixam de exercer o mandato para assumirem cargos no Poder Executivo ou, ainda, solicitam algum tipo de licença. Por isso, nos dados da Tabela 1, são consideradas apenas as informações oficialmente apresentadas no início de cada Relatório

---

<sup>3</sup> Tendo em consideração a composição total da Câmara dos Deputados em relação ao número de Comissões e observar, quando possível, o princípio da proporcionalidade partidária (Art.25, § 1º, RICD).

Anual. Como se pode observar, a quantidade de Deputados não varia muito, mas, atualmente, abriga um número menor de titulares em comparação com as vagas previstas no ano de criação da Comissão.

**TABELA 1**  
**Quantidade de Deputados Titulares na CMADS por ano (2004-2015)**

| Ano       | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Deputados | 21   | 16   | 17   | 17   | 18   | 18   | 18   | 17   | 17   | 18   | 15   | 18   |

Fonte: Relatório Anuais disponibilizados pela CMADS. Tabela elaborada pela autora.

Quando procuramos qualificar esses dados ainda um pouco abstratos, podemos observar mais claramente algumas informações relevantes acerca de sua composição social. De início, é interessante identificar como se configura a participação de homens e de mulheres nessa esfera de representação. Normalmente, a Câmara dos Deputados brasileira conta com uma baixa quantidade de mulheres parlamentares e isso, por consequência, reflete-se nas diferentes comissões. Na Tabela 2, temos a discriminação da quantidade de homens e mulheres que foram eleitos para a Câmara dos Deputados nas últimas quatro eleições, o que nos permitirá ter um parâmetro para a análise da representação feminina no âmbito da CMADS.

De facto, a presença das mulheres na Câmara dos Deputados Brasileira é bastante baixa. Nas últimas eleições, o número de mulheres aumentou, é claro, mas em proporção ainda é muito assimétrico em relação à representação masculina. Isso fica ainda mais demarcado quando comparamos os dados sobre a representação política com a distribuição dessa população no país – segundo dados do último Censo, realizado em 2010, 51% dos brasileiros são mulheres. Num espaço hierarquizado como o campo político, no qual os novos intervenientes precisam atravessar uma espécie de iniciação que os coloca perante provas e ritos de passagem, ingressar como uma mulher pode representar um obstáculo a mais na incorporação do *habitus* do político, dada a existência de um poder simbólico presente na relação de dominação masculina (Bourdieu, 1998). Nesse sentido, mesmo que por intermédio de uma ordem simbólica, ao tratar-se de posições hierárquicas e de autoridade, um determinado grau de superioridade ainda é concedido ao sexo masculino.

**TABELA 2**  
**Candidatos eleitos para Câmara dos Deputados, por sexo**

|          | 2002 |      | 2006 |      | 2010 |      | 2014 |      |
|----------|------|------|------|------|------|------|------|------|
|          | N    | %    | N    | %    | N    | %    | N    | %    |
| Mulheres | 42   | 8,2  | 45   | 8,8  | 45   | 8,8  | 51   | 9,9  |
| Homens   | 471  | 91,8 | 468  | 91,2 | 468  | 91,2 | 462  | 90,1 |
| Total    | 513  | 100  | 513  | 100  | 513  | 100  | 513  | 100  |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tabela elaborada pela autora.

Bourdieu (1998) explica que a representação androcêntrica da reprodução social e biológica se sustenta no senso comum, no sentido das práticas, de modo que as próprias mulheres incorporam essas relações de poder e aplicam-na a toda a realidade e, especialmente, às relações de poder em que se veem envolvidas. Tal conjuntura pode não só influenciar a presença das mulheres no Legislativo brasileiro como, também, intervir no modo como se sustenta a luta de forças dentro desse campo político e, particularmente, na Comissão em questão.

Apesar da pouca quantidade de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, Deputadas quase sempre estiveram presentes na CMADS – apenas nos anos de 2006 e 2015 nenhuma Deputada apareceu como membro titular da Comissão. Como é possível observar na Tabela 3, as mulheres compuseram a CMADS em percentagem relativamente significativa em determinados anos. Em 2010, por exemplo, de 18 membros, três eram mulheres – um valor que corresponde a 16,7% do total de membros naquele ano e que é bastante elevado quando consideramos que a representação política feminina eleita para a Câmara dos Deputados naquele período foi 8,8%. Isso deve-se, principalmente, ao facto de existirem algumas Deputadas que, em virtude de sua vinculação com a temática ambiental, se fizeram presentes na Comissão durante vários anos. Todavia, é importante salientar que a proporção de mulheres dentro da CMADS, que cresceu em 2007 até atingir o seu auge em 2010, voltou a declinar, chegando a atingir, em 2014, valores semelhantes aos alcançados nos anos iniciais da Comissão.

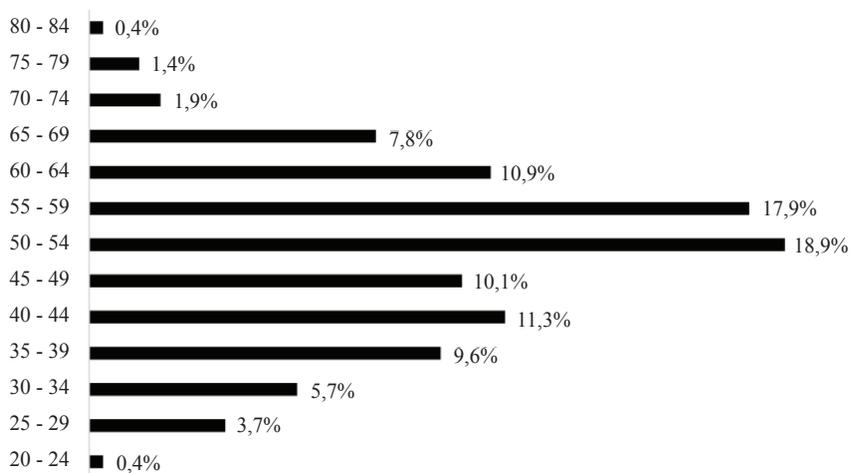
**TABELA 3**  
**Deputados Titulares na CMADS, por ano e sexo (2004-2015)**

|      | Homens |       | Mulheres |      | Total |
|------|--------|-------|----------|------|-------|
|      | N      | %     | N        | %    | N     |
| 2004 | 20     | 95,2  | 1        | 4,8  | 21    |
| 2005 | 15     | 93,8  | 1        | 6,2  | 16    |
| 2006 | 17     | 100,0 | 0        | -    | 17    |
| 2007 | 15     | 88,2  | 2        | 11,8 | 17    |
| 2008 | 16     | 88,9  | 2        | 11,1 | 18    |
| 2009 | 16     | 88,9  | 2        | 11,1 | 18    |
| 2010 | 15     | 83,3  | 3        | 16,7 | 18    |
| 2011 | 15     | 88,2  | 2        | 11,8 | 17    |
| 2012 | 15     | 88,2  | 2        | 11,8 | 17    |
| 2013 | 16     | 88,9  | 2        | 11,1 | 18    |
| 2014 | 14     | 93,3  | 1        | 6,7  | 15    |
| 2015 | 18     | 100,0 | 0        | -    | 18    |

Fonte: Relatórios Anuais da CMADS. Tabela elaborada pela autora.

Consideremos agora a idade dos membros titulares da CMADS. A idade é uma variável estrutural importante, porque esta, de algum modo, se relaciona com a variável trajetória e, conseqüentemente, com a formação e a distribuição dos capitais. Ou seja, o tempo de permanência no jogo político relaciona-se diretamente com a posição hierárquica ocupada e o grau de influência que os agentes políticos possuem (Bourdieu, 1984; 2000). A probabilidade de um parlamentar de idade mais avançada ter iniciado a sua atuação no campo político há mais tempo é maior do que a de um jovem que já assume lugar semelhante no mesmo espaço político. Nesse sentido, a Câmara dos Deputados é composta, na sua maioria, por parlamentares de uma faixa etária específica – segundo os dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), nas eleições de 2014, por exemplo, dos 513 Deputados Federais eleitos, mais de 50% situavam-se na faixa etária entre os 50 e os 69 anos. No Gráfico 1, são apresentadas essas informações ilustrativas.

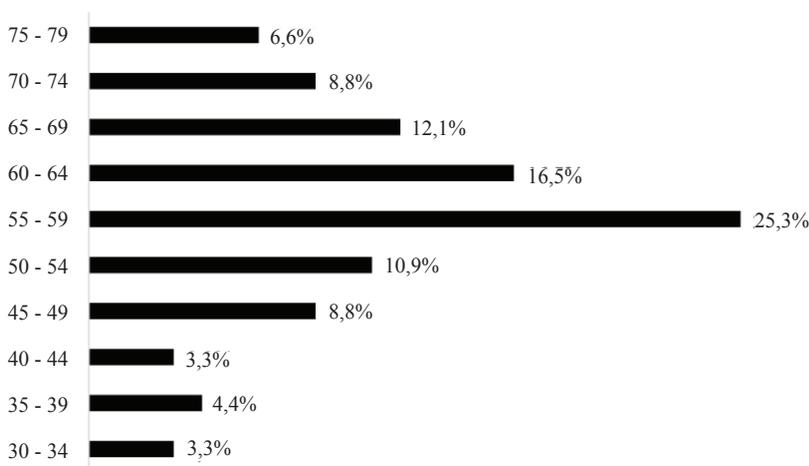
**GRÁFICO 1**  
**Idade dos membros da Câmara dos Deputados (Eleições 2014)**



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Gráfico elaborado pela autora.

Na CMADS, tais valores, evidentemente, tendem a manter-se. Todavia, há algumas diferenças subtis: menor presença de membros jovens, com menos de 30 anos; maior concentração de membros na faixa etária que compreende o intervalo dos 55 aos 59 anos e a presença mais significativa de membros com mais de 70 anos. Dessa forma, ao observar a composição da CMADS apenas no ano de 2014, é possível perceber que grande parte dos membros titulares se concentra na faixa etária entre 55-59 anos (33,3%), que não existe nenhum membro com menos de 33 anos e que 19,9% dos membros tem mais de 70 anos. Quando se trata de todo o período analisado neste estudo, a Comissão revela características semelhantes, como se pode observar no Gráfico 2. Uma possível explicação para esse perfil é o facto de que a temática abordada pela Comissão exige um certo grau de conhecimento, de experiência política e/ou de ligação com o assunto, principalmente no que se refere às questões referentes à legislação ambiental.

**GRÁFICO 2**  
**Idade dos membros da CMADS (2004 – 2015)**



Fonte: Biografias disponíveis no *website* da Câmara dos Deputados. Gráfico elaborado pela autora.

No *campo político*, conforme explica Bourdieu (2000), os agentes mais antigos “socializam” os mais novos e ensinam-lhes o modo como o jogo político acontece. A política não se faz com bons sentimentos, os novos jogadores precisam “*apprendre la langue de bois, les trucs, les rapports de forces, comment traiter avec des adversaires*” (Bourdieu, 2000: 59). Além disso, o capital político pessoal de notoriedade e de popularidade, nos termos de Bourdieu (1984), está associado a ser conhecido e reconhecido por meio, por exemplo, de um nome ou de uma boa reputação, algo que tende a ser maior com o passar dos anos. Assim, quanto mais experiência na carreira política, maior a possibilidade de ser reconhecido pelos eleitores, por agentes influentes no meio político ou por qualquer outro ator individual ou coletivo.

Entretanto, para perceber o modo como se estrutura o jogo político também é preciso lembrar que as aptidões e propensões para discutir política e participar no jogo político são distribuídas de modo desigual, ou seja, o acesso à política depende de diferentes condições sociais (Bourdieu, 2000). Mais do que a divisão do trabalho entre os sexos ou gêneros, na qual as mulheres possuem uma propensão bastante menor para responder a questões referentes ao *campo político*, ainda se pode sublinhar, conforme salienta Bourdieu (1984; 2000), a importância do nível de instrução dos jogadores. Quando se trata da realidade brasileira, um facto que merece destaque é o alto nível de escolaridade dos parlamentares. De acordo com os dados da Tabela 4, nas últimas

eleições, em 2014, 79,9% dos Deputados eleitos possuíam curso superior completo. Um padrão que não representa, diretamente, o perfil da população brasileira. Apesar do número de brasileiros com nível superior completo ter aumentado nos últimos 10 anos (de 4,4%, em 2000, para 7,9%, em 2010), ainda apenas menos de 10% da população possui esse nível de escolaridade.

**TABELA 4**  
**Número de Deputados Federais com Nível Superior Completo**

| Ano da Eleição | Número de Deputados | (%)  |
|----------------|---------------------|------|
| 2002           | 384                 | 74,8 |
| 2006           | 413                 | 80,5 |
| 2010           | 400                 | 77,9 |
| 2014           | 410                 | 79,9 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Tabela elaborada pela autora.

Esse número elevado de Deputados Federais com formação superior, obviamente, também é observado na CMADS, conforme indica a Tabela 5. Inclusivamente, na Comissão, é interessante notar que, em termos longitudinais, houve um considerável incremento da percentagem de Deputados com nível de formação superior, especialmente a partir do seu 4º ano de funcionamento. Essa elevação pode ser decorrente de um aumento no nível técnico da discussão temática abordada pela Comissão, o que, por consequência, torna o debate mais específico e complexo, de modo a demandar um maior nível de instrução e mais conhecimentos especializados na área de meio ambiente.

A percepção teórica de que o nível de instrução dos Deputados, de alguma forma, indica que esses agentes dispõem de capacidades e aptidões necessárias ao “fazer política”, parece sustentar o perfil-padrão dos políticos que formam não só a Comissão em questão, mas a própria Câmara dos Deputados. No entanto, é preciso salientar que o capital político não se limita à questão educacional. O capital político, como uma espécie de capital simbólico, liga-se também à notoriedade – é um capital de reputação (Bourdieu, 1984; 2000). Portanto, por se tratar dos membros de uma Comissão Permanente que aborda uma temática específica dentro do *campo político*, é possível supor que o capital político deve estar associado, também, ao nível de especialização do parlamentar.

**TABELA 5**  
**Nível de escolaridade dos membros titulares da CMADS (2004 – 2015)**

|      | Ensino Fundamental |      | Ensino Médio |      | Superior Incompleto |      | Superior Completo |      | Total |
|------|--------------------|------|--------------|------|---------------------|------|-------------------|------|-------|
|      | N                  | %    | N            | %    | N                   | %    | N                 | %    | N     |
| 2004 | 1                  | 4,8  | 3            | 14,3 | 4                   | 19,0 | 13                | 61,9 | 21    |
| 2005 | 1                  | 6,3  | 2            | 12,5 | 3                   | 18,7 | 10                | 62,5 | 16    |
| 2006 | 1                  | 5,9  | 2            | 11,8 | 3                   | 17,6 | 11                | 64,7 | 17    |
| 2007 | 2                  | 11,8 | 0            | 0    | 1                   | 5,9  | 14                | 82,3 | 17    |
| 2008 | 2                  | 11,1 | 0            | 0    | 2                   | 11,1 | 14                | 77,8 | 18    |
| 2009 | 2                  | 11,1 | 0            | 0    | 1                   | 5,6  | 15                | 83,3 | 18    |
| 2010 | 1                  | 5,6  | 0            | 0    | 1                   | 5,6  | 16                | 88,8 | 18    |
| 2011 | 3                  | 17,6 | 1            | 5,9  | 0                   | 0    | 13                | 76,5 | 17    |
| 2012 | 2                  | 11,8 | 2            | 11,8 | 1                   | 5,8  | 12                | 70,6 | 17    |
| 2013 | 1                  | 5,6  | 1            | 5,6  | 1                   | 5,6  | 15                | 83,3 | 18    |
| 2014 | 1                  | 6,7  | 2            | 13,3 | 1                   | 6,7  | 11                | 73,3 | 15    |
| 2015 | 0                  | 0    | 1            | 5,6  | 1                   | 5,6  | 16                | 88,9 | 18    |

Fonte: Biografias disponíveis no *website* da Câmara dos Deputados. Tabela elaborada pela autora.

Desse modo, o nível de especialização dos membros da CMADS é uma variável bastante importante para a compreensão de sua estrutura sociopolítica. Trata-se de observar o político para além da sua formação educacional. Nesse caso, o conceito de especialização pode ser vislumbrado a partir de duas perspectivas diferentes, mas, muitas vezes, complementares. Uma, refere-se à *profissão* do parlamentar, a outra, diz respeito à *conexão* que o Deputado possui *com a causa*. Portanto, relacionar-se profissionalmente, ou mesmo indiretamente, com a matéria trabalhada pela Comissão, faz com que o político tenha uma maior familiaridade com os diferentes assuntos abordados e faz com que a sua presença e a sua fala nesse espaço sejam recebidas com algum grau de reconhecimento pelos demais. O Deputado que possui interesse pela causa tem maior propensão a envolver-se na discussão dos tópicos ali debatidos e a sustentar o seu capital no jogo político.

A cada ano, aproximadamente 30% dos membros da CMADS são formados em alguma profissão ligada à área ambiental. Em 2004, por exemplo, a Comissão tinha nove Deputados (42,8% do total de titulares daquele ano) cuja profissão se relacionava com o Meio Ambiente: extensionista rural, técnico em agropecuária, técnico em meio ambiente, petroleiro, engenheiro florestal, agropecuários, pecuarista, médico

veterinário. Em 2013, essa percentagem também foi elevada – oito Deputados (44,4% do total de titulares daquele ano) enquadravam-se nas seguintes profissões: tecnólogo em cooperativismo, produtor rural, técnico em meio ambiente, biólogos, agricultor, engenheiro agrônomo, agricultor. No caso de ocupações não diretamente relacionadas com o tema, destacam-se cinco: advogado, administrador, empresário, médico, engenheiro civil. A Tabela 6 traz dados anuais sobre a proporção de Deputados com profissões relacionadas à temática da Comissão.

**TABELA 6**  
**Percentual de membros titulares com profissão na área temática da CMADS (2004-2015) (%)**

| Ano       | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
|-----------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Deputados | 42,8 | 31,0 | 34,7 | 22,9 | 28,0 | 27,6 | 21,6 | 35,0 | 35,0 | 44,4 | 27,5 | 33,0 |

Fonte: Biografia dos Deputados, *website* da Câmara dos Deputados. Tabela elaborada pela autora.

Entre 2004 e 2015, 91 Deputados diferentes compuseram a Comissão, como membros titulares. Destes, 29 tinham uma profissão relacionada com o Meio Ambiente – cerca de 32% do total. Contudo, esse dado por si só não é suficiente para a identificação do nível real de especialização dos parlamentares. Para isso, é preciso observar, também, qual a sua ligação pessoal com a temática. Essa variável é um pouco mais difícil de ser analisada, porque não basta observar o trajeto profissional dos parlamentares, é preciso perceber o modo de atuação desse agente no cenário político brasileiro, em especial no que diz respeito ao seu posicionamento perante determinados assuntos – é preciso identificar as suas “bandeiras” e as suas prioridades no âmbito de sua carreira política.

Desse modo, esta análise exige a observação de diversos fatores como as frentes parlamentares e grupos de trabalho dos quais o Deputado fez parte, as proposições de sua autoria que foram transformadas em norma jurídica, os fóruns e eventos nos quais participou, as possíveis publicações realizadas e, ainda, as Comissões das quais fez parte durante seus mandatos na Câmara dos Deputados. Com base nos dados disponíveis nos *websites* da Câmara dos Deputados e do Tribunal Superior Eleitoral, foi possível traçar um quadro desse nível de especialização.

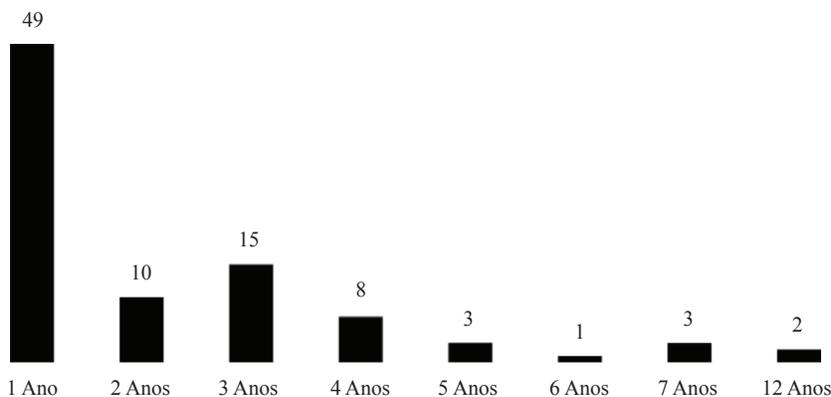
Do total de 91 Deputados membros titulares da CMADS durante o período analisado, 43,9% (40) têm uma ligação significativa com a área ambiental. Uma percentagem menor de parlamentares, 18,7% (17), possui algum interesse na área, isto é, destacam o meio ambiente de alguma forma nas suas agendas, mas não ap-

resentam uma participação ativa e constante em frentes parlamentares ou grupos de trabalho relacionados com a questão ambiental e/ou certo envolvimento com alguma proposição de lei que envolva a temática em causa. O grupo dos que não têm praticamente nenhuma ligação com a temática e, portanto, não priorizam essa matéria nas suas agendas, é composto por 37,4% dos parlamentares (34).

Nota-se, então, que a CMADS foi formada por um número considerável de Deputados que se envolvem com as questões do meio ambiente e que escolheram essa temática como um dos tópicos presentes na sua agenda. Isso significa que a Comissão foi adquirindo certo grau de tecnicidade que resultou numa composição cada vez mais especializada – os seus agentes compreendem as especificidades das matérias ali abordadas e, dessa forma, tendem a interessar-se pelo que pode ser deliberado pela Comissão. Segundo Bourdieu (2000), quanto mais o campo político se autonomiza, mais ele se profissionaliza e mais ele se afasta dos leigos, dos profanos, isto é, daqueles que não fazem parte do meio político, dos eleitores. Isto também pode servir para o caso das Comissões Permanentes, que foram criadas como espaços temáticos dentro da Câmara dos Deputados para tratar de proposições de lei específicas, que naturalmente requerem algum conhecimento na área.

A importância de associar o nível de especialização dos parlamentares e seu tempo de permanência na CMADS, mostra-se, assim, crucial. Dos 91 Deputados que foram membros titulares entre 2004 e 2015, 49 (53,8%) permaneceram na CMADS por apenas um ano. A maioria destes Deputados não trata o meio ambiente como prioridade em sua atuação parlamentar – mesmo que haja exceções, como alguns que até presidiram a CMADS. Por outro lado, 42 Deputados, 46,2%, permaneceram na Comissão por dois anos ou mais – um grupo no qual a grande maioria possui interesse pelo tema e sustenta na sua agenda política questões voltadas ao meio ambiente. Além disso, cabe salientar que nove Deputados permaneceram por cinco ou mais anos na CMADS. Seja como for, pode-se afirmar que o nível de rotatividade dos membros titulares é alto. Apenas dois parlamentares permaneceram como membros titulares durante todo o período analisado. Esses dados são exibidos no Gráfico 3.

**GRÁFICO 3**  
**Número de Deputados por tempo de permanência na CMADS (2004-2015)**



Fonte: Relatórios Anuais disponibilizados pela CMADS. Gráfico elaborado pela autora.

A baixa permanência dos membros na Comissão pode ser decorrente de diversos fatores. É preciso observar, por exemplo, a própria existência do grupo de parlamentares que não se dedica à temática do meio ambiente e que permanece pouco tempo na Comissão. Eles ocupam esse espaço por força das circunstâncias, como alguma exigência partidária para preenchimento da cota que lhe cabe nesse espaço. Além disso, há o ciclo eleitoral – muitos Deputados não se reelegem<sup>4</sup>, seja porque se candidataram a outros cargos representativos, seja porque não tiveram votos suficientes para conquistar novamente a cadeira na Câmara.

De modo geral, as características identificadas até o momento correspondem a uma primeira aproximação sociológica da CMADS e, como tal, ajudam-nos a compreender alguns aspectos de sua composição social. Em acordo com noção de *campo político* (Bourdieu, 1984; 1994; 2000), foi possível confirmar que existem fatores específicos que representam ou facilitam o acesso ao jogo político – um jogo no qual apenas as pessoas com determinadas aptidões participam, enquanto as demais são excluídas (Bourdieu, 2000). No caso desse estudo, os fatores identificados são educacionais, etários, de gênero e de especialização, compreendendo, também, o tempo de permanência na CMADS e a relação do político com a temática abordada pela Comissão. Isso evidencia não apenas o modo como os espaços do *campo político* são

<sup>4</sup> Entre os 49 parlamentares que permaneceram somente um ano como membros titulares da Comissão, grande parte atuou na Câmara dos Deputados por apenas um ou dois mandatos de quatro anos. Pode-se, por exemplo, notar que 18 Deputados, daquele total de 49, estiveram ativos no jogo político como Deputados Federais durante apenas um mandato. Para mais detalhes, consultar Corrêa (2017).

restritos, mas também aponta para a relevância dos *interesses* e dos diferentes tipos de *capital* do agente. Todavia, o *campo político* também é formado por um agente coletivo que dispõe de mais poder do que os agentes individuais e que ocupa uma posição central dentro do campo de lutas: o *partido*.

### **A presença dos partidos na composição sociopolítica**

No contexto do *campo político*, os partidos são percebidos como organizações permanentes que almejam a conquista do poder no âmbito dos “poderes públicos” (Bourdieu, 1984). São organizações que se mobilizam para agregar militantes e eleitores com a finalidade de lhes propor não só uma doutrina, mas também um programa de ação e pensamento. Os partidos, então, são os maiores responsáveis pelo direito de acesso ao *campo político* e, conseqüentemente, à quantidade de capital político delegado que os políticos possuem (Bourdieu, 1984; 2000). No Brasil, no caso da Câmara dos Deputados, as vagas para membros titulares e suplentes dentro das Comissões são distribuídas de forma proporcional entre os diferentes partidos. O número de Deputados que cada líder partidário pode indicar à determinada Comissão é decorrente de um cálculo que leva em consideração o número de membros do partido ou bloco parlamentar, o número de membros de toda a Câmara e o número de cadeiras disponíveis em cada Comissão. Dessa forma, quem assume o papel oficial de indicação dos Deputados às diferentes Comissões são os líderes dos partidos. Mesmo que o parlamentar deseje participar ou permanecer em determinada Comissão, quem articula esse movimento é, sobretudo, o líder partidário.

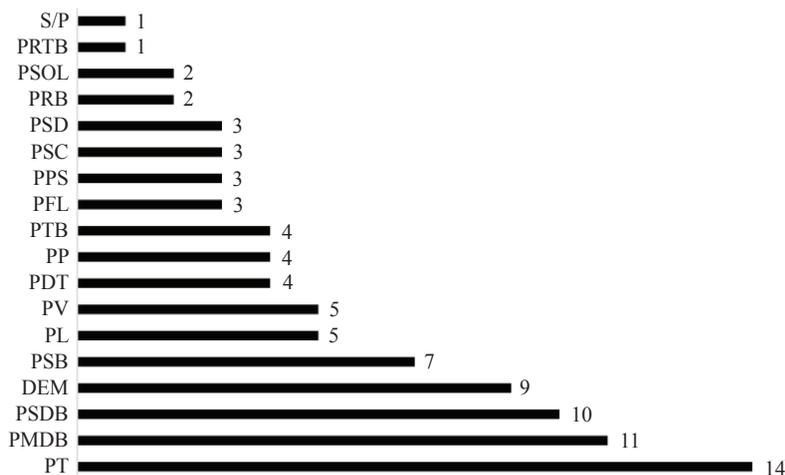
As organizações partidárias, por conseguinte, representam uma peça importante no que diz respeito à formação das Comissões Permanentes. Dos 35 partidos que atualmente compõem o sistema multipartidário brasileiro, 17 estiveram presentes e representados na CMADS – considerando-se, também, partidos que já foram extinguidos, como o PFL<sup>5</sup>. De facto, a força e a posição de um partido no campo político brasileiro estão muito relacionadas ao número de jogadores que este possui e isso reflete-se não só nos acordos e coligações existentes entre os próprios partidos dentro do Legislativo e perante o Poder Executivo, mas também na formação das diferentes Comissões. Dessa forma, tendo como base o total de 91 Deputados que já foram membros titulares da CMADS durante o período analisado, é possível observar, no Gráfico

---

<sup>5</sup> Para mais detalhes sobre o sistema partidário brasileiro, consultar obras como: Figueiredo e Limongi (1999); Kinzo (2004); Miguel (2010); Moisés (2014).

4, quais os partidos que indicaram mais parlamentares ao longo dos anos para compor a Comissão: o PT, o PMDB, o PSDB e o DEM. Acontece que estes são os maiores partidos brasileiros tanto em relação ao número de filiados<sup>6</sup>, como no que se refere ao quantitativo de eleitos para o cargo de Deputado Federal. Isso pode explicar a maior presença de membros titulares desses partidos na composição da Comissão.

**GRÁFICO 4**  
**Número de membros titulares por partido na CMADS (2004 – 2015)**



Fonte: Relatórios Anuais disponibilizados pela CMADS. Gráfico elaborado pela autora.

Porém, para perceber com mais clareza a ação dos partidos dentro da CMADS é preciso observar mais do que a quantidade de membros que cada partido indicou para a compor, é importante verificar se os partidos, e quais deles, mantêm os seus Deputados como membros titulares dessa Comissão. Esse tipo de análise, contudo, é mais difícil em virtude da elevada taxa de migração dos parlamentares brasileiros entre as diferentes legendas partidárias. Uma forma de se contornar esse problema é considerar o partido no qual o Deputado estava filiado no momento em que ele foi membro da Comissão. Procedendo assim, e se for observado apenas o conjunto dos 17 Deputados que foram membros titulares da CMADS por quatro anos ou mais, temos o Partido Verde (PV) como destaque, com três membros que permaneceram na

<sup>6</sup> De acordo com o número de filiados apresentado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), atualmente, os dez maiores partidos brasileiros, em ordem decrescente são: PMDB, PT, PSDB, PP, PDT, PTB, DEM, PR, PSB, PPS.

Comissão por doze, sete e quatro anos. Mesmo sendo um partido que não elege muitos parlamentares, era de se esperar que o PV se dedicasse intensivamente à Comissão que trata de questões ambientais. Se aumentarmos o quadro de membros a ser observado e considerarmos os membros titulares que permaneceram três anos ou mais, o destaque vai para o Partido dos Trabalhadores (PT), com quatro Deputados que permaneceram na Comissão por três anos, um que permaneceu por quatro anos e outro que permaneceu por doze anos.

Consequentemente, não parece ser por acaso que os dois únicos Deputados que compuseram a Comissão como membros titulares durante todo o período analisado, entre 2004 e 2015, sejam representantes do Partido Verde (PV) e do Partido dos Trabalhadores (PT) – respetivamente, Sarney Filho e Leonardo Monteiro. Ambos os parlamentares têm forte ligação com temáticas do meio ambiente. O PV autodeclara-se, no seu Programa Partidário, um “instrumento da ecologia política”; o PT, por sua vez, apesar de não ter o meio ambiente como bandeira principal, dedica trechos do seu Programa Partidário às questões relativas ao desenvolvimento sustentável (Barros, 2015), além de ser composto por diferentes Deputados que se interessam, especialmente, pelas áreas de agricultura e de energia<sup>7</sup>. Em grande medida, o interesse dos partidos em relação às questões ambientais, e o modo como percebem essa temática dentro de um modelo de governança ambiental, pode influenciar o posicionamento dos Deputados dentro da própria Câmara e, especialmente, dentro da CMADS.

## Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo apresentar como se estrutura a CMADS no que concerne à sua composição sociopolítica. A CMADS não está entre as Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados que possuem um número elevado de parlamentares, mesmo sendo responsável por abordar um tema tão importante como o meio ambiente. Quando se observa a presença de homens e mulheres na composição da CMADS, nota-se a reprodução do padrão encontrado na Câmara dos Deputados – uma baixa representatividade das mulheres. Contudo, a Comissão quase sempre contou com a presença de alguma mulher parlamentar e sua proporção sempre foi

---

<sup>7</sup> Cabe salientar que a questão do meio ambiente ganha pesos diferenciados nos vários partidos brasileiros. Dos 32 partidos existentes no Brasil até 2015, 20 incluíam temáticas da agenda ambiental nos seus *websites* e nos seus programas, todavia são diversas, por exemplo, as suas concepções no que concerne a um modelo de governança ambiental (Barros, 2015).

maior do que a proporção do sexo feminino na Câmara dos Deputados. Mesmo assim, o campo político ainda é um espaço amplamente dominado pelos homens.

Ao explorar as especificidades da dominação masculina no mundo social, Bourdieu já chamava a atenção para esse problema ao afirmar que, em algumas posições hierárquicas e de autoridade, se concede ao sexo masculino um certo grau de superioridade. Trata-se de uma dominação simbólica que pode influenciar não só a representatividade das mulheres no parlamento como a própria luta de forças que se desenvolve no jogo político, no que diz respeito a distribuição dos diferentes tipos de capital e a posição que Deputados e Deputadas ocupam dentro do campo político.

Os dados mostraram, ainda, a manifestação de um padrão etário na CMADS. A maioria dos membros titulares que compuseram a Comissão durante o período analisado têm entre 50 e 65 anos, similar ao que ocorre na própria Câmara dos Deputados. Tanto no espaço maior da Câmara como na particularidade da Comissão, fica evidente que a trajetória política desenvolvida num percurso mais alargado de tempo favorece a aquisição de capitais indispensáveis para ser eleito e para ser escolhido e permanecer numa Comissão especializada. Essa trajetória pode significar acumulação de capital político, seja pessoal ou delegado, pois o parlamentar pode ter aumentado sua rede de influências e sua notoriedade com o passar dos anos ou ter afinado sua relação com o partido que também pode lhe conceder capital político.

Reforçando a importância da trajetória associada à formação de capital político, os dados sobre o nível de escolaridade ajudaram a compor o perfil social que permite compreender a composição da CMADS. Como vimos, dos Deputados eleitos nas eleições de 2014, mais de 80% têm formação superior, padrão que se reproduz no caso da Comissão analisada. No entanto, não é apenas a formação universitária que aparece como um indicador importante dos capitais e da posição ocupada pelos parlamentares no campo político, interessa também sua trajetória, sua área de atuação e sua bandeira política. Isso porque, apesar de muitos parlamentares não possuírem formação ou exercerem profissão na área ambiental, eles atendem às demandas desse setor, porque se especializaram, enquanto políticos, nessa clientela. Por isso, existe um número considerável de parlamentares que são membros da CMADS e que se envolvem com questões ambientais e, normalmente, permanecem na Comissão.

Por conseguinte, a composição sociopolítica da CMADS tende a reproduzir a composição sociopolítica da Câmara dos Deputados no que se refere à representação feminina, faixa etária e nível de escolaridade dos parlamentares. Predominam, dessa forma, homens de meia idade com formação/atuação profissional na área ambiental ou identificação política com a temática. Tais características revelam particularidades

do campo político brasileiro que podem influenciar diretamente a organização hierárquica da Comissão, os jogos de poder ali desenvolvidos, a distribuição dos capitais e, ainda, o modo como os parlamentares tomam posições políticas nos debates e diante dos projetos de políticas públicas ambientais e proposições de lei formulados no interior dessa Comissão.

Os partidos políticos, enquanto agentes coletivos e maiores detentores de capital político, ocupam esse espaço por meio de seus agentes políticos individuais. Nesse caso, foi possível perceber que os partidos mais presentes na CMADS também foram os partidos que mais elegem Deputados e que possuem o maior número de filiados, nomeadamente, PT, PMDB, PSDB, PFL/DEM. Destaca-se, entretanto, a presença do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Verde (PV), especialmente interessados na temática do meio ambiente, que investiram ao longo dos anos nesse espaço de tomada de posição política e formulação de políticas ambientais. O PV, por exemplo, tem na figura do Deputado Sarney Filho seu mais destacado representante dentro da CMADS.

Uma vez caracterizada, mesmo que minimamente, a composição sociopolítica da CMADS, caberia o desenvolvimento de uma etapa mais analítica, a fim de explorar como os agentes atuam dentro dessa estrutura. Dessa forma, este artigo representa o primeiro passo para explorar o quadro de ação de uma Comissão Legislativa a partir de um olhar sociológico. O próximo passo seria analisar como esses agentes políticos, com as suas trajetórias e as suas respectivas posições naquele espaço institucional, tomam posições diante das questões ali propostas, que naturalmente envolvem interesses em conflito, que os obriga a sobrepesar as pressões que lhes são postas pela sua base eleitoral, pelos seus apoiadores financeiros e pelas suas lideranças partidárias (Corrêa, 2017). A análise da tomada de posição dos parlamentares no interior das Comissões permite uma compreensão mais aprofundada e qualitativa do processo legislativo. Permite, sobretudo, a formação de uma nova agenda de pesquisas sobre esse objeto, com instrumentais teóricos e metodológicos da Sociologia Política. Essa agenda de pesquisas corresponde, portanto, às próximas etapas decorrentes da análise aqui empreendida.

## Referências Bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio H. (1988), “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”, *Dados*, 31 (1), 5-34.
- BARROS, Antônio T. (2015), “Política partidária e meio ambiente: a adesão dos partidos políticos brasileiros à agenda verde”, *Opinião Pública*, 21 (3), 693-733.
- BOURDIEU, Pierre (1984), *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Points.
- (1994), *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil.
- (1998), *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- (2000), *Propos sur le Champ Politique*. Lyon: Presse Universitaire de Lyon.
- BURSZTYN, Maria A.; BURSZTYN, Marcel (2013), *Fundamentos de Política e Gestão Ambiental: caminhos para a sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CODATO, Adriano (2008), “A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese a partir do caso de São Paulo”, *Revista de Sociologia Política*, 16 (30), 89-105.
- CORADINI, Odaci L. (2007), “Engajamento associativo-sindical e recrutamento de elites políticas: tendências recentes no Brasil”, *Revista de Sociologia Política*, 28, 181-203.
- CORRÊA, Carolina P. (2017), *Sociologia das Tomadas de Posição no Legislativo Brasileiro: uma análise sobre a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados (2004-2015)*. Tese de Doutorado em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando (1999), *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo, FGV.
- KINZO, Maria D. G. (2004), “Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (54), 23-40.
- MIGUEL, Luis F. (2010). Os partidos e o eixo “esquerda-direita”. In: Krause, S; Humberto, D; Miguel, L.F. (Orgs.) *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung; São Paulo: Ed. UNESP.
- MOISÉS, José Á. (org.) (2014), *O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung.
- MÜLLER, Gustavo (2005), “Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes”, *Dados*, 48, 371-394.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo (2000), “Uma Teoria da Preponderância do Poder Executivo. O Sistema de Comissões no Legislativo Brasileiro”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 15 (43), 45-67.
- PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz D.; TRIBESS, Camila (2009), “Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa”, *Sociologias*, 22, 280-313.

CORREA, Carolina Pimentel (2018), “A Composição Sociopolítica do Legislativo Brasileiro: uma análise da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (2004-2015)”. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 85-107

RICCI, Paolo; LEMOS, Leany B. (2004), “Produção legislativa e preferências eleitorais na Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara dos Deputados”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19 (55), 107-129.

RICD, Regimento Interno da Câmara dos Deputados (1989), *Resolução da Câmara dos Deputados n.º 17/1989*. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Diário do Congresso Nacional - Seção 1 - Suplemento - 22/9/1989, p. 3 (Publicação Original).

SANTOS, Fabiano (2002), “Partidos e Comissões no Presidencialismo de Coalizão”, *Dados*, 45 (2), 237-264.

SFB, Serviço Florestal Brasileiro (2010), *Florestas do Brasil em resumo – 2010: dados de 2005-2010*; Serviço Florestal Brasileiro. Brasília: SFB.

**Carolina Pimentel Corrêa.** Pesquisadora de Pós-Doutoramento (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil). Endereço de correspondência: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Av. Bento Gonçalves, 9500 – Campus do Vale, Prédio 43311, Bairro Agronomia, CEP 91509-900, Porto Alegre, Brasil. Email: carolpimentel-correa@gmail.com

Artigo recebido em 27 de abril de 2017. Aprovado para publicação em 10 de janeiro de 2018.



## **O impacto dos determinantes da inovação na geração de ideias no Ensino Superior: a percepção dos estudantes como evidência**

**Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia**

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa  
Observatório Nacional de Administração Pública

**Ireneu de Oliveira Mendes**

Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

### **Resumo**

As Instituições de Ensino Superior (IES) têm enfrentado nos últimos anos diversos fatores que limitam o cumprimento das suas missões, o que levou a que estas se focassem na sua capacidade de criar aquilo que constitui algo de novo. A inovação é diversas vezes considerada como o principal motor do sucesso organizacional, sendo relativamente recente o seu estudo no setor público. O artigo visa aferir a importância da inovação nas IES, partindo da percepção dos estudantes do ensino superior. É apresentado um enquadramento teórico sobre a inovação no setor público, seguido de uma referência à metodologia utilizada, e dos resultados alcançados, finalizando com as conclusões do estudo.

Palavras-chave: inovação; administração pública; Ensino Superior

*The impact of the determinants of innovation on the generation of ideas in Higher Education: the students' perception as evidence.*

### **Abstract**

Higher Education Institutions (HEI) have faced in recent years several factors that limit the accomplishment of their missions, which has led them to focus on their capacity to create what constitutes something new. Innovation is often regarded as one of the main drivers of organizational success, being relatively recent its study in the public sector. The article aims to assess the importance of innovation in public HEIs, based on the analysis of students' perceptions of higher education in Portugal. A theoretical framework on innovation in the public sector is presented, followed by a reference to the methodology used and the results achieved, ending with the study's findings.

Keywords: Innovation, Public Administration, Higher Education,

*L'impact des déterminants de l'innovation dans la production d'idées dans l'enseignement supérieur: la perception des étudiants comme preuve.*

### **Résumé**

Ces dernières années, les établissements d'enseignement supérieur (EES) ont fait face à plusieurs défis qui ont limité l'accomplissement de leurs missions, ce qui les a amenés à se concentrer sur leur capacité pour créer ce qui est nouveau. L'innovation est souvent considérée comme l'un des principaux moteurs du succès organisationnel, bien que la recherche dans le secteur public ait été récente. L'article vise à évaluer l'importance de l'innovation dans les EES publics, à partir dès l'analyse des perceptions des étudiants de l'enseignement supérieur au Portugal. Un cadre théorique sur l'innovation dans le secteur public est présenté, suivi d'une référence à la méthodologie utilisée et aux résultats et finissant avec les conclusions de l'étude.

Mots-clés: innovation; administration publique ; l'enseignement Supérieur.

*El impacto de los determinantes de la innovación en la generación de ideas en la educación superior: la percepción de los estudiantes como evidencia.*

### **Resumen**

En los últimos años, las Instituciones de Educación Superior (HEI) han enfrentado varios desafíos, que limitaron el cumplimiento de sus misiones, lo que los llevó a centrarse en su capacidad de crear lo que constituye algo nuevo. La innovación se considera como uno de los principales impulsores del éxito organizacional, aunque la investigación en el sector público ha sido reciente. El artículo tiene como objetivo evaluar la importancia de la innovación en las IES públicas, a partir del análisis de las percepciones de los estudiantes sobre la educación superior en Portugal. Se presenta un marco teórico sobre la innovación en el sector público, seguido de una referencia a la metodología utilizada y los resultados obtenidos, finalizando con las conclusiones del estudio.

Palabras-clave: innovación; administración pública; educación superior.

## **I. O Ensino Superior e o seu contexto envolvente**

Fatores como a crescente importância das instituições de ensino superior, os consecutivos cortes ao nível do seu financiamento (Ross, Grace e Shao, 2013) - por razões de natureza externa às instituições e que levam a que estas se vejam forçadas a mudanças organizacionais para que, ainda assim, consigam cumprir com os seus objetivos e manter o nível de excelência no cumprimento dos critérios de qualidade ao nível do ensino, investigação e da transferência do conhecimento - e o crescente aumento da procura pelo ensino superior, consubstanciam elementos caracterizadores de um processo de transformação que as instituições se vêm confrontadas atualmente.

Esta transformação global nas instituições de ensino superior implica o reconhecimento de que as instituições que aspiram a posições de topo estão necessariamente obrigadas a transcender o seu âmbito de atuação para lá das fronteiras dos países a que pertencem, através do estabelecimento de redes de investigação de excelência, que permitem o fortalecimento do seu estatuto no panorama global (Lo, 2009), sendo hoje também clara a existência de um foco no mercado (*market orientation*), numa tentativa de melhorar os níveis de recrutamento de estudantes internacionais (Ross, Grace e Shao, 2013). A par com o foco nas estratégias de internacionalização, as IES devem hoje procurar tornar-se agentes ativos de inovação, uma vez que são detentoras do conhecimento e na maioria das vezes dos recursos – pessoas, tecnologias e infraestruturas – para a produção de conhecimento avançado inovador. Para tal, a sua ligação ao mercado deve ser cada vez maior e mais próxima, visando obter um claro entendimento da realidade das empresas, seus interesses, suas limitações e suas lacunas e necessidades ao nível da inovação. Neste sentido, a criação de sinergias neste âmbito é vantajosa para ambas as partes, na medida em que as IES conseguem ver o conhecimento desenvolvido na academia, ser aplicado na prática empresarial – seja no setor das tecnologias de comunicação, mobilidade, saúde, serviços, entre outros – e as empresas recebem um forte impacto inovador consubstanciado na existência de adaptações que permitem desenvolvimentos e melhorias ao nível dos processos, da criação dos produtos ou até mesmo ao nível da estrutura organizacional das empresas.

A inovação representa assim, o núcleo dos processos de renovação nas organizações e é diversas vezes considerada como o principal motor do sucesso organizacional, bem como uma solução para problemas de bem-estar (McCann e Ortega-Argiles, 2013). No entanto, a inovação na governação é ambígua e requer um ambiente institucional que promova a aprendizagem e a partilha de conhecimentos (Hartley, 2005). Uma das perspetivas mais comuns é a de que o conhecimento é criado quando organizações heterogéneas ou atores se encontram, levando à criação de parcerias e à partilha de ideias, permitindo que a resolução criativa de problemas com base na colaboração seja considerada como a “cura” para a pouca inovação no setor público (Bommert, 2010; Borins, 2014), levando a que muitos dos processos de reforma levados a cabo nos últimos anos tenham como principal objetivo a inovação (Considine e Lewis, 2007).

O presente artigo tem como objetivo aferir quais os determinantes da inovação com impacto na geração de ideias nas IES com base na percepção dos estudantes de ensino superior. O artigo começa por apresentar um enquadramento teórico sobre a inovação, avançando posteriormente sobre o seu enquadramento no setor público.

Posteriormente é apresentada a metodologia utilizada, bem como os resultados alcançados e as conclusões do estudo. No final, são fornecidas algumas janelas de oportunidade para investigação futura.

## **II. Inovação na era da economia do conhecimento**

Hoje em dia é comumente aceite e partilhada a ideia de que vivemos numa sociedade do conhecimento, participada por diversos e diferentes agentes e instituições responsáveis pela criação, disseminação e transferência do conhecimento necessário ao normal e eficiente funcionamento dos mercados. O conhecimento e a inovação tornaram-se assim, nas principais fontes de riqueza, de poder e de qualidade de vida da sociedade hodierna (Castells, 2005a). A forte ascensão do uso das tecnologias nomeadamente de informação e comunicação dos agentes de mercado levou à existência de uma interdependência entre o setor das indústrias de informação e as restantes atividades, levando ao reconhecimento da necessidade de um aumento do conhecimento nas estruturas produtivas (Carrapeto e Fonseca, 2006).

Segundo a OCDE (1996) as economias do conhecimento são definidas como as estruturas económicas que assentam diretamente na produção, difusão e utilização do conhecimento e da informação. De acordo com Foray (2000) as economias foram constituídas com base em duas perspetivas: uma primeira relacionada com o crescimento do capital intangível e uma segunda com o crescimento e difusão das tecnologias de comunicação e informação, fatores que tiveram uma forte influência nas fontes e na rapidez da inovação.

As economias do conhecimento tiveram como base a conjugação de um conjunto de transformações económicas tecnológicas e institucionais (Foray, 2004), onde, por um lado, ocorreu um aumento do ritmo de produção de conhecimento, e por outro lado o crescimento da sua disseminação aliada à descentralização dos processos de criação de conhecimento (Carrapeto e Fonseca, 2006). Com base na ideia de que o conhecimento potencia a aprendizagem e esta fomenta a mudança levando ao desenvolvimento de melhorias, Johnson e Lundvall (2000) preferem o uso da expressão de “economia de aprendizagem” (*learning economy*), onde a capacidade de aprendizagem e de inovação são determinantes para o desenvolvimento dos diferentes agentes e, bem assim, das sociedades.

Um dos principais temas da estratégia da União Europeia para o próximo ciclo administrativo e financeira (2014-2020) parte da ideia de que a investigação

contribui para o desenvolvimento económico e social através da inovação (European Commission, 2013). Exemplo disso é o facto da União Europeia ter vindo a dar ênfase à participação da indústria na investigação e na inovação (McCarthy e Paget, 2013), o que acaba por estar alinhado com a ideia de que os estudos sobre inovação têm vindo a crescer de forma rápida desde a década de 80 do século XX como uma área de investigação autónoma (Djellal *et al.*, 2013). No entanto, no âmbito dos estudos da inovação ao nível do setor público, a perspetiva já não é tão favorável, podendo mesmo dizer-se que tem existido alguma negligência neste âmbito (Djellal *et al.*, 2013). Contudo existe uma consciência crescente de que muitas inovações ocorrem hoje em dia no setor público, sendo por isso necessário a continuação dos esforços sistemáticos para promover a inovação por forma manter e potenciar altos níveis de serviços e de bem-estar e ajudar a enfrentar os desafios económicos e sociais que as organizações públicas enfrentam. (Bloch e Bugge, 2013).

Segundo Kanter (2000), existem quatro grandes fases de inovação que correspondem aproximadamente à lógica do processo de inovação à medida que este se desenvolve ao longo do tempo. Essas fases são: (a) geração de ideias e ativação dos impulsionadores da inovação (os “empresários” ou “inovadores”); (b) construção de coligações para aquisição do poder necessário para transformar a ideia em algo real; (c) realização da ideia e produção de inovação, isto é a transformação da ideia num modelo, um produto ou plano ou protótipo que possa vir a ser usado; (d) transferência ou difusão, disseminação do modelo - comercialização do produto. Diversas vezes estas fases ocorrem em seqüência, no entanto podem também sobrepor-se. Ao compreender a natureza de cada fase, podemos, com mais facilidade, perceber por que certas propriedades das organizações estão relacionadas ao sucesso da inovação. Isso, por sua vez, contribui para o conhecimento da relação entre estrutura e comportamento, entre macro-contexto e micro-processo. Assim, no presente estudo iremos focar-nos apenas na fase “geração de ideias” entendida como a fase de ativação de alguma pessoa ou pessoas para sentir/visualizar ou aproveitar uma nova oportunidade (Kanter, 2000). Deste modo a geração de ideias é o gatilho iniciador do processo de inovação tendo como base o reconhecimento de uma oportunidade, esta que se encontra intimamente relacionada com a existência de determinada necessidade.

Com foco no setor público Schon (1971) descreveu o surgimento de novas políticas públicas como resultado de um processo de despertar de consciência. O primeiro problema-chave na gestão da inovação, então, é como fazer com que as pessoas despertem para a geração de novas ideias e seu consequente desenvolvimento e implementação visando suprimir as necessidades existentes.

### III. Inovação na Administração Pública - a experiência de Portugal

É comum que as atividades das organizações públicas sejam consideradas tanto como marcos regulatórios para atividades de inovação ou como fornecedores mais ou menos passivos de *inputs* para a inovação do setor privado ou ainda como recetores e utilizadores de produtos inovadores gerados pelo setor privado. Importa assim perceber como se interligam a inovação e administração pública.

A inovação é comumente definida com “a implementação de um produto novo ou significativamente melhorado (bem ou serviço), ou processo, um novo método de marketing ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho ou nas relações externas” (OECD e Eurostat, 2005). Outras definições adotam posições onde os produtos ou serviços são utilizados e as inovações são vistas como novos paradigmas, sendo por esse motivo sinónimo de um novo “modelo mental” (Bessant and Tidd, 2007; Rowley *et al.*, 2011). A inovação também pode ser vista como o processo em que os atores criadores de políticas permitem e fomentam a inovação através de reformas legislativas ou fornecendo recursos para experiências que possibilitem a colaboração entre indivíduos (Hartley, 2005).

O termo “inovação” é frequentemente definido de forma restrita, e as discussões sobre políticas frequentemente subestimam a complexidade do processo de inovação (Christopherson *et al.*, 2008). As definições do tipo de inovação também se sobrepõem e podem abranger formas híbridas, como produtos que incluem tanto os serviços como as inovações ao nível dos produtos (Rowley *et al.*, 2011). Uma característica predominante na maioria das definições é que as inovações são vistas como ferramentas pelas quais se pode obter maior competitividade e comercialização.

As reformas com base no movimento da Nova Gestão Pública (NPM) levaram a grandes mudanças na gestão das organizações do setor público, com base na noção de mercados competitivos e na adoção de técnicas de gestão do setor provenientes da atmosfera privada (Groot and Budding, 2008; Hood, 1995; Pollitt, 2002; Walker *et al.*, 2011). Ao longo das duas últimas décadas, a introdução da medição do desempenho tem sido uma das tendências internacionais mais difundidas na gestão pública, estando a inovação cada vez mais presente no debate sobre a competitividade das empresas, não apenas do setor privado, onde esta desempenha um importante papel de mudança e desenvolvimento organizacional, enquadradas num mundo cada vez mais global e onde as tendências acarretam consigo também grandes incertezas, mas também ao nível dos modelos de negócio e de prestação de serviço público das organizações públicas.

Neste âmbito importa apresentar uma breve descrição do impacto da NPM em Portugal. Para diversos autores, a NPM em Portugal está muito relacionada com a modernização administrativa iniciada na década de 80 (*vide*, por exemplo, Rocha 2001:105-119; Rocha e Araújo, 2007). Para ajudar a explicar a viragem do paradigma burocrático para um modelo com pendor mais managerialista contribuíram alguns fatores, dos quais se destacam (Rocha e Araújo, 2007; Graham, 2001; Gomes, 2001): em primeiro lugar a existência de um clima político de grande estabilidade, onde o Governo era apoiado por uma maioria parlamentar; em segundo lugar uma diminuição do impacto da crise financeira e das pressões orçamentais; em terceiro lugar com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia surgiu a possibilidade do país ter acesso a fundos comunitários o que serviria, idealmente, de rampa de lançamento para uma economia mais dinâmica e competitiva; em quarto lugar o despertar de novos modelos de entendimento sobre aquele que deveria ser o papel do Estado na sociedade e consequentemente sobre qual o posicionamento da sua máquina administrativa. Tais modelos decorreram dos desenvolvimentos académicos ocorridos no âmbito da ciência da administração pública, e das experiências implementadas em outros países, profundamente disseminadas pelas organizações europeias.

A implementação das medidas oriundas do NPM na administração pública portuguesa, ambicionaram assim, contribuir para uma alteração do paradigma burocrático vivido até então, considerado como um elemento limitador da atuação dos agentes públicos, um entrave ao desenvolvimento económico e social e ainda como prestador de respostas lentas às necessidades da comunidade, muito devido à distância existente entre administração e comunidade.

No setor público, a inovação é muitas vezes encarada como meio para as organizações conseguirem acompanhar as transformações que ocorrem e assim responderem eficazmente às exigências dos cidadãos e da sociedade (Carrapeto e Fonseca, 2006).

Rogers (1995), com base num estudo sobre mudanças em milhares de organizações descobriu que as inovações ou reformas disseminam-se de forma difusa, e exibem um padrão comum - a curva S. No início, a adoção da mudança ou reforma é lenta, e feita com base na experimentação e na tentativa e erro. Uma vez que a reforma seja implementada com sucesso, tende a haver um crescimento na sua adoção, seguido de uma estabilização.

Tem existido alguma relutância em associar a inovação à Administração Pública, embora nos últimos anos esta tendência tenha vindo a perder um pouco da sua força. O Manual de Oslo, onde é possível encontrar um importante conjunto de linhas

orientadoras para a recolha e tratamento de dados sobre as atividades de inovação na indústria, refere também que a inovação não é exclusiva de determinado(s) setor(es), podendo, por isso mesmo, ocorrer também no setor público.

No entanto, tratando-se de setores que na sua génese são diferentes, existem à partida diferenças relativas à aplicação do conceito de inovação no setor privado e no setor público, relacionados com diversos fatores, como seja a existência de interesses diferentes, o ambiente envolvente é também ele distinto, o objetivo das organizações privadas tem foco no lucro, enquanto as organizações públicas visam em primeiro lugar a prestação de serviços de qualidade que vão ao encontro das necessidades dos cidadãos (da comunidade) e ainda o facto de no setor público existir associada uma componente política forte, com impacto na tomada de decisão que pode ou não fomentar e estimular a inovação mediante determinado contexto político, económico e social.

Segundo Carrapeto e Fonseca, (2006) podemos encontrar dois níveis de inovação na Administração Pública, nomeadamente: um ao nível político onde o objetivo é promover e executar as políticas mais adequadas aos desafios sociais e um outro ao nível organizacional (administrativo) onde se busca o aumento da eficiência e a melhoria geral das organizações, bem como a eficácia das políticas (Koch e Hauknes, 2005). Ambos os níveis estão interligados estando na base de uma corrente de modernização administrativa que tem sido advogada por diversos países no quadro de orientações programáticas como o *New Public Management*, o *Reinventing Government* ou o *New Public Service*.

É restritiva a perspetiva de que a inovação é apenas sinónimo de tecnologia. Existe uma dimensão relacionada com o modo de organização ao mercado ou a outros fatores inovadores que não raras vezes subjazem ao sucesso das inovações tecnológicas. Segundo, Armbruster *et al.*, (2008) existem duas dimensões que se interligam neste âmbito. Uma primeira diz respeito à inovação estrutural ou ao modelo organizacional onde se enquadram as ideias que influenciam, alteram e melhoram responsabilidades, linhas de comando e fluxos de informação (Carrapeto e Fonseca, 2006). Uma segunda dimensão relaciona-se com a inovação no modelo de gestão ou ao nível dos procedimentos, onde o foco é na alteração das rotinas, dos processos e operações das organizações (Carrapeto e Fonseca, 2006).

De acordo com Lam (2005) a relação entre a organização e a inovação é complexa na medida em que a inovação constitui parte do sistema que a produz. Segundo esta autora, existe uma certa ambiguidade em redor do conceito de inovação organizacional, e defende a existência das seguintes três perspetivas: as que se

focam na identificação das características base de uma organização inovadora ou na determinação dos efeitos das variáveis estruturais na inovação no produto ou nos processos (perspetiva de Mintzberg); as que têm como foco a geração de novas ideias para resolver problemas, com ligação à aprendizagem e ao processo de criação de conhecimento organizacional (perspetiva de Nonaka e Takeuchi); e por fim as que têm foco na mudança e adaptação organizacional e ainda na criação de novas formas organizacionais (Lam, 2005).

Desde a década de 80 do século XX que os movimentos reformistas de modernização administrativa desencadearam diversos processos de inovação na administração pública de vários países. Existem contudo princípios comuns e característicos desses processos (Armstrong e Ford, 2001; Altshuler e Behn, 1997; Borins, 2001; Pollitt e Bouckaert 2004; OCDE, 2005) nomeadamente: a leveza ao nível das estruturas organizacionais; foco na produtividade através da adoção de mecanismos de instrumentos potenciadores de uma maior flexibilidade no trabalho, que possibilite processos mais eficientes; a profissionalização com base na reforma dos sistemas laborais já muitas vezes considerados obsoletos, desenhados e extemporâneos; o aumento da qualidade na prestação do serviço; a reciprocidade relacionada com a ideia de uma administração pública transparente e aberta à comunidade e por último o ser digital, ou seja uma administração pública que opera com base nas tecnologias de informação e comunicação o que lhe permite prestar um serviço de melhor qualidade, mais célere e por isso mais satisfatório para o cidadão, conseguindo assim uma relação mais próxima com este.

Nos últimos 40 anos, Portugal tem vindo a registar algumas mudanças sociais políticas e económicas com forte impacto na administração pública nacional. Segundo Corte-Real (1999) a rampa de lançamento para a mudança foi o foco no cidadão, sendo por isso fácil de apresentar alguns exemplos de aproximação do Estado ao cidadão, sendo disso exemplo paradigmático o as medida implementadas pelo programa Simplex, o livro de reclamações, a criação das Lojas do Cidadão, do Portal do Cidadão, do Portal da Empresa, da criação da Unidade de Missão Inovação e conhecimento (UMIC) que elaborou um *Plano de Ação para o Governo Eletrónico*, e ainda a criação da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), entre outras.

Este conjunto de iniciativas de aproximação ao cidadão e melhoria do serviço prestado permite concluir que também em Portugal foi desenvolvido um esforço para que a ocorresse uma transformação na administração pública com foco na sua modernização. Deste modo, juntamo-nos a Carrapeto e Fonseca (2006) que frisam a

ideia de que este processo de modernização, assumiu a condição de política pública, que segundo Hill (2005), consubstancia um plano de ação governamental que contempla um conjunto de fins a alcançar através de decisões e medidas concretas.

Com base na análise feita por Carrapeto e Fonseca (2006) aos três programas de governo, nomeadamente, o Programa do X Governo Constitucional de meados dos anos 80 fortemente influenciado pela entrada na CEE, o Programa do XIII Governo Constitucional de meados dos anos 90 que contou com influências de correntes modernistas de outros países e o programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009), são de destacar as seguintes tendências, no que ao foco na inovação diz respeito: apenas no XVII Governo Constitucional surge expressamente a inovação no domínio da administração pública, associada à ideia de simplificação administrativa; as dimensões da inovação verificaram primeiramente uma evolução e de seguida uma estabilização; no X Governo as dimensões pilar foram a Produtividade a Qualidade e a Leveza; nos XIII e XVII Governos estão presentes todas as dimensões identificadas nomeadamente a Produtividade, a Qualidade, a Leveza a Recetividade, a Profissionalização e o Ser Digital. Com base neste estudo é notório o reconhecimento da importância da inovação não apenas com foco no setor privado mas também no setor público, surgindo por diversas vezes e com diferentes sinónimos, associada ao mote da modernização, flexibilização ou agilização administrativa.

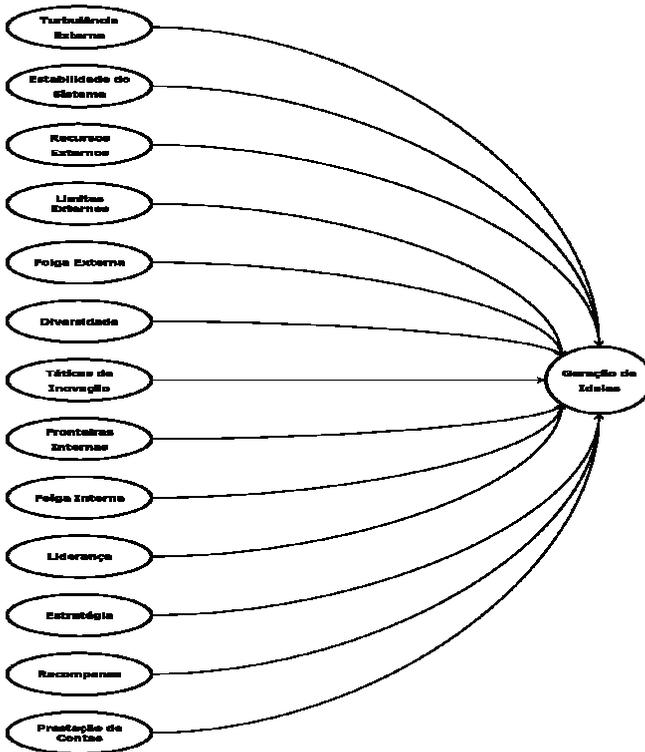
#### **IV. Modelo de Investigação**

Seguindo o quadro de desenvolvimento da Administração Pública portuguesa, o presente artigo visa aferir a importância da inovação, mormente a fase da geração de ideias, nas IES com base na percepção dos estudantes de ensino superior, na medida em que estas são um elemento fundamental de produção, disseminação e transferência de conhecimento e por conseguinte de inovação para as empresas e para a sociedade de uma forma geral. Com base no referencial teórico já apresentado foram consideradas as seguintes treze variáveis: a) turbulência externa; b) Estabilidade do Sistema; c) Recursos Externos; d) Limites Externos; e) Folga Externa; f) Diversidade; g) Fronteiras Internas; h) Folga Interna; i) Liderança; j) Estratégia; k) Táticas de Inovação; l) Recompensa; m) Prestação de contras, com o objetivo de aferir quais as que se relacionam com a variável "geração de ideias".

Com base na estrutura teórica de partida foi definido o modelo inicial (Figura 1).

Com este modelo pretendeu-se apurar se as características da dimensão turbulência externa, influencia a geração de ideias, tendo sido formulada a seguinte hipótese: H1 – A variável latente Turbulência Externa tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. Procedeu-se de igual forma para a variável Estabilidade do sistema, formulando-se a seguinte hipótese: H2 – A variável latente Estabilidade do Sistema tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias.

Figura 1  
Modelo teórico inicial



Fonte: Autoria própria.

Procedimento idêntico seguiu-se para a variável recursos externos, definindo-se a seguinte hipótese: H3 – A variável latente Recursos Externos tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. Também para a variável limites externos, foi elaborada uma hipótese semelhante, nomeadamente: H4 – A variável latente Limites Externos tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. Foi ainda formulada uma hipótese relativa à variável folga externa, designadamente:

H5 – A variável latente Folga Externa tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. Definiu-se também para a variável diversidade, a seguinte hipótese: H6 – A variável latente Diversidade tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. Para a variável fronteiras internas, foi definida a seguinte hipótese: H7 – A variável latente Fronteiras Internas tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. O mesmo se elaborou para a variável folga interna, com a hipótese H8 – A variável latente Folga Interna tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. De igual modo se construiu a hipótese relativa à relação entre a variável liderança e a variável geração de ideias, designadamente: H9 – A variável latente Liderança tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. Foram ainda definidas hipóteses para a variável estratégia, H10 – A variável latente Estratégia tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. Do mesmo modo se procedeu para a variável tática de inovação com a seguinte hipótese: H11 – A variável latente Táticas de Inovação tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias; tal como para a variável recompensa com a hipótese: H12 – A variável latente Recompensa tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias. Por fim foi definida a hipótese referente à relação da variável Prestação de Contas e Geração de ideias, formulada da seguinte fórmula: H13 – A variável latente Prestação de Contas tem impacto positivo direto na variável latente Geração de Ideias.

## V. Metodologia

Como procedimento metodológico foi aplicado um inquérito por questionário dirigido à população de estudantes de ensino superior, tendo-se utilizado a ferramenta *Google Forms* para a sua criação. Pretendia-se que o respondente indicasse, com base na sua percepção a respeito da importância da inovação e da geração de novas ideias nas IES, o seu nível de concordância com os itens do questionário, com base numa Escala de Likert<sup>1</sup> cujos valores variavam de “1” – discordo totalmente a “10” – concordo totalmente, existindo também a opção de resposta “não sabe/não responde”.

O conjunto de questões (tabela A1 em anexo) iniciava com 5 questões

---

<sup>1</sup> A opção por escalas de Likert numéricas e por intervalo com 10 pontos garante, face a escalas de cinco ou sete pontos, uma maior variabilidade dos resultados obtidos, garantindo maior qualidade e robustez dos procedimentos estatísticos efetuados. Para mais desenvolvimento sobre estas matérias consultar, por exemplo, Correia (2012: 140-144).

introdutórias que permitiam uma caracterização da amostra recolhida (aspetos gerais como o nome da instituição de ensino, curso, ano que frequenta, idade e sexo) seguido de 14 dimensões de análise (turbulência externa, estabilidade do sistema, recursos externos, limites externos, folga externa, diversidade, fronteiras internas, folga interna, liderança, estratégia, táticas de inovação, recompensa e prestação de contas e a geração de ideias). Por fim, foram feitas duas questões mais transversais sobre a inovação, respetivamente questão 40 e 41. Este inquérito foi aplicado no terreno no período de 4 a 27 de dezembro de 2016 (23 dias) tendo sido disponibilizado via *online* e através da sua distribuição física por alunos de diversos cursos de diversas instituições de ensino superior.

Foram apuradas 300 respostas úteis, provenientes de 15 unidades orgânicas (tabela A2 em anexo) relativas a 31 cursos (tabela A3 em anexo). Um resumo dos dados obtidos referentes à amostra apurada, é apresentado na tabela seguinte:

**Tabela 1**  
**Resumo dos dados da amostra**

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| Amostra                       | 300 |
| Unidades Orgânicas            | 15  |
| Cursos                        | 31  |
| Indivíduos Sexo Feminino      | 156 |
| Indivíduos Sexo Masculino     | 144 |
| Média de Idades (arredondada) | 24  |
| Idade Máxima                  | 56  |
| Idade Mínima                  | 17  |

Fonte: autoria própria.

Das 300 respostas úteis obtidas, 156 (52%) são do sexo feminino e as restantes 144 (48%) do sexo masculino. A média de idades dos respondentes é de 24 anos (idade máxima 56 e idade mínima de 17). Embora se tenham obtido respostas dos 3 ciclos de estudo (Licenciatura, Mestrado Integrado, Mestrado e Doutoramento) a média do ano de frequência dos respondentes é o segundo ano. A elaboração das 13 variáveis latentes com base nas variáveis de medida associadas às perceções dos estudantes sobre a importância da inovação nas IES, bem como a estimação do modelo proposto na Figura 1 foram desenvolvidas com recurso ao uso da aplicação de um modelos de equações estruturais (metodologia SEM, ou modelagem por equações estruturais,

MEE)<sup>2</sup>, que permitiu a atribuição de um impacto e de um peso à influência de cada dimensão independente.

## VI. Resultados e discussão

Da análise da figura 2 concluímos que das 13 variáveis latentes em estudo apenas 3 oferecem significância estatística para um nível de confiança de 95,00% (0,9500), nomeadamente as variáveis “Fronteiras Internas”, “Folga Interna” e “Prestação de Contas”. É também possível aferir as avaliações médias destas 3 variáveis. Para a variável “Folga Interna” - com a avaliação média mais alta - o valor obtido foi de 6,4 pontos, seguida da variável “Prestação de Contas” com uma avaliação média de 6,2 pontos e por último a variável “Fronteiras Internas” que obteve uma avaliação média de 5,7 pontos.

Da observação dos resultados apresentados no modelo de percepções obtido (Figura 2) constata-se que para um nível de significância de 0,05, o aumento de 1 ponto na avaliação média da dimensão Folga Interna, teria um impacto de 0,17 pontos na dimensão Geração de Ideias. Já no âmbito da dimensão Prestação de Contas, o aumento de 1 ponto na sua classificação média teria um impacto de 0,30 na dimensão Geração de Ideias.

Por fim, o aumento de 1 ponto na classificação média da dimensão Fronteiras Internas teria um impacto de 0,19 pontos na dimensão Geração de ideias. As restantes dimensões não apresentam um impacto estatístico ao nível da significância estatística de 0,05. A dimensão que apresenta maior peso nas percepções dos estudantes é a dimensão Prestação de Contas, contribuindo com 48,0%, seguida da dimensão Fronteiras Internas com um peso de 28,7% e por último e com menor peso, a dimensão Folga Interna com um peso de 23,3%.

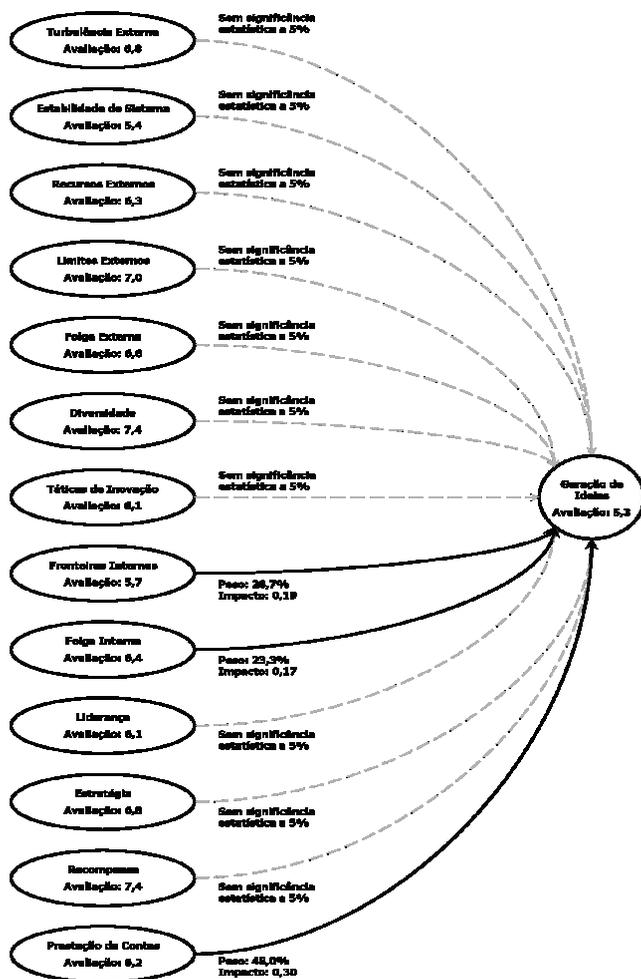
É ainda possível verificar que as percepções médias das 3 variáveis latentes independentes com significância estatística são favoráveis uma vez que são sempre superiores a 5 pontos em 10 possíveis, oscilando entre um valor mínimo de 5,7 pontos, relativo à dimensão “Fronteiras Internas”, e um valor máximo de 6,4 pontos, relativo à dimensão “Folga Interna”

---

<sup>2</sup> A MEE é uma coleção de técnicas relacionadas entre si, que permite o exame de uma série de dependências entre múltiplas variáveis simultaneamente (Hair et al., 2009). Na MEE dois modelos complementares são avaliados: o modelo de mensuração, no qual são especificadas relações entre variáveis observáveis e construtos, avaliado por análise fatorial confirmatória; e o modelo estrutural, no qual se especificam relações entre os construtos (Brown, 2006).

Na mesma linha surge a dimensão dependente, “Geração de Ideias” que apresenta um valor médio também favorável para as percepções, correspondendo a 5,3 pontos.

**Figura 2**  
Resultados do modelo de percepções sobre a importância da Inovação nas IES



Fonte: autoria própria.

Por fim, a tabela 2 apresenta os índices de qualidade do modelo proposto. O modelo proposto apresenta um coeficiente de determinação ajustado de 30,3% o que significa que as variáveis latentes independentes explicam 30,3% da variação da variável dependente “Geração de Ideias”.

**Tabela 2**  
**Índices de qualidade do modelo explicativos da variável latente dependente "Geração de ideias"**

| Parâmetro                              | Modelo |
|--|--------|
| R <sup>2</sup>                         | 0,308  |
| R <sup>2</sup> - ajustado              | 0,303  |
| Índice de Bondade do Ajustamento (GoF) | 0,431  |

Fonte: autoria própria.

Quanto ao índice de bondade do ajustamento (*goodness of fit index*), - índice que procura validar globalmente o modelo de equações estruturais - os valores obtidos são globalmente aceitáveis.

## VII. Conclusões

O presente artigo tinha como principal objetivo aferir a importância da inovação das IES com base na percepção dos estudantes de ensino superior. Ao nível dos resultados, o modelo de equações estruturais (Figura 2) revela coeficientes de impacto estatisticamente significativos para níveis de significância de 0,05 (p-valores todos inferiores a 0,05) para apenas 3 das 13 variáveis latentes em estudo. Assim, dadas as hipóteses formuladas no presente estudo, foram confirmadas as hipóteses H7, H8 e H13, sendo que da análise à capacidade de ajuste do modelo conclui-se que esta é aceitável. Deste modo, é possível afirmar que as percepções dos estudantes sobre as variáveis latentes "fronteiras internas", "folga interna" e "prestação de contas" tem impacto direto e positivo nas suas percepções relativamente à geração de ideias.

No entanto, importa referir que o modelo desenvolvido no presente estudo, poderá ser melhorado em termos da sua robustez com o contributo resultante da introdução de outras dimensões que poderão oferecer melhorias ao nível da qualidade do modelo.

A inovação é cada vez mais reconhecida como um processo dinâmico que promove a identificação dos problemas, os desafios e o desenvolvimento de novas ideias criativas e a seleção e implementação de novas soluções. Não estando a sua aplicação e o seu estudo restrito ao domínio privado tem vindo a ganhar projeção e difusão, no setor público nomeadamente servindo de mote a um conjunto de reformas intimamente interligadas com as reformas administrativas. Este interesse pela inovação do setor público está ligado à expectativa de que a esta seja útil na medida

em que promoverá uma melhoria nas suas estruturas e nos seus processos.

Para que o esforço que tem sido feito neste âmbito possa continuar, deve ser compreendida a necessidade de agilizar os novos modelos de governança e do papel do setor público na economia do conhecimento. É neste âmbito que nos parece que as instituições de ensino superior poderão desempenhar um papel determinante de criação, partilha e difusão da inovação nas mais diversas áreas, devendo para tal promover internamente uma avaliação que promova a geração de ideias, a partilha do conhecimento gerado, cruzando áreas que à partida poderão ser bastante distintas, mas com potencial para oferecer *insights* inovadores e outras perspetivas de atuação das organizações, permitindo o cumprimento das suas missões de uma forma mais eficiente com vista à obtenção de resultados eficazes.

Como oportunidades de investigação futura, seria potencialmente interessante aplicar o inquérito a outras zonas do país, nomeadamente a zona norte e zona sul, na medida em que a amostra do presente estudo apenas contou com representação de instituições numa área compreendida entre a grande Lisboa até ao distrito de Aveiro, o que permitiria comparar os resultados tendo em conta regiões distintas. Uma outra vertente de análise com interesse para investigação futura relaciona-se com a aplicação de um inquérito não apenas aos estudantes mas também aos docentes e trabalhadores não docentes das IES portuguesas, permitindo assim a comparação multinível entre as perceções dos estudantes, docentes e trabalhadores não docentes e culminando num posicionamento sobre a forma como a comunidade académica vê a importância da inovação e como fator determinante não apenas das suas instituições mas também para a sociedade de uma forma geral.

## Bibliografia

- ALTSHULER, Alan; BEHN, Robert (1997), “Innovation in American Government: Challenges, Opportunities and Dilemmas” in *Brookings Institution Press*, Washington, D.C
- ARMBRUSTER, Heidi; BIKFALVI, Andrea; KINKEL, Steffen; LAY, Gunter (2008). “Organizational innovation: The challenge of measuring non-technical innovation in large-scale surveys”. *Technovation*, 28(10), 644-657.
- ARMSTRONG, Jim; FORD, Robin (2001), “Public Sector Innovations and Public Interest Issues”, in *The Public Sector Innovation Journal*, Volume 6(1).
- BESSANT, John; TIDD, Joe (2007) *Innovation and entrepreneurship*, in John Wiley & Sons. Chichester, West Sussex, UK.
- BLOCH, Carter; BUGGE, Markus (2013), “Public sector innovation-From theory to measurement”, in *Structural Change and Economic Dynamics*, 27, 133–145.
- BOMMERT, Ben (2010), “Collaborative innovation in the public sector” in *International Public Management Review* 11(1): 15–33.
- BORINS, Sandford (2001), “Innovation, Success and Failure in Public Management Research: some methodological reflections”, in: *Public Management Review*, 3, Spring 2001 (3-17).
- (2014), *The Persistence of Innovation in Government* Brookings Institution Press.
- BROWN, Timothy (2006), *Confirmatory Factor Analysis for Applied Research*. New York: The Guilford Press.
- CARRAPETO, Carlos; FONSECA, Fátima (2006), *Administração Pública - Modernização, Qualidade e Inovação*. (2ª Edição ed.). Lisboa: Sílabo.
- (2009), *Governança, Inovação e Tecnologia - O Estado Rede e a Administração Pública do Futuro*. (1ª Edição ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- CASTELLS, Manuel (2005a), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura: A Sociedade em Rede*. Volume 1. 2.ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHRISTOPHERSON Susan; KITSON Michael; MICHIE Jonathan (2008),” Innovation, networks and knowledge exchange”, in *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* 1(2): 165–173.
- CONSIDINE Mark.; LEWIS Jenny (2007), “Innovation and innovators inside government: From institutions to networks” in *Governance* 20(4): 581–607.
- CORREIA, Pedro (2012), “O Impacto do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP) na Satisfação dos Colaboradores – O Caso dos Serviços do Ministério da Justiça em Portugal”. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais na Especialidade de Administração Pública).
- CORTE-REAL, Isabel (1999). “Modernisation de l’administration au Portugal”. in: *Les administrations en mouvement: les réformes de modernisation administrative dans 4 pays: Portugal, Pays-Bas, Irlande*

- et France*. Maastricht: Institut Européen d'Administration Publique.
- DJELLAL, Faridad; GALLOUJ, Faiz; MILES, Ian (2013), “Two decades of research on innovation in services: Which place for public services?” in *Structural Change and Economic Dynamics*, 27, 98–117.
- EUROPEAN COMMISSION (2011), Impact assessment of health research projects supported by DG Research and Innovation 2002–2010, Brussels. Disponível em [http://ec.europa.eu/research/health/pdf/impact-assessment-of-health-research-projects-on-research-2002-2010\\_en.pdf](http://ec.europa.eu/research/health/pdf/impact-assessment-of-health-research-projects-on-research-2002-2010_en.pdf) [Consult. a 15.01.2016]
- FORAY, Dominique (2000), *L'économie de la connaissance*. Paris: La Découverte
- FORAY, Dominique (2004), *The Economics of Knowledge*. Cambridge: MIT Press.
- GOMES, João Salis (2001), “Perspectivas da moderna gestão pública em Portugal”, in Juan Mozzicafreddo e João Salis Gomes (org.) *Administração e Política: Perspectivas de Reforma da Administração Pública na Europa e nos Estados Unidos*. Oeiras: Celta Editora.
- GRAHAM, Lawrence (2001), “Institutionalizing democracy: governance in post-1974 Portugal. In Ali Farazmand (ed.) *Handbook of Comparative and Development Public Administration*. 2ª ed. revista. New York: Marcel Dekker, Inc., pp. 213-222.
- GROOT, Tom; BUDDING, Tjerk (2008), “New public management's current issues and future prospects” in *Financial Accountability & Management* 24, 1–13.
- HAIR, Joseph (2009), *Análise Multivariada de Dados*. 6a. ed. Porto Alegre: Bookman Companhia Editora. 688 p.
- HARTLEY, Jean (2005), “Innovation in governance and public services: Past and present.” *Public Money and Management*. (January, 27–35.)
- HILL, Michael (2005), *The public policy process*, 4th edition. Harlow: Pearson Education Limited.
- HOOD, Christopher (1995), “The ‘new public management’ in the 1980’s: variations on a theme” *Accounting, Organizations and Society* 20, 93–109.
- JOHNSON, Björn; LUNDVALL, Bengt-Åke (2000), Promoting innovation systems as a response to the globalising learning economy. in *International Seminar on Local Productive Clusters and Innovation Systems and New Industrial and Technological Policies*” Universidade do Rio de Janeiro.
- KANTER, Rosabeth Moss (2000), “When a Thousand Flowers Bloom: Structural, Collective, and Social Conditions for Innovation in Organizations”, *Research in Organizational Behavior*. Vol. 22, edited by B. Staw and R. Sutton. Elsevier Science, 2000.
- KOCH, Per; HAUKNES, Johan (2005), *Innovation in the public sector*. NIFU STEP, Oslo.
- LAM, Alice (2005), “Organizational innovation”. In Jan Fagerberg, David C. Mowery, Richard R. Nelson (eds.) *The Oxford Handbook of innovation*. Oxford: Oxford University Press.
- OECD/EUROSTAT (2005), *Oslo Manual: Guidelines for Collecting and Interpreting Innovation Data*, 3rd Edition, OECD Publishing, Paris. [Consult. a 15.01.2016]
- DOI: <http://dx.doi.org/10.1787/9789264013100-en>
- OECD/GD (1996), *L'Economie fondée sur le savoir*. Organisation de coopération et de développement

- économique, Paris. [Consult. a 17.01.2016] Disponível em <https://www.oecd.org/ft/sti/sci-tech/1913029.pdf>
- LO, William Yat Wai (2009), “Reflections on internationalisation of higher education in Taiwan: perspectives and prospects” in *Higher Education* 58, 733–745. Springer.
- McCANN Philip; ORTEGA-ARGILÉS Raquel (2013), “Modern regional innovation policy”. Cambridge Journal of Regions, Economy and Society 6(2): 187–216.
- McCARTHY, Mark; ZEEGERS Paget (2013), “Public health innovation and research in Europe: introduction to the Supplement”. *European Journal of Public Health*; 23 (Suppl. 2):2–5.
- ROSS, Mitchell., GRACE, Debra., SHAO, Wei (2013), “Come on higher ed... get with the programme! A study of market orientation in international student recruitment”, *Educational Review*, 65:2, 219-240. Routledge.
- POLLITT, Christopher (2002), “Clarifying convergence: striking similarities and durable differences in public management reform”, in *Public Management Review*, 4, 71–492.
- POLLITT, Christopher; BOUCKAERT, Geert (2004), *Public Management Reform: A comparative analysis*. 2d. edition, Oxford, Oxford University Press.
- ROCHA, José António Oliveira (2001), “Gestão Pública e modernização administrativa”. Oeiras: Instituto Nacional de Administração.
- ROCHA, José António Oliveira; ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves (2007), “Administrative reform in Portugal: problems and prospects”. *International Review of Administrative Sciences*, 73(4), 583-596.
- ROGERS, Everett. M. (1995), *Diffusion of innovations*, New York: Free Press.
- ROWLEY Jennifer; BAREGHEH Anahita; SAMBROOK Sally (2011), “Towards an innovation-type mapping tool”, *Management Decision* 49(1): 73–86.
- SCHON, D. (1971), *Beyond the stable state*. New York: Norton.
- WALKER, Richard W.; DAMANPOUR, Fariborz; DEVECE, Carlos A. (2011), “Management innovation and organizational performance: the mediating effect of performance management.” *Journal of Public Administration Research and Theory* 21, 367- 386.

**Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia (autor de correspondência).** Professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa (ULisboa) (Lisboa, Portugal); Coordenador do Observatório Nacional de Administração Pública (ONAP), ISCSP-ULisboa (Lisboa, Portugal); Investigador integrado no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), ISCSP-ULisboa (Lisboa, Portugal); Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua Prof. Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal. E-mail: pcorreia@iscsp.ulisboa.pt

**Ireneu de Oliveira Mendes.** Assistente convidado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal). Doutorando em Administração Pública no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (Lisboa, Portugal). Endereço de correspondência: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Rua Prof. Almerindo Lessa, 1300-663 Lisboa, Portugal.

E-mail: ireneuomendes@gmail.com

Artigo recebido em 12 de março de 2017. Aprovado para publicação em 27 de janeiro de 2018.

## Anexos

**Tabela A1**  
**Questões colocadas**

| Dimensão                | Ref. | Afirmação  |
|-------------------------|------|--|
| Caracterização geral    | Q1   | Instituição que frequenta (nome da instituição)  |
|                         | Q2   | Curso que frequenta (nome do curso)  |
|                         | Q3   | Ano que frequenta (ano em que se encontra. Ex: 1.º; 2.º, etc.)   |
|                         | Q4   | Idade  |
|                         | Q5   | Sexo   |
| Turbulência Externa     | Q6   | O ambiente externo da instituição caracteriza-se pela sua previsibilidade  |
|                         | Q7   | O setor de atividade em que a instituição se insere contribui para a inovação                                      |
| Estabilidade do Sistema | Q8   | O ambiente externo da instituição sofreu, recentemente, alterações súbitas   |
|                         | Q9   | O financiamento externo da instituição constitui um estímulo à inovação  |
| Recursos Externos       | Q10  | Existe estímulo político externo para a instituição inovar   |
|                         | Q11  | Existem entraves externos à inovação   |
|                         | Q12  | O ambiente normativo (leis e regulamentos) dificulta a inovação  |
|                         | Q13  | O setor de atividade da sua instituição apresenta um histórico relevante de inovação                               |
|                         | Q14  | A inovação é um fator muito importante para a sobrevivência da instituição   |
| Limites Externos        | Q15  | A instituição deve manter uma postura de colaboração com outras organizações do mesmo setor de atividade           |
|                         | Q16  | Existe uma postura colaborativa da sua instituição face a organizações de outros setores de atividade              |
| Folga Externa           | Q17  | A estrutura hierárquica da sua instituição apresenta uma forma piramidal   |
|                         | Q18  | O estreitamento da base da pirâmide da estrutura hierárquica da sua instituição pode estimular a inovação          |
| Diversidade             | Q19  | A instituição cultiva a diversidade intelectual e profissional   |
|                         | Q20  | A diversidade, na sua globalidade, é um fator que estimula a inovação  |
| Fronteiras Internas     | Q21  | Os problemas na instituição são resolvidos de forma colaborativa   |
|                         | Q22  | Ocorrem, com regularidade, reuniões de colaboradores na instituição  |
|                         | Q23  | Tenho conhecimento da existência de canais informais de comunicação de apoio à inovação instituídos na organização |

**Tabela A1 (continuação)**  
**Questões colocadas**

| Dimensão                       | Ref. | Afirmação   |
|--------------------------------|------|---|
| Folga Interna                  | Q24  | A instituição deveria estimular um sistema de recompensas para o desenvolvimento e a implementação de ideias inovadoras   |
|                                | Q25  | A instituição estimula a apresentação de ideias inovadoras  |
| Liderança                      | Q26  | Na instituição há clareza sobre quem deve implementar o que foi decidido  |
|                                | Q27  | Na instituição há clareza na comunicação das decisões   |
|                                | Q28  | A diferença de opinião é aceite na instituição  |
|                                | Q29  | As hierarquias superiores estimulam a inovação  |
| Estratégia                     | Q30  | A instituição valoriza o trabalho que nela se desenvolve  |
|                                | Q31  | Existe uma valorização da temática da inovação na estratégia da instituição   |
| Táticas de Inovação            | Q32  | As ideias inovadoras provêm de propostas internas   |
| Recompensa                     | Q33  | O mérito é alvo de reconhecimento na instituição  |
|                                | Q34  | O mérito deveria ser remunerado   |
|                                | Q35  | A existência de um sistema que remunere o mérito estimula a inovação  |
| Geração de Ideias              | Q36  | A instituição dispõe de um sistema institucional que estimula o desenvolvimento e/ou apresentação de ideias inovadoras (por exemplo, uma caixa de sugestões)  |
| Prestação de Contas            | Q37  | A instituição procura de uma forma ativa avaliar a respetiva atividade  |
|                                | Q38  | A instituição mede os respetivos resultados   |
|                                | Q39  | A intuição e a opinião deverão ser tidos em conta na medição do sucesso   |
| Questões finais sobre inovação | Q40  | A tipologia/natureza das ideias inovadoras implementadas na sua instituição é maioritariamente - Hipóteses de escolha: Capacidade Organizacional; Adequação à Missão; Custo de Implementação; Exequibilidade da Ideia |
|                                | Q41  | Qual o fator que mais contribui para a seleção das propostas de inovação? - Hipóteses de escolha: Técnica e Administrativa  |

Fonte: Autoria própria

**Tabela A2**  
**Instituições dos estudantes respondentes**

| Unidades orgânicas apuradas no estudo  |
|--|
| Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra                |
| Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa            |
| Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra                              |
| Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra                             |
| Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto                             |
| Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra                             |
| Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa                                |
| Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra                             |
| Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra                |
| Instituto Politécnico de Tomar   |
| Instituto Superior de Contabilidade e Administração - Universidade de Aveiro |
| Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra               |
| Instituto Superior de Economia e Gestão                                      |
| Instituto Superior de Tecnologia Avançada                                    |
| Universidade de Aveiro   |

Fonte: Autoria própria

**Tabela A3**  
**Cursos dos estudantes respondentes**

| Cursos apurados no estudo  |
|--|
| Licenciatura em Administração Público-Privada                          |
| Curso Especialização Direito do Ordenamento do Urbanismo e do Ambiente |
| Curso Técnico Superior Profissional Gestão de Vendas e Marketing       |
| Doutoramento em Gestão - Ciência Aplicada à Decisão                    |
| Licenciatura em Design   |
| Licenciatura em Direito  |
| Licenciatura em Economia   |
| Licenciatura em Engenharia Informática                                 |
| Licenciatura em Engenharia Multimédia                                  |
| Licenciatura em Gestão   |
| Licenciatura em História   |
| Licenciatura em Informática  |
| Licenciatura em Novas Tecnologias de Comunicação                       |
| Licenciatura em Química  |
| Licenciatura em Recursos Humanos                                       |
| Licenciatura em Relações Internacionais                                |
| Mestrado em Administração e Gestão Pública                             |
| Mestrado em Administração Pública Empresarial                          |
| Mestrado em Auditoria e Finanças                                       |
| Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial                    |
| Mestrado em Direito Empresarial  |
| Mestrado em Finanças   |
| Mestrado em Gestão   |
| Mestrado em Gestão e Administração Pública                             |
| Mestrado em Gestão Sustentável do Ciclo Urbano da Água                 |
| Mestrado em Marketing  |
| Mestrado em Planeamento Regional e Urbano                              |
| Mestrado em Segurança Alimentar  |
| Mestrado Integrado em Engenharia Civil                                 |
| Mestrado Integrado em Engenharia Informática e Computação              |
| Mestrado Integrado em Medicina   |

Fonte: Autoria própria



## **Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social**

**Vera Diogo**

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

### **Resumo**

Este artigo parte de uma investigação sobre a identificação socioprofissional de trabalhadores sociais pós-graduados, inseridos na economia social. Seguiu-se o paradigma interpretativo e uma metodologia qualitativa, focando duas dimensões: a educativa e a socioprofissional. Aqui, apresenta-se a segunda, baseada em entrevistas semiestruturadas. O estudo permitiu a identificação de três perfis – quatro planetas rochosos e um planeta anão; dois gigantes gasosos e, três planetas gelados – entre os quais é comum a centralidade da formação na construção identitária, sendo o contexto organizacional mais relevante em dois deles.

Palavras-chave: identificação socioprofissional; formação pós-graduada; implicação organizacional

*On the web of socio-professional identity building: professional practices of postgraduate social workers in social economy organizations*

### **Summary**

This article is based on a research on socio-professional identification of postgraduate social workers, employed in the social economy. Under the interpretative paradigm and a qualitative methodology, two dimensions were focused: educational and socio-professional. Here, we develop on the latter, based on semi structured interviews. This study revealed three profiles – four rocky planets and a dwarf-planet; two gas giants and three iced planets – among which the centrality of education is a common trait and for two of which the organizational context is significantly relevant.

Key-words: socio-professional identification; postgraduate education; organizational commitment

*Dans les réseaux de la construction de l'identité socioprofessionnelle: pratiques professionnelles des*

*travailleurs sociaux post-gradués, insérés dans l'économie sociale*

**Résumé**

Cet article résulte d'une investigation sur l'identification socioprofessionnelle de travailleurs sociaux post-diplômés, qui travaillent dans l'économie sociale. On a suivi le paradigme interprétatif et une méthodologie qualitative, en mettant en évidence deux dimensions: l'éducative et la socioprofessionnelle. Ici, on explore la deuxième en nous basant sur interviews semi-structurées. Cette recherche ha révélé trois profils – quatre planètes rocheuses et une planète naine; deux géants gazeux et, trois planètes glacées – parmi lesquelles la centralité de la formation est un trait commun, et pour deux d'entre eux le contexte organisationnel est particulièrement important.

Mots-clés: identification socioprofessionnelle; formations de 3ème cycle; implication organisationnelle.

*En las telas de la construcción identitaria socio-profesional: prácticas profesionales de trabajadores sociales posgraduados en organizaciones de la economía social*

**Resumen**

Este artículo se basa en un estudio sobre la identificación socio-profesional de trabajadores sociales posgraduados, inseridos en la economía social. Adoptando el paradigma interpretativo y una metodología cualitativa, se observaron dos dimensiones: la educativa y la socio-profesional. Aquí, exploramos la segunda, basada en entrevistas semi-estructuradas. La recerca ha permitido identificar tres perfiles – cuatro planetas rocosos e un planeta enano; dos gigantes gaseosos e, tres planetas helados – entre los cuales es común la centralidad de la formación en la construcción identitaria, mientras el contexto organizacional se ha revelado más importante en dos de ellos.

Palabras-clave: identificación socio-profesional; formación posgraduada; implicación organizacional

## 1. Introdução

Esta investigação norteou-se entre as teorias do conflito (Marx, [1890] 1990) e a sociologia compreensiva (Weber, [1922] 1944), por defendermos “ver a sociedade a nível dos indivíduos”, visibilizando ao mesmo tempo que “a sociedade se traduz na vida dos indivíduos” (Pais, 2015:37). A metodologia adequou-se à evolução da construção identitária socioprofissional (Dubar, 1997, 2006; Veloso, 2004) dos trabalhadores sociais<sup>1</sup> (Chopart, 2003; Banks, 2004; Amaro, 2012) na modernidade reflexiva (Giddens *et al.*, 1996). Logo, observamos a relação dos sujeitos com os contextos de trabalho, no sentido lato (Hunt e Morgan, 1994), e também com os dois níveis de formação, peça central na construção da profissionalidade (Dubar, 1997; Evetts, 2003; Caria, 2005).

---

<sup>1</sup> Não se usou a linguagem inclusiva neste artigo por motivos formais.

Para perceber as configurações dos processos de identificação socioprofissional, na confluência entre a formação académica, os contextos organizacionais e os paradigmas da intervenção social, o estudo objetivou: i) avaliar o posicionamento dos mestrados e dos trabalhadores sociais, face aos paradigmas assistencialista e da inovação social; ii) compreender como se constroem estes processos, considerando a proximidade ou distanciamento em relação aos campos formativo e organizacional. Aqui, aprofundamos os resultados relacionados com o segundo objetivo. Relativamente ao primeiro, destaca-se que os trabalhadores sociais e os docentes entrevistados defendem unanimemente o paradigma da inovação social.

A empiria foi baseada em entrevistas semiestruturadas, sujeitas a análise de conteúdo categorial, a 10 docentes de dois mestrados, incluindo os seus coordenadores/as, e a 10 trabalhadores/as sociais que neles ingressaram e, ainda, em análise documental de documentação variada dos cursos, nomeadamente, regulamentos e planos de estudos.

A problemática esteou-se em quatro problemas teóricos articulados: o carácter pluriparadigmático do trabalho social; os papéis e funções do trabalhador social; a coesão vs dispersão do campo do trabalho social; e a articulação intra e intersectorial (Chopart, 2003; Banks, 2004; Amaro, 2012). Os dois primeiros, em articulação com as dimensões educativa e socioprofissional, foram o foco da abordagem empírica, todavia, nos discursos dos trabalhadores sociais e dos docentes surgem representações sobre os segundos, que se associam às dimensões organizacional e inter-organizacional, implicando ainda considerar os coletivos representativos dos grupos profissionais, na dimensão socioprofissional.

Esta teia levou-nos a explorar a historicidade plural do trabalho social, contemplando o seu papel na institucionalização dos sistemas de bem-estar, tendo em conta os agentes envolvidos, nomeadamente, as organizações da economia social (OES). Foi crucial perspetivar os lugares da atividade profissional e da formação na construção identitária, considerando as dinâmicas de coesão e dispersão do campo e ponderando as lógicas de regulação profissional, entre qualificações e competências; autonomia profissional e hierarquia organizacional.

## **2. Construção identitária na atividade profissional: centralidade do trabalho e da formação**

O âmbito do trabalho fecundo em posições sociais ocupadas e papéis sociais desempenhados é um tema clássico no estudo das identidades (Pinto, 1991).

Os contextos de trabalho, a par dos contextos formativos, ocupam um lugar central na vida dos indivíduos, sendo crucial o período de transição para o mercado de trabalho, associado ao início da vida adulta, ao assumir de responsabilidades financeiras, e à afirmação da autonomia individual. Destaca Dubar (1997:114) que “o confronto com o mercado de trabalho (...) coincide hoje com o «drama social do trabalho»”, entendido como o risco eminente do desemprego e da precariedade.

A centralidade do trabalho nas construções identitárias associa-se à sua omnipresença nas vivências geracionais. O trabalho não se torna central na vida do indivíduo apenas, no “dia em que ocupa um posto na empresa, mas já enquanto estudante (...) dependente de sua família”. Do mesmo modo, a reforma, a doença ou o desemprego não fazem com que deixe de «ser» trabalhador (Alaluf, 1986:265). A omnipresença do papel social de trabalhador é menos pujante na modernidade reflexiva. Entretanto, as mudanças ocorridas nas estruturas socioeconómicas inspiram Castel (1998:53) a conceptualizar a “degradação da sociedade salarial”, aludindo às fragilidades que os trabalhadores defrontam, face à desagregação da proteção social e da regulação económica, em espaços de competição e flexibilização globalizados, onde reina o capital financeiro. A relação salarial está em mutação, devido à desconexão entre o tempo que os trabalhadores despendem na atividade laboral e o grau de satisfação de necessidades que este lhes garante (Rolle, 2005).

Urge, pois, problematizar “o efeito socializador específico das situações de trabalho”, questionando o “pressuposto” de que os “condicionamentos profissionais” perpassam toda a existência social. As condicionantes da construção identitária nos espaços de trabalho não são homogéneas, sendo influenciadas pelas “trajetórias sociais”, pelo *habitus* e pelos projetos que os sujeitos associam ao espaço de trabalho. Estes fatores conduzem a distintas relações “ideológicas com o trabalho e com as profissões”, enquadradoras das suas atitudes, níveis de envolvimento e de desempenho, quer na dimensão funcional, quer na dimensão social do trabalho (Pinto, 1991:221). Consideramos que a vinculação do trabalhador ao contexto organizacional influenciará também a sua construção identitária, nomeadamente, no que respeita às relações ideológicas com o trabalho e a profissão. Sainsaulieu (1988) atesta este argumento, ao conceber a construção identitária como uma aprendizagem cultural construída nos contextos concretos de ação (Crozier e Friedberg, 1977) que substancializam um sistema de relações profissionais, onde “os atores têm fins a alcançar, normas a apreender e adaptações a fazer” (Diogo, 2017:126).

Nos contextos concretos de ação, sobressaem as organizações empregadoras com estruturas funcionais, “sistemas de regras e procedimentos, estratégias, proje-

tos, jogos de poder e culturas próprias" (Diogo, 2017:126). As organizações são uma das categorias sociais com as quais os sujeitos podem identificar-se (Tajfel e Turner, 1986). É a hierarquização entre as diferentes categorias, dependente da sua centralidade, relevância e utilidade, que determina o peso das organizações nos processos de identificação.

Os processos de construção identitária articulam-se com o envolvimento ou implicação organizacional, e ambos influenciam a satisfação no trabalho. Se a identificação consiste na manifestação de conformidade entre os valores do sujeito e os valores organizacionais, ou na apropriação destes, a implicação circunscreve-se à aceitação dos valores organizacionais pelos atores (Pratt, 1998). Das três formas de implicação – afetiva, de continuidade e normativa - apenas a primeira se associa à identificação organizacional, pois os indivíduos que a manifestam "permanecem na organização porque querem". (Allen e Meyer, 1990:3).

Ora, a satisfação no trabalho tem sido associada à vontade de permanência ou abandono da organização empregadora, assim como, aos comportamentos de cidadania organizacional, de colaboração extra-papel entre colegas de trabalho (Alcobia, 2011) que solidifica laços de solidariedade e coesão organizacional, justamente, consequências prováveis da identificação (Hogg, 1992) e da implicação organizacional. Concomitantemente, a autonomia e o conteúdo das funções, a complexidade e significado do trabalho executado têm sido apresentados como determinantes da satisfação (Muchinsky, 1977), bem como da implicação organizacional (Gilsson e Durick, 1988). As características da função e o conteúdo do trabalho consistem nos fatores de motivação intrínseca que Herzberg (1966) relaciona com as necessidades do topo da pirâmide de Maslow (1954). Assim, conhecer a satisfação ou insatisfação das necessidades de autorrealização é fundamental para uma percepção mais abrangente dos processos de identificação e implicação organizacional, pois o grau de disponibilidade organizacional para que o indivíduo desenvolva o seu potencial máximo impacta no desenvolvimento individual e profissional, com forte probabilidade de influenciar a identificação organizacional.

O enfoque organizacional enquadra-se nas análises do mundo do trabalho e das profissões, "onde os trabalhadores se desenvolvem como profissionais e como pessoas" (Diogo, 2017:129). Dubar (1997), inspirado em Sainsaulieu (1988), concebe quatro configurações identitárias que se geram em dois espaços sociais: o "espaço de trabalho" e o "espaço fora-do-trabalho". "Quando a transação subjetiva resulta na continuidade entre a identidade para si e a identidade para outrem, a transação objetiva pode proporcionar o reconhecimento das identidades assumidas e o alcance

da identidade visada” (Diogo, 2017:129), o que corresponde a uma situação de “Promoção” que o autor define como “Identidade de Empresa”; próximo do modelo de negociação de Sainsaulieu (1988). Quando não se verifica reconhecimento, o indivíduo está numa situação de “Bloqueamento”, associada à “Identidade de Ofício” e ao modelo fusional (Sainsaulieu (1988). Havendo rutura na transação subjetiva, se esta envolve conflitualidade entre “a identidade atribuída pela instituição e a identidade forjada pelo indivíduo”, dá-se um processo de “Exclusão”, definido como a “Identidade de Fora-do-Trabalho”, que equivale ao modelo de retraimento (Sainsaulieu, 1988). Contrariamente, se a rutura na transação subjetiva coincide com “confirmações legítimas pelo outro da identidade para si”, há uma “Conversão”, que configura a “Identidade de Rede”, ou “Identidade Incerta” (Dubar, 1997:236-237), próxima do modelo de afinidades de Sainsaulieu (1988).

A par dos contextos de trabalho, os contextos formativos são centrais na identificação socioprofissional, ou não fossem as “identidades sociais e profissionais”, “construções sociais que implicam a interação entre trajetórias individuais e sistemas de emprego, de trabalho e de formação” (Dubar, 1997:239). Para Veloso (2004), a identidade profissional compõe-se por três dimensões: a trajetória socioprofissional que condiciona diretamente a “transação subjetiva” e a “transação objetiva”; o espaço social vivenciado, particularmente o “espaço-trabalho” e o espaço “fora-do-trabalho”; e o “tipo de saber privilegiado” no trabalho (Dubar, 1997:238). Nesta investigação, foram centrais as inter-relações “entre a trajetória profissional e a relação dos assalariados com a formação, focando sobretudo os saberes formalmente adquiridos” (Diogo, 2017:135).

Perante a “degradação da sociedade salarial” (Castel, 1998), estas relações esbatem-se, complexificando a sua análise. A “correlação” entre universo laboral e a formação escolar “poderá bem ser desfeita” (Fernandes, 2006:66), gerando-se “processos de desestabilização”, “dinâmicas de renovação, mudança e crise identitária” (Veloso, 2004:715). Assim, urge revisitado o conceito de identidade, tornando-o mais heurístico à diversidade identitária, especialmente no mundo do trabalho, onde coabitam “referenciais identitários mais voláteis, em mutação e transversais a vários grupos profissionais” e “referenciais identitários determinados”, próprios de grupos profissionais com forte fechamento (Veloso, 2004:717). É nesta diversidade que se perspetiva o posicionamento dos trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em OES, apurando o caráter mais transversal ou mais determinado dos seus referenciais identitários.

Os referenciais transversais, não apenas heterogéneos, mas descontínuos, associam-se à configuração de “identidades reflexivas”, isto é, que se auto-re-avaliam e monitorizam constantemente (Fernandes, 2006). Tal reflexividade advém da apren-

dizagem experiencial que atribui sentido às vivências, desenvolvendo-se nas relações sociais instituídas nos contextos de aprendizagem (Dubar, 2006:159). Fernandes (2006:67) considera que da identidade fusional, passamos à "identidade em rede" (Dubar, 2006). Esta é uma "identidade de crise" e "em crise", gerada pela rutura das identidades coletivas, que precisa redefinir-se como identidade para si, "ao mesmo tempo pessoal e societária" (Dubar, 2006:108). Própria da "sociedade em rede" (Castells, 2003), o seu carácter individualista e incerto expressa-se nos contratos laborais, nas relações no espaço de trabalho e nos referenciais identitários (Dubar, 2006; Fernandes, 2006), em contextos globalizados. Caria (2008:759) aponta que esta forma identitária solicita a dimensão coletiva como alicerce para narrativas individuais, que se estruturam e reinterpretam mediante "projetos de ação coletivos". Acrescenta que as identidades reflexivas são construídas pelos grupos profissionais que se ocupam de trabalho técnico-intelectual, logo, mais implicados na modernização. No extremo oposto, a identidade fusional que defende a continuidade com as lealdades comunitárias, procura resistir à pressão para a individualização (Dubar, 2006:108).

A "individualização das situações de emprego e de trabalho" (Dubar, 2006:108) compagina-se com "a «lógica da competência», instituída entre os anos 1980 e 1990, quase em simultâneo" no mundo laboral e parcialmente, no sistema educativo. Esta lógica promove a "interiorização da competência" (Fernandes, 2006:67), mecanismo de individualização, que afeta quer a identidade fusional, quer as identidades reflexivas.

Diogo (2008:112) declara que "grande parte dos órgãos oficiais apresenta a abordagem por competências como meio para tornar a educação formal mais próxima das exigências do mercado e da sociedade." No entanto, estas não garantem uma ponte tão sólida como as qualificações, que concretizavam "grelhas de classificação" duplamente válidas (Parente, 2008). Formalmente, as qualificações constituíam um elo mais forte entre formação e trabalho. O carácter informal do modelo das competências permite maior flexibilidade, o que poderá ser funcional, porém as necessidades de negociação e adaptação tornam-no mais suscetível à discricionariedade (Rolle, 2005).

Em ambos os modelos, os desfazamentos entre o campo educativo e o mundo do trabalho são comuns, pois, a "adequação" entre "a hierarquização dos diplomas e a dos empregos (...) é impossível", dada a dificuldade de conceber, em tempo útil, as qualificações requeridas para exercício das atividades de trabalho, e o choque entre a função de formar cidadãos atribuída ao sistema de ensino e os objetivos lucrativos das empresas (Parente, 2008:105).

Se nos contextos laborais, se promovem trabalhadores orientados à prática (incluindo a capacidade de lidar com situações imprevistas e complexas (Le Boterf,

2004)), de modo a satisfazer as necessidades específicas dos empregadores; no campo do ensino, a lógica das competências associa-se ao fomento da liberdade e da participação ativa dos estudantes (Bertrand, 2005), avaliados mediante resultados de aprendizagem concretizados em competências. Esta operacionalização não é pacífica, dadas as exigências de standardização desses resultados, de modo a efetuar a avaliação que permite creditar as qualificações.

Tal coexistência de orientações gera contradições difíceis de harmonizar nas trajetórias socioprofissionais e na construção identitária (Diogo, 2013, 2017), nomeadamente, dos trabalhadores sociais sujeitos desta investigação. Para as compreender é útil a conceptualização de Dubar (1997) sobre o eixo central da competência, enquanto dimensão do saber que os assalariados dominam e com base na qual desenham estratégias de qualificação ou valorização. Articulado Moore (1986) e Rivard (1969), o sociólogo associa as dimensões do saber estruturantes e valorizantes do trabalhador - formação na tarefa; especialização disciplinar; função exercida, com os diversos espaços de identificação - o coletivo de trabalho; a empresa; a comunidade disciplinar; e o estatuto profissional, ou grupo profissional, onde se apreendem normas e se (re)-afirmam lealdades. Conhecer a dimensão de saber estruturante, ou o eixo central da competência, permite compreender como se posicionam os trabalhadores no debate entre competências e qualificações. Saber quais os espaços de identificação, ou grupos de referência eleitos pelos trabalhadores é útil para perspetivar o peso identitário relativo do campo do ensino e do mundo do trabalho.

### **3. Tipologia de construção identitária: órbitas e posições num sistema solar**

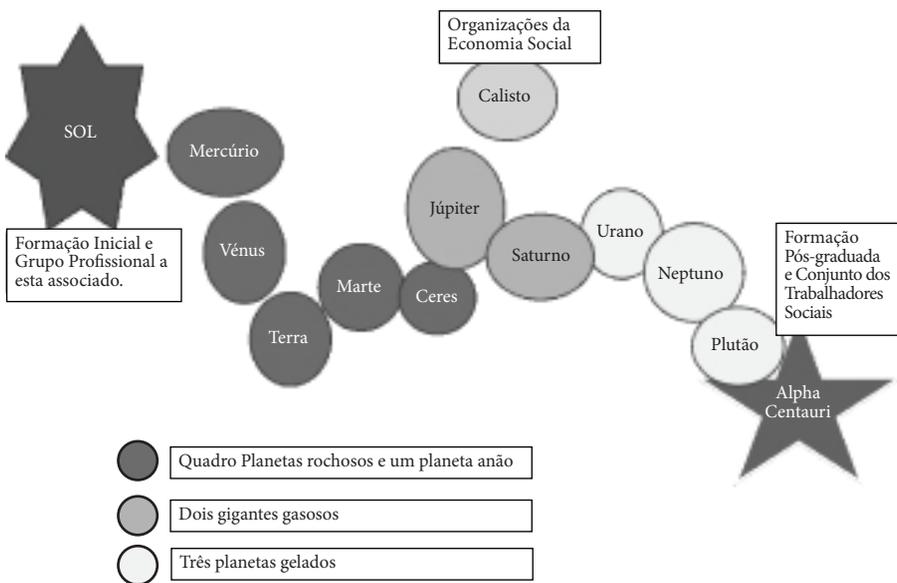
A análise desenvolvida permitiu desenhar uma tipologia inspirada no sistema solar. Tal como os planetas, os entrevistados partilham características comuns, pois estão inter-relacionados por dinâmicas e condições estruturais do campo do trabalho social, por sua vez, enquadrado num macrosistema; e, ao mesmo tempo, tal como cada planeta, cada entrevistado possui características específicas que o diferenciam dos restantes. Com 10 entrevistados, optámos por incluir na lista de planetas, o planeta-a-não Ceres, situado no cinturão de asteroides, entre Marte e Júpiter.

Respondendo ao segundo objetivo, focámos a intensidade de referenciais identitários associados: i) ao campo formativo, subdividido entre formação inicial (FI) e formação pós-graduada (FPG); ii) ao campo profissional, incluindo o grupo profissional associado à FI e o conjunto dos trabalhadores sociais; e, iii) ao campo organizacional, contemplado

na amplitude dos contextos de trabalho. Perspetivando as múltiplas pertenças, foi possível agregar as três dimensões, tipificando três subconjuntos neste «sistema solar».

Assim, a tipologia partiu da codificação dos entrevistados com os nomes dos planetas do sistema solar, de acordo com a sua proximidade: i) ao Sol, símbolo da FI e do grupo profissional associado à mesma; ii) a Alpha Centauri (a estrela mais próxima do sol, que perspetivámos como mais próxima de Plutão), figurativa da FPG e do conjunto dos trabalhadores sociais; e iii) à Lua de Júpiter, Calisto, símbolo das OES empregadoras. A localização dos sujeitos não expressa com igual rigor a sua proximidade às cinco variáveis - FI e grupo profissional associado; FPG e coletivo dos trabalhadores sociais; OES empregadoras - devido às limitações gráficas da posição relativa das três referências figurativas – Sol, Alpha Centauri e Calisto. Porque os perfis não são homogêneos, essa imprecisão é maior, quanto mais extremadas são as posições dos atores.

**Figura 1**  
**Tipologia de construção identitária socioprofissional (autoria própria<sup>2</sup>).**



Os três perfis denominaram-se: quatro planetas rochosos e um planeta anão; dois gigantes gasosos; três planetas gelados. A figura 1 mostra a simbologia de posicionamentos que formam a tipologia, vista metaforicamente como um sistema solar de construção

<sup>2</sup> Todas as figuras e quadros são de autoria própria.

identitária socioprofissional dos trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em OES.

Os quatro planetas rochosos e o planeta anão caracterizam-se por referenciais identitários abrangentes, quanto aos níveis de formação e aos grupos de referência. A pertença organizacional constitui a dimensão com menor relevo na sua construção identitária. Incluem-se neste perfil os entrevistados Mercúrio, Vénus, Terra, Marte e Ceres. Os três primeiros demonstram significativo distanciamento dos contextos organizacionais. Marte e Ceres apresentam moderada proximidade aos mesmos, embora tal proximidade seja ofuscada, no caso de Marte, por discordância com a evolução da estratégia organizacional e uma certa frustração com o estilo de governança, e no caso de Ceres, devido à fraca intensidade de contacto com a sede da organização empregadora. Vénus e Mercúrio têm maior proximidade à FI, enquanto os restantes apresentam proximidade idêntica aos dois níveis de formação. Contudo, a identificação destes sujeitos com cada um dos graus de formação, separadamente, é igualmente forte.

Os dois gigantes gasosos expõem referenciais identitários centrados na FI e no grupo profissional a esta associado, com proximidade moderada a forte às organizações empregadoras. Este perfil diferencia-se dos demais pela ausência de identificação com o conjunto dos trabalhadores sociais, e uma fraca identificação com a FPG. Ambas demonstram fraca identificação com a FPG, Júpiter aponta fatores substantivos de valorização da mesma, enquanto Saturno se centra em fatores instrumentais, mencionando porém, o incumprimento de expectativas no desenvolvimento de competências de desenho organizacional como fator de desvalorização. Assim, interpretamos que Saturno se distancia um pouco mais do que Júpiter da FPG. Já o impacto da pertença organizacional na construção identitária é maior para Júpiter, enquanto Saturno apresenta uma identificação moderada com a sua organização.

Os três planetas gelados distinguem-se por referenciais identitários abrangentes, com forte proximidade ao contexto organizacional. À forte proximidade às organizações acresce a maior identificação com a FPG em detrimento da FI e a identificação central com o conjunto de trabalhadores sociais. Neptuno e Plutão manifestam as posições mais extremadas, no afastamento face à FI e ao grupo profissional a esta, associado, bem como na proximidade à FPG e aos trabalhadores sociais. Ao contrário, Urano apresenta forte identificação com o grupo profissional associado a FI, valorizando-o relativamente mais face ao conjunto dos trabalhadores sociais, embora em menor intensidade que os atores dos restantes perfis. A sua identificação com a FPG e com o conjunto dos trabalhadores sociais, assumindo um peso importante, é ligeiramente menor que a de Neptuno e Plutão.

#### 4. Nota metodológica

Nesta dimensão do estudo, realizamos entrevistas individuais para aceder às manifestações de traços identitários quer de construção mais reflexiva, quer de construção mais gregária (Fernandes, 2006; Stets e Burke, 2001) dos trabalhadores sociais. Por trabalhadores sociais entendemos todos os coletivos de distintas formações que preparam para conceber e concretizar intervenção social.

Foi a análise dos discursos de revisitação e reflexão sobre as experiências vivenciadas na formação e no foro da atividade profissional, tendo em conta o seu posicionamento nos tecidos sociais e organizacionais em que se enquadram (Pollak, 1992), que permitiu construir a tipologia acima exposta.

O guião de entrevista focou-se nas trajetórias formativas e profissionais, orientando-se para conseguir a maior aproximação possível à realidade estudada, em toda a sua amplitude. Serviram-lhe de base as conceptualizações sobre as identidades (Dubar, 1997; 2006; Veloso, 2004; Sets e Burke, 2001; Pinto, 1991) e as teorias do trabalho social (Chopart, 2003; Banks, 2004; Amaro, 2012).

Assim, o guião dividiu-se em quatro partes. A primeira parte centrou-se nas variáveis envolvidas na preponderância da atividade profissional na construção identitária, particularmente a "relação ideológica com o trabalho e com as profissões" (Pinto, 1991), considerando as inter-relações entre as diferentes dimensões da identidade: pessoal, estatutária e grupal (Sets e Burke, 2001).

Na segunda e terceira partes, procurámos dar luz à "evidência ou ausência de fatores identitários das duas últimas dimensões definidas por Dubar (1997) – a "relação com a formação" e a "trajetória socioprofissional"; analisando a proximidade identitária face aos dois níveis de formação, e ainda, a importância atribuída a papéis anteriores, e a comparação entre estes e o papel profissional atual. Observamos, também, como "operadores identitários", a importância atribuída aos "saberes adquiridos" nos contextos laborais e a "perspetiva de carreira", considerando os projetos profissionais e formativos dos sujeitos (Veloso, 2004).

Na quarta parte, para observar a proximidade ou distanciamento relativamente ao campo organizacional, centramo-nos nos conceitos de identificação e de implicação organizacional, o primeiro definido por Pratt (1998:173) como a situação em que "as crenças que um indivíduo tem acerca da sua organização se tornam auto-referenciais ou auto-definidoras", e o segundo entendido como o laço psicológico entre o indivíduo e a organização (Tavares, 2011). Para Pratt (1998), a primeira noção pressupõe a apropriação individual de crenças e valores organizacionais, enquanto a segunda se

refere à aceitação dos mesmos pelo indivíduo.

Como apresenta o quadro 1, dos dez sujeitos envolvidos na dimensão socioprofissional, cinco eram homens e cinco mulheres, com idades entre os 23 e os 52 anos, sendo cinco de cada Mestrado.

**Quadro 1**  
**Caraterização dos trabalhadores sociais pós-graduados entrevistados**

| Sujeito  | Género | Idade | Formação inicial   | Mestrado | Antiguidade na OES | Cargo ocupado   | Foco da OES empregadora      |
|----------|--------|-------|--------------------|----------|--------------------|---|------------------------------|
| Mercúrio | M      | 24    | Educação Social    | B        | 1 ano e 6 meses    | Ajudante de Ação Direta   | Serviços sociais diversos    |
| Vénus    | M      | 23    | Educação Social    | B        | 1 ano              | Técnico-profissional  | Jovens com medidas judiciais |
| Terra    | F      | 37    | Educação Social    | B        | 10 anos            | Técnica de Formação   | Serviços sociais diversos    |
| Marte    | M      | 32    | Educação Social    | B        | 10 anos            | Adjunto da Direção e Educador Social                                | Jovens e Crianças em Risco   |
| Ceres    | M      | 32    | Sociologia         | A        | 4 anos             | Coordenador de Projeto <sup>1</sup>                                 | Serviços sociais diversos    |
| Júpiter  | F      | 52    | Serviço Social     | A        | 22 anos            | Diretora Técnica  | Crianças em Risco            |
| Saturno  | F      | 29    | Serviço Social     | A        | 1 ano              | Assistente Social   | Serviços sociais diversos    |
| Urano    | F      | 34    | Serviço Social     | B        | 1 ano              | Diretora Técnica e Assistente Social                                | População sénior             |
| Neptuno  | M      | 44    | Gestão             | A        | 5 anos             | Gestor de Projeto   | Serviços sociais diversos    |
| Plutão   | F      | 34    | Gestão de Empresas | A        | 10 anos            | Responsável do Departamento Financeiro <sup>2</sup> e Investigadora | Serviços sociais diversos    |

A idade poderá ser significativa para o afastamento face à organização de Mercúrio e Vénus, acabados de ingressar num mercado de trabalho cuja precarização é tema recorrente dos seus discursos. Apresentam também menor antiguidade nas organizações empregadoras e, um traço caraterístico da precarização e flexibilização laboral, são os únicos a ocupar a posição de «técnicos de nível intermédio».

O cargo ocupado parece influenciar a relação com as organizações, pois são os entrevistados com posições de chefia - Júpiter e todos os planetas gelados - que demonstram maior proximidade às entidades empregadoras.

Analisando o poder explicativo da FI, observamos que os indivíduos formados na área da Gestão, Neptuno e Plutão partilham posicionamentos de forte identificação com a FPG, eleição do conjunto de trabalhadores sociais como principal grupo de referência identitária, com grande distanciamento, face à FI e ao grupo profissional, que se lhe associa. Ambos assumiam funções de chefia intermédia, enquadrando-se nas posições hierárquicas que comumente lhes são atribuídas. Gestores e economistas são o grupo profissional que mais frequentemente ocupa funções de chefia na economia social, em Portugal, representando 71,4% dos dirigentes ou chefes intermédios, face ao segundo grupo mais representado, os sociólogos, com 62,5% (Marques *et al.*, 2014:123). Note-se que Ceres, formado em Sociologia, desempenhava funções de chefia intermédia, “apresentando idêntica proximidade com ambas as etapas de formação e uma proximidade moderada ao contexto organizacional.”

## **5. Multidimensionalidade de sentidos em órbita**

A análise das reflexões dos sujeitos permitiu compreender como harmonizam as diferentes dimensões identitárias, bem como as contradições implícitas nas relações entre formação e contexto laboral. Considerando as variáveis estruturantes da tipologia, exploramos os múltiplos significados do posicionamento relativo face – ao Sol, a Alpha Centauri e a Calisto. Evidenciamos que a identificação socioprofissional se constrói respondendo a questões de ordem subjetiva e objetiva.

### **5.1. «Quem sou eu e como me apresento?»**

Compreender «quem são e como se apresentam» os trabalhadores sociais entrevistados, implicou abarcar as relações entre as diferentes dimensões da identidade, particularmente entre a identidade pessoal e a identidade estatutária. Envolveu, ainda, ponderar os graus de identificação com o grupo profissional associado à formação

inicial e com o conjunto dos trabalhadores sociais, conforme mostra o quadro 2.

**Quadro 2**  
**Diferentes esferas da identidade e grupos de referência.**

| Indicadores  | Posições                                  | Sujeitos                                    |
|--|---|---|
| Relação entre identidade pessoal e estatutária                 | Fraca interdependência                    | Júpiter e Neptuno                           |
|  | Forte interdependência                    | Todos os outros                             |
| Grau de identificação com o grupo profissional associado à FI  | Fraca                                     | Neptuno e Plutão                            |
|  | Forte                                     | Todos os outros                             |
| Grau de identificação com o conjunto dos trabalhadores sociais | Complementar, mas significativa           | Mercúrio, Vénus, Terra, Marte, Ceres, Urano |
|  | Principal grupo de referência identitária | Neptuno e Plutão                            |
|  | Ausência de Identificação                 | Saturno e Júpiter                           |

A relação entre a identidade pessoal e a identidade estatutária assume duas configurações: a associação direta entre os traços pessoais e o exercício do papel profissional, revelando forte interdependência entre as duas esferas da identidade, para a maioria dos sujeitos e; uma associação indireta entre os fatores que espelha alguma inter-relação entre identidade pessoal e estatutária, indicadora de fraca interdependência entre as duas, para Júpiter e Neptuno. Assim, os atores manifestam consciência da imbricação entre estas dimensões identitárias, e ainda, do seu grau de harmonização (Stets e Burke, 2001). Logo, não se verifica a expressão da *Identidade de Fora-do-Trabalho* (Dubar, 1997), ou do modelo do retraimento (Sainsaulieu, 1988).

Relativamente aos graus de identificação com os dois grupos de referência, particularizam-se as posições dos indivíduos com FI em Gestão - Neptuno e Plutão – cujo referencial central são os trabalhadores sociais; e de Saturno e Júpiter – duas das entrevistadas com FI em Serviço Social, que se opõem ao conceito de trabalhador social. Os restantes têm o grupo associado à FI como referência principal e o conjunto dos trabalhadores sociais como espaço de identificação complementar.

### 5.2. «Onde aprendi o que aprendi e como o mobilizo?»

Para lá das três tendências incluídas na descrição dos perfis, no que respeita à proximidade e distanciamento identitário aos dois níveis de formação – uma de maior proximidade à FI; outra de proximidade idêntica a ambos os níveis e; a terceira de

maior proximidade à FPG – auscultar as respostas a esta questão permite-nos compreender as motivações e a valorização que os sujeitos aportam à formação, aos contextos estudantis vivenciados e às Instituições de Ensino Superior (IES) frequentadas.

Como motivações para ingressar na FPG, a maioria dos sujeitos apresenta a necessidade ou desejo de aprofundar e/ou diversificar a sua formação, enquanto Mercúrio e Vénus, os entrevistados mais jovens, apontam a necessidade de encontrar uma alternativa ocupacional e de investimento curricular, pois o “risco de uma exclusão durável de um emprego estável”, força-os a “aprender a vender-se” (Dubar, 1997:114).

Estes entrevistados demonstram o desejo de estabilidade laboral e apresentam expectativas de trajetória profissional que se viam irrealizáveis, ao momento da entrada na FPG. É recorrente nos seus discursos a alusão ao atual contexto de precariedade e instabilidade laboral, como condicionante das suas escolhas e aspirações. Tais vivências decorrem da pertença geracional, vulnerável à volatilidade do mercado de trabalho (Standing, 2014), o que os aproxima do modelo da “Identidade em Rede” ou “Identidade Incerta” (Dubar, 1997, 2006).

Não obstante, todos entrevistados apresentam, em maior ou menor grau, uma dupla valorização da FPG: “valorização substantiva, focada no conhecimento apreendido, nas competências desenvolvidas, nas experiências partilhadas, independentemente das consequências diretas da obtenção do grau académico na sua situação laboral; e (...) instrumental (Weber, 1944) que salienta os impactos da realização do mestrado, na situação laboral e/ou nas possibilidades de evolução da trajetória profissional” (Diogo, 2017:323).

Contudo, a valorização da FPG demonstrada por Mercúrio e Vénus é de algum modo ensombrada pela consciência de que a sua opção foi condicionada pela conjuntura do mercado de trabalho. Mercúrio revela perspetivas instrumentais da atividade profissional que, contra a sua vontade, acabaram por influenciar a sua atitude face à FPG, ainda que manifeste forte valorização substantiva da mesma. Assim, apresenta maior proximidade identitária à formação do que à atual função profissional, característica do primeiro perfil, integrada no modelo de *Identidade em Rede* (Dubar, 1997).

Relativamente aos contextos de aprendizagem, a juventude e falta de experiência profissional de boa parte dos mestrandos é focada como motivo de estranheza e deceção, por três dos entrevistados. Este cenário resulta, justamente, da pressão que a conjuntura socioeconómica coloca sobre os jovens licenciados, como personificam Mercúrio e Vénus.

Outros entrevistados destacam o caráter coeso e reivindicativo da turma a que pertenceram, a entreajuda e a partilha interdisciplinar de perspetivas como fatores

coadjuvantes à aprendizagem e à constituição de referenciais identitários. As metodologias de ensino têm relevo, nos discursos, valorizando-se a autonomia dada aos estudantes e os estímulos à reflexão e ao espírito crítico.

A maioria dos atores apresenta valorização positiva das IES onde realizaram a FPG. Apenas Júpiter relata limitada disponibilidade para se ter familiarizado com o contexto formativo, o que é característica reconhecida dos trabalhadores-estudantes pelos docentes entrevistados.

### 5.3. «O que faço e onde pertença?»

Perceber «o que fazem e onde pertencem os trabalhadores sociais pós-graduados», inseridos na economia social, só foi possível observando a sua implicação e a sua identificação com os contextos de trabalho, tendo em conta a relação estabelecida com a cultura organizacional, os graus de participação na gestão e de realização com as atuais funções.

A segunda tendência é adotada por Saturno, Ceres e Marte, que tendem a situar-se entre os extremos, com grau intermédio de envolvimento no contexto de trabalho e intermédio a fraco na construção da cultura organizacional. Saturno demonstra forte identificação e os restantes exteriorizam uma identificação moderada. A participação na gestão organizacional de Ceres e Marte é moderada; Saturno, ainda que seja auscultada, revela um grau nulo de participação.

Esta aparente contradição explica-se não pelo conteúdo nem pelo grau de autonomia profissional (Gilsson e Durick, 1988), mas porque Saturno declara maior conciliação com os valores e com a estratégia organizacionais, do que os restantes e maior intensidade relacional no contexto organizacional, do que Ceres. É também mais visível no seu discurso a entitatividade organizacional (Campbell, 1958), isto é, a perceção de coerência na organização como um todo, e a perceção da organização como endo-grupo (Tavares, 2011).

**Quadro 3**  
**Tendências de proximidade e distanciamento face aos contextos de trabalho**

| Indicadores  | Posições                | Orientação/ Tendência            |                        |                              |
|--|-------------------------|----------------------------------|------------------------|------------------------------|
|  |                         | Forte proximidade                | Proximidade moderada   | Significativo distanciamento |
|  |                         | Sujeitos                         |                        |                              |
| Grau de realização com as atuais funções                     | Realização Plena        | Urano, Neptuno e Plutão          | Ceres                  |                              |
|  | Realização Condicionada | Júpiter                          | Marte e Saturno        |                              |
|  | Realização limitada     |                                  |                        | Mercúrio, Vénus e Terra      |
| Grau de apropriação da cultura organizacional                | Forte                   | Júpiter, Urano, Neptuno e Plutão | Marte, Ceres e Saturno |                              |
|  | Fraca                   |                                  |                        | Mercúrio, Vénus e Terra      |
| Grau de envolvimento na construção da cultura organizacional | Forte                   | Júpiter, Urano e Plutão          |                        |                              |
|  | Moderado                | Neptuno                          | Saturno                |                              |
|  | Fraco                   |                                  | Marte e Ceres          | Mercúrio, Vénus e Terra      |
| Grau de participação na gestão organizacional                | Elevada                 | Júpiter e Urano                  |                        |                              |
|  | Moderada                | Neptuno e Plutão                 | Marte e Ceres          |                              |
|  | Nula, c/ auscultação    |                                  | Saturno                | Mercúrio                     |
|  | Nula, s/ auscultação    |                                  |                        | Vénus e Terra                |
| Grau de implicação no contexto de trabalho                   | Forte                   | Júpiter, Urano, Neptuno e Plutão |                        |                              |
|  | Moderado                |                                  | Marte, Ceres e Saturno | Mercúrio e Terra             |
|  | Fraco                   |                                  |                        | Vénus                        |
| Grau de identificação com o contexto de trabalho             | Muito Forte             | Júpiter, Urano, Neptuno e Plutão |                        |                              |
|  | Forte                   |                                  | Saturno                |                              |
|  | Moderada                |                                  | Marte e Ceres          | Mercúrio                     |
|  | Fraca                   |                                  |                        | Vénus e Terra                |

Na terceira orientação, Mercúrio e Terra expressam um grau de implicação moderado, e Vénus, fraco. A identificação de Vénus e Terra é fraca, já a de Mercúrio é moderada. Na ótica da implicação multifocada (Hunt e Morgan, 1994), *Terra* está

implicada por conhecer a estrutura e dinâmicas organizacionais, e também o contexto territorial, e mais substancialmente por partilhar princípios com a equipa de trabalho. Mercúrio sente-se envolvido sobretudo pela qualidade das relações entre pares e superiores hierárquicos, apesar de discordar dos princípios de intervenção. O modelo de intervenção em que se enquadra Vénus limita as inter-relações, quer com o ambiente externo, quer no ambiente interno, assim este sujeito não encontra esferas de implicação.

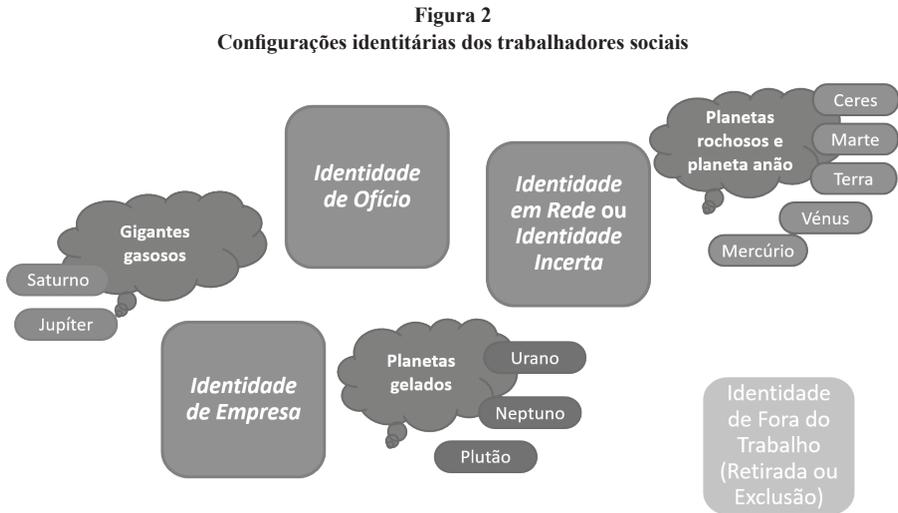
Para Mercúrio é o território que constitui o fator estruturante na identificação com o contexto de trabalho, o que demonstra a abrangência da identificação socio-profissional. A sua identificação é mais intensa, pois se projeta no futuro, apontando as mudanças estratégicas da organização como potenciais referenciais identitários e manifestando vontade e ideias concretas para promover o desenvolvimento daquele território. Para Vénus, o principal elo de identificação é o público-alvo, predileto desde a sua formação secundária. Terra tem a equipa de trabalho como único fator de identificação. Assim, todos “remetem para escalas diversas da organização, dentro do contexto de trabalho” (Diogo, 2017:362).

Para estes sujeitos “a dimensão cultural das organizações (...) não constitui um aspeto vinculante” (Diogo, 2017:363). Partilham também participação nula na gestão organizacional, sendo Mercúrio, pelo menos auscultado, ao contrário dos restantes. Evidenciam-se traços do “Trabalho Profissional Hierárquico”, com forte controlo externo do trabalho e grande centralização da estrutura organizacional (Caria *et al.*, 2014). Em suma, este subgrupo com maior distanciamento face aos contextos organizacionais, reportando desfavorecimento nas dinâmicas organizacionais, aproxima-se da “Identidade de Ofício” por expressar situações de “Bloqueamento”, compaginadas com um grau limitado de realização (Dubar, 1997).

## **6. Configurações identitárias**

A análise dos discursos dos atores sobre a multidimensionalidade de questões identitárias, nascidas da reflexão sobre a formação e a atividade profissional, evidencia que o “espaço de trabalho” (Dubar, 1997) - contextos organizacionais, equipas de trabalho, públicos e territórios - é central nos processos identitários de todos os sujeitos. A maioria dos entrevistados demonstra forte interdependência entre a identidade pessoal e a identidade estatutária (Stets e Burke, 2001), não se registando manifestações da “Identidade de Fora-do-Trabalho” (Dubar, 1997), ou do “modelo de

retraimento” (Sainsaulieu, 1988). A figura 2 enquadra o posicionamento dos sujeitos nestes modelos teóricos, que servem de referenciais para perspetivar a identificação socioprofissional dos trabalhadores sociais entrevistados.



Os planetas rochosos e o planeta anão diferenciam-se da “Identidade de Ofício” (Dubar, 1997), ou “modelo fusional” (Sainsaulieu, 1988), dada a flexibilidade identitária comprovada pela incorporação dos dois níveis de especialização disciplinar e dos dois coletivos de referência ou espaços de identificação (Dubar, 1997). Não obstante, entre eles, Vénus e Terra aproximam-se deste modelo por entrarem em situação de “Bloqueamento”, perante a falta de reconhecimento das suas identidades assumidas pelas entidades empregadoras. Os gigantes gasosos enquadram-se neste modelo, por expressarem uma identificação categorial, quase fusional, com o seu grupo profissional de origem. Por acréscimo, a sua identidade assumida é reconhecida pelas identidades empregadoras, o que torna a pertença organizacional bastante relevante na sua construção identitária, sobretudo, para Júpiter.

Os planetas gelados aproximam-se à “Identidade de Empresa” (Dubar, 1997), dado o reconhecimento das suas competências e das identidades assumidas, aliados à participação na tomada de decisões e na gestão organizacional. Estas circunstâncias são também partilhadas por Júpiter.

A “Identidade em Rede” ou “Incerta” (Dubar, 1997, 2006; Fernandes, 2006), equiparada ao modelo das afinidades (Sainsaulieu, 1988), expressa-se no primeiro e no terceiro perfil. Os planetas rochosos demonstram flexibilidade identitária e mais

proximidade à formação do que aos contextos de trabalho. Sobressaem Mercúrio e Vénus, em início de carreira, sobrequalificados para os cargos ocupados, podendo “vir a sofrer um processo de rutura imposta”, no atual contexto de precarização. Apesar das limitações das suas funções, “mantêm uma postura crítica e participativa no modo como se relacionam no contexto de trabalho, preservando a sua individualidade, que no caso de *Mercúrio* funciona em aliança com as chefias, e no caso de *Vénus* se apresenta como um conflito interno” (Diogo, 2017: 371-372).

Neptuno e Plutão “não se identificam com qualquer “forma histórica preexistente” (Dubar, 2006:108) ou com uma categoria profissional socialmente estabelecida”, pois se distanciam do grupo profissional associado à FI em gestão. Sendo os únicos sujeitos cuja FI não se enquadra no trabalho social, identificam-se primeiramente como trabalhadores sociais, adotando uma nova identidade para si, baseada “num referencial (...) que carece de institucionalização”. Estes processos não constituíram ruturas impostas, mas opções próprias, “de mudança, no caso de Neptuno, e de escolha, no caso de Plutão, do campo de atuação profissional”. Na trajetória de Urano, de modo mais ténue, detetam-se algumas evidências “de rutura e de flexibilização identitária, dada a sua aproximação mais vincada à FPG, sendo a definição pela formação uma das características deste modelo” (Diogo, 2017: 371-372).

Entre os gigantes gasosos, Saturno exterioriza alguns traços de Identidade Incerta - “a intenção de emigrar e a vontade de criar uma organização; a postura crítica e a preservação da individualidade (...) em contexto de trabalho, ainda que em harmonia com as diretrizes organizacionais” (Diogo, 2017: 372). A preponderância deste modelo na interpretação dos posicionamentos dos sujeitos reforça a sua associação aos grupos profissionais devotados ao trabalho técnico-intelectual, mais suscetíveis às contingências da modernidade reflexiva (Caria, 2008; Giddens *et al.*, 1996).

As contradições lógicas entre formação e contexto laboral sobressaem nas trajetórias dos sujeitos incluídos no primeiro e no segundo perfil. No primeiro, dadas as situações de “Bloqueamento”, os níveis modestos de realização da maioria e as evidências de “Trabalho Profissional Hierárquico” (Caria *et al.*, 2014). No segundo, também devido à moderada realização, que Júpiter atribui ao exercício de funções de gestão nas quais não desenvolve a sua profissionalidade (Marques *et al.*, 2024), e Saturno relaciona com a instabilidade laboral, típica na sua geração (Dubar, 1997). Apontam, ainda, que os constrangimentos estatais impostos às OES promovem uma burocratização organizacional que limita a autonomia profissional. É de notar que todos apresentam a especialização disciplinar como dimensão do saber estruturante, ou eixo central da competência (Dubar, 1997), demonstrando que, no contexto da modernidade reflexiva marcada pela flexibilização do mercado de trabalho, a formação

serve de esteio à construção identitária dos trabalhadores sociais.

No terceiro perfil, próximo do “Trabalho Profissional Autónomo” (Caria *et al.*, 2014), há mais evidências de continuidade entre as orientações reflexivas e participativas da formação pós-graduada e as diretrizes organizacionais, que condicionam positivamente a autonomia profissional, favorecendo o desenvolvimento de competências. Neptuno e Plutão afirmam-se e constroem-se como trabalhadores sociais com base na FPG e nesta experiência profissional, onde a racionalidade valorativa, associada à colegialidade dos profissionais conflui com a racionalidade instrumental, na imbricação entre profissionalização e burocracia (Waters, 1993). Urano concilia as competências potenciadas nos dois níveis de formação, em especial na FPG, numa prática profissional albergada por um contexto organizacional onde a cultura é partilhada e gerada em conjunto, aproximando sua identificação socioprofissional da construção do futuro da organização, pois os seus interesses se articulam aos objetivos comuns.

## 7. Síntese conclusiva

Esta investigação orientou-se para compreender as configurações dos processos de identificação socioprofissional dos trabalhadores sociais, na confluência entre a formação académica, os contextos organizacionais e os paradigmas da intervenção social.

Os atores apelam à coesão do campo do trabalho social, a maioria reconhece a identidade e complementaridade entre os diferentes grupos profissionais que se podem agregar sob a designação de “trabalhador social” (Chopart, 2003). Defendendo unanimemente a inovação social, tecem críticas aos baixos níveis de articulação intra e intersectorial do campo do trabalho social, reivindicando um enquadramento que lhes possibilite exercer funções e desempenhar papéis que promovam efetivamente a mudança social. Tal orientação paradigmática é comum aos mestrados e identificada pela maioria dos sujeitos nos conteúdos e contextos da sua formação inicial.

Em suma, a construção identitária destes trabalhadores sociais gravita em torno da formação, apropriada e individualizada por todos, numa orientação paradigmática que favorece a inovação social, sendo os contextos organizacionais relevantes para a maioria.

Identificámos algumas limitações à investigação que serve de base a este artigo, que permitem lançar pistas para investigação futura. A primeira limitação foi a não observação direta das dimensões organizacional e inter-organizacional, e a exclusão

dos coletivos representativos dos grupos profissionais na dimensão socioprofissional. Embora tenhamos acedido a representações e posicionamentos dos atores tais esferas, uma abordagem empírica direta teria alargado a construção de conhecimento sobre o objeto de estudo. Para triangular fontes de informação sobre os contextos organizacionais poderiam ter-se aplicado metodologias participativas de investigação-ação. "A inclusão das OES, das associações profissionais e outros coletivos permitiria um desenvolvimento cabal de interpretações quanto aos dois últimos problemas teóricos enunciados - a articulação intra e inter-setorial e a dispersão *versus* coesão do campo" (Diogo, 2017:380). Aprofundar este último problema permitiria avaliar a penetração e modos de apropriação do conceito de trabalhador social no quotidiano dos grupos profissionais.

No sentido de observar as particularidades da construção de referências identitárias face aos dois níveis de formação, a análise das orientações das formações iniciais deveria ter maior profundidade. Uma abordagem longitudinal às trajetórias de trabalhadores sociais seria frutífera para compreender "a construção do eixo central de competências (Dubar, 1997) na diacronia dos processos de identificação socioprofissional" (Diogo, 2017:381). Em pesquisa futura, interessaria também comparar as construções identitárias de trabalhadores sociais pós-graduados, com profissionais não pós-graduados, para melhor compreender o peso da formação pós-graduada.

"Porque o *eixo central de competências* não se constitui apenas no campo educativo, mas depende do tipo de saber privilegiado nos vários espaços sociais" (Diogo, 2017:381) das trajetórias socioprofissionais (Dubar, 1997), um enfoque mais aprofundado aos percursos dos indivíduos e a observação direta ou participante nos contextos de trabalho seriam úteis para compreender a construção deste pilar de referenciais identitários.

Tais limitações não obstam que a presente pesquisa teve virtualidades. Em primeiro lugar, partiu de pressupostos pluriparadigmáticos esteados nas teorias do conflito (Marx, 1990 [1890]) e na sociologia compreensiva (Weber, 1944 [1922]), associando a ótica da Sociologia das Profissões com a da Sociologia do Trabalho e a da Sociologia das Organizações (Evetts, 2006). Em segundo lugar, a articulação teórico-metodológica do desenho do projeto e do desenvolvimento da investigação primou pela fundamentação e sistematização dos instrumentos de recolha e de análise de dados, guiados por uma postura construtivista, associada ao intuito de «dar voz» aos atores sociais (*advocacy*) (Creswell, 2009). Em terceiro lugar, mas não por último, foi observada a dimensão ética dos processos de construção de conhecimento, particularmente presente devido à partilha da linguagem e conhecimento do campo pela

investigadora (Araújo, 2004).

A tipologia representativa da proximidade vs distanciamento identitário dos sujeitos face aos dois níveis de formação, aos dois coletivos de referência e às organizações empregadoras, poderá vir a ser testada numa análise extensiva sobre os processos de identificação socioprofissional de trabalhadores sociais pós-graduados.

## Referências Bibliográficas

- ALALUF, Matéo (1986), *Le temps du Labeur. Formation, emploi et qualification en sociologie du travail*, Bruxelles, Editions de l'Université de Bruxelles.
- ALLEN, Natalie e MEYER, John (1990), “Organizational Socialization Tactics: A Longitudinal Analysis of Links to Newcomers' Commitment and Role Orientation”, *Academy of Management Journal*, 33, pp. 847-858.
- ALCOBIA, Paulo (2011), “Atitudes e satisfação no trabalho”, in J. M Carvalho Ferreira, J. Neves e A. Caetano (eds.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, pp. 317-346.
- AMARO, Maria Inês (2012), *Urgências e Emergências do Serviço Social. Fundamentos da Profissão na Contemporaneidade*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- ARAÚJO, Maria José (2004), *ATL. Atividades de Tempo Livre, sem tempo, nem liberdade*, Tese de Mestrado, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- BANKS, Sarah (2004), *Ethics, Accountability and the Social Professions*, New York, Palgrave Macmillan.
- BECK, Ulrich (2002), *La Sociedad del Riesgo Global*, Madrid, Siglo XXI de España Editores.
- BERTRAND, Olivier (2005), “Educação e Trabalho”, in J. Delors (ed.), *Educação para o Século XXI*, Porto Alegre, Artmed.
- CAMPBELL, Donald (1958), “Common Fate, Similarity, and other Indices of the Status of Aggregates of Persons as Social Entities”, *Behavioural Science*, 3, pp. 14-25.
- CARIA, Telmo (ed.) (2005), *Relatório Final. Projeto de Investigação Reprofor (Recontextualização Profissional da Formação)*, [Consult. a 05.02.2012]. Disponível em [http://home.utad.pt/aspti/reprofor/relatorio\\_final.pdf](http://home.utad.pt/aspti/reprofor/relatorio_final.pdf)
- CARIA, Telmo (2008), “O uso do conceito de cultura na investigação sobre profissões”, *Análise Social*, XLIII (4), pp. 749-773.
- CARIA, Telmo, PEREIRA, Fernando e SILVA, Margarida (2014), “O trabalho profissional burocrático: construção do modelo de análise para o terceiro setor social”, in Telmo Caria e Fernando Pereira (eds.), *Trabalho Social Profissional no Terceiro Setor*, Viseu, Psicossoma, pp. 19-41.
- CASTEL, Robert (1998), “La centralité du travail et cohesion sociale”, in Josiane Boutet; Henri Jacot;

DIOGO, Vera (2018), “Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 135-160

- Jacques Kergoat; Danièle Linhart (eds.), *Le monde du travail*, Paris, La Decouverte, pp. 50-65.
- CASTELLS, Manuel (2003), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, Vol. I, A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- CHOPART, Jean-Noel (ed.). (2003), *Os Novos Desafios do Trabalho Social. Dinâmicas de um campo profissional*, Porto, Porto Editora.
- CRESWELL, John (2009), “The selection of a research design”, in John Creswell, *Research Design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches* (3rd ed.), London, Sage Publications, pp. 3-21.
- CROZIER, Michel e FRIEDBERG, Erhard (1977), *L'acteur et le système*, Paris, Editions du Seuil.
- DIOGO, Fernando (2008), *O currículo na democratização da escola básica. A justiça curricular na reorganização curricular do ensino básico*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- DIOGO, Vera (2013), “Social Entrepreneurship as if Education Mattered”, in *Higher Education as if the World Mattered*, Edinburgh, University of Edinburgh, 25-26 de Abril.
- DIOGO, Vera (2017), *Nas teias da intervenção: trabalho social, formação pós-graduada e práticas profissionais na economia social*, Porto, Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- DUBAR, Claude (1997), *A Socialização. Construção das Identidades Sociais*, Porto, Porto Editora.
- DUBAR, Claude (2006), *A Crise das Identidades. A Interpretação de uma Mutação*, Porto, Edições Afrontamento.
- EVETTS, Julia (2003), “The Sociological Analysis of Professionalism: Occupational Change in the Modern World”, *International Sociology*, 18 (395), pp. 395-415.
- (2006), “Introduction: Trust and Professionalism: Challenges and Occupational Changes”. *Current Sociology* (54), pp. 515-531. doi: 10.1177/0011392106065083
- FERNANDES, António (2006), *Monotonia Democrática e Diluição das Regulações Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- GIDDENS, Anthony (1991), “Aparición de la política de la vida”, in Anthony Giddens, *Modernidad e identidad del yo. El yo y la sociedad en la época contemporánea*. Barcelona, Península, pp.265-291.
- GIDDENS, Anthony, BAUMAN, Zigmund, LUHMAN, Niklas e BECK, Ulrich (1996), *Las Consecuencias perversas de la modernidad. Modernidad, Contingencia e Riesgo*, Barcelona, Anthropos.
- GILSSON, Clive e DURICK, M. (1988), “Predictors of Job Satisfaction and Organizational Commitment in Human Service Organizations”, *Administrative Quarterly*, 33, pp. 61-81.
- HERZBERG, Frederik (1966), *Work and the Nature of Man*, Cleveland, Ohio, World Publishing.
- HOGG, Michael (1992), *The Social Psychology of Group Cohesiveness: From Attraction to Social Identity*, New York, New York University Press.
- HUGHES, Everett (1958), *Men and Their Work*, Westport, Connecticut, Greenwood Press Publishers.
- HUNT, Shelby e MORGAN, Robert (1994), “Organizational commitment: one of many commitments or

DIOGO, Vera (2018), “Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 135-160

- key mediating construct?”, *Academy of Management Journal*, 37, pp. 1568-1587.
- LE BOTERF, Guy (2004), *Travailler en Réseau. Partager et capitaliser les pratiques professionnelles*, Paris, Éditions d’Organisation.
- LOURAU, René (1990), “Implication et surimplication”, *Revue du MAUSS*, 10, pp. 110-120.
- MARQUES, Ana Paula, LOUREIRO, Armando, COSTA, Isabel e BILTES, Raquel (2014), “Mercados e Trajetórias Profissionais no Trabalho Social”, in Telmo Caria e Fernando Pereira, *Trabalho Social Profissional No Terceiro Setor*; Viseu: Psicosoma, pp. 117-150.
- MARX, Karl (1990), *O Capital. Livro Primeiro, Tomo I* (1ª edição 1890), Moscovo-Lisboa, Edições Progresso-Editorial «Avante!».
- MASLOW, Abraham (1954), *Motivation and Personality*, New York, Harper e Row.
- MONCEAU, Gilles (2008), “Implicação, Sobreimplicação e Implicação Profissional”, *Fractal. Revista de Psicologia*, 20(1), pp. 19-26.
- MOORE, Wilbert (1969), “Occupational Socialization”, in David Goslin (ed.), *Handbook of Socialization, Theory and Practice*, Beverly Hills, Russel Sage, pp. 881-908.
- MUCHINSKY, Paul (1977), “Organizational Communication. Relationship to Organizational Climate and Job Satisfaction”, *Academy of Management Journal*, 20, pp. 592-607.
- PAIS, José (2015), “Deambulações Cotidianas: a Emergência de um Método na Observação dos Sem-teto”, *Estudos de Sociologia*, 1(21), pp. 35-72.
- PARENTE, Cristina (2008), *Competências. Formar e Gerir Pessoas*, Porto, Edições Afrontamento.
- PINTO, José. (1991), “Considerações sobre a produção social de identidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (32), pp. 217-231.
- PRATT, Michael (1998), “To be or not to be: Central Questions in Organizational Identification”, in David Whetten e Paul Godfrey (eds.), *Identity in Organizations: Building Theory Through Conversations*, Thousand Oaks, CA: Sage, pp. 171-207.
- RIVARD, Pierre (1986), “La codification sociale des qualités de la force de travail”, in Robert Salais et Laurent Thevenot (eds.), *Le travail, marchés, règles, conventions*, Economica, pp. 119-134
- ROLLE, Pierre (2005), “El trabajo y su medida”, in Bernard Lahire, Pierre Saunier, Marcelle Stroobants, Matéo Alaluf e Moïshe Postone (eds.), *Lo que el trabajo esconde. Materiales para un replanteamiento del análisis sobre el trabajo*, Madrid, Traficantes de sueños, pp. 119-130.
- SAINSAULIEU, Renaud (1988), *L’Identité Au Travail* (3ª ed.), Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- STANDING, Guy (2014), “O precariado e a luta de classes”, *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 103, pp. 9-24, [Consult. a 5.05.2014]. Disponível em <https://rccs.revues.org/5521>.
- STETS, Jan e BURKE, Peter (2001), *Chapter for Handbook of Self and Identity*, [Consult. a 18.12.2011]. Disponível em <https://pdfs.semanticscholar.org/b6a3/3134c18536f4fb36d95db050ec43d871cde7.pdf>
- TAJFEL, Henri e TURNER, John (1986), “The social identity theory of intergroup behavior”, in Stephen

DIOGO, Vera (2018), “Nas teias da construção identitária socioprofissional: práticas profissionais de trabalhadores sociais pós-graduados inseridos em organizações da economia social”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 135-160

Worchel e William Austin (eds.), *The Social Psychology of Intergroup Relations*, (2nd ed.), Chicago, Nelson-Hall, pp. 7-24.

TAVARES, Susana (2011), “Vinculação dos indivíduos às organizações”, in José Ferreira, José Neves e António Caetano (eds.), *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, Escolar Editora, pp. 347-378.

VELOSO, Luísa (2004), *Aprendizagem e processos de identificação no espaço social do trabalho: estudo de caso num grupo empresarial do sector electromecânico*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

WATERS, Malcom (1993), “Alternative organizational formations: a neweuberian typology of policratic adminstrative”, *The Sociological Review*, 41(1), pp. 54-81.

WEBER, Max (1944), *Economia y Sociedad* (1ª edição 1922), México, Fondo de Cultura Económica.

**Vera Diogo.** Doutorada em Sociologia. Professora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, (Porto, Portugal). Morada de correspondência: Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, Rua Dr. Roberto Frias, 602, 4200-465 Porto, Portugal. E-mail: veradiogo@ese.ipp.pt

Artigo recebido em 12 de abril de 2017. Publicação aprovada em 7 de fevereiro de 2018.

## **Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade**

**Elizardo Scarpati Costa**

Instituto de Ciências Humanas e da Informação  
Universidade Federal do Rio Grande

**Pablo Almada**

Grupo de Estudos de Marx  
Universidade Estadual de Londrina

### **Resumo**

O artigo analisa os fundamentos da centralidade do trabalho para compreender sua atual pertinência. A sociologia do trabalho, ao enfatizar as transformações histórico-sociais, apresenta distintas concepções de trabalho que incorrem em limites analíticos das novas disposições dos processos produtivos. Um diálogo com tais premissas heurísticas do trabalho demonstra que a pluralidade epistemológica deve ser considerada para abarcar a complexidade desse mundo. Conclui-se que uma abordagem relativa ao fenômeno da precariedade laboral deve contrapor-se às linhas abissais teóricas e práticas, para uma incorporação plural desses vários saberes, efetivando uma reconstrução da teoria social.

Palavras-chaves: trabalho; epistemologias; relações laborais; capitalismo.

*World of work and Epistemological Plurality: a contribution to the study of precariousness.*

### **Abstract**

The article analyzes the centrality of the work to understand its current relevance. The sociology of work, by emphasizing historical-social transformations, presents different conceptions of work that fall within the analytical limits of the new dispositions of productive processes. A dialogue with such heuristic premises of work demonstrates that epistemological plurality must be considered to encompass the complexity of this world. It concludes that an approach related to the phenomenon of labor precariousness must oppose the abyssal theoretical and practical lines, for a plural incorporation of these various knowledge's, effecting a reconstruction of social theory.

Keywords: work; epistemologies; labor relations; capitalism.

*Travail et Pluralité Épistémologique: le monde du travail et l'avènement de la précarité.*

### **Resumé**

L'article analyse la centralité du travail pour comprendre sa pertinence actuelle. La sociologie du travail, en mettant l'accent sur les transformations historiques et sociales, présente des conceptions différentes du travail qui tombent dans les limites analytiques des nouvelles dispositions des processus productifs. Un dialogue avec de telles prémisses heuristiques démontre que la pluralité épistémologique doit être considérée comme englobant la complexité de ce monde. Il conclut qu'une approche liée au phénomène de la précarité du travail doit s'opposer les lignes abissales théoriques et pratiques, pour une incorporation plurielle de ces diverses connaissances, en faisant une reconstruction de la théorie sociale.

Mots-clés: travail; épistémologies; relations de travail; capitalisme.

*Mundo del trabajo y Pluralidad Epistemológica: una contribución al estudio de la precariedade*

### **Resumen**

El artículo analiza la centralidad del trabajo para comprender su relevancia actual. La sociología del trabajo, al enfatizar las transformaciones histórico-sociales, presenta diferentes concepciones del trabajo que caen dentro de los límites analíticos de las nuevas disposiciones de los procesos productivos. Un diálogo con tales premisas heurísticas de trabajo demuestra que debe considerarse que la pluralidad epistemológica abarca la complejidad de este mundo. Concluye que un enfoque relacionado con el fenómeno de la precariedad laboral debe oponerse a las líneas abissales teóricas y prácticas, para una incorporación plural de estos diversos conocimientos, efectuando una reconstrucción de la teoría social.

Palabras-Clave: trabajo; epistemología; relaciones laborales; capitalismo

## **Introdução**

As mutações das relações laborais do capitalismo globalizado, reforçaram, nos últimos quarenta anos, a necessidade de revisões analíticas e surgimento de novas abordagens, com o intuito de responder às complexas vicissitudes do “mundo do trabalho”. De forma geral, essas transformações resultaram em dois sentidos para a construção conceitual sociológica: por um lado, a dificuldade de fundamentar teorias generalistas perante rápidas e significativas mudanças; e por outro lado, o surgimento de abordagens plurais, mas não contraditórias entre si, o que será aqui chamado de pluralidade epistemológica. Tal conceito em formulação encontra ressonância metodológica no trabalho de Santos (2007), em que o autor procura romper com as linhas abissais, visíveis e invisíveis, em torno de uma pluralidade de conhecimentos que possam dialogar para além do poder colonial do pensamento ocidental.

A pluralidade epistemológica diz respeito às situações de explicação das totalidades, das particularidades e das singularidades do trabalho, onde estão presentes as práticas econômicas sustentadas pela ideologia do capital industrial e financeiro em conflito com os saberes e sentidos promovidos coletivamente pelos indivíduos no ato de trabalhar. Nessa relação se demarcam os campos de desregulamentação dos mercados e redução do controle estatal, a subordinação das empresas e dos trabalhadores ao capital financeiro e, finalmente, a efetivação de uma reestruturação do local subordinado à globalização hegemônica. Por conta disso, pretendemos ensaiar alguns aspectos de compreensão dos efeitos do trabalho na atualidade sobre a subjetividade, no caso, o sentido da precariedade do trabalho.

A fragmentação dos processos de trabalho, tomados à luz das transformações conjunturais, apresentam fundamentos estruturantes da subjetividade e também práticas a serem incorporadas pelas estruturas sociais. Ao se considerar que tal relação não é meramente direta e automática, reconsidera-se a historicidade (interna e externa das estruturas) para a geração de um efeito interrelacional, ainda que se mantenha um descompasso entre as estruturas e as práticas sociais, campo fecundo para o surgimento de concepções teóricas plurais sobre as relações laborais. Aliado a esse caráter, as crises do capitalismo possibilitam novas configurações do trabalho como consequências das tensões entre economia e política, campos que aparentemente se autonomizam das esferas produtivas impondo racionalidades próprias e abissais, mas que desconsideram as relações subjetivas dos trabalhadores no interior do processo produtivo.

Portanto, efetivar uma perspectiva de pluralidade epistemológica não significa, meramente, refazer uma síntese das transformações históricas do trabalho, mas sim reconstruir os pontos de apoio e de conexão entre a totalidade do capitalismo (produção, consumo e reprodução), as particularidades desses processos em termos histórico-sociais e as singularidades como efeitos combinados entre o controle, a ideologia e as práticas resultantes. Seguiremos por fazer isso de duas formas: na primeira parte, elucidando as transformações históricas do capitalismo e do trabalho; na segunda parte, objetivando elementos para a reconstrução de uma sociologia do trabalho.

## 1. Capitalismo e relações laborais

Ao longo da histórica do sistema capitalista, o desenvolvimento estrutural (forças produtivas e relações sociais) e superestrutural (relações culturais, políticas, ideológicas e jurídicas) ergueu-se pelas significativas transformações a partir do século XVI. As práticas comerciais pré-capitalistas, como produção artesanal e as trocas de mercadorias, foram sendo incorporadas ao capital comercial com a Revolução Industrial, o que possibilitou sua hegemonia como modelo produtivo e de organização do trabalho, sobretudo, conforme a compra e venda de força de trabalho, que outrora existia desde os períodos da antiguidade, porém se tornou hegemônica com o advento do capitalismo industrial (Braverman, 1977).

Karl Polanyi (2000: 77) analisava a viragem das chamadas “sociedades com mercado” para as “sociedades de mercado” ao denotar que, anteriormente ao capitalismo, existiam vários mercados esparsos, mas que foram unificados em uma instituição específica, o mercado capitalista, capaz de “dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado”. O trabalho, como “atividade humana que acompanha a própria vida” e como elemento social da indústria, passaria a se constituir numa relação de oferta e procura, *formadora do e imersa ao* grande mercado de compra e venda de força de trabalho, resultando na transformação do trabalho em “mercadoria fictícia” (Polanyi, 2000: 93-94)

Do ponto de vista político, tal passagem se efetivou pela assunção da burguesia no cumprimento de um papel de ruptura com o Antigo Regime, como ocorreu na Revolução Francesa. Ao se tornar “classe para si”, consciente de seu posicionamento econômico e de seus interesses políticos, a burguesia tornou-se “mercador e capitalista, em oposição à economia agrícola natural e ao artesanato medieval” (Marx, 1983: 393). As lutas de classe tornavam-se um elemento fundamental e constituinte da sociedade capitalista, revelando o “antagonismo estrutural” entre as forças produtivas e as relações de produção, resultado da transição entre os modos de produção e a transformação de todo o modo produtivo pela estrutura econômica (Althusser, 1985). Da mesma forma que já existia a produção de mercadorias baseadas nas trocas, em sua forma embrionária nas sociedades pré-capitalistas, as transformações do modo de produção não impediram que formas de produção pré-capitalistas se mantivessem e coexistissem no capitalismo.

Estabelecidas essas condições, consolidou-se também a dominação de classes na sociedade, que se assenta tanto no poder de dominação de uma classe sobre outra, da burguesia sobre o proletariado, como também, sob o poder social do Estado e

das garantias oferecidas assegurar o modo de produção capitalista e do atrofiamento das formas produtivas precedentes. Para além do idealismo do Estado neutro, é necessário questionar o caráter intrínseco do Estado Capitalista, sua formação como estrutura totalizadora de comando político do capital, ao considerar que a "formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema" (Mészáros, 2002: 106), constituindo-se na forma de uma estrutura totalizadora de comando político do capital. O Estado está tendencialmente subordinado ao capital, tornando-o uma estrutura de comando vertical, em que as classes sociais e a estrutura política são deslocados ao segundo plano na hierarquia de controle do capital, afirmando o controle institucional do poder político por parte das classes que detêm os meios de produção.

O Século XX confirmou a pertinência da formulação analítica anterior, embora tenha apresentado novos modelos de desenvolvimento econômico e controle estatal inéditos na história humana. Após a crise cíclica de 1930, o período dos "trinta gloriosos" (de 1949 a 1973) (Hobsbawm, 1995) apresentou significativas taxas de crescimento econômico e aumento do bem-estar social dos países desenvolvidos, ancorado sobre o modo de produção fordista. Para o controle das relações e conflitos de classe, emergiu no continente europeu o Estado de bem-estar social e, da mesma forma, nos Estados Unidos da América, o keynesianismo saiu vitorioso em resposta às crises cíclicas que levaram à instabilidade econômica anterior à 2ª Guerra Mundial.

Os *trinta gloriosos* incrementaram o crescimento econômico dos países avançados, com aumentos nas ofertas de emprego e no poder de compra das classes médias e trabalhadoras (Sassoon, 2010). Conforme se efetivava a prosperidade econômica da Europa e dos Estados Unidos, com baixas taxas de desemprego e de mortalidade, os partidos socialistas conseguiram importantes vitórias no Norte Europeu, ou, ainda, fizeram parte de coligações centristas na Europa Ocidental, com programas voltados para o pleno emprego e o fortalecimento da democracia institucional. A possibilidade do alinhamento entre capitalismo, socialismo e democracia parecia alterar o quadro político no sentido de pacificar as relações de classe, o que seria feito a partir da aliança entre crescimento e segurança e pela tentativa de dispersão dos conflitos de classe através do controle salarial por parte do Estado (Offe, 1986).

Do ponto de vista produtivo, ou seja, da relação entre trabalho e capital, os sucessos anteriormente identificados acabariam por revelar as incapacidades do fordismo e do keynesianismo em conter os avanços das contradições internas do capitalismo. No período entre 1965 e 1979, com o aumento da inflação e da recessão econômica, foram aplicados vários processos de flexibilização das relações de produção

no sentido de se voltar para um mercado mais variado e dinâmico, surtindo efeitos nas relações entre empresas, Estado e trabalhadores, no que concerne à regulação contratual proveniente do período fordista, iniciando o processo de flexibilização das leis trabalhistas (Harvey, 1992; Druck, 2011).

Em termos da lógica sistêmica do capitalismo, essas mesmas transformações políticas e econômicas foram sentidas em outros espaços do globo, mesmo que sob condições políticas distintas. O caso dos regimes ditatoriais do sul da Europa – Portugal, Espanha e Grécia – revela que os interesses imperialistas, com avanços da hegemonia mundial norte-americana, as modificações nas classes dominantes (industrialização, dependência ao capital estrangeiro dos processos de modernização, fragmentações das burguesias nacionais, etc.) e as redefinições das classes trabalhadoras e populares, eram fatores fundamentais para se perceber como estavam sendo operadas as transformações capitalistas na “periferia” da Europa (Poulantzas, 1976).

Por outro lado, nos países do “Sul global”, como na América Latina, o Estado Social não foi sinônimo de eficiência como nos países do “Norte global”, por conta do desenvolvimentismo atrelado ao capital estrangeiro, assegurado por um modelo de organização do trabalho com moldes do fordismo periférico (Braga, 2012), cuja vanguarda do processo de modernização era uma burguesia nacional enfraquecida, entreguista e débil (Domingues, 2007). Todavia, no modelo desenvolvimentista implementado, em especial no Brasil, a industrialização fundamentava-se pela substituição de importações e pela ampliação da capacidade do Estado, dada pelo pacto populista, em diversificar a estrutura econômica para conter as disparidades geradas pelo subdesenvolvimento (Oliveira, 2003). Com a instauração das ditaduras militares, a partir da década de 1960, o pacto populista de crescimento do bem-estar das classes médias e trabalhadoras foi rompido, consolidando uma perspectiva econômica de associação do capital estrangeiro, financeiro e industrial, com o capital nacional industrial, já que o projeto de modernização não poderia ser levado a cabo somente pelas frações nacionais da burguesia em sociedades de economia dependente e periférica (Cardoso e Faletto, 1979).

Com a crise do petróleo da década de 1970, as forças políticas dominantes colocaram em prática pressupostos econômico-políticos de redução do poder dos Estados perante o alargamento das relações de mercado. As políticas de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, enfatizaram o *There's no Alternative*, ou seja, se posicionaram favoravelmente às garantias do mercado e da governabilidade neoliberal, em detrimento das políticas em defesa da classe trabalhadora e das ideologias de transformação social (Santos, 2006). A partir

desse período, os processos geopolíticos de escala global ganharam maior ênfase, bem como a eliminação de fronteiras culturais, econômicas, políticas e sociais. Com a emergência de um sistema financeiro global dominado por instituições como o FMI, Banco Mundial e OMC, efetivaram-se políticas de Estado mínimo, de privatizações de empresas estatais, resultando em uma situação de aparente fim das desigualdades sociais.

Em relação ao mundo do trabalho, a agenda econômica neoliberal contou com o apoio das políticas do Estado para efetivar desregulamentações do trabalho, dos direitos sociais e trabalhistas conquistados nas décadas de 1960/1970, desequilibrando as relações laborais com déficits produtivos apresentados como ganhos financeiros (Chesnais, 1996). Por isso, diversas reformas estruturais do trabalho e da economia foram significativas para a configuração de uma nova divisão internacional do trabalho (Pochmann, 2001). Disso são exemplos: o desenvolvimento tecnológico a partir das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e da robótica; o enfraquecimento da gestão e a redução da regulação e do controle econômico dos Estado-Nações sobre o capital industrial com vias a implementar processos de privatizações e de terceirização da produção, ou seja, as reformas estruturais no sentido de liberalização dos mercados; o aumento do aparato repressivo do Estado para a resolução de conflitos sociais internos; a crise do modelo fordista-taylorista; a exclusão urbana e rural; e o aumento das desigualdades sociais. A mistura desses fatores abalou efetivamente as "sociedades salariais", cujos componentes ativos, a "precariedade do emprego" e a "precariedade do trabalho", fragilizam as relações sociais e de trabalho (Castel, 1995; Paugam, 2000). Por isso, se tais transformações forem entendidas como um "novo espírito do capitalismo", estão demarcadas tanto a hegemonia de transformações ideológicas pautadas na gestão produtiva de resultados, como nas formas de solidariedade social estabelecidas entre as classes trabalhadoras (Boltanski e Chiapello, 2001).

As transformações históricas do trabalho e do mercado capitalista aqui apresentadas relacionam diretamente as capacidades de promoção de crescimento e crises econômicas cíclicas, bem como os efeitos sobre o mundo do trabalho. A crise da financeirização do capital, iniciada em 2008, colocou em dúvidas o apogeu do capitalismo neoliberal e demarcou um momento de incerteza nos mercados mundiais. A partir da retração da economia norte-americana encontram-se efeitos nas economias da Europa, onde os países do Sul (Portugal, Espanha e Grécia) estiveram na lista dos mais afetados. A financeirização do capital, atualmente, envolve bancos, indústrias e firmas comerciais que agem independentemente umas das outras, bem

como uma ampla gama de atores econômicos nos mercados financeiros (Callinicos, 2012). Isso envolve diretamente a condição do trabalho na atualidade, implicando no recrudescimento do equilíbrio de forças e de respostas das classes de trabalhadores precários perante a crise. Com isso, abriu-se também um novo ciclo de protestos, que incentivaram o debate público e político, conduzido por inquietações de jovens que não conseguem emprego, ou pelas camadas mais velhas da população, que se encontram no limiar da permanência e ou da saída do mercado de trabalho. Porém, essas duas dimensões se articulam com as inquietações de classe, referentes ao mundo do trabalho e da condição de precariedade, por saberem que as medidas de austeridade reduzem salários, aumenta o desemprego, cria situações de fragilidade salarial, de cisões de classe e de exclusão social.

## 2. Para uma sociologia do trabalho

Tendo em vista as transformações sociolaborais apresentadas anteriormente, é possível questionar como a sociologia do trabalho tem entendido tais fenômenos e perspectivar a atual centralidade do mundo do trabalho. É aqui que muitas das linhas abissais se encontram, separando alguns processos e invisibilizando outros. Nesse sentido, ao tratarmos a perspectiva da pluralidade epistemológica, entende-se que na própria construção sociológica do trabalho estão ausentes algumas reflexões: as significações do trabalho e as reflexões epistemológicas ocidentais.

As primeiras noções de trabalho que se tem em conta, na história das sociedades ocidentais, são aquelas provenientes da tradição judaico-cristã ocidental. Nos textos canônicos do Antigo Testamento, por exemplo, o trabalho era considerado uma espécie de sofrimento humano (*tripalium*), embora a redenção de valores e de conquista da dignidade em oposição às maldições e punições do mundo profano permitissem considerar a dimensão criativa e de realização do homem (*laborare*). A fusão entre o sofrimento e a criatividade estava relacionado à labuta em si (Mendes, 2008) e, por isso, a transposição do trabalho bíblico para a realidade social, posta em prática pela Igreja Católica no período da Idade Média, atribuiu a concepção de punição sobre a recusa ao labor. Com as relações de vassalagem, o direito à vida na Terra para grande parcela das camadas sociais dominadas só era realizável através do trabalho. Apenas os grupos sociais superiores na ordem estamental poderiam se livrar do castigo divino, sendo dispensados pela vontade de Deus de "ganhar o pão com o suor do seu rosto", estabelecendo uma divisão do trabalho na comunidade.

Com o advento da Revolução Francesa e do pensamento científico, o conhecimento sobre o trabalho veio a perder a sua forma moral-religiosa no contexto do surgimento da república moderna. O pensamento de Joseph Dietzger, embora apresentasse uma inclinação ao socialismo/social-democracia, entendia que o trabalho teria um sentido messiânico para o mundo moderno, demarcando um profundo idealismo quanto à teleologia do trabalho (Dietzger, 2004). Compartilhando do mesmo espírito da época, Émile Durkheim considerava que o trabalho se fundamentava a partir de sua divisão social, ou seja, sua especialização de tarefas, considerada como responsável pela criação do sentimento de solidariedade nas sociedades orgânicas (modernas) e que garantiria a coesão social e moral (Durkheim, 1995).

Procurando romper com a apologia do progresso do idealismo e levando em conta os princípios da economia política inglesa, Marx (2004) formulou a noção de trabalho (social) como fundamento ontológico da atividade humana. Nela, Marx investigou a relação do homem com a natureza, a produção e a reprodução, dos próprios homens e de seus produtos, entendendo que, através do trabalho o homem se tornaria consciente de sua relação com a natureza, evidenciando a dialética desse processo. Através de sua atividade, os homens tornam-se universalmente idênticos enquanto "ser", cuja atividade, qualquer que seja e em qualquer âmbito, seria o trabalho alienado (*Entäußerung*), uma *externalização positivada do ser na coisa* e ineliminável, porque cria o próprio homem e os prospectos de sua sociabilidade, o que lhe garante exercer sua liberdade e manter-se livre. No mesmo ato de criação, o trabalho se apresenta em sua negatividade, ou seja, a dimensão de que o homem cria algo hostil a si mesmo (*Entfremdung*), e que esse produto não irá pertencer àquele que o criou; e, por consequência, irá ser representada através das formas históricas de produção e reprodução. Por ser ontológico, o trabalho está na generalidade dos seres humanos, e se encontra ancorado na natureza orgânica, o que permite o nascimento do ser social, sendo assim, um ato consciente que dispõe de um meio e um fim para se concretizar. Esse seria, por sua vez, o processo fundante para o capitalismo, conforme este se centra na noção de produção (Marx, 2013). Nesse sentido, atribui-se uma noção de homem concreto e material - diferentemente do homem abstrato do cristianismo (Marx, 2010) como base ideológica de legitimação para a exploração dos homens pelos homens.

O trabalho no Século XIX era generalizadamente desregulamentado, o que pode ser percebido no exemplo da utilização de mão de obra infantil que variava de 15 a 18 horas de trabalho diário, em países como a Inglaterra e a França. Na passagem do século XIX para o XX, a Igreja Católica ainda realizou intervenções morais

e ideológicas no mundo do trabalho. A encíclica do Papa Leão XIII foi fonte de inspiração das novas legislações trabalhistas dos Estados nacionais contemporâneos. O Papa Pio XII contribuiu para o aparecimento e desenvolvimento de um novo direito do trabalho, voltado para as novas matrizes doutrinárias do corporativismo sindical contemporâneo (Mendes, 2008; Santos, 2013). A palavra trabalho servia, portanto, para caracterizar as relações laborais que envolviam aqueles que exerciam o trabalho por jornadas, ou os artesãos que trocavam os seus produtos criados por si próprios com outros comerciantes.

Aos finais do Século XIX, a sociologia de Max Weber desvendou a composição valorativa do trabalho. Presente na composição do capitalismo moderno e na formação de seu “espírito”, que teria uma concepção semelhante àquela partilhada pelo protestantismo ascético, o trabalho estaria esboçado na noção de vocação (*Beruf*), ou seja, na ação orientada pela visão de mundo de ascese mundana e de racionalidade do trabalho. Para Weber (2003: 78-79), “a racionalidade é a base do cálculo rigoroso é uma das características fundamentais da empresa capitalista individual, precavida e orientada para o resultado esperado”. A empresa capitalista racional se contraporia às atividades de camponeses, de artesões, das corporações de ofício, e, dos capitalistas ditos “aventureiros”, abarcada numa relação de meios, fins e calculabilidade. Weber observou também que, mesmo com a substituição da conduta irracional sobre os negócios, efetivou-se uma postura encapsuladora e aprisionadora dos valores simbólicos e visões de mundo da Modernidade, a chamada “jaula de ferro” (*stahlhartes Gehäuse*).

Por isso, o desenvolvimento do capitalismo depende das disposições e transformações do trabalho que englobam os modos de pensamento e as práticas anteriores – como por exemplo a relação ético-religiosa do trabalho da Antiguidade e Idade Média. Perante uma nova complexidade, guiada pelo surgimento de necessidades e desafios técnico-produtivos e de suas relações sociais, o desenvolvimento do capitalismo se torna ainda mais complexo, pois não apenas dizem respeito aos desafios do presente para a produção capitalista (mão de obra, máquinas, saber-fazer, etc.), mas também incluem os valores inculcados nos momentos passados e suas práticas no quotidiano da produção e da reprodução da vida social. A abordagem histórica, portanto, consistiu um método chave da sociologia do trabalho, conforme encadeia os processos de realização da produção ao longo do tempo e do espaço, os quais podem ser decompostos em suas singularidades para fins analíticos. No entanto, caso essas singularidades sejam tomadas em separado elas podem se conflitar com a dinâmica histórico-social das relações de produção, retirando as coesões fundamen-

tais existentes, pois não sendo tais relações autônomas em relação ao trabalho, elas transformam e são transformadas por ele.

A partir das considerações sobre a teologia e a sociologia clássica, pode-se afirmar que há uma pluralidade de sentidos atribuídos ao trabalho: sacrifício, privacidade, progresso, objetividade, estranhamento, racionalização e emancipação. Elas constituem visões antagônicas, mas conciliáveis somente na práxis do trabalho. Por sua vez, a sociedade capitalista deixou tais visões ausentes por considerando o trabalho apenas como *trabalho assalariado*. Portanto, uma das primeiras conclusões é de que a sociologia do trabalho deve perceber e desvelar as relações que perpassam o trabalho assalariado, definindo as relações estruturais, valorativas e simbólicas, que relacionam diretamente as classes sociais e as respectivas estratificações.

Aqui reside a diferença entre *trabalho* e *emprego*. Se a atividade fundante, o *trabalho*, representa a existência, logo, o *emprego* é sua dinâmica de sociabilização, ou seja, “é pelo trabalho remunerado mais, particularmente, pelo trabalho assalariado que pertencemos à esfera pública” (Gorz, 2003: 27). O emprego se tornou a forma que o capitalismo assalariou o trabalho, um fenómeno intrínseco desse modo de desenvolvimento societal e, por isso, a organização do trabalho na sociedade capitalista está em relação direta com a historicidade dos *modos de produção*.

A uniformização dos trabalhadores aos moldes ditados pela empresa no sistema taylorista agregou a cientificidade aos meios de produção, relacionando o tempo e os movimentos dos trabalhadores para buscar uma definição de tempo-padrão do processo produtivo na garantia de precisão. Por sua vez, também marcou a intensificação dos ritmos do trabalho, pela supervisão e gerência. Em seu auge, na indústria automobilística, o fordismo aprimorou o modelo de produção em massa, o parcelamento das tarefas de execução na linha de montagem, a padronização e o controle do processo produtivo através de controle do tempo e dos movimentos do trabalhador (Gounet, 1999; Antunes, 2008). Assim, viabilizava-se a expansão do capital e também inaugurava uma sociedade de consumo da qual o salário é fundamental para tal, embora haja uma submissão do trabalhador ao controle, a domesticação e a padronização da vida pública e privada dos trabalhadores.

O modelo “toyotista” ou “pós-fordista-taylorista”, iniciado na década de 1950 no Japão, conferiu maior capacidade de transferir riqueza do trabalho para o capital. Essa nova forma de organização do trabalho, ganhou espaço nas empresas ocidentais a partir da década de 1970, quando surgiu o modelo da “empresa flexível”, fundamentada no ideário do *lean production*. Pautado na polivalência do trabalhador submetido ao maquinário tecnocientífico, com uma produção cada vez mais intensa,

o toyotismo propôs a ruptura com a territorialização produtiva, transformando as noções de espaço e tempo (Kovács, 2002: 21). Seu auge se deu com a produção de novas tecnologias e de microeletrônica, assentados na automação da produção e na implementação de um modelo de maior sujeição e controle do trabalhador, associada com a flexibilização dos postos de trabalho (Rifkin, 1995; Standing, 2009; Estanque e Costa, 2012).

Em termos ideológicos, as políticas de produção, ou seja, "as lutas travadas dentro da arena de produção sobre as relações *na e da* produção e regulamentadas por aparelhos de produção" (Burawoy, 1990: 254), caminharam, a partir do toyotismo, a implementar um novo processo de reestruturação das empresas com novas relações laborais. A intensificação do desemprego estrutural em detrimento do aperfeiçoamento e qualificação da mão-de-obra; a flexibilização das legislações trabalhistas por meio da adoção de novos critérios de admissão e demissão; a introdução de novas noções de tempos de trabalho, como os bancos de horas e, principalmente, uma nova condição salarial mais flexível, identificam, sobremaneira, tais conflitos. O que demarca o *modo de ser do trabalho* na atualidade, ou seja, sua morfologia, pauta-se na crescente degradação do mundo do trabalho e, a partir do espaço da produção, o capital amplia o controle e a flexibilização das relações laborais, consoante à multinacionalização de empresas e financeirização dos lucros.

Embora essas alterações sejam suficientes para afirmar a hegemonia da sociedade do trabalho que sustenta o capitalismo global, é notável que as formas de conhecimento também são englobadas nas relações sociais produtivas. A inversão entre os tempos de trabalho e dos tempos livres (ociosos) tornaram-se uma variante permanente do capital na sua fase pós-industrial, o trabalho imaterial (Gorz, 2005). A imbricação entre o trabalho material e o trabalho imaterial, com a expansão das formas de trabalho intelectualizadas e qualificadas e com a expansão das TIC's, conduziu a mudanças em torno das classes sociais, permitindo a formação de um novo precariado pós-industrial (Braga, 2014).

A breve observação das transformações dos modos de produção permite, portanto, um questionamento epistemológico o qual a sociologia do trabalho deve se deparar. Enquanto um ramo da sociologia, seu objeto vive uma constante afirmação e negação. Isso não é um argumento que, por si só, assegura um campo científico para a sociologia do trabalho, mas a faz em seus meandros. Apesar desse cenário caótico no mundo do trabalho, a categoria trabalho ainda prevalece possuidora de centralidade, pelo menos no que se refere à vida social dos trabalhadores e da transferência de riqueza do trabalho para o capital. A centralidade do trabalho está intimamente

relacionada com o seu assalariamento, mas também, com sua capacidade integradora dos indivíduos em sociedade, por isso, o trabalho transformou-se numa fonte fulcral de cidadania social, econômica e de identidades sociais, individuais e coletivas (Toni, 2003).

Além disso, um último aspecto a ser tratado na construção de uma sociologia do trabalho, diz respeito aos métodos de observação empíricos, que analisam o mundo o trabalho e suas imbricações: gestão e organização do trabalho, características das empresas, perfil dos trabalhadores e dos empresários, as relações industriais e laborais, do sindicalismo e dos sindicatos, das lutas de classes e das negociações coletivas (Freire, 2001). Não havendo nenhum exclusivismo metodológico e conceitual nesse âmbito, pode-se afirmar que “a sociologia do trabalho deve ser considerada, na sua mais vasta extensão, como o estudo, nos diversos aspetos, de todas as coletividades graças ao trabalho” (Friedmann e Naville, 1973: 37). Assim, com base em estudos e pesquisas recentes nessa área, pode-se afirmar que há aspectos que se destacam na análise do trabalho atual e, nesse sentido, destaca-se a *precariedade do trabalho* e a formação do *precariado*, enquanto classe social. Longe de buscar uma definição para esse problema, pretende-se apenas nortear alguns pontos analíticos.

Com a crise da relação salarial fordista, sustentada pela perda da noção de pleno emprego e da sua capacidade de integração, a regulação social e política, do trabalho nomeadamente, no desmantelamento total do Estado de bem-estar social e, portanto, também cria um campo de inter-relação com questões políticas. Os novos fatores estruturantes do mercado de trabalho e a instabilidade do “compromisso” político entre capital e trabalho formaram um cenário propício a uma transição desigual do industrialismo, para uma sociedade informacional, o que resulta em mais um campo de análise sociológica em aberto. Tomando a importância do conceito de “sociedade da informação” (Castells, 2003) é possível perceber notórias fragmentações e amplificação de fatores de alienação no processo produtivo. As mais diversas estratégias governamentais, empresariais e sindicais apontam para as TIC’s como vitais para a execução de tarefas com vias para a globalização dos mercados de trabalho, modificando drasticamente as formas de emprego e aprofundando a individualização das relações laborais (Huws, 2009; Marques e Santos, 2006).

Pela reestruturação produtiva do sistema capitalista, efetivou-se a “des-substancialização do ser genérico do homem por sua dessocialização do trabalho” (Alves, 2011: 25). Isso significa que houve um agravamento do “fenômeno do estranhamento” na atividade do trabalho, demonstrado no aprofundamento dos níveis organização e gestão do trabalho pelas empresas, à “captura” da subjetividade da

força de trabalho, dada pelos mecanismos de controle organizacional e ideológico. A transformação da força de trabalho em mercadoria aperfeiçoou-se e, a precarização da vida dos trabalhadores, devido à fragmentação do mundo do trabalho no cerne das suas funções produtivas sobre a lógica da polivalência (capacidades profissionais dos trabalhadores, mas não só), contracenou-se com a redução do tempo dos contratos de trabalho, gerando vínculos sociolaborais frágeis. Novas formas de controle dos trabalhadores também se desenharam, através da lógica de recursos humanos do trabalho administrativo. A maior especialização na execução das atividades, a estratificação de graus e níveis hierarquizados, bem como a segmentação horizontal e coordenação de tarefas são algumas das características que podem suscitar a competição e o clientelismo no interior das empresas (Freire, 2001: 131). Nesse marco, a expansão desse modelo aos dias atuais, faz com que, em grande medida, os trabalhadores estejam colocados entre a precarização e a flexibilização no Século XXI (Kovács, 2005; Estanque e Costa, 2012).

Por sua vez, os impactos da reestruturação produtiva, por meio das multinacionais, subverteram o funcionamento das empresas nacionais ocasionando um aumento exponencial do desemprego e nos processos de crescentes assimetrias sociais e de fragmentação dos mercados de trabalho (Estanque e Costa, 2012). A pressão exercida pelos mercados sobre o Estado nacionais, no sentido da aprovação leis que flexibilizem o conjunto das relações laborais, possuem particular incidência nos vínculos contratuais, nos rendimentos e nas próprias condições de trabalho.

Porventura, os Estados nacionais e os mercados de trabalho afirmam que os trabalhadores são livres e independentes para venderem sua força de trabalho para qualquer empresa. Contraditoriamente, os trabalhadores são privados da chamada liberdade de escolha, construída no campo ideológico e teórico do liberalismo (*laissez-faire*). Assim, é relevante compreender essa liberdade como um mecanismo de vinculação do sujeito à dimensão individual, de modo a que a individualidade possa atingir o aspeto coletivo do ser social. Este explica ainda que aniquilar as privações dos indivíduos significa investir no desenvolvimento das coletividades visando o bem comum. Para isso, é necessário que sejam dadas as oportunidades e condições de liberdade de escolha, acedendo-se, assim, a direitos de cidadania no sentido *latu sensu* desse termo.

Portanto, há nesse momento um debate acadêmico acerca das novas características socioeconômicas do chamado "preariado" (Standing, 2011). A supremacia da política da redução dos custos de trabalho como solução para a crise de acumulação, conjugada com o aumento da produção, foi fundamental para que as empre-

sas aprofundassem o processo massivo de transferência de capitais para outros locais onde o preço da produção fosse inferior das sedes originárias. A flexibilidade laboral tornou-se prática comum, as assimetrias sociais acentuaram-se e a estrutura de classes sociais do industrialismo, foi substituído por algo mais complexo e não menos subdividido que no passado. Standing (2011) afirmou que a nova classe perigosa para a hegemonia do sistema capitalista, o precariado, é o "filho da globalização neoliberal", portanto estes novos trabalhadores não pertencem à classe trabalhadora clássica do fordismo. Ao contrário, os trabalhadores precários não possuem certezas quanto ao presente e futuro, nem quanto à estabilidade dos seus postos de trabalho. Por outro lado, o precariado não pertence necessariamente a segmentos das classes médias, visto que os seus salários não são estáveis, não há uma diversificação dos consumos por esse segmento, o que permite classificar esta "classe em construção".

### **Considerações finais**

No presente artigo foram recuperadas algumas contribuições sociológicas do mundo do trabalho, articuladas com o desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. Nesse processo evidenciou-se dois pontos: primeiramente, os processos macrosociais, ou seja, os processos pelos quais o capitalismo subordinou o trabalho; e em seguida, os processos microsociais, pelos quais a lógica do trabalho é incorporada na subjetividade. Procurou-se constituir os processos de fragmentação, de precarização e da flexibilização do mundo do trabalho dentro de uma perspectiva epistemológica plural, que possibilitasse a incorporação de vários problemas, a princípio, contrapostos.

Assim, argumenta-se que a continuidade das políticas de flexibilização das relações de laborais tende a expandir determinadas práticas de precariedade do trabalho: os contratos de trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho por tempo parcial (*part-time*), os programas de privatizações em massa companhias estatais, pulverização de empresas de trabalho temporário, afetando ainda mais a subjetividade dos trabalhadores, em termos de sua saúde física e mental, bem como de fragilidade dos laços de integração social.

Nas empresas de vários segmentos da economia, os aspectos de um taylorismo avançado (neotaylorismo) resultante da adaptação do modelo original da administração taylorista por via da introdução das TIC's, bem como pela manutenção de alguns aspectos do fordismo são notáveis nos mercados de trabalho. A terceiriza-

ção das empresas, o aumento do desemprego conjuntural e estrutural, a constante precarização dos vínculos laborais, são indicadores negativos das novas formas das relações laborais que causam impactos na vida profissional e pessoal dos trabalhadores. Por outro lado, nunca os mercados de trabalho preconizaram tanto as qualificações educacionais e técnicas da força de trabalho. O toyotismo diminuiu a distância entre os processos a criação e a execução das atividades laborais na busca de um maior envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo (intensificação), diferentemente do fordismo - que se apossou do *savoir-faire* dos trabalhadores enviando-o para a gerência científica.

Com isto, busca-se mobilizar a capacidade criativa dos trabalhadores visando a sua apropriação, por meio do envolvimento cada vez mais forte e intenso da subjetividade da classe que vive do trabalho. As reformas trabalhistas em curso vêm resultando na precariedade laboral generalizada. Os trabalhadores possuem menor proteção social, menos direitos laborais e amplos segmentos das populações estão segregadas a condição de miséria social. Corroborando com Charles Tilly (2000), o mundo contemporâneo encontra-se hegemonicamente desigual e proletarizado, pois os direitos e garantias trabalhistas estão sendo subvertidos em larga escala.

Por fim, o trabalho é uma atividade central nas sociedades contemporâneas, mesmo elas tendo a faceta da informatização como mais evidente. Porém, é cada vez mais contraditório a taxação de todo trabalho como um valor estipulado pelo mercado (salvo algumas atividades de economia solidária, artesanais, artísticas independentes e de setores do funcionalismo público). Com as novas peças e engrenagens embutidas pelo capital, transformou-se consideravelmente a reificação laboral dos trabalhadores nos mercados de trabalho, principalmente pela exigência de qualificações profissionais e também pela falta de oportunidades. As redes de sociabilidades fragilizaram a vida privada desses trabalhadores, em especial, àqueles que estão desempregados por muito tempo, ou que trocam de trabalho frequentemente devido à volatilidade e a rotatividade dos trabalhadores nos postos de trabalho. A regra, gerada pela introdução de novas tecnologias, tem sido a da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto. Assim, o neoliberalismo significa a mudança de sistemas democráticos que outrora eram baseados no papel político, econômico e social do Estado pela imposição economicista dos mercados financeirizados e a subjugação do trabalho. Porém, com um aparelho produtivo de maior complexidade, desvinculando as assimetrias entre o capital produtivo e o capital especulativo. Esse ponto demarca, finalmente, os desafios para a construção de uma Sociologia do Trabalho no Século XXI.

## Referências Bibliográficas

- ALVES, Giovanni (2011), *Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório*, São Paulo, Boitempo.
- ANTUNES, Ricardo (2008), “Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, pp. 19–34.
- ALTHSSER, Louis (1985), *Aparelhos ideológicos de Estado*, Rio de Janeiro, Graal.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve (2001), *Le nouvel esprit du capitalisme*, Paris, Gallimard.
- BURAWOY, Michael (1990), *The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism*, London, Verso.
- BRAGA, Ruy (2012), *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*, São Paulo, Boitempo.
- (2014), “Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: um olhar a partir da indústria do call center”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, pp. 25-52.
- BRAVERMAN, Harry (1977), *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*, Rio de Janeiro, Zahar.
- CALLINICOS, Alex (2012), Contradictions of austerity. *Cambridge Journal of Economics*, 36, pp. 65–77.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo (1979), *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar.
- CASTEL, Robert (1995), *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*, Paris, Fayard.
- CASTELLS, Manuel (2003), *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian.
- CHESNAIS, François (1996), *A Mundialização do Capital*, São Paulo, Xamã.
- DIETZGEN, Joseph (2004), *Philosophical Essays on Socialism and Science, Religion, Ethics: Critique-of-reason and the world-at-large*, New York, Kessinger.
- DURKHEIM, Émile (1995), *Da divisão do trabalho social*, São Paulo, Martins Fontes.
- DOMINGUES, José Maurício (2007), *Os movimentos sociais latino-americanos: características e potencialidades*, Rio de Janeiro, Observatório Político Sul-Americano.
- DRUCK, Graça (2011), *Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios*, *Caderno CRH*, 24, 01, pp. 37-57.
- ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto (2012) “Trabalho, precariedade e movimentos sociolaborais” in Sara Falcão Casaca(org.), *Mudanças laborais e relações de gênero: novos vetores de (des) igualdade*, Lisboa/Coimbra, Almedina, p. 165-203.
- FREIRE, João (2001), *Sociologia do trabalho: uma introdução*, Porto, Afrontamento.
- FRIEDMANN, Georges; NAVILLE, Pierre. (1973), *Tratado de sociologia do trabalho*, São Paulo, Cultrix.

COSTA, Elizardo Scarpati; ALMADA, Pablo (2018), “Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade”, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 161-179

- GOUNET, Thomas (1999), *Fordismo e Taylorismo na civilização do automóvel*, São Paulo, Boitempo.
- GORZ, André (2003), *Metamorfozes do trabalho: crítica da razão econômica*, São Paulo, AnnaBlume.
- (2005), *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*, São Paulo, Annablume.
- HARVEY, David (1992), *A condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola.
- HOBBSBAWM, Eric J. (1995), *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*, São Paulo, Companhia das Letras.
- HUWS, Ursula (2009), “A construção de um cibertariado? Trabalho virtual num mundo real”, in Ruy Braga e Ricardo Antunes (orgs.), *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*, São Paulo, Boitempo, 37-58.
- Kovács, Ilona (2002), *As Metamorfozes do Emprego: Ilusões e Problemas da Sociedade de Informação*, Oeiras, Celta.
- Kovács, Ilona(2005), *Flexibilidade de emprego - riscos e oportunidades*. Oeiras, Celta.
- SANTOS, Maria João; MARQUES, Ana Paula (2006), “O caso dos call centers: organização do trabalho e atitudes face ao trabalho e emprego”, *Sociologia - Problemas e práticas*, 52, pp. 67-86.
- MARX, Karl (1983), *O capital: livro 3, o processo global de produção capitalista*, São Paulo, Difel.
- (2004), *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, São Paulo, Boitempo.
- (2010), *Sobre a Questão Judaica*, São Paulo, Boitempo, 2010.
- (2013), *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I: O processo de produção do capital*. São Paulo, Boitempo.
- Mendes, João Maria (2008), “O trabalho: punição divina e libertação prometaica”, *Revista Janus Online*, Lisboa.
- MÉSZÁROS, István (2002), *Para além do capital*, São Paulo, Boitempo.
- OFFE, Claus (1986), *Disorganized Capitalism: contemporary transformations of work and politics*, Oxford, Basil Blackwell.
- OLIVEIRA, Francisco (2003), *Crítica à Razão Dualista/O Ornitorrinco*, São Paulo, Boitempo.
- PAUGAM, Serge (2000), *Le salaridé de la précarité*, Paris, PUF.
- POCHMANN, Márcio (2001), *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*, São Paulo, Boitempo.
- POULANTZAS, Nicos (1976), *A Crise das Ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- POLANYI, Karl (2000), *A grande transformação: as origens da nossa época*, Rio de Janeiro, Campus.
- RIFKIN, Jeremy (1995), *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*, São Paulo, Makron.
- SASSOON, Donald (2010), *One Hundred Years of Socialism: The West European Left in the Twentieth Century*, London, I.B.Tauris.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006), *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*, Porto,

COSTA, Elizardo Scarpati; ALMADA, Pablo (2018), "Mundo do trabalho e pluralidade epistemológica: uma contribuição para o estudo da precariedade", *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Vol. XXXV, pp. 161-179

Afrontamento.

- (2007), "Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, pp.3-46.

SANTOS, Ronaldo Teodoro (2013), "Matrizes doutrinárias do corporativismo sindical contemporâneo: notas sobre o campo da doutrina social católica", *Oficina do Centro de Estudos Sociais (CES)*, Coimbra, 405.

STANDING, Guy (2009), *Work after globalization*, Cheltenham, Edward Elgar.

- (2011), *The precariat: the new dangerous class*, London, Bloomsbury.

TILLY, Charles (1995), "Scholarly controversy: global flows of labor and capital", *International Labor and Working Class History*, 47, pp. 1-23.

TONI, Míriam de (2003), "Visões sobre o trabalho em transformação", *Sociologias*, n. 9, pp. 246-286.

WEBER, Max (2003), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, São Paulo, Pioneira Thomson Learning.

**Elizardo Scarpati Costa.** (autor de correspondência) Professor de Sociologia do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), (Porto Alegre, Brasil). Doutor em Sociologia pela Universidade de Universidade de Coimbra. Morada de correspondência: Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande, Campus Carreiros, Av. Itália, KM 8, CEP: 96.201-900, Brasil. E-mail: eliscarpati@hotmail.com

**Pablo Almada.** Professor do Departamento de Ciências Sociais, área de Sociologia, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) (Londrina, Brasil). Pesquisador do Grupo de Estudos de Marx (GEMARX) da mesma instituição. Doutor em Democracia no Século XXI pela Universidade de Coimbra (Coimbra, Portugal). Morada de correspondência: Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid, Pr. 445 Km 380, Campus Universitário, Cx. Postal 10.011, CEP 86.057-970, Londrina, Brasil. E-mail: pabloera@gmail.com.

Artigo recebido em 13 de outubro de 2016. Aprovado para publicação em 22 de dezembro de 2017.



**ESTATUTO EDITORIAL**

**SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES**

**NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO**



## ESTATUTO EDITORIAL

*A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, da responsabilidade do Departamento de Sociologia, iniciou a sua edição em 1991, na sequência da criação da Licenciatura em Sociologia, em 1985, e do Instituto de Sociologia, três anos depois.

Na qualidade de revista científica, tem como objetivo principal a divulgação de trabalhos de natureza sociológica que primam pela qualidade e pela relevância, em termos teóricos e empíricos. É, igualmente, um espaço que inclui os contributos provenientes de outras áreas disciplinares das ciências sociais. Prossegue uma linha editorial alicerçada na diversidade teórica e metodológica, no confronto vivo e enriquecedor de perspetivas, no sentido de contribuir para o avanço e para a sedimentação em particular do conhecimento sociológico.

A Revista aceita trabalhos de diversa natureza – artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos – e em várias línguas como o português, francês, inglês e espanhol, o que visa alcançar um amplo campo de difusão e de internacionalização. Os trabalhos são avaliados por especialistas em regime de duplo anonimato. Publica-se semestralmente e com um número temático todos os anos.

*A Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* está empenhada em assegurar a qualidade dos textos que publica e o cumprimento pelos intervenientes de uma postura que siga os princípios éticos exigidos para a edição de textos científicos. Serão respeitadas as normas do Committee on Publication Ethics (COPE) e da Associação Portuguesa de Sociologia (APS).

### **Responsabilidade dos autores:**

- deverão garantir que os textos que submetem são originais, assumindo que não foram publicados – qualquer que tenha sido a sua forma de apresentação – e que não foram submetidos simultaneamente noutra publicação;
- deverão assegurar que o texto apresentado não é o resultado de uma prática de plágio ou de uma apropriação de criações intelectuais de outros autores sem o seu consentimento legal, sendo que ambos se constituem como práticas eticamente inaceitáveis;
- deverão assegurar previamente a permissão para a utilização de conteúdos

provenientes de outras fontes;

- sempre que os artigos surjam como resultado de investigações, a metodologia deverá ser descrita de forma clara e inequívoca, para que as conclusões obtidas possam ser objeto de avaliação. Igualmente deverão indicar as referências usadas e os suportes de financiamento;
- nenhum dos dados ou resultados apresentados deverá ser alvo de falsificação ou distorção intencional, de forma a ir ao encontro de uma determinada linha orientadora do trabalho ou às hipóteses de investigação previamente delineadas;
- deverão indicar possíveis conflitos de interesses que poderão ocorrer no processo de avaliação;
- deverão participar ativamente no processo de revisão em colaboração com o editor;
- todas as informações curriculares prestadas deverão ser verdadeiras. Na autoria deverão ser incluídas todas as pessoas que deram o seu contributo tanto na conceção e planificação do trabalho, como na interpretação dos resultados e na elaboração do texto;
- no caso dos artigos escritos em coautoria, o autor de correspondência deverá garantir um consenso pleno na aprovação da versão final do texto e na sua submissão para publicação.

### **Responsabilidade dos avaliadores:**

- assumir o compromisso de empreender uma avaliação crítica, construtiva, justa e imparcial, contribuindo para a qualidade científica do texto;
- não aceitar elaborar um parecer sobre um texto cujo tema ultrapassa as suas competências ou se verificar a existência de um conflito de interesses que impeça de realizar a avaliação;
- nos casos em que o avaliador considere que o texto deverá ser modificado, todas as alterações a implementar deverão ser devidamente apresentadas e justificadas;
- sempre que o avaliador detetar a existência de um texto que já tenha sido publicado, na íntegra ou em parte, ou que tenha sido submetido em simultâneo noutra publicação, ou então que não esteja de acordo com as normas éticas de publicação deverá comunicá-lo à Direção da revista.

**Responsabilidade do editor:**

- garantir uma posição de isenção e objetiva na avaliação dos textos, atendendo unicamente ao seu mérito científico. Respeitar a liberdade científica dos autores;
- garantir que todos os textos serão tratados de forma confidencial e que serão selecionados avaliadores o mais idóneos possível, que empreendam uma avaliação crítica e especializada dos textos submetidos para publicação;
- assegurar que o processo de avaliação decorrerá em regime de duplo anonimato e que os nomes e endereços apresentados na revista serão exclusivamente utilizados para os serviços por esta prestados, não sendo utilizados para outras finalidades ou fornecidos a terceiros;
- as alegações de plágio ou de uso indevido de textos publicados serão devidamente investigadas. Todos os textos submetidos para publicação serão sujeitos a uma verificação minuciosa para deteção de plágio. Nos casos em que o mesmo seja detetado ou em que se verifique a utilização de textos de outros autores sem autorização prévia dos mesmos, reserva-se o direito de tomar as medidas em conformidade.



## SUMÁRIOS DOS NÚMEROS ANTERIORES

### N.º XXXII, JULHO - DEZEMBRO DE 2016

Carreiras e circuitos de músicos brasileiros: uma exploração etnográfica no Bairro Alto, Lisboa

**Ricardo Bento, Graça Índias Cordeiro, Lígia Ferro**

Consumo sustentável e ambiente: o papel do Estado e das políticas públicas na inculcação de disposições ambientalistas

**Isabel Silva Cruz**

A gestão de recursos humanos nas Organizações Não Governamentais de Cooperação para o Desenvolvimento portuguesas: uma análise interpretativa exploratória

**Vanessa Marcos**

Modèles de représentation sur la parentalité sociale du point de vue des jeunes portugais

**Cristina Cunha Mocetão**

Inserção profissional dos licenciados em Direito: da formação académica ao acesso às profissões reguladas

**Mónica Santos**

Narrativas acerca da formação de professores de Educação Física em contexto de prática supervisionada

**Inês Cardoso, Paula Batista, Amândio Graça**

A Ciência Biomédica e o Processo Civilizador

**Bruna de Farias, Mari Cleise Sandalowski**

### RECENSÃO

Recensão da obra de FREIRE, André (Org.), (2015), *O Futuro da Representação Política Democrática*, Lisboa, Nova Vega.

**Carolina Pimentel Corrêa**

**N.º XXXIII, JANEIRO – JUNHO DE 2017**

Dulce Magalhães: marcas de um percurso

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (I Parte)

**Jordi Estivill**

A typology of professional situations in the analysis of graduate transition from higher education to the labor market

**Madalena Ramos, Cristina Parente, Mónica Santos, Miguel Chaves**

Atitudes sociais face ao trabalho por conta própria em tempos de crise: da valorização do trabalho por conta própria a um retraimento da iniciativa empresarial

**Ana Isabel Couto**

Proposta de modelo explicativo das perceções sobre gestão e políticas públicas em matéria de cibersegurança e cibercrime

**Pedro Miguel Alves Ribeiro Correia, Susana Isabel da Silva Santos, João Abreu de Faria Bilhim**

A Vigilância Lateral e Participativa na Web 2.0

**Rita Espanha, Tiago Estêvão**

O Projeto *Orquestra Geração*. A duplicidade de um *evento* musical/social

**Jorge Alexandre Costa, Graça Mota, Ana Isabel Cruz**

Ciências sociais, arquivos e memórias: considerações a propósito das culturas musicais urbanas contemporâneas

**Pedro Quintela, Paula Guerra**

## N.º XXXIV, JULHO – DEZEMBRO DE 2017

Os primórdios da economia social em Portugal. Contributos de Ramón de la Sagra (II Parte)

**Jordi Estivill**

Proletários ou profissionais? A condição do jornalista durante o Estado Novo (1934-1958)

**José Nuno Matos**

Comunicação interna e comprometimento organizacional: o caso da Autoridade para as Condições do Trabalho

**Cátia Filipa Neto, Sofia Alexandra Cruz**

As camadas internas da secularização: proposta de sistematização de um conceito essencialmente contestado

**Jorge Botelho Moniz**

O bem-estar das crianças e dos jovens em Portugal: contributos de uma pesquisa qualitativa

**Magda Nico, Nuno de Almeida Alves**

The Sámi Library, North of the North: colonialism, resistance and reading in a public library

**Paula Sequeiros**

### **RECENSÃO**

MOTA, Graça e TEIXEIRA LOPES, João (Orgs.), (2017) Crescer e tocar na Orquestra Geração, Vila do Conde, Verso da História.

**Irene Serafino**

## NORMAS PARA APRESENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO – INSTRUÇÕES PARA OS AUTORES –

1. Os autores devem indicar a natureza do seu texto: artigos, resenhas, notas de investigação e ensaios bibliográficos.
2. Os textos devem incluir as respetivas autorias, indicando os seguintes aspetos: nome do autor; filiação institucional (departamento, faculdade e universidade/instituto a que pertence, bem como a cidade e o país onde se localiza a instituição); correio eletrónico; contacto telefónico; endereço de correspondência (preferencialmente endereço institucional; no caso dos artigos em coautoria, deve existir apenas um autor de correspondência).
3. Os textos devem ser redigidos em páginas A4 com margem normal, a espaço e meio, tipo de letra *Times New Roman* e corpo de letra 12, em formato *Word for Windows* ou compatível. As notas de rodapé devem ser redigidas com corpo de letra 10 e espaçamento de 1,15. O mesmo espaçamento deve ser utilizado nos quadros, os quais devem ser redigidos com corpo de letra 11.
4. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 50.000 caracteres, incluindo resumos, palavras-chave, espaços, notas de rodapé, referências bibliográficas, quadros, gráficos, figuras e fotografias. As resenhas não devem ultrapassar os 8.000 caracteres, incluindo espaços; as notas de investigação e ensaios bibliográficos, os 20.000 caracteres, incluindo espaços.
5. O título completo do texto deve ser apresentado em português, francês, espanhol e inglês. O artigo deve ser acompanhado por um resumo de 600 caracteres (máximo), redigido em cada uma destas línguas, bem como por 3 palavras-chave.
6. Os quadros, gráficos, figuras e fotografias devem ser em número reduzido, identificados com numeração contínua e acompanhados dos respetivos títulos e fontes e apresentados a preto e branco ou em tons de cinzento. Estes elementos não podem ter uma largura superior à do corpo do texto. O Conselho de Redação reserva-se o direito de não aceitar elementos não textuais cuja realização implique excessivas dificuldades gráficas ou um aumento dos custos financeiros.
7. Os textos terão de indicar claramente as fontes e referências, de natureza diversa, respeitante aos elementos não originais. Se existirem direitos de propriedade intelectual, os autores terão de solicitar as correspondentes autorizações. *A Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* não se responsabiliza pelo incumprimento dos direitos de propriedade intelectual.

8. As referências bibliográficas e citações serão incluídas no corpo do texto, de acordo com a seguinte apresentação: Lima, 2005; Lima (2005); Lima (2005: 35); Lima *et al.* (2004).
9. Nas notas de rodapé devem utilizar-se apenas números. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do texto.
10. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, com numeração árabe.
11. As citações devem ser apresentadas em português, nos casos em que o texto original esteja nesta língua, e entre aspas. Os vocábulos noutras línguas, que não a portuguesa, devem ser formatados em itálico.
12. Apenas as referências citadas ou mencionadas ao longo do texto deverão ser incluídas na bibliografia final. As referências bibliográficas devem obedecer às seguintes orientações:
  - a) Livro com um autor: LUHMANN, Niklas (1990), *Essays on self-reference*, New York, Columbia University Press.
  - b) Livro com mais de um autor: BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas (2004), *A construção social da realidade: um livro sobre sociologia do conhecimento*, Lisboa, Dinalivro.
  - c) Livro com mais de quatro autores: ALMEIDA, João Ferreira *et al.* (1992), *Exclusão social: Factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
  - d) Capítulo em livro: GOFFMAN, Erving (1999), “A ordem da interação”, in Yves Winkin (org.), *Os momentos e seus homens*, Lisboa, Relógio d’Água, pp. 99-107.
  - e) Artigo em publicação periódica: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66.
  - f) Artigo em publicação periódica *online*: FERNANDES, António Teixeira (1991), “Formas e mecanismos de exclusão social”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, vol. I, pp. 9-66, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3031.pdf>>.
  - g) Publicações *online*: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS (2011), *Programa do XIX Governo Constitucional português*, [Consult. a 15.07.2014]. Disponível em: <[http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa\\_gc19.pdf](http://www.portugal.gov.pt/media/130538/programa_gc19.pdf)>.
  - h) Comunicações em eventos científicos: QUINTÃO, Carlota (2004), “Terceiro Sector – elementos para referenciação teórica e conceptual”, in *V Congresso Por-*

*tuguês de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 Maio 2004.

i) Teses: CARVALHO, Paula (2006), *Percursos da construção em Lisboa. Do Cine-Teatro Monumental ao Edifício Monumental: Estudo de caso*, Tese de Licenciatura em Sociologia, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

j) Legislação: Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*.

13. As referências bibliográficas devem ser colocadas no fim do texto e ordenadas alfabeticamente pelo apelido do autor. Caso exista mais do que uma referência com a mesma autoria, estas devem ser ordenadas da mais antiga para a mais recente.

14. Os textos devem obedecer ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2009. Não obstante, as citações de textos anteriores ao acordo devem respeitar a ortografia original.

15. Os originais devem ser enviados por correio eletrónico para:

revistasociologia@letras.up.pt







